



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA

CONTINUUM COLONIAL: COLONIALIDADE (= MODERNIDADE),
EMPREENHIMENTOS CAPITALISTAS, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E
ESCRAVOS DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL

São Luís

2017

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA

*CONTINUUM COLONIAL: COLONIALIDADE (= MODERNIDADE),
EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E
ESCRAVOS DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA), como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior

São Luís

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues.

CONTINUUM COLONIAL : COLONIALIDADE = MODERNIDADE,
EMPREENHIMENTOS CAPITALISTAS, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E
ESCRAVOS DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL /
Bartolomeu Rodrigues MENDONÇA. - 2017.

313 p.

Orientador(a): Horácio Antunes de SANTI'ANA JÚNIOR.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/COCH, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2017.

1. Colonialidade (= Modernidade). 2. Continuum
colonial. 3. Desenvolvimento. 4. Deslocamento
compulsório. 5. Resistência escravos da república. I.
SANTI'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. II. Título.

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA

*CONTINUUM COLONIAL: COLONIALIDADE (= MODERNIDADE),
EMPREENHIMENTOS CAPITALISTAS, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E
ESCRAVOS DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL*

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal do
Maranhão (PPGCSoc/UFMA), como requisito
parcial para a obtenção do título de doutor em
ciências sociais

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Doutor em Ciências Humanas (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Álvaro Roberto Pires
Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão
(Examinador Interno)

Cíndia Brustolin
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão
(Examinador Externo ao PPGCSoc)

José Carlos Gomes dos Anjos
Doutor em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(Examinador Externo à Instituição)

Patrícia Maria Portela Nunes
Doutora em Antropologia
Universidade Estadual do Maranhão
(Examinadora Externa à Instituição)

À memória dos lutadores do passado e à vida dos do presente.

AGRADECIMENTOS

Assim como a produção social (material e simbólica) de uma sociedade não pode se dar pelo empenho tributário dos braços e espíritos individuais, também a produção intelectual, acadêmica só se torna possível mediante um emaranhado de relações, experimentações, colaborações, conflitos, acordos entre um sem número de pessoas envolvidas em uma teia que se tece ao mesmo tempo que se vai desvendando seus mistérios. Assim, o resultado, sempre preliminar, deste trabalho de tese se deve a inúmeras e imprescindíveis colaborações, algumas vezes dóceis, respeitosas, cuidadosas, outras diretas, ásperas, cortantes, fulminantes, beirando a contenda mais insana do espírito humano, algumas tão simples e distantes que sequer se percebem como adminículas ao caminho que percorremos, mas todas válidas, imprescindíveis. Agradeço a cada uma, ao seu modo, pelo olhar e leitura atentos, pelos gestos quase imperceptíveis, pelas dúvidas de alguns e certezas de outros, pelo sussurro, pelo não dito e pelo dito a outros contextos e situações, mas como se fosse específico às inquietações quase infinitas deste trabalho.

Aos acasos, às forças que movem a utopia da vida livre e digna, às energias e enigmas das mulheres, dos homens e dos não-humanos que constroem caminhos de libertação com o sonho de um mundo, no mais amplo sentido que tal termo possa ter, descolonizado. Aos Pretos Velhos, ao São Benedito, santo do catolicismo popular e Chefe de Legião da Linha de Oxalá, a primeira Linha de Umbanda, considerado protetor dos escravos das senzalas e dos quilombos.

Aos mais diretamente atingidos pelos *continuum* e atualizados processos de colonizações, aos que ainda representam as heranças dos povos originários e dos povos escravizados, que nos permitem ver e sentir a contínua e vívida componente da hierarquização étnica, mas também, com igual ou maior vitalidade, das resistências e das lutas, da reinvenção criativa e permanente da libertação.

Gratidão às vidas com as quais cruzei nos territórios da RESEX Tauá-Mirim, na Ilha do Maranhão; na comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA e nos assentamentos de Buriticupu/MA. Momentos de aprendizado sobre resistência e esperança daqueles que lutam sobre os escombros da ancestralidade revivida no tempo presente.

Ao professor Horácio Antunes, colega, amigo(,) orientador, exemplo a ser seguido, mestre dedicado, forte, exigente, mas que isso tudo só se traduz em sua quase infinita ternura e humildade, minha gratidão pela competente orientação, não fosse sua confiança em deixar o espírito acadêmico de cada um se manifestar esse trabalho jamais teria sido possível.

A todos/as que leram, criticaram e sugeriram supressões, acréscimos, refinamento ao texto ainda rascunho, apesar de ciente de que os erros e equívocos são minha responsabilidade – matéria da minha teimosia –, o resultado tem muito de cada um de vocês, obrigado! Neste ínterim, sou grato; aos colegas professores Elio Pantoja, Arnaldo Ribeiro Júnior, Cíndia Brustolin, Samarone Marinho e aos colegas discentes Tayanná Santos, Darlan Sbrana, Dayane Santos todos do Grupo de Estudos Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA); também ao pe. Dário Bossi, missionário comboniano; Sislene Costa, membro da Rede Justiça nos Trilhos (JnT); Maria Máxima e Alberto Cantanhede, lideranças da RESEX Tauá-Mirim; aos professores historiadores Wellington Barbosa e Desni Lopes.

Gratidão também ao professor Alain Pascal Kaly, da UFRRJ, e à professora Cíndia Brustolin pelas valiosas sugestões quando da qualificação do projeto.

Aos colegas da terceira turma do doutorado do PPGCSoc/UFMA, Cínthia, Evaristo, Karolina, Maycon, Mônica, Rosiane e Viviane, pelo aprendizado nos momentos que compartilhamos, sobretudo pelas sugestões por ocasião do Seminário de Tese.

Aos professores, técnicos, pessoal terceirizado e estagiários do PPGCSoc e do CCH pelo incondicional apoio, cada um ao seu modo e no seu *métier* específico, sou-lhes demasiadamente grato.

Aos colegas professores do Colégio Universitário da UFMA (COLUN/UFMA), bem como aos técnicos, discentes, pessoal terceirizado e estagiários, com quem compartilho o desafiador, mas gratificante, *métier* da docência, que na instituição pública acrescenta-lhe ainda a árdua e desafiante tarefa de manter o experimento da prática cotidiana objetiva das relações democráticas e republicanas, constantemente atacadas, inclusive por alguns dos nossos pares. Agradecimento especial aqueles/as que resistiram ao “golpe de 2012” a nossa autonomia de gestão, impetrada por um pequeno grupo de traços sofistas e fascistas, apoiado por forças superiores, mas que conseguimos demover e restabelecer uma atmosfera assentada na verdadeira prática da libertação.

Aos professores Luís Henrique e Periandro, que tenazmente tentaram me “denseburrar”, respectivamente, no inglês e no francês, cujos tímidos resultados reputam-se unicamente à minha aversão, em processo de superação, à segunda e terceira colonizações linguística, gratidão a vocês.

A Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) a quem devo a coautoria deste trabalho, embora as falhas e equívocos sejam unicamente da lavra de minha responsabilidade. Obrigado pelas contribuições preciosas por ocasião das reuniões semanais, seminários de pesquisa e encontros de orientações coletivas. E perdão por

não nomear a todos, pois já se foi mais de uma década, e são tantos os gedmminianos, que receio imperdoáveis injustiças em razão da memória ser incapaz de fazer emergir todos/as de uma só vez, entretanto, peço permissão para agradecer a todos/as do grupo em nome de dois colegas que o compartilharam ainda no tempo que figurava apenas uma ideia, Marcio Matos e Fabiano Soares, colegas dos idos da graduação.

À banca de qualificação da tese, professor José Carlos Gomes dos Anjos e professora Patrícia Maria Portela Nunes, pelas dicas e sugestões, como também pela cuidadosa, detalhada e rigorosa leitura, desculpas pela minha absoluta incapacidade, primeiro, de entender e, depois, de expor o entendimento de muitas das vossas preciosas recomendações no texto final.

À banca de defesa da tese, professores Álvaro Pires, Cíndia Brustolin, Patrícia Portela e Carlos dos Anjos por terem, gentilmente, aceito o convite ao diálogo.

Agradeço à “professora do Sul”, “especialista em decolonialidade”, que elegantemente, com justificativa de refino acadêmico, se recusou ao diálogo por ter antecipadamente julgado que esta tese tratava de estudo de área, circunscrita ao debate de conflitos ambientais – de menor importância à consagrada teoria decolonial –, isso me fez perceber e sentir, na prática, o conceito de colonialismo interno em todas as suas dimensões, nuances, alcances, faces e efeitos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutoramento no país, sem a qual as condições materiais de elaboração desta tese teriam sido bem mais penosas.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pela concessão do afastamento para participar integralmente de programa de pós-graduação no país, sem o que o tempo, já controlado regimentalmente, teria inviabilizado a conclusão desta tese.

Aos camaradas dos idos da Pastoral da Juventude, sobretudo à fração inspirada na Teologia da Libertação.

A minha família (extensa) sem a qual não sei se meu espírito e coração penderiam tanto ao [perigoso e sentenciador] sentido da luta e da esperança por dignidade de fato a todo ser humano, em especial à nossa classe: os escravos da república, historicamente resistentes à exploração, à expropriação, ao apagamento. Aos meus pais: Maria das Neves e José Maria (em saudosa memória), a quem devo a vida biológica e moral; aos irmãos: Antônio, Luís, Ana Maria, Raimundo, Miguel, Francisco, Antônia, David, Dezidério (em saudosa e recente memória, que cingiu, o texto final desta tese, com a pesada e dolorosa marca da perda) e Bernardo; aos cunhados/as, aos sobrinhos/as, aos sobrinhos/as netos/as, aos primos/as.

À Tamires, pelas reflexões compartilhadas e pela leveza e amor recíproco!

Não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados.

Florestan Fernandes

O pianista tem de dominar uma série de técnicas distintas – oitavas, sextas, terças, trinados, legatos, staccatos – e coordená-las, para que a execução ocorra de forma integrada e equilibrada. Imagine um pianista que resolva especializar-se (note bem esta palavra, um dos semideuses, mitos, ídolos da ciência!) na técnica dos trinados apenas. O que vai acontecer é que ele será capaz de fazer trinados como ninguém – só que ele não será capaz de executar nenhuma música. Cientistas são como pianistas que resolveram especializar-se numa técnica só.

Rubem Alves

Tornei-me terrorista dos meus referenciais teóricos...

Carlos Jara

O liberalismo econômico te chega amigo, pede o trabalho em casamento, muda o próprio nome pra desenvolvimentismo, promete o mesmo céu pro opressor e oprimido, troca aliança contigo, caminha do teu lado, aprende tua linguagem, copia teu método, descobre teu ponto fraco, põe o povo na rua, torna-te impopular, rouba a tua bandeira, levanta os pés contra ti, bofeteia-te a cara, joga-te ao chão, criminaliza-te, invade tua casa, enxota a democracia, senta-se na tua cadeira, proclama o Estado fraco para o oprimido e forte para o opressor e, após esse golpe (quase) perfeito, vai à TV, te estende a mão criminosa e propõe o consenso de classe. E agora, classe trabalhadora? Tu choras a Casa Grande pelo farelo perdido ou forjas o pão inteiro, parido das novas senzalas?

Antônio Claret Fernandes

...os governantes é tudo de empresa, é governo federal, é governo do estado, é do município, vereador, deputado, todo mundo, eles não dão uma palavra por nós.

D. Tida, Piquiá de Baixo, Açailândia/MA.

RESUMO

CONTINUUM COLONIAL: COLONIALIDADE (= MODERNIDADE), EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E ESCRAVOS DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO, BRASIL

Este trabalho de tese contesta a compreensão corrente e acadêmica sobre modernidade como expressão de uma humanidade civilizada e superior em todas as dimensões (social, política, econômica, cognitiva, moral) e que teria na colonialidade seu efeito colateral e indesejado, que supostamente já estaria superada ou em vias de superação. Ao contrário, procura demonstrar que é possível uma inversão conceitual-analítica, ou seja, que o que perdura e se aprofunda atualmente é a colonialidade, emergente a partir do século 15, com o início das grandes navegações dos impérios europeus rumo à conquista do, por eles mesmos denominado, novo mundo, e a modernidade figura como benefícios econômicos, políticos, cognitivos, etc. restritos aos colonizadores, ou a sua pequena e dependente casta de súditos, fruto do saque, do roubo, da morte das vítimas da colonialidade, atualizada e aprofundada, no tempo presente, pela elite herdeira colonial. Tem-se, portanto, a expressão mundial da colonialidade (= modernidade) que sugere, como proposta analítica, o *continuum colonial*. Para demonstrar a tese da colonialidade (= modernidade) e do *continuum colonial* elegeram-se as situações empíricas dos deslocamentos compulsórios e das expropriações dos territórios, dos recursos, dos produtos, dos saberes e do governo das populações deles decorrentes. A elite colonial, bem como sua herdeira, que promoveram/promovem a acumulação primitiva e por espoliação, ao mesmo tempo se beneficiaram/beneficiam da expropriação e exploração dos territórios e da força de trabalho dos povos indígenas e africanos e outros povos ou comunidades tradicionais – hoje os escravos da república. O debate sobre modernidade, transmodernidade, colonialidade, desenvolvimento, progresso, globalização, apesar de controverso, constituiu a base para a principal hipótese desta tese: os deslocamentos compulsórios em razão do planejamento, instalação e operação de grandes projetos de desenvolvimento intensivos em terra, capital e trabalho, que hierarquizam os grupos sociais humanos, bem como os seus territórios, em civilizados/bárbaros ou qualificados/desqualificados ocorrem, atualmente, como desdobramentos do *modus operandi* colonial – pelo *continuum colonial*. Para demonstrar tal hipótese, bem como garantir esta tese, além de recorrer à larga produção acadêmica (que vai desde as contribuições de Marx, 1985; Benjamin, 1987; Harvey, 2010; Foucault, 2008; Ianni, 2000 até os denominados pós ou decoloniais latino-americanos como Dussel, 2005; Mignolo, 2003; Quijano, 1992), consideraram-se, também, as falas classificadas como sendo senso comum, aquelas contidas nas narrativas, nas conversas das pessoas das comunidades tradicionais ou que circulam correntemente em panfletos, jornais, e sítios da internet. Os típicos empíricos analisados e que passam ao *status* privilegiado de entes para inferência foram as comunidades da RESEX Tauá-Mirim, na Área Rural II de São Luís/MA, a comunidade Piquiá de Baixo em Açailândia/MA; o Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu/MA.

Palavras-chave: *Continuum colonial*. Colonialidade (= Modernidade). Desenvolvimento. Deslocamento compulsório. Resistência escravos da república.

ABSTRACT

COLONIAL CONTINUUM: COLONIALITY (= MODERNITY), CAPITALIST ENTERPRISE, COMPULSORY DISPLACEMENTS AND REPUBLIC SLAVES IN THE STATE OF MARANHÃO, BRAZIL

This thesis contests current and academic understanding of modernity as the expression of a civilized and superior humanity in all of its dimensions (social, political, economic, cognitive, moral) which would have in coloniality its unwanted side effect, and would allegedly have been overcome or is on its way to. Instead, it pursues to demonstrate that a conceptual-analytical inversion is possible: what has endured and is currently being deepened, is the coloniality that emerged in the fifteenth century, with the beginning of European empires great navigations towards the conquest of the new world – as they named it themselves; and modernity figures as economic, political, cognitive benefits, and so on, restricted to the settlers, or their reduced and dependent caste of subjects, the fruit of looting, theft, the death of coloniality's victims, presently updated and deepened by the colonial heir elite. There is therefore the worldwide expression of coloniality (=modernity) which suggests the *colonial continuum* as an analytical proposition. To demonstrate the thesis of coloniality (=modernity) and the *colonial continuum*, the empirical situations of compulsory displacements were chosen, and the expropriation of territory, resources, products, knowledge and population government resulting from them. The colonial elite, as well as their inheritors, who have promoted primitive accumulation through despoliation, have at the same time profited from the expropriation and exploration of territories and the work force of Indigenous and African peoples and other peoples or traditional communities – currently the republic slaves. The debate over modernity, transmodernity, coloniality, development, progress, globalization, although controversial, has constituted the fundamental for the thesis main hypothesis: compulsory displacements due to planning, installation and operation of massive projects of intensive development in land, capital and workforce, which hierarchize human social groups, as well as their territories in civilized/barbarian or qualified/unqualified presently occur as unfoldings of a colonial modus operandi - by means of the *colonial continuum*. To demonstrate this hypothesis, as well as to furnish this thesis, besides drawing from a large academic production (ranging from contributions from Marx, 1985; Benjamin, 1987; Harvey, 2010; Foucault 2008; Ianni, 2000; to the those named post or de-colonial Latin Americans such as Dussel, 2005; Mignolo, 2003; Quijano, 1992), and speeches classified as common sense, contained in narratives, in conversations of people in traditional communities or presently circulating in pamphlets, newspapers and websites are also considered. The typical empiricists analysed who turn into privileged *status* of entities for inference were the RESEX communities in Tauá-Mirim, in Área Rural II, São Luis/MA, the Piquiá de Baixo community in Açailândia/MA, and the Projeto Pioneiro de Colonização in Buriticupu/MA.

Key-words: *Colonial continuum*. Coloniality (=Modernity). Development. Compulsory Displacement. Republic slaves resistance.

RÉSUMÉ

CONTINUUM COLONIAL: COLONIALITÉ (= MODERNITÉ), ENTREPRISES CAPITALISTES, DÉPLACEMENT FORCÉ ET ESCLAVES DE LA RÉPUBLIQUE DANS LA PROVINCE DE MARANHÃO, BRÉSIL

Cette thèse de doctorat conteste la compréhension actuelle et académique de la modernité comme une humanité civilisée et supérieure dans toutes les dimensions (sociale, politique, économique, cognitif, moral) et qui aurait la colonialité comme son effet secondaire et indésirable, laquelle serait déjà surmontée ou en voie d'être surmontée. On a cherché, au contraire, une inversion conceptuelle-analytique de cette compréhension, en démontrant que ce qui dure et s'approfondit actuellement est la colonialité qui a émergé au 15^{ème} siècle avec le début des grands voyages des empires européens vers la conquête du ainsi dit « nouveau monde », tandis que la modernité figure comme des avantages économiques, politiques, cognitives etc. restreints aux colonisateurs, ou à leur petite et dépendante caste de sujets, résultant du pillage, du vol et de la mort des victimes du colonialisme, mise à jour et approfondie couramment par l'élite coloniale héritière. On a, donc, l'expression mondiale de la colonialité (=modernité), ce qui suggère, comme proposition analytique, un *continuum colonial*. Pour démontrer la thèse de la colonialité (= modernité) et du *continuum colonial*, on a choisi les situations empiriques des déplacements forcés et de l'expropriation des terres, des ressources, des produits, des connaissances et du gouvernement des populations. L'élite coloniale, ainsi que ses héritiers, qui ont promu et continuent à promouvoir l'accumulation primitive et par dépossession, en même temps ont bénéficié et continuent à bénéficier de l'expropriation et de l'exploitation des territoires et de la main-d'œuvre des peuples autochtones et africains et d'autres peuples ou communautés traditionnelles - maintenant les esclaves de la république. Le débat sur la modernité, la transmodernité, le colonialisme, le développement, le progrès, la mondialisation, bien que controversée, est la base de l'hypothèse principale de cette thèse: le déplacement forcé en raison de la planification, l'installation et l'exploitation de grands projets de développement intensifs en terre, capital et travail, qui classent les groupes sociaux humains et leurs territoires comme civilisés / barbares ou qualifiés / disqualifiés, existent actuellement comme conséquence du modus operandi colonial – par le *continuum colonial*. Pour prouver cette hypothèse et garnir cette thèse, outre le recours à l'abondante production académique (qui va de la contribution de Marx, 1985; Benjamin, 1987; Harvey, 2010; Foucault, 2008; Ianni 2000, jusqu'au ainsi dits post-coloniaux ou décoloniaux latino-américains tels que Dussel 2005; Mignolo 2003; Quijano, 1992), on a considéré également les témoignages classés comme sens commun, contenus dans les récits, les conversations des personnes des communautés traditionnelles ou qui circulent actuellement dans des brochures, journaux et sites web. Les situations empiriques analysées et qui ont acquis le statut privilégié d'être pour l'inférence furent les communautés de RESEX Taua Mirim, dans la zone rurale de São Luís-MA, la communauté Piquia de Baixo à Açailândia-MA; le Projeto de Colonização Pioneiro de Buriticupu-MA.

Mots-clés: *Continuum colonial*. Colonialité (= Modernité). Développement. Déplacement forcé. Résistance esclaves de la république.

LISTA DE SIGLAS

ACMP - Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá
ACR - Ação Católica Rural
ADA - Área Diretamente Afetada
ADCT - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão
AML - Academia Maranhense de Letras
AMZA - Amazônia Mineração S.A
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
AVB - Aço Verde do Brasil
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caixego - Caixa Econômica de Goiás
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC - Comando de Caça aos Comunistas
CCH - Centro de Ciências Humanas
CDI-MA - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão
CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador
Rural CETRAP - Comissão de Transferência de População
CF - Constituição Federal
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPT - Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
COLUN - Colégio Universitário
COMARCO - Companhia Maranhense de Colonização
CONFREM - Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COTERMA - Companhia de Terras do Maranhão
CPSL - Complexo Portuário de São Luís
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSP - Comissão Pastoral da Terra
Conlutas - Central Sindical e Popular
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DEGEO - Departamento de Geociências
DEHIS - Departamento de História
DER-MA - Departamento de Estradas e Rodagens do Maranhão
DESOC - Departamento de Sociologia e Antropologia
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DISAL - Distrito Industrial de São Luís
DNPRC - Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DPE/MA - Defensoria Pública do Estado do Maranhão
EFC - Estrada de Ferro Carajás
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
FAB - Força Área Brasileira
FAPEMA - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FERGUMAR - Ferro Gusa do Maranhão S/A
FETAEMA - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
FiDH - Federação Internacional dos Direitos Humanos
FIEMA - Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GEDMMA - Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
GO - Goiás
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM - Imposto de Circulação de Mercadoria
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IHGM - Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCID - Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
Internet - Rede Mundial de Computadores
ISA - Instituto Socioambiental
ITERMA - Instituto de Terras do Maranhão
JAC - Juventude Agrária Católica
JnT - Rede Justiça nos Trilhos
MA - Maranhão
MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MC - Grupo Modernidade/Colonialidade
MIR - Movimento dos Indígenas da República
MONAPE - Movimento Nacional de Pescadores
MPE/MA - Ministério Público Estadual do Maranhão
MPF - Ministério Público Federal
MPP - Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT - Mato Grosso
MTM - Movimento dos Trabalhadores da Mineração
NICE - Núcleo Imperatrizense de Cinema Experimental
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PA - Pará
PAN Manguezal - Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PE - Pernambuco
PFC - Projeto Ferro Carajás
PGC - Programa Grande Carajás
PI - Piauí
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGCSoc - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PR - Paraná
PSD - Partido da Social Democracia
PT - Partido dos Trabalhadores
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PV - Partido Verde

RBJA - Rede Brasileira de Justiça
Ambiental RESEX - Reserva Extrativista
RIMA - Relatório de Impactos ao Meio Ambiente
SAGRIMA - Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SIFEMA - Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão
SIMASA - Siderúrgica do Maranhão S/A
SINDUSCON-MA - Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão
SMDH - Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação SP - São Paulo
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SURCAP - Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital S/A
TJMA - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão
TO - Tocantins
TSE - Tribunal Superior Eleitoral UDN
- União Democrática Nacional UFABC
- Universidade Federal do ABC UFC -
Universidade Federal do Ceará
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UH - Usina Hidrelétrica
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UniCV - Universidade de Cabo Verde
UTE - Usina Termelétrica

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de entrevistados entre 2004 e 2006.....	36
Quadro 2 - Relação de entrevistados, etapa de campo Açailândia/Buriticupu/São Luís.....	37
Quadro 3 - Método formal de apresentação da pesquisa	40
Quadro 4 - Territórios coloniais atuais no mundo.	63
Quadro 5 - Colônias francesas em África, “independentes” no século XX.....	64
Quadro 6: Incidência de trabalho escravo no ano 2015 no Brasil	91
Quadro 7 - População e área dos municípios da Ilha do Maranhão, estimativa 2016.....	102
Quadro 8 - Disposição das localidades indígenas com os respectivos nomes atuais.....	118
Quadro 9 - Comunidades deslocadas pelos empreendimentos da Vale e ALUMAR - São Luís/MA	136
Quadro 10 - Comunidades e população que seria deslocada pelo polo siderúrgico.....	158
Quadro 11 - Evolução da distribuição de terras, em Buriticupu, pela Comarca	273
Quadro 12 - Fazendas compradas da Comarca, em terras devolutas na Gleba Buriticupu/MA 275	
Quadro 13 - Ocupações de fazendas na região do Pindaré, 1975-1991.....	290

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produto Interno Bruto e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012.....	125
Tabela 2 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2015	126
Tabela 3 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013.....	127
Tabela 4 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2013.	128
Tabela 5 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013	129
Tabela 6 - População residente São Luís/MA, de 1970 a 2010, áreas urbana e rural	166
Tabela 7 - Estimativa do número de africanos desembarcados em cada região (em milhares de indivíduos).....	234
Tabela 8 - Quantidades diárias de cada produto que compõem a ração tipo essencial mínima diária para o trabalhador adulto, segundo região de abrangência.....	240
Tabela 9 - Salário mínimo nominal e necessário segundo DIEESE.....	242
Tabela 10 - Rendimento médio recebido, segundo a cor ou raça, entre 2003 a 2015	243
Tabela 11 - Rendimento médio recebido, segundo o sexo, entre 2003 a 2015	244

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Ponte do São Francisco - São Luís (MA).....	121
Imagem 2 - Barragem do Bacanga - São Luís (MA).....	121
Imagem 3 - Piquiá de Baixo entre as chaminés das indústrias de ferro gusa.....	196
Imagem 4 - Complexo Industrial de Piquiá. 1 EFC. 2 Piquiá de Baixo. 3 BR-222. 4 Indústrias de ferro gusa.....	206
Imagem 5 - BR-222, na altura de Piquiá de Baixo. Placas indicando recusa fiscal e financiamento do Estado. E casas adjacentes ao muro da Gusa Nordeste S.A.....	213
Imagem 6 - Sr. Edvar, encena, escrevendo carta ao Presidente da República.	219
Imagem 7 - Manifestação na BR-222, em frente às guseiras, em Piquiá de Baixo.....	223

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Ilha do Maranhão, com seus quatro municípios.	102
Figura 2 - Localização das aldeias tupinambás de Upaon-Açu. Seleção efetuada a partir do Mappa da Ilha de S. Luiz do Maranhão levantado por Antonio Bernardino Pereira do Lago -----	117
Figura 3 - Plano de Expansão da Cidade de São Luís.	122
Figura 4 - Mapa área RESEX Tauá-Mirim, traçado atual.	151
Figura 5 - Traçado da BR- 01, Belém - Brasília	198
Figura 6 - Localização do município de Açailândia/MA	198
Figura 7 - Área do Programa Grande Carajás (PGC).	199
Figura 8 - Estado do Maranhão - Região de Buriticupu	249
Figura 9 - Frentes de Ocupação	251
Figura 10 - Primeira divisão política do Brasil.....	255
Figura 11- Mapa de localização do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu/MA	266
Figura 12 - Empresas e fazendas localizadas ao redor da área do Projeto Pioneiro	272

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO - OU DE COMO E PORQUE ESCREVER ESTA TESE	23
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA/PROBLEMA - OU SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	24
1.2 PROPOSTA METODOLÓGICA: OU COMO ELABORAMOS ESTA TESE	30
2 COLONIALIDADE (= MODERNIDADE): O CONTINUUM COLONIAL.....	44
2.1 COLONIALIDADE (= MODERNIDADE): USO CORRENTE E ACADÊMICO.....	44
2.1.1 Duas hipóteses sobre a gênese da colonialidade (= modernidade).....	47
2.1.2 Expressões da colonialidade (= modernidade).....	53
2.2 COLONIALIDADE (= MODERNIDADE) COMO <i>CONTINUUM COLONIAL</i>	60
2.2.1 O <i>continuum colonial</i> em diálogo [em parte] com a teoria pós-colonial	68
2.3 A GLOBALIZAÇÃO (DO CAPITAL) COMO SOMBRA DO <i>CONTINUUM COLONIAL</i>	78
2.4 COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA: OU SOBRE O <i>CONTINUUM COLONIAL</i> BRASILEIRO.....	84
2.4.1 O Trabalho compulsório no <i>continuum colonial</i>	87
2.5 O DESENVOLVIMENTO COMO EXPRESSÃO DO <i>CONTINUUM COLONIAL</i>	94
3 OS ESCRAVOS DA REPÚBLICA NA ILHA UPAON-AÇU OU SOBRE A RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO DE VIDAS INDESEJÁVEIS	98
3.1 DA UPAON-AÇU À CIDADE DE SÃO LUÍS	101
3.1.1 O <i>continuum colonial</i> da disputa: Upaon-Açu (São Luís) francesa ou portuguesa	104
3.2 “A ILHA ANTES DE SÃO LUÍS” OU A ILHA ANTES DA COLONIALIDADE (= MODERNIDADE).....	111
3.3 A SÃO LUÍS DO <i>CONTINUUM COLONIAL</i>	118
3.4 O <i>CONTINUUM COLONIAL</i> EM UPAON-AÇU OU SOBRE A RESISTÊNCIA À MORTE DA CARNE, DA HISTÓRIA, DOS RASTROS DOS “ <i>ESCRAVOS DA REPÚBLICA</i> ”	133
3.4.1 A colonização (= modernização) da Upaon-Açu pelo capital (industrial, financeiro, especulativo).....	135
3.4.2 Upaon-Açu reage: Igarau – “primeiro povoado a levantar a bandeira de resistência”	140
3.5 APAGAMENTO DO PASSADO OU DE COMO FAZER NÃO EXISTIR NO PRESENTE	143
3.5.1 A economia do bem comum e os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana [ou “escravos da república”].....	146
3.5.2 A RESEX Tauá-Mirim, na Ilha Upaon-Açu, a peleja para existir e pelo direito ao comum dos escravos da república	149
3.5.2.1 Plano Diretor de São Luís: a legalização da expropriação dos territórios tradicionais	163

4 DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E O <i>CONTINUUM COLONIAL</i>.....	171
4.1 ALTERIDADE: OU SOBRE O OUTRO NO <i>CONTINUUM COLONIAL</i>	178
4.2 DESLOCAMENTOS EM FACE DE CONFLITOS AMBIENTAIS E O AVANÇO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO.....	183
4.2.1 O governo dos povos e comunidades tradicionais no <i>continuum colonial</i>	187
4.3 COLONIALISMO INTERNO: A EXPRESSÃO DA COLONIALIDADE (= MODERNIDADE) NO ESTADO DO MARANHÃO	190
5 PIQUIÁ DE BAIXO: UMA RETIRADA NECESSÁRIA	196
5.1 AÇAILÂNDIA, MARANHÃO, BRASIL.....	197
5.2 O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (PGC) E O PROJETO FERRO CARAJÁS (PFC)....	199
5.3 PIQUIÁ DE BAIXO: DESLOCADOS NO SEU PRÓPRIO LUGAR	205
5.3.1 A luta por direitos, pela vida e contra as expressões da colonialidade (= modernidade) em Piquiá.....	214
6 OS DESLOCADOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO AO <i>CONTINUUM COLONIAL</i>	225
6.1 ALDEAMENTO: DESLOCAMENTO COMO GOVERNO DAS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS	228
6.2 A SENZALA NO <i>CONTINUUM COLONIAL</i> : O TRATO DO NEGRO NA PRODUÇÃO DO BRASIL.....	232
7 BURITICUPU: A COLONIALIDADE (= MODERNIDADE) DA COLONIZAÇÃO; GRILAGEM, EXPROPRIAÇÃO E A LUTA PELA TERRA.....	248
7.1 ENTENDENDO O CONTEXTO: OU SOBRE O <i>CONTINUUM</i> DA EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E DA FORMAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL	250
7.1.1 O Estado e a lei a serviço do <i>continuum colonial</i> no Maranhão	257
7.1.2 A herança colonial da usurpação de terras	261
7.2 PROJETO PIONEIRO DE COLONIZAÇÃO DE BURITICUPU: A EXPRESSÃO DO <i>CONTINUUM COLONIAL</i> NA REGIÃO DO PINDARÉ, MARANHÃO	265
7.2.1 Dez anos de colônia: os desdobramentos do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu	270
7.3 “O RISCO QUE CORRE O PAU, CORRE O MACHADO”: A GUERRA DE BURITICUPU/MA NA LUTA CAMPONESA PELA TERRA.....	277
8 CONCLUSÃO – PARA NÃO CONCLUIR.....	292
REFERÊNCIAS.....	295

1 INTRODUÇÃO - OU DE COMO E PORQUE ESCREVER ESTA TESE

A inquietação fundante que move a elaboração desta tese vem daquilo que na academia se convencionou chamar de senso comum, de opinião ou *doxa* que, no sentido platônico, é a “faculdade que nos permite julgar pela aparência”, sendo que para essa concepção, Platão (2004, p. 166; 216) se pergunta e responde: “são ridículas as opiniões que não se baseiam na ciência? As melhores são cegas” (PLATÃO, 2004, p. 166; 216), ou seja, a *doxa*, a qual nos referimos aqui, vem da impressão, da “opinião”, perturbadora de que pequenos grupos de poder econômico e político permanecem expropriando, no *continuum* da história, pela força física ou pelo convencimento, as bases sociais (materiais e simbólicas), envolvendo o espaço, a população e os recursos da maioria e submetendo esta ao jugo daqueles, e que com a emergência daquilo que se chama mundo, cujas fronteiras são os limites físicos do planeta Terra, essa prática se generalizou. A essa prática, da expropriação via controle do espaço, da população e dos recursos, no presente, chamamos *continuum colonial*, que só pode ser compreendido pelo “*continuum* da história” (BENJAMIN, 1987, p. 230).

Dito de outro modo, partimos do conhecimento do mundo que, desqualificado pelos homens das ciências, dentre eles os da história, se imputa aos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, e, por isso mesmo, reputado à imediatez dos sentidos, das memórias e dos imaginários desses povos e comunidades. Para nós, ao assim procederem, esses bastiões da ciência, além de desqualificarem todo um conjunto complexo de saberes e teorias, coloca-o no lugar da aparência, da opinião, da ignorância e da indolência, que só seria superado se, e somente se, as pessoas desses grupos aceitassem e assimilassem a história, a ciência, a religião, a moral, a política, a economia dos sábios homens da Ciência e da Filosofia colonizadoras, ou seja dos vencedores ou daqueles que os privilegiam.

De imediato, essas primeiras linhas podem parecer desconectas do título e da problemática desta tese, mas vejamos, desde os primeiros anos das invasões europeias dos territórios dos povos desta banda do mundo (por volta do século 15) que se convencionou que estes eram desprovidos de conhecimento, de religião, de política, de economia, de tecnologia, ou seja, uma das bases fundantes da espoliação era a hierarquização das faculdades de apreensão e classificação do mundo, pelo que todo um continente e seus povos foram classificados como selvagens e bárbaros e cingidos à história universal como passado amorfo.

Disso, escrever esta tese, ainda que sobre a colonialidade (= modernidade) no presente, e a despeito das reflexões centradas em territorialidades específicas (Ilha Upaon-Açu/MA; Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA; Buriticupu/MA), se inscreve, em boa medida, no arriscarmo-nos identificar como pertencente desse lugar dos saberes e teorias desqualificados, chamados de senso comum, de opinião e de *doxa*, assim compreendido pelos guardiões da ciência colonizadora, e filiar-mo-nos ao fino trato teórico dos nossos ancestrais indígenas e africanos, hoje, os escravos da república, seus herdeiros. É assumir-se na humanidade sobrance, nos territórios invadidos, cortados, espoliados, nos saberes desqualificados, nas vivências de lutas e de resistências, na esperança de que se vença o signo concreto/real da opressão do jugo *colonial continuum*.

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA/PROBLEMA - OU SOBRE A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A compreensão sobre como utilizaremos a noção de território, para esta tese, apresenta-se como uma espécie de prelúdio, vez que ela emoldura todo o texto, às vezes explícita, outras vezes implicitamente. Neste ínterim, portanto, acionamos as contribuições do professor Milton Santos (1998; 2006; 2008), com ênfase para o texto: “O retorno do território” (SANTOS, 1998), em que ele apresenta uma espécie de síntese do conceito.

Santos (1998, p. 15) assim situa o território:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (ausente de destaques no original).

É pela contribuição de Santos (1998, p. 15), vez que este analisa a história dos homens mediada pelo território, ou seja, a partir da apropriação do espaço, que neste trabalho realizamos o movimento de escala no território, indo do local ao global, como do atual ao inatural.

...assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes.

Conforme Santos (1998, p. 18-19) “as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território”. Para este autor, o que temos é o conflito, em curso, entre as partes do território, o *espaço banal* – “o território de todos, freqüentemente contido nos limites do trabalho de todos” – e as redes – “o território daquelas formas e normas ao serviço de alguns”.

Contrapõem-se, assim, o território todo e algumas de suas partes, ou pontos, isto é, as redes. Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI¹, o Banco Mundial, o GATT², as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (p. 18).

O lugar, esse “*espaço banal*”, contíguo, “nosso quadro de vida”, constitui-se na “sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas” (SANTOS, 1998, p. 19).

Para a professora Maria Adélia Aparecida de Souza (2005, p. 252), quando Santos (1998) recupera o sentido de espaço banal, do economista François Perroux: “sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens de todas as instituições e de todas as organizações”, o faz para distinguir o território vivido das relações contíguas do território das empresas. Para ela (2005, p. 252), Santos (1998)

chama a atenção para a necessidade de hoje refinarmos o conceito de território de modo a distinguir aquele território de todos, abrigo de todos, daquele de interesse das empresas. O primeiro ele conceituará como território normado e o segundo como território como recurso, território como norma ou território das empresas.

Côncio desta tarefa, o professor Horácio Antunes, ao conceituar território em reunião do Conselho Gestor da RESEX Tauá-Mirim, realizada no dia 13 de novembro de 2016, na comunidade Porto Grande, em São Luís/MA, assim o fez, dizendo que

o território é o lugar em que a gente produz, é o lugar em que a gente prepara a nossa alimentação, é o lugar em que a gente cuida dos nossos produtos, é o lugar que a gente se reúne, que a gente discute, que a gente conversa, é o lugar onde os alunos vão assistir aulas, quando tem escola e quando a escola está funcionando... é o lugar de viver... e no território há também conflitos que precisam ser debatidos (informação verbal³).

Portando, é na análise dos territórios vividos – espaço habitado – em permanente conflito com as redes globalizadas e globalizantes do Capital-Estado que esta tese assenta-se. Ou seja, sobre a larga discussão acerca da colonialidade/modernidade e dos deslocamentos

¹ Fundo Monetário Internacional (FMI).

² General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). Significado em português, “Acordo Geral de Tarifas e Comércio”.

³ Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, apresentação oral na Reunião do Conselho Gestor, na comunidade Porto Grande, em São Luís/MA, em 13 nov. 2016.

compulsórios de povos e comunidades tradicionais ou, para nosso caso específico, de ancestralidade indígena e/ou africana, além daqueles empobrecidos econômica e politicamente, em razão de conflitos ambientais, vítimas do racismo ambiental, do que resultam na expropriação, espoliação e gestão dos territórios, dos recursos, dos produtos e dos saberes tradicionais pela elite herdeira colonial. Ou, nos termos de Nasser (2016, p. 23), a atualidade do colonialismo em gerir “espaço, população e recursos” como forma de manutenção e ampliação de poder e da riqueza das corporações e Estados imperialistas.

Tomaremos os deslocamentos compulsórios como uma forma de *gestão da população*, em termos foucaultianos (2008), dos povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade, decorrentes do planejamento, construção e operação de grandes projetos de desenvolvimento, do portfólio público ou privado, intensivos em terra⁴, capital e trabalho e que têm gerado diversos e graves conflitos ambientais, como também a expropriação dos territórios desses povos e comunidades.

Daí nossa hipótese de que esses deslocamentos compulsórios resultam, em larga medida, dos projetos, procedimentos e compreensões de melhoramento, desenvolvimento ou progresso herdados pelas atuais elites dos seus ancestrais colonizadores, tratar-se-ia, portanto, de uma elite herdeira colonial que põe em marcha o projeto de colonialidade (= modernidade) erigido com o alvorecer das grandes navegações europeias do final do século 15, que resultaram na colonização de continentes inteiros, a exemplo da América e da África.

Disso, reaproximando-nos de conceitos como modernidade, colonialidade, desenvolvimento, progresso, globalização, mundialização, deslocamentos compulsórios, conflitos ambientais, governo das populações procuramos demonstrar que os grandes projetos de desenvolvimento, que resultam em expropriação e exploração dos territórios tradicionais, podendo levar aos deslocamentos compulsórios de povos e comunidade tradicionais, ora em curso, são heranças coloniais. E partindo dessa hipótese, sugerimos uma inversão conceitual operacional da modernidade, que teria como efeito colateral a colonialidade, noção amplamente difundida e aceita na sociedade contemporânea, entretanto, para nós, conforme pretendemos mostrar nesta tese, o que vivemos é a colonialidade (= modernidade) e, por conseguinte, um *continuum colonial*.

Neste trabalho, para demonstrarmos as noções de colonialidade (= modernidade) e *continuum colonial*, além de utilizarmos os conceitos mencionados acima, privilegiamos a

⁴ Sempre que utilizarmos a palavra *terra*, nestes termos, referir-nos-emos ao conjunto mais amplo que circunscreve o subsolo, o solo e sua biomassa vegetal e animal, além dos recursos genéticos vinculados, como também aos rios mares com suas faunas e floras associadas.

análise empírica de casos em que se efetivaram, ou ocorreram ameaças, de deslocamentos compulsórios de povos e/ou comunidades tradicionais, resultando na expropriação dos seus territórios e exploração dos recursos e dos braços deles liberados. Sendo que a base de justificativa para as ações de expropriação dos territórios tradicionais, por segmentos privados ou públicos com a chancela do Estado, mediante deslocamentos compulsórios, se dá pela manutenção das relações assimétricas de hierarquização étnica que classifica mulheres, homens e os referentes não humanos a eles ligados como superior ou inferior, desdobrando-se em ações objetivas para cultivar, elevar e aperfeiçoar uns e a diminuir, constranger, eliminar outros. Seja por argumentos e ações religiosas, que pregando a igualdade entre os homens, os distingue brutalmente ao ponto de sacrificar alguns em nome de salvar suas próprias almas; seja pelo sistema secular, que declara igualdade de direitos e dignidade humana e mantém um aparato coercitivo que humilha e mata o corpo e a alma daqueles que não alçam postos de prestígio, seja no campo político, econômico, jurídico, cultural, intelectual.

Ao demonstrar a noção de *continuum colonial* e a inversão conceitual da modernidade em colonialidade (= modernidade) como núcleos fundantes das ações das elites coloniais e suas atuais herdeiras que, por controlar, hegemonicamente, o par Capital-Estado, permanecem pondo em prática os projetos de ampliar seus domínios e riquezas com a apropriação, pela força ou pelo convencimento, dos territórios tradicionais e da produção material social realizada em todos os domínios da vida e sob todas as formas, entendemos que poderá fazer com que os povos e comunidades tradicionais, principais vítimas desses projetos, reforcem suas compreensões de que os ataques, de hoje, contra seus territórios, culturas, economias, políticas, contra seus próprios corpos, derivam daquelas investidas, dos períodos “formais” de colônia e império, contra suas ancestralidades indígenas e/ou africanas e que não cessarão sem a devida tomada de consciência de que não se trata de um caso isolado no espaço e no tempo, mas de um projeto violento e contínuo, no *continuum* da história, que pretende manter, desde então, e ainda hoje, a clivagem naturalizada entre o homem (branco colonizador) e um outro (não branco colonizado) tributário de toda sorte de ingerências dos primeiros sob pretexto de levar os segundos à condição humana.

Portanto, nosso problema de pesquisa se evidencia na seguinte questão: a condição de superioridade dos grupos de poder político, econômico, social, cultural, religioso, de hoje, se dá em função da manutenção das gestões, portanto do controle dos territórios, das populações, das produções e dos recursos dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, herança da colonialidade (= modernidade), no tempo presente?

Definir o problema de pesquisa é bem mais fácil que verbalizá-lo ou escrevê-lo. As inquietações de espírito que nos foram se impondo, desde 2004, quando da pesquisa para a elaboração da monografia de graduação (Curso de Ciências Sociais-UFMA) e das primeiras inserções em campo e nas lides do engajamento acadêmico através do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) nos questionavam sobre o porquê daquelas comunidades do campo e da cidade seguirem, ainda hoje, como fornecedoras compulsórias de espaços, braços, produtos e recursos para os grupos de elite que, no uso do discurso retórico, afirmavam que toda sorte de expropriação e exploração se dá em favor dos próprios expropriados.

Inspirado pelos ensinamentos do sociólogo e mestre Florestan Fernandes (1995, p. 29), ao afirmar que “para o sociólogo não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”⁵, a construção do objeto e a definição do problema de pesquisa deste trabalho de doutorado foram se dando, portanto, concomitantemente as minhas experiências nos campos acadêmico e da militância. Em 2004, juntamente com outros colegas do curso de graduação em Ciências Sociais da UFMA, provocamos os professores Horácio Antunes e Elio Pantoja a criarmos um grupo de pesquisa – o GEDMMA, do qual desde então participo como membro da coordenação –, que tivesse como foco de atuação a produção acadêmica engajada e militante, como todos o são, mas com a opção de assumir as trincheiras dos grupos explorados e expropriados. A partir daí, no âmbito do grupo, foram incontáveis as minhas participações em audiências públicas, reuniões, seminários, encontros e ações diretas de defesa dos territórios em que lideranças das comunidades tradicionais e instituições locais, nacionais e internacionais se faziam ouvir, davam a direção, definiam agendas; tomei parte, como pesquisador, em pelo menos cinco projetos de pesquisa (um deles de cooperação internacional – UFMA/UniCV⁶) e dois de extensão, todos desenvolvidos pelo GEDMMA; como também compartilhei a autoria de diversos artigos, relatórios, e laudos (a exemplo de GEDMMA, 2009; 2014) que versavam sobre as comunidades tradicionais em defesa dos seus territórios contra o par Capital/Estado em São Luís. E foi dessa opção que emergiram os trabalhos finais de graduação e mestrado, como também definiram os rumos acadêmicos e militantes da realização do doutorado, explicitados nesta tese.

⁵ “A recusa ostensiva do poder, em um poeta, e o colocar-se em cima do muro, através da ‘neutralidade ética’, de um cientista social ou de um filósofo, não são apenas modalidades disfarçadas ou sublimadas de participar do poder e de exercê-lo hipocritamente. Elas constituem limites correntes de aceitar o poder maldito ou perigoso da inteligência corrosiva e devastadora” (FERNANDES, 1995, p. 29).

⁶ UniCV - Universidade de Cabo Verde.

Incontestavelmente, tal trajetória evidencia minhas propensões políticas, acadêmicas e de militância, como também a temática, os campos empíricos, os interlocutores e as bases teóricas e epistemológicas da pesquisa. Entretanto, embora refiramo-nos às experiências de pesquisa com o mesmo recorte empírico e, em certa medida, relacionada à problemática mais ampla dos deslocamentos compulsórios, dos saques e das invasões dos territórios das comunidades tradicionais da Ilha do Maranhão (MENDONÇA, 2006), têm razão Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 49) quando afirmam que

Basta ter tentado uma vez submeter à análise secundária o material coletado em função de outra problemática, por mais neutra que essa possa ser, para saber que os *data* mais ricos nunca estariam em condições de responder completa e adequadamente a questões para as quais e pelas quais não foram construídos. Não se trata de contestar, por princípio, a validade da utilização de um material já usado, mas sim lembrar as condições epistemológicas desse trabalho de *retradução* que incide sobre fatos construídos (bem ou mal) e não sobre dados.

Portanto, revisitar o conjunto de “fatos construídos” em 2004, pela via de entrevistas (Quadro 1), em razão da problemática dos possíveis deslocamentos compulsórios de comunidades tradicionais, da Área Rural II de São Luís (parte sudoeste da Ilha do Maranhão), por ocasião do projeto de instalação do polo siderúrgico (MENDONÇA, 2006), foi-nos fundamental para consolidar nosso atual problema de pesquisa e até iniciar as primeiras construções do objeto. Entretanto, não resistiram à reanálise para os propósitos da continuidade desta pesquisa, embora, por teimosia, tivéssemos tentado por mais de uma vez.

Dito isso, a construção do objeto, que segue até a inscrição da última linha do texto sistematizado da pesquisa em forma de resultados (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999) foi se engendrando nas tentativas, entre acertos e erros, na seleção de conceitos e teorias, de amostragens empíricas, de diálogos diretos ou tangenciais com intelectuais das comunidades tradicionais, dos movimentos sociais e da academia, procurando com isso aproximarmo-nos daquilo que esses autores chamam de justa medida entre empirismo, teoria e liberdade de espírito do pesquisador.

Nesse sentido, uma providência, tanto faz se primeira, intermediária ou última, foi definir por onde se daria nossa entrada no real/concreto da colonialidade (= modernidade) expressa nas expropriações das vivências empíricas selecionadas, pelo que nos filiamos à sugestão de método de Marx (2008, p. 258-59)

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.

Como afirma Marx (1996, p. 140), “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”. As relações atuais de colonialidade (= modernidade) constituem-se nas múltiplas determinações do real, verificadas nas tensões entre a elite herdeira colonial e os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana em São Luís/MA, em Açailândia/MA e em Buriticupu/MA.

Essas relações, expressas neste texto de tese, constituem-se um “todo pensado” na materialidade das vivências.

O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente (MARX, 2008, p. 259-60).

Por essa compreensão, a defesa do território da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA; a luta pelo reassentamento da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA e a “guerra” pela terra em Buriticupu/MA, mediadas pelas teorias e pelas vivências das comunidades tradicionais, constituem-se o nosso concreto/real, embora ele permaneça autônomo da nossa apreensão e, portanto, aqui expresso como o “todo pensado”.

1.2 PROPOSTA METODOLÓGICA: OU COMO ELABORAMOS ESTA TESE

Em certa ocasião, em Berkeley, Houria Bouteldja, militante do Partido dos Indígenas da República (PIR)⁷, assim se manifestou ao ser acusada de “culturalista”:

Eu não falo aqui a partir de um ponto de vista culturalista, religioso ou identitário. Eu falo desde um ponto de vista materialista e descolonial. Insisto neste ponto, visto que, na França, exprimir um ponto de vista crítico do universalismo branco é imediatamente interpretado como culturalista, particularista (ausente de destaques no original) (BOUTELDJA, 2016, s/p).

⁷ “Le PIR [Parti des indigènes de la république] constitue un espace d’organisation autonome de tous ceux qui veulent s’engager dans le combat contre les inégalités raciales qui cantonnent les Noirs, les Arabes et les musulmans à un statut analogue à celui des indigènes dans les anciennes colonies : marginalisation politique, stigmatisation de nos cultures et religions (notamment dans les médias), brutalités policières au faciès, discriminations à l’emploi, au logement, à l’école, répression de l’immigration et des habitants des quartiers, etc. Plus généralement, le PIR lutte contre toutes les formes de domination impériale, coloniale et sioniste qui fondent la suprématie blanche à l’échelle internationale” (Disponível em: <http://indigenes-republique.fr/le-p-ir/que-voulons-nous/>. Acesso em: 29 out. 2016).

Talvez fosse desnecessário reproduzir tal advertência, entretanto, mesmo partindo das condições concretas e materiais dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, o “natural” seria enquadrarmo-nos na matriz de análise culturalista.

Quando tratamos das sobras, restos, reminiscências desses povos e comunidades, quase inidentificáveis na história universal/oficial de São Luís/MA, de Açailândia/MA e de Buriticupu/MA, o fazemos pela via das suas condições reais, no tempo presente, na atualidade do colonialismo, e não na busca de traços ideológicos ou culturais amorfos apartados das relações materiais mais prementes. Seja a perda do lugar habitado/vivido marcado pela diminuição ou exaustão da pesca, do extrativismo e do cultivo de pequenos roçados na RESEX Tauá-Mirim, ou pela situação de insegurança de moradia, trabalho e até alimentar da comunidade Piquiá de Baixo, seja pela “guerra de Buriticupu” feita pelos camponeses que se viram sem ter como plantar as sementes e colher os frutos para alimentar suas famílias em razão da brutal grilagem das suas terras.

Afinal, como advertia Benjamin (1987, p. 227), diante da pergunta sobre

...com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (ausente de destaques no original).

Com a intenção de “escovar a história a contrapelo”, nós ousamos falar da colonialidade (= modernidade) no tempo presente das comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, mas como ressalta Benjamin (1987, p. 231):

Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido (ausente de destaques no original).

Então, é nesse sentido que acionamos as invasões das terras dos povos originários e os saques dos seus recursos, o sacrifício e/ou a utilização dos corpos e das mentes dos indígenas e africanos como forma de produzir riqueza e poder aos colonizadores. Essas reminiscências, “na

folhagem do antigamente”, sob assombros, açoites e eliminações físicas e mentais apagadas pelos documentos da cultura letrada e capitalista no tempo presente, por ela chamada de modernidade, é que acionamos como eternidade, como uma espécie atemporal, a-histórica – o colonialismo – (embora sendo ao mesmo tempo finito, temporal e histórico) que, por isso mesmo, salta ao presente, com a “consciência de fazer explodir o *continuum* da história” (BENJAMIN, 1987, p. 230).

Afinal, como disse Nasser (2016, p. 23), “essa ideia de controle de população, de recursos e dentro de um espaço. Isto aí é a grande invenção do colonialismo e ele se refaz de várias formas”.

Como aponta Ballestrin (2013, p. 112), uma das grandes questões a serem colocadas para o Grupo Modernidade/Colonialidade (MC)⁸, dentre outras, seria: “como verificar empiricamente hoje o sujeito colonizado?”, ou se os movimentos sociais e comunidades atuais, “em seus discursos e práticas, identificam a colonialidade e reivindicam a decolonização?”. Essas questões atravessam todo esse trabalho, ainda que de modo tangencial, sobretudo nas apresentações e análises dos casos empíricos típicos.

As lutas das comunidades tradicionais que resistem à expropriação dos seus territórios, dos seus recursos e da sua própria população, no presente, em boa medida, se alimentam das narrativas do passado ancestral. Esse recurso de reconstruir o passado ancestral tem sido um dos meios de luta, mas também tem inspirado pesquisadores a tecer seus ofícios à procura de reconstruir a história do presente dessas comunidades a partir de histórias apagadas ou silenciadas pela historiografia oficial, a exemplo dos trabalhos de Jesus (2014) e Sbrana (2014; 2015), o que, pelo método de luta pela atualização do passado para garantia de vida e dignidade no presente, esses agentes além de inscreverem novas temporalidades também sugerem agendas de pesquisa, influenciam a produção acadêmica, como foi o caso desta tese.

Nesse sentido, conforme destaca Benjamin (1987, p. 228-29), “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida” que, ao longo da história foi obrigada a abandonar “tanto o ódio como o espírito de sacrifício”, os quais “um e outro se alimentam da imagem dos antepassados escravizados, e não dos descendentes liberados”.

Recorrer às narrativas das comunidades tradicionais, dos sacrifícios dos seus antepassados, seja pela via de entrevistas e conversas que diretamente travamos, seja pela via da leitura de vídeos, documentários e da literatura que apreenderam as falas vivas, do presente e do passado, dos narradores dessas comunidades ancestrais, constituiu-se parte do modo como

⁸ Sobre o Grupo Colonialidade/Modernidade veja-se o capítulo 2 desta tese, no item 2.2.1.

escrevemos esta versão sobre as continuidades da colonialidade no presente, sob as formas de grandes projetos de desenvolvimento intensivos em terra, capital e trabalho, que geram conflitos ambientais e espoliação de territórios de ancestralidade indígena e/ou africana pela via dos deslocamentos compulsórios, o que tem consolidado e aumentado a riqueza e o poder dos grupos de herdeiros do colonizador.

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Como nos exemplos de Beto do Taim e d. Máxima, da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA; de seu Edvar e d. Tida, de Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA; de Vila Nova e Raimundo França, em Buriticupu/MA, ao libertar os espíritos dos seus ancestrais, pelas suas narrativas, os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana redefinem a noção de tempo histórico, compreendendo, como apontava Bloch (2001, p. 55), que o “tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum”.

A reconstrução de aspectos do passado, recente ou imemoriável, se dá pela demanda do presente. Os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana ao longo dos séculos de colonização foram engendrando formas de lutas e resistências para garantir o direito de existir. Das mobilizações e lutas mais recentes, de meados do século 20 para cá, resultaram, dentre outras, modificações na estrutura jurídica⁹ voltada para a relação desses povos e comunidades com o Estado e, conseqüentemente, com toda sociedade, o que resultou no reconhecimento de direitos (VARGA, 2002; 2014).

Esses direitos inscritos nos instrumentos normativos, embora conquistados à custa de penosas lutas e sacrifícios de vidas, no mais das vezes, se apresentam mais como virtualidades do que direitos efetivos. Dessa conquista inicial, resultou outra demanda, a de comprovar os vínculos dessas identidades indígenas e africanas, no presente, com suas respectivas ancestralidades, ou com modos e meios de vida vinculados aos tempos e ritmos da natureza. Portanto, a demanda por refazer o passado ancestral apagado pela história oficial inscrita pelo colonizador e pela autonegação frente aos estereótipos de inferioridade, de desumanidade passa

⁹ A exemplo a Constituições Federal (CF), principalmente os artigos 231 e o artigo 67 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que tratam especificamente dos direitos indígenas; o artigo 68, também, dos ADCT que prever o reconhecimento e a demarcação dos territórios das comunidades remanescentes dos quilombos. O artigo 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, reconhecido pelo Brasil somente em 2004, que prever os direitos dos povos indígenas e tribais. Além disso, o Decreto Federal nº 6.040/2007 que conceitua e prever uma série de direitos aos povos e comunidades tradicionais, também a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei nº 9.985/2000) que prever o reconhecimento e proteção de Reservas Ambientais em ecossistemas preservados por esses povos e comunidades tradicionais.

a ser a nova arena de luta, resultando na necessidade de trazer para o agora os gritos, os açoitados das gerações derrotadas. Mas com isso não se reafirma a derrota, pelo contrário, se questiona cada injusta “vitória dos dominadores”. As derrotas das gerações passadas, reinscritas no presente, “se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e aagem de longe, do fundo dos tempos” (BENJAMIN, 1987, p. 224).

“O limite entre o atual e o inatual [que Bloch (2001, p. 61) diz] está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo”, é que é acionado competentemente, no tempo presente, pelos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, no campo e na cidade, como duplo meio de fazer justiça e garantir direitos, justiça as suas gerações derrotadas e direitos às gerações atuais que guardam inscritas em suas próprias vidas e corpos a história e a esperança ancestral.

Cingidos pelas ponderações acima, para percorrer o caminho de investigação da tese foi necessário compreender criticamente o Maranhão, fundamentado no modelo de desenvolvimento baseado em grandes projetos de desenvolvimento, que se insere em uma lógica que trata a Amazônia como região de grandes potencialidades econômicas, contrastando com atrasos e déficits que deveriam ser supridos com a atuação conjunta de Estado e iniciativa privada. Esta atuação, entretanto, é posta em prática como um eficiente instrumento de promoção do modelo estatal-empresarial de desenvolvimento, como resultante da noção de modernidade com a qual o Estado e empreendedores operam, que invisibiliza do cenário público povos e grupos sociais locais (IANNI, 1979; BUNKER, 1988; SANT’ANAJÚNIOR, 2004).

O estudo sobre grandes projetos e seus impactos socioambientais demandou o aprofundamento da discussão sobre desenvolvimento (ESCOBAR, 1996; VIOLA RECASENS, 2000; SACHS, 2000), procuramos problematizar essa concepção tão presente e influente na formulação de políticas, na iniciativa empresarial e no cotidiano dos grupos sociais atingidos. E como consideramos que a matriz atual de desenvolvimento, pautada pelos grupos hegemônicos política e economicamente, constitui-se uma herança da colonialidade e que aponta sua seta para a modernidade, procuramos compreender a literatura sobre modernidade e globalização na perspectiva teórica dos estudos póscoloniais com ênfase para a latino-americana (ESCOBAR, 2005; DUSSEL, 2005; LANDER, 2005b, MIGNOLO, 2003, 2005; QUIJANO, 1992, 2005; CORONIL, 2005; COSTA, 2006; GROSFUGUEL, 2008).

Para nos auxiliar com as análises dos impactos dos deslocamentos compulsórios de povos e comunidades tradicionais, resultantes dos conflitos socioambientais de instalação de grandes projetos de desenvolvimento, aprofundamos o estudo sobre grandes projetos de

desenvolvimento na Amazônia (ALMEIDA, 1996 e 2006; CARNEIRO, 1989 e 1997; D'INCAO e SILVEIRA, 1994; MONTEIRO, 1997; PORTO-GONÇALVES, 2005a; MAGALHÃES, 2007; CARVALHO MARTINS, 2012); populações tradicionais e sua relação com o território e o ambiente (ALMEIDA; CUNHA, 2009; LITTLE, 2002; SANT'ANA JÚNIOR, 2004); conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010); ambientalização de conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004).

Na operacionalização de todas as fases da pesquisa contamos com o auxílio da estrutura do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), além da colaboração direta de pesquisadores do grupo.

Nossos principais procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica, levantamento e mapeamento dos conflitos sociais e dos grupos deslocados, trabalho de campo nas áreas eleitas para observação empírica (RESEX de Tauá-Mirim, em São Luís/MA; Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA e Buriticupu/MA), com registro no caderno de campo e uso de máquina fotográfica ou filmadora (quando possível), conversas informais, realização de entrevistas com uso de gravador junto a interlocutores selecionados, levantamento de panfletos, relatórios, documentos, diagnósticos, laudos, páginas eletrônicas produzidas pelos diferentes agentes sociais envolvidos nos conflitos socioambientais e nos processos de deslocamentos, acompanhamento e observação de audiências públicas, reuniões, assembleias, seminários, encontros e outros momentos de realização de debates públicos envolvendo os casos empíricos selecionados, organização e sistematização das informações.

O trabalho de campo ocorreu com o propósito de entender como a instalação de grandes projetos de desenvolvimento empresariais-estatais, intensivos em terra, capital e trabalho, que comprometeram irreversivelmente o modo de vida local, deslocaram ou ameaçaram deslocar compulsoriamente a comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA; os camponeses de Buriticupu/MA e as comunidades da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA e se estas situações empíricas figuram expressões do *continuum colonial*.

As etapas de campo foram diluídas no tempo, desde o ano de 2004, quando realizamos os primeiros levantamentos para a elaboração da monografia de conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais, até 2016, com os últimos levantamentos e atualização de informações com fins específicos a atender ao projeto de elaboração desta tese.

Entre 2004 e 2006 realizamos quinze entrevistas (Quadro 1) com o propósito de compreender a cena em que se enredavam 14 mil famílias de 11 comunidades, da Área Rural II de São Luís, parte sudoeste da Ilha do Maranhão, que sofreram ameaças de deslocamento compulsório para instalação de um polo siderúrgico proposto por empreendedores privados em

coligação com o governo do Estado (MENDONÇA, 2006). Aquelas entrevistas, somadas às realizadas mais recentemente, constituíram-se nas bases para argumentos, ordenamento do pensamento durante todo o texto da tese, mas com ênfase para o capítulo 7 “Os escravos da república na ilha Upaon-Açu ou sobre a resistência ao apagamento de vidas indesejáveis”.

Quadro 1 - Relação de entrevistados entre 2004 e 2006

NOME	STATUS	DATA ENTREVISTA
Bruno	Morador	31/10/2004
Ulisses	Morador	31/10/2004
Arimatéia	Morador	13/11/2004
Elias	Morador	07/01/2005
Dora	Moradora	08/01/2005
Estela	Moradora	08/01/2005
Matheus	Morador	08/01/2005
Ângela	Moradora	08/01/2005
João	Morador	31/10/2005
Antônio	Morador	31/10/2005
Aparecido	Morador	24/03/2006
Oswaldo	Morador	25/03/2006
Marilda	Moradora	25/03/2006
Mariano	Morador	25/03/2006
Zagallo	Movimento Reage São Luís	14/08/2006

Fonte: Mendonça (2006, p. 13).

Durante o período regular da integralização do doutorado, de março de 2013 a fevereiro de 2017, foram realizadas novas investidas de campo, desta vez acrescidas as etapas de Açailândia e Buriticupu, com o respectivo propósito de juntar informações sobre a realidade da comunidade Piquiá de Baixo em Açailândia/MA e dos camponeses envolvidos na luta de retomada das terras griladas em Buriticupu/MA. Esta etapa de campo se agregou à continuidade dos trabalhos de pesquisa que já vinham sendo realizados na Área Rural II de São Luís, no âmbito dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo GEDMMA (Quadro 2).

A maior parte deste conjunto de entrevistas seguiu a forma de conversas sobre a realidade material das vivências dos interlocutores no âmbito das suas comunidades ou dos movimentos que tomam parte, suas histórias de lutas e resistências, a organização e a rede de alianças acionadas a cada uma das contendas pela garantia da reprodução social (material e simbólica) do grupo e garantia dos territórios e dos recursos a eles vinculados. Cabe ressaltar que entre a coleta de informações, sua classificação, sistematização e utilização no texto final é regra ter-se um hiato, pelo que algumas entrevistas figuraram como emoliente do pensamento somente, entretanto, imprescindíveis para o resultado final da tese.

Quadro 2 - Relação de entrevistados, etapa de campo Açailândia/Buriticupu/São Luís

ENTREVISTADO	PROCEDÊNCIA	DATA
Pai Euclides*	Pai de Santo, herdeiro do Terreiro do Egito	30/10/2014
Sr. Joca	Morador do Cajueiro	17/01/2015
Pe. Dário	Paróquia Santa Luzia, em Piquiá	07, 08 e 10/05/2016
Joanita	Moradora Piquiá de Baixo	09/05/2016
Joaquim	Morador Piquiá de Baixo	09/05/2016
Maria Aldenir	Moradora Piquiá de Baixo	09/05/2016
Raimunda	Moradora Piquiá de Baixo	10/05/2016
Francisca	Moradora Piquiá de Baixo	10/05/2016
Raimundo França	Liderança em Buriticupu	11/05/2016
Vila Nova	Liderança em Buriticupu	11/05/2016
Beto do Taim	Liderança da comunidade Taim	08 e 14/10/2016
Clóvis Amorim	Liderança em Cajueiro	10/10/2016
Máxima Pires	Liderança em Rio dos Cachorros	12/10/2016
Maria Antônia	Diretoria STTR ¹⁰ de São Luís	16/11/2016
Maria de Jesus Gamboa	Diretoria STTR de São Luís e Moradora de Igarauá	16/11/2016

Fonte: Caderno de campo

* Entrevista realizada com a participação de outros membros do GEDMMA, uma liderança da comunidade Taim, Rosana Mesquita, além do autor.

Sobre entrevistas e outros procedimentos metodológicos poderíamos acionar todas as referências aqui utilizadas como baliza para demonstração desta tese, ou, pelo menos, aquelas que julgássemos ter sido elaboradas sob os caminhos parecidos aos que deveríamos percorrer, entretanto, além de desnecessário, seria encompridar conversas pouco ou nada profícuas. Por isso mesmo, elencamos apenas algumas experiências e sugestões de método “catadas” de Bourdieu (2012b), Mignolo (2003) e Goldman (2003).

Bourdieu (2012b, p. 694; 698), embora acreditando que “só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas *reflexividade reflexa*, baseada num ‘trabalho’, num ‘olho’ sociológico, permite perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social...”, ou seja, “começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas”. Exatamente por conhecer seus efeitos *a priori*, ele nos ajuda a entender o momento da entrevista como a interação entre pesquisador e entrevistado/pesquisado e não como um procedimento neutro e de mão única, como se apenas o entrevistador controlasse as perguntas e a conversação para extrair objetivamente os dados do seu entrevistado. Entretanto, “o interrogador não pode nunca esquecer que objetivando o interrogado, ele se objetiva a si mesmo... o interrogatório tende naturalmente a tornar-se uma socialização a dois na qual o analista está preso, e é posto à prova, tanto quanto aquele que ele interroga”, sendo assim, o controle pelo método, que deixa o pesquisador cômico no campo de pesquisa, mesmo com

¹⁰ Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

todo rigor acadêmico, não tira da relação de interação, na elaboração do conhecimento, a marca do entrevistado/pesquisado.

Além da interação direta com os entrevistados, também fizemos aquilo que Goldman (2003, p. 455) chama de “catar folha”.

Num registro menos acadêmico, sempre imaginei que as técnicas de trabalho de campo que utilizei em Ilhéus se assemelhavam muito ao que se denomina, no candomblé, “catar folha”: alguém que deseja aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre; ao contrário, deve ir reunindo (“catando”) pacientemente, ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as “folhas”) com a esperança de que, em algum momento, uma síntese plausível se realizará.

Assim como em nosso caso, os interlocutores de pesquisa de Goldman (2003, p. 456), tratam-se “sempre de pessoas muito concretas, cada uma dotada de suas particularidades e, sobretudo, agência e criatividade”, mas ele recomenda, por outro lado, evitar naturalizar a “opinião nativa”, como também o “‘ponto de vista nativo’, não deve jamais ser pensado como atributo de um nativo genérico qualquer”.

Procedimento parecido é adotado por Mignolo (2003, p. 12),

Tomei a decisão de adotar as conversas como método de pesquisa no primeiro semestre de 1994...

Resolvi então que nos próximos três ou quatro anos iria dedicar-me a conversar e escrever sobre questões ligadas à colonialidade e à globalização, partindo do século 16... até os séculos 19 e 20... Quando falo de conversas não me refiro a declarações que possam ser gravadas, transcritas e usadas como documentos. Geralmente as conversas mais significativas foram comentários ocasionais, feitos de passagem, sobre um acontecimento, um livro, uma idéia, uma pessoa. São documentos que não podem ser transcritos, conhecimento que vem e vai, mas que permanece na mente e altera um determinado argumento.

Antes e durante o decurso da elaboração da tese foram inúmeras situações de “conversas”. Nas reuniões semanais, atividades de extensão, seminários de pesquisa e nos encontros coletivos de orientações do GEDMMA; em reuniões nas comunidades da RESEX Tauá-Mirim e do seu Conselho Gestor; nos dias de campo em Açailândia/MA e Buriticupu/MA; em Seminários e Encontros do coletivo de povos e comunidades tradicionais do Maranhão, mas também, durante aquelas conversas ainda mais informais com colegas das áreas de pesquisa, do GEDMMA e de outros mestrados e doutorandos. Todas elas passaram a compor, de um modo ou de outro, a narrativa desta tese, tanto aquelas que ganharam signos transcritos nalgumas linhas ao longo do trabalho, quanto as que figuraram como emoliente dalgum argumento ou apenas prepararam a mente à tarefa, às vezes dolorosa, às vezes gozosa, da escrita.

Uma situação específica pode ilustrar bem tudo isso. Como recurso de método, ao viajarmos, no mês de outubro de 2016, para conhecer toda extensão da Estrada de Ferro Carajás

(EFC), de São Luís/MA à Parauapebas/PA, deparamo-nos com a realidade mediada pelas estatísticas que apontavam para o grande número de pessoas de outros Estados, notadamente do Maranhão, que, em razão de procura de oportunidade de emprego, vivia em Parauapebas/PA. Encontramos de operários do enclave da Vale na Serra dos Carajás, passando por taxistas até mulheres recepcionistas de hotel e mãe que acompanhava a filha professora da rede estadual de ensino, todos/as maranhenses.

Dentre estes, o que mais nos surpreendeu, em razão do nosso objetivo de pesquisa, foi um jovem, do município de Timbiras/MA, que trabalha em um taxi clandestino, de sua propriedade, que teria ido para Parauapebas porque sua família passava necessidade de ordem de segurança alimentar, inclusive; ele teria deixado a escola, o curso Técnico em Informática, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus Codó, porque teria ficado impraticável arcar com as despesas de transporte e sua própria liberação para o estudo formal frente às carências da família. Além dele, um irmão teria ido para o trabalho sazonal do corte de cana no interior do Estado de São Paulo, pelo que teria dito à família: “se eu escapar dessa, sair vivo, eu prometo a Deus nunca mais voltar, só quero que Deus me ajude a tirar essa safra, porque o trabalho é pesado demais” (Anotações em Caderno de Campo).

Não só, mas esta “conversa”, aliada à literatura especializada (CARNEIRO, 2013; RODRIGUES, 2016) e a produções de documentários (NOVAES; ALVES; VIDAL, 2007), passou a figurar como “dado” nas argumentações sobre a colonialidade no tempo presente dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, analisados nesta tese.

A efervescência dessas interações informais levou-nos a imaginar ser possível um universo de pesquisa mais largo, pensamos, nos primeiros passos do trabalho, em eleger como típicos empíricos, além da Ilha Upaon-Açu/MA; Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA e Buriticupu/MA, também as investidas contra comunidades do município de Alcântara/MA, deslocadas, na década de 1980, para instalação da Base Aero Espacial de Alcântara (ALMEIDA, 2006) e os territórios das comunidades Pode Ser e Salva Terra I e II, no município de Bacabeira/MA, deslocados para instalação da Refinaria Premium da Petrobrás, empreendimento que não se efetivou (FSADU/UFMA, 2009; MENDONÇA; RABELO, 2010; SANT’ANA JÚNIOR, 2013). O primeiro caso tem sido interpretado, principalmente pela literatura antropológica, como um verdadeiro genocídio promovido diretamente pelo Estado Brasileiro, representado pela Força Área Brasileira (FAB) e o segundo, como a esquizofrenia empresarial-estatal, representada pela Petrobrás. A importância desses casos se dá em razão de que é diretamente o Estado que promove a expropriação dos territórios dos povos e

comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana. Entretanto, apesar de ter realizado uma volumosa construção de informações, resolvemos, guiados pelo princípio de realidade, declinar do intento, porque sabíamos ser impossível desenvolver análises sobre essas realidades sociais dentro do prazo regimental de doutoramento.

Por fim, como diz Marx (1996 p. 140).

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*.

O método de exposição deste trabalho foi muito questionado, primeiro pelo próprio autor, depois por colegas que liam e criticavam, pelo que sugeriam mudanças de conteúdo e forma. Dentre as sugestões, recordamo-nos das feitas pelo professor José Arnaldo Ribeiro Júnior, colega do GEDMMA e pela professora Patrícia Portela, esta última já por ocasião da qualificação da tese. Após conviver certo tempo com o desconforto da exposição inicial, resolvemos inverter quase tudo, com o propósito de tentar melhorar a compreensão de quem lê. Assim, o quadro abaixo (Quadro 3) mostra a síntese das modificações que operamos, muitas tentativas até chegar ao modo final de apresentação (porque já não podia não definir).

Quadro 3 - Método formal de apresentação da pesquisa

Atual - Final	Antigo - 1ª tentativa
Cap. 01	Cap. 01
Cap. 02	Cap. 02
Cap. 03	Cap. 07
Cap. 04	Cap. 03
Cap. 05	Cap. 05
Cap. 06	Cap. 04
Cap. 07	Cap. 06
Cap. 08	Cap. 08

Fonte: Autoria própria.

Aliada a essa opção metodológica, ainda optamos em experimentar mais amplamente uma construção coletiva. Cada capítulo da tese, além de contar com a competente orientação do professor Horácio Antunes, foi revisado por colegas do GEDMMA, lideranças dos movimentos sociais ou das comunidades onde realizamos o trabalho de campo. Evidentemente, isso não isenta ou transfere, em qualquer medida, a responsabilidade do autor pelos erros, que contou com as incongruências ou mal-entendidos e, evidentemente, não teve a capacidade de compreender e, muito menos, de incorporar ao texto todas as críticas e sugestões pertinentes,

pelo que o trabalho teria ficado bem melhor e mais completo. Mas foi essa construção, a muitas mãos, que me incitou optar em escrever o texto, quase que integralmente, na primeira pessoa do plural, *nós*.

Este trabalho de tese constitui-se de oito capítulos, sendo o primeiro e o oitavo, respectivamente, a *Introdução - ou de como e porque escrever esta tese*, e a *Conclusão - para não concluir*, ligados por outros seis capítulos.

No capítulo 2, *Colonialidade (= modernidade): o continuum colonial*, que contou com a leitura crítica da historiadora Tayanná Santos, dos professores Elio Pantoja, Cíndia Brustolin e José Arnaldo Ribeiro Júnior, todos colegas do GEDMMA, e do colega professor e historiador Wellington Barbosa, apresentamos a tese principal deste trabalho: *o continuum colonial* e a colonialidade (= modernidade). A partir da discussão conceitual de colonialidade, modernidade, transmodernidade, desenvolvimento, progresso, globalização, tendo como principais interlocutores os escritores/pesquisadores vinculados aos estudos pós-coloniais, e recorrendo a informações supostamente duvidosas, e com a peche de senso comum, dispostas na Rede Mundial de Computadores (Internet), sugerimos a inversão da compreensão corrente e acadêmica de modernidade para *colonialidade (= modernidade)*, como também apresentamos o esboço do conceito *continuum colonial*.

O capítulo 3, *Os escravos da república na Ilha Upaon-Açu ou sobre a resistência ao apagamento de vidas indesejáveis*, embora seja o terceiro capítulo foi o último a ser escrito e, talvez, por isso mesmo, já dê sinais de “último fôlego”, este foi gentilmente revisado e criticado por Alberto Cantanhede e Máxima Pires, ambas lideranças do território da RESEX Tauá-Mirim, e pelos colegas professores e membros do GEDMMA José Arnaldo Ribeiro Júnior e Elio Pantoja; nele procuramos situar a Ilha do Maranhão na colonialidade do presente. Esforçamo-nos para demonstrar como a elite herdeira colonial, ao apagar a história dos vencidos (BENJAMIN, 1987; JESUS, 2014; SBRANA, 2014, 2015), impõe, ainda hoje, um modelo de produção centrado na economia do bem comum (FRAGOSO, 2000) e no controle da população, espoliação do território e uso dos recursos (NASSER, 2016) dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana da Ilha do Maranhão como modelo que se espalha para todo o Estado do Maranhão.

O capítulo 4, *Deslocamentos compulsórios e o continuum colonial*, que contou com a leitura crítica de Elio Pantoja, José Arnaldo Ribeiro Júnior e Wellington Barbosa, apresenta as estreitas relações entre os deslocamentos compulsórios (ALMEIDA, 1996) de povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana e o que chamamos *continuum colonial*, a partir das práticas da elite herdeira colonial que avança com seu projeto de colonialidade (=

modernidade), no mais das vezes, impondo deslocamentos mediante reassentamento, indenizações ou expropriação direta com uso de violência física ou simbólica, o que inviabiliza a reprodução social e material do grupo, mesmo permanecendo em seu território, mas ainda assim deslocados social, política e economicamente. Neste capítulo, ainda abordamos como se dá o governo das populações (FOUCAULT, 2008) tradicionais em favor das elites herdeiras coloniais nas relações de colonialismo interno (CHALOULT, 1978; MIGNOLO, 2005; GONZÁLEZ CASANOVA, 2007), com ênfase para a realidade do estado do Maranhão.

O capítulo 5, *Piquiá de Baixo: uma retirada necessária*, revisto por Dário Bossi, padre comboniano, membro da Rede Justiça nos Trilhos (JnT) e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Sislene Silva, também integrante da rede JnT; José Arnaldo Ribeiro Júnior e pela professora e historiadora Desni Almeida. Aqui, nós situamos os principais projetos industriais e de infraestrutura no âmbito do Programa Grande Carajás, com ênfase nas ações consorciadas Vale-Estado (COELHO, 2014) como características da colonialidade (= modernidade), que impuseram um forte e violento controle da população, do território e dos recursos a eles vinculados, desdobrando-se na espoliação dos territórios de diversas comunidades tradicionais, a exemplo de Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, que ficou imprensada entre as chaminés das siderúrgicas, o asfalto da rodovia federal BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Apresentamos a trajetória da “peleja” dessa comunidade contra o “dragão de aço” (SANTOS, 2014) pela garantia das condições de vida longe da atmosfera do progresso que os exclui e os mata.

No capítulo 6, *Os deslocados do desenvolvimento no Brasil: da colonização ao continuum colonial*, revisto e criticado por Wellington Barbosa, sustentamos a hipótese de que os deslocamentos compulsórios foram a técnica fundante de controle das populações subalternizadas, desde as relações coloniais, notadamente indígenas e negros africanos, para liberar terras e força de trabalho necessários para os projetos de poder dos colonizadores imperiais até seus herdeiros republicanos democráticos. Neste capítulo, sustentamos a hipótese de que os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana figuram, ainda hoje, como o outro indesejável (ALENCAR, 2008), ou desejável como fonte de trabalho e fornecedor de recursos via espoliação dos seus territórios no campo e na cidade, que alimenta a estrutura de exploração e riqueza da elite herdeira colonial.

O capítulo 7, *Buritcupu: a colonialidade (= modernidade) da colonização; grilagem, expropriação e a luta pela terra*, que contou com a revisão de Desni Almeida, traz a “guerra de Buritcupu” (AZEVEDO, 2009) como plano de fundo para a análise da violenta grilagem de terras feita com a participação direta do próprio Estado (ASSELIN, 2009) e a luta dos

camponeses pela retomada do seu território. Argumentamos, neste capítulo, que a expropriação dos territórios camponeses de Buriticupu/MA seguiu o *modus operandi* colonial, atualizado pelo Estado nas esferas municipal, estadual e federal.

Pensamos que a intercalação entre os capítulos elaborados “pela mão” das teorias, dos trabalhos acadêmicos e do conhecimento que circula em vídeos documentários e na Internet com aqueles escritos a partir das experiências empíricas e dos conhecimentos e teorias dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana constituem um “todo pensado” que facilita a leitura tanto da banca examinadora, quanto daqueles, que, por outras motivações ou necessidades, se arrisquem percorrer estas páginas. Boa leitura!

2 COLONIALIDADE (= MODERNIDADE): O *CONTINUUM COLONIAL*

É preciso recordar em todo o caso que um povo colonizado não é somente um povo dominado. Sob a ocupação alemã os franceses continuaram homens. Sob a ocupação francesa, os alemães continuam homens. Na Argélia não há apenas dominação; há, rigorosamente falando, a decisão de não ocupar no fim de contas senão um terreno. Os argelinos, as mulheres de *haik*, as palmeiras e os camelos formam o panorama, o fundo de um cenário natural da presença humana francesa (FANON, 1968, p. 212).

Modernidade, de modo geral, sobretudo, como conceito, categoria de análise ou mesmo como termo de uso corrente, flagrantemente remete ao sentido hegemônico daquilo que goza de *status* superior, de melhor, em uma escala de valores morais, econômicos, políticos, culturais, estéticos, enfim, de toda ordem. Talvez, por isso mesmo, nos imponha a necessidade de expor em que sentido e a que conjunto de formulações teórico-acadêmicas nos filiamos ao operarmos academicamente com este termo, ao nos aventurar na elaboração de proposições que denunciam sua permanente face colonial.

Disso resulta necessário, desde de logo, advertimos que passaremos a usar de modo invertido os termos modernidade e colonialidade, não assumimos que a colonialidade resulta como face obscura da modernidade, como que “o aspecto ‘oculto’ do sistema mundial ‘moderno’ [a ser] trazido à luz” (MIGNOLO, 2003, p. 83), no máximo aceitamos que houve um imenso esforço por parte das elites intelectuais coloniais em deixá-la na obscuridade. Não se trata de “modernidades coloniais” ou de “colonialidades modernas”, como pensa Mignolo (2003), ou como um conjunto de autores reunidos (LANDER, 2005a), apontam, entretanto, o que sugerimos, partindo deles, é pensar e operar uma pela outra, com ênfase na colonialidade, por não ser possível, ao nosso julgo, a existência de uma sem a outra, pelo menos a partir do final do século 15, pelo que passaremos a utilizar a nomenclatura *colonialidade* (= *modernidade*), na perspectiva de que é a colonialidade que comporta a modernidade e não o contrário.

2. 1 COLONIALIDADE (= MODERNIDADE): USO CORRENTE E ACADÊMICO

A qualquer que seja a teoria ou escola que a abordagem sobre modernidade¹¹ se filie, esta apresenta um conjunto (para não dizer um emaranhado) de termos, conceitos, noções supostamente capazes de definir com precisão o que viria ser modernidade.

¹¹ Quando nesse trabalho utilizarmos o termo modernidade isolado, sem a nossa proposição colonialidade (= modernidade), é para manter o sentido como ele foi historicamente construído, como tributário de um mundo mais

Como afirma Ianni (2000, p. 102-103), “muito do que se faz e pensa no mundo passa a pautar-se pelo que é, parece ou pode ser moderno”, e para ele “o que parece e pode ser moderno, modernizado, modernizável ou modernizante traduz-se necessariamente em prático, pragmático, técnico, instrumental”.

Quando se utiliza o termo correntemente, nos trabalhos acadêmicos nas ciências sociais e humanas, sem dar-lhe um tratamento teórico-conceitual, faz-se acionando um largo campo semântico, quase a-histórico e atemporal, que incorpora ao seu sentido e significado àquilo que é “mais”: mais avançado, mais desenvolvido, mais eficiente, mais atual, mais rápido, mais presente, mais agora, enfim, mais tudo, mas desde que se refira a aspectos positivos, na direção do que “é, parece ou pode ser moderno”. Entretanto, mesmo assim, atua como um referente histórico, com seus derivantes: moderno, modernismo, modernização, modernizadora, que supostamente classifica, hierarquiza indivíduos, grupos, governos, sociedades, comportamentos, tendências, gostos, desejos, ambientes, produtos em uma escala espaço-temporal, cuja leitura e compreensão seriam iguais a quem quer que seja.

Nossa opção tem sido compreender e operar com as formulações derivadas da teoria crítica ou, em alguns casos, formulações críticas com outras bases epistemológicas, que apresentam a modernidade como sendo um conceito teórico e operacional histórico, econômico e politicamente situado e que tem gerado efeitos tanto para a fração de maior poder econômico, político e social, quanto para aquela que dispõe de parques capitais econômicos, políticos e sociais, por isso a proposição colonialidade (= modernidade).

Interessa-nos compreender como a modernidade, conceitual e operacional¹², tem sido largamente utilizada das mais diversas formas e com os mais diversos objetivos, por incontáveis grupos como modo de autotransclassificação e de classificação do outro; que somente foi possível sua generalização por ter sido diretamente vinculada às ideias de *desenvolvimento* e *progresso*, da passagem de um estágio inferior para um superior e que teria um modelo real de homem e de sociedade a ser alcançado, desejado por todos os homens e por todas as sociedades.

Para Estava (2000, p. 64-65) a palavra desenvolvimento

sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. [...]. Porém, para dois terços da população mundial, esse significado positivo da palavra ‘desenvolvimento’ - ... - é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembre de uma condição indesejável e indigna.

humano, mas tecnológico e mais civilizado, seria a suposta face próspera e humana da humanidade, que separa os humanos em modernos e selvagens ou bárbaros.

¹² Quando tratamos a modernidade de modo operacional, é, unicamente, para indicar que além da compreensão teórica, ela apresenta-se de modo usual, corrente no cotidiano das falas, opções e ações dos indivíduos.

E Sbert (2000, p. 284-288) ao aproximar os termos desenvolvimento e progresso diz que

Com a chegada oportuna do desenvolvimento, o termo ‘progresso’ foi em seguida aplicado apenas ao que o autodesignado Primeiro Mundo já tinha alcançado e às conquistas potencialmente infinitas a serem garantidas pela economia, pela ciência e pela tecnologia, e ainda não disponíveis ao resto do mundo. [...]. [O progresso] é um destino moderno. Para o homem moderno, e para os que querem partilhar a sua identidade, é inimaginável rejeitar a fé no progresso.

Já Mignolo (2008, p. 293) sentencia que

“Desenvolvimento” foi – como sabemos – na América do Sul e no Caribe, a palavra-chave da terceira onda dos planos globais do pós 2ª Guerra Mundial, quando os EUA tomaram a liderança que era da Inglaterra e da França, e substituíram a missão de civilização dessas pela sua própria versão de modernização e desenvolvimento. Ficou aparente, lá pelo fim dos anos sessenta e início dos setenta – com a crise do Estado do Bem-estar (Welfare State) –, que “desenvolvimento” era um outro termo na retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos. A matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e regiões do planeta são racializados. Ser subdesenvolvido não é como ser um indígena das Américas, Austrália e Nova Zelândia? Ou um negro da África? Ou muçulmanos do mundo árabe? Ser das colônias do Segundo Mundo (ex., Ásia Central e Cáucaso) não era, de uma certa forma, ser tão invisível como as colônias do império de segunda classe, uma racialização escondida sob a expressão “Segundo Mundo”?

Pelas proposições, acima, de Esteva, Sbert e Mignolo, os conceitos e práticas de desenvolvimento e progresso, além de estarem relacionadas entre si, são constituintes da modernidade, ou seja, ser moderno é desenvolver-se e progredir, mas sob a direção de certas concepções e práticas impostas por certas frações humanas. Equação que passa a incluir outras variáveis na afirmação do desenvolvimento como método da modernidade (= colonialidade), quais sejam, os desejos de desenvolvimento, as seduções que suas promessas causam nos indivíduos, povos, grupos e comunidades (QUIJANO, 1992; RADOMSKY, 2011; DOS ANJOS, SANT’ANA JÚNIOR, BRUSTOLIN, 2016).

Os debates sobre modernidade, para nós colonialidade (= modernidade), nas ciências sociais e humanas, são tão vivos que em seu conjunto parece que as diversas abordagens e escolas teóricas tratam de um ente, de um ser capaz de apaixonar mentes e corações, de gerar reveses, guerras. Será que, em torno e em nome da modernidade, ou das disputas conceituais, operacionais a ela relacionadas, realmente há uma corrida para se ser o mais moderno dos modernos? A teoria mais moderna da própria modernidade? A ideia mais moderna de todas as modernas? O grupo, a sociedade mais moderna dos modernos? O estado mais moderno dos modernos? Existiria alguém, algum grupo ou sociedade que intenciona fugir ou já está fugindo da modernidade, quais as consequências disso? Afinal, o que é ser moderno na era da

modernidade? E quem é, ou são, os árbitros da modernidade? Na teoria, mas não somente, fala-se em pré e pós modernidade, por que a modernidade passa a ser o alfa e o ômega da história?

Desses debates, inúmeras questões, impasses, paradoxos têm mobilizado estudos e disputas conceituais e teóricas, um deles é o momento histórico, a data exata, em que o mundo se tornou moderno (ou colonial), e de onde isso tudo surgiu, qual seria seu núcleo gerador, irradiador da colonialidade (= modernidade).

2.1.1 Duas hipóteses sobre a gênese da colonialidade (= modernidade)

A despeito da modernidade, para nós a colonialidade (= modernidade), ter mais ou menos se generalizado em um tempo longo, em um processo com poucas possibilidades de identificar-se uma data exata, ou um fato ou acontecimento específico que marque sua gênese, pelo menos dois episódios seriam identificados como o momento exato em que ela surgira na história humana, quando considera-se a história humana como sendo única. A peste negra ocorrida em 1348 (GRONEMEYER, 2000) e o início das grandes navegações europeias em 1492 (DUSSEL, 2005).

A escritora e socióloga alemã Marianne Gronemeyer (2000, p. 26), afirma que

O historiador cultural E. Friedell ousa identificar a data do advento da modernidade de forma precisa: “O ano da concepção do ser moderno foi 1348, o ano da Morte Negra.” Para ele, portanto, a modernidade se inicia quando a humanidade européia está seriamente enferma.

Para Gronemeyer (2000, p. 26), seguindo as pistas de Friedell, aquele episódio de mortandade humana generalizada marca a emergência da modernidade, em razão de que a partir dali a morte, pelo menos para o homem do mundo circunscrito ao que hoje se chama Europa,

deixa de ser considerada um castigo divino e é declarada uma vergonha humana, que deve ser vista como uma violência. Como um fenômeno natural, ela é incluída no programa fundamentalmente moderno de controle da natureza. Para a modernidade, o progresso é, em parte, uma rebelião contra o estado de submissão à morte, tão humilhante para a humanidade, e uma declaração de guerra à insegurança básica da existência humana, uma existência que parece ser governada pelo acaso ou por um destino volúvel.

Esta compreensão de Gronemeyer aponta para características que parecem ser consensuais quando se aborda a noção de modernidade, para nós colonialidade (= modernidade), a separação homem - natureza e a conseqüente tentativa de controle dela por ele,

como também a secularização da vida, que se acrescentam à ideia de contínua aceleração de todas as dimensões da vida e da globalização de certos padrões sociais, culturais e econômicos.

Entretanto, quando apresenta uma espécie de arqueologia conceitual e operacional do termo “ajuda”, a autora traz para o debate sobre modernidade questões raramente discutidas.

A imagem positiva da ajuda, firmemente estabelecida nas mentes das pessoas, vem de estórias antigas - o Bom Samaritano atando as feridas do homem que foi vítima de ladrões; a lenda de São Martinho compartilhando seu agasalho com um mendigo. [...] Comum a todas essas estórias é sua caracterização da ajuda como incondicional (GRONEMEYER, 2000, p. 19).

As concepções e ações de ajuda tanto dessas estórias quanto do sistema de “esmolas medieval”, segundo a autora, eram motivadas pela certeza da recompensa de quem prestava a ajuda: “não era o olhar piedoso que, ao pousar nos mendigos, estimulava a vontade de dar, e sim a contemplação temerosa do futuro de nossa própria alma. A existência dos pobres fornecia uma oportunidade bem-vinda da salvação de nossa alma, sem ter que tornar-se pobre para fazê-lo” (GRONEMEYER, 2000, p. 19), sendo que “receber esmolas não era associado com procedimentos humilhantes nem considerado motivo para discriminação” (p. 22). Segundo esta análise, reis e senhores feudais, certos da salvação, tendiam a manter em suas cercanias grandes contingentes de mendigos, dando-lhes alimento e abrigo, como também dinheiro. Este sistema de esmolas medieval pouco a pouco entrou em colapso e os mendigos “foram declarados verdadeiros inimigos do Estado” (p. 21).

A ajuda levada aos nativos de além mar já era bem distinta daquela praticada nas terras dos então colonizadores, houve uma espécie de inversão, e a ajuda dispensada aos povos nativos era justificada pela necessidade de salvar as almas dos próprios nativos. “Embora a ajuda ainda se relacionasse com a salvação de almas, tratava-se agora das almas dos beneficiários e não mais dos doadores. O missionário deve se ver como um médico, e a cultura alienígena como uma espécie de doença que deve ser curada” (GRONEMEYER, 2000, p. 21).

Para Gronemeyer (2000, p. 25), deriva daí a “ajuda moderna”, que se prestaria a fornecer as condições necessárias de se romper com quaisquer que fossem as amarras culturais primitivas ou tradicionais e libertar o corpo e a mente humana para serem disciplinados para o trabalho. Neste sentido, “a ajuda secularizou-se completamente. Já não se refere à salvação de almas e sim ao treinamento do corpo e à quebra da vontade; ou seja, associava-se à elaboração, totalmente secular, de um sistema de trabalho”.

Neste trabalho, interessa-nos bem mais as ações e processos que se reivindicam modernos, para nós coloniais (= modernos), que buscam destruir a diferença e homogeneizar culturas, processos produtivos e economias, a partir do avanço de certas concepções de

progresso e de desenvolvimento que abriram caçada ao que estas mesmas concepções classificam como atrasado, tradicional e primitivo, para, em ato contínuo, incorporá-los à matriz modernidade de modo subjugado.

Nessa direção, Gronemeyer (2000, p. 26) argumenta que “a ajuda moderna é a modernidade ajudando a si mesma”. As intervenções dos países do bloco industrializado, geralmente, pelas suas agências de ajuda, sob a rubrica de ajuda para o desenvolvimento, ou ajuda humanitária têm como propósito desmontar os arranjos sociais e culturais de comunidades locais (no Brasil, a maioria de ancestralidade indígena e/ou africana), investindo na destruição dos seus modos de produção dos alimentos, dos abrigos, das vias de acesso, das construções dos espaços públicos, dos meios de cura, dos sistemas políticos retirando o controle desses processos das organizações locais.

E para que se consiga produzir uma homogeneidade global é preciso trabalhar para a erradicação de tudo aquilo que é estranho. [...]. Tudo aquilo que seja atraso, tudo aquilo que ainda não foi tragado pelo redemoinho de ‘mobilização geral’ da modernidade, significa resistência a essa mesma modernidade e, portanto, terá que ser atualizado para adequar-se ao futuro. E os que não se encaixam na época serão relegados a um lugar em algum museu ou em alguma reserva. [...]. A ajuda moderna ajuda a fugir. Oferece-nos - ou diz que oferece - a possibilidade de escapar dos grilhões de nossas culturas nativas e de adaptar-nos ao alvoreço profundamente organizado de uma cultura mundial única (GRONEMEYER, 2000, p. 27-28).

Sob o beneplácito da modernidade, para nós colonialidade (= modernidade), indivíduos, grupos, países que se querem modernos, se colocam como verdadeiros missionários do desenvolvimento e do progresso, supostamente oferecem ajuda para a erradicação da pobreza, para desenvolver as capacidades técnicas e tecnológicas, para aperfeiçoar as instituições de regulação dos grupos e comunidades, por eles classificados como atrasados, tradicionais, primitivos; “a noção moderna de missão ainda declara existir uma deficiência de civilização que deve ser remediada, um desenvolvimento histórico incorreto que deve ser corrigido, um ritmo excessivamente lento que deve ser acelerado” (GRONEMEYER, 2000, p. 35).

Grupos, comunidades, países classificados como atrasados, por séculos vivenciando experiências e os nefastos resultados das ajudas, resulta que, “de modo geral, nos dias de hoje, a ajuda só é aceita se acompanhada de ameaças; e os que forem por ela ameaçados que se cuidem... o poder elegante não força, simplesmente ajuda” (GRONEMEYER, 2000, p. 18). Ao se generalizar a necessidade e o desejo de modernidade, pelo desenvolvimento e progresso, para todos os primitivos e tradicionais do mundo, “a metamorfose de um colonialismo que ‘toma’, em um que supostamente ‘dá’, completou-se sob a proteção dessa palavra tão sonora, ajuda” (p. 20).

As contribuições de Gronemeyer, indiscutivelmente relevantes, limitam-se a demonstrar como as ações dos automeados modernos solaparam e expropriam as culturas, as economias, as relações sociais, os ativos ambientais dos primitivos, tradicionais, o que já é muita coisa, mas sofre de uma importante lacuna, não aborda a principal vantagem dos modernos nesse processo todo, que é exatamente o fruto dessa espoliação, dessa expropriação de todos os níveis da vida dos tradicionais, que se materializa em vantagens material, social, econômica e cultural para os modernos. Foi, e continua sendo, exatamente o acúmulo material e cultural do lucro, da vantagem do ato de expropriar, os que sequer eram ainda considerados tradicionais, mas já inferiores, que fez com que certos grupos, comunidades, sociedades inventassem a modernidade e classificassem os expropriados como primitivos, tradicionais e a si mesmos como modernos, civilizados, com toda a carga valorativa que esses termos carregam.

Nessa direção, intelectuais da latino América como o filósofo Santiago Castro-Gómez e o antropólogo Arturo Escobar ambos colombianos, o Antropólogo venezuelano Fernando Coronil, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, os filósofos argentinos Enrique Dussel e Walter Dignolo, dentre outros, têm elaborado estudos que apontam que a modernidade, além de guardar estreitas relações com o colonialismo ou colonialidade, a sua própria emergência ocorreu no processo de colonização empreendido pelos países europeus, que enriqueceram às custas da expropriação e exploração do novo mundo.

Dentre estes intelectuais latino-americanos, Dussel (2005, p. 66) é quem sugere um marco temporal da emergência da colonialidade (= modernidade), para ele “a modernidade *realmente* pôde nascer quando se deram as condições históricas de sua origem *efetiva*: 1492 - sua empírica mundialização, a organização de um mundo colonial e o usufruto da vida de suas vítimas, num nível pragmático e econômico”.

Na tentativa de incluir “a outra face” da modernidade na modernidade, a sua “face negada”, Dussel (2005, p. 65-67) sugere a noção de “Trans-Modernidade”. Para o entendimento da modernidade ele, antes, analisa ou propõe “o deslizamento semântico do conceito de Europa” (p. 55) e nega a formação da Europa como uma história linear, que considera a sequência: mundo grego, mundo romano pagão e cristão, mundo cristão medieval e mundo europeu moderno:

Esta sequência é hoje a tradicional. Ninguém pensa que se trata de uma “invenção” ideológica (...) e que pretende que desde as épocas grega e romana tais culturas foram o ‘centro’ da história mundial. Esta visão é duplamente falsa: em primeiro lugar, porque, ..., ainda não há uma história mundial (mas histórias justapostas e isoladas: a romana, persa, dos reinos hindus, de Sião, da China, do mundo meso-americano ou inca na América, etc). Em segundo lugar, porque o lugar geopolítico impede-o [mundo europeu] de ser o “centro” (DUSSEL, 2005, p. 59).

A disputa sobre quem é o centro do mundo, de um mundo único, era central em função do entendimento de que é do centro que tende a emergir os padrões da vida social, política, econômica e cultural e caso não existisse um centro criar-se-ia um. Então, afirmar, ideologicamente, que a Europa sempre foi o centro é um modo de justificar que é dela que emerge também a modernidade com suas supostas características inovadoras, civilizatórias, com regimes políticos e de produção mais eficientes e justos, o inverso dos demais continentes e países considerados bárbaros e primitivos, embora isso constitua-se nada mais que a narrativa da história do vencedor.

Do mesmo modo, para autores como Lander (2005b), Dussel (2005) e Mignolo (2003, 2005) esse saber eurocêntrico esconde a outra face da modernidade, o sacrifício dos povos conquistados, o sistema colonial, ou quando admite sua existência histórica é relegada a outro espaço-tempo fora da modernidade, que foi, por muito tempo, difundida como sendo a expressão da emancipação humana, da permanente mudança de uma condição débil a uma melhor, mas racional.

Dussel (2005, p. 61), buscando escapar da compreensão histórica cunhada pelos vencedores, propôs que “*o determinante fundamental da modernidade*” foi “a ‘centralidade’ da Europa Latina na história mundial”, quando “o atlântico suplanta o mediterrâneo”. Ele considera a Espanha, no século XV, como primeira nação moderna, por ter reunido as condições para unificar a religião ao estado, criando o consenso nacional de cima para baixo, e seria quem abriu “a primeira etapa ‘moderna’: o mercantilismo mundial”. Sendo seguida pela França e Inglaterra no século XVIII.

A segunda etapa da “Modernidade”, a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV. A Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870).

Esta *Europa Moderna*, desde 1942, “centro” da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua “periferia” (DUSSEL, 2005, p. 61) (Destaques presentes no original).

A inclusão da América luso-hispânica como componente central da emergência da modernidade se dá porque, segundo Dussel (2005, p. 63), a modernidade é correntemente interpretada deixando de fora “tanto Portugal quanto a Espanha, e com isso o século XVI hispano-americano, que na opinião unânime dos especialistas nada tem a ver com a ‘Modernidade’ - e sim, talvez com o fim da Idade Média”.

Para Dussel (2005, p. 63), portanto, a compreensão hegemônica da modernidade europeia, que se universaliza, resulta da difusão de um saber e prática eurocêntricos:

Se se entende que a “Modernidade” da Europa será a operação das possibilidades que se abrem por sua “centralidade” na História Mundial, e a constituição de todas as outras culturas como sua “periferia”, poder-se-á compreender que, ainda que toda cultura seja etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno é o único que pode pretender identificar-se com a “universalidade-mundialidade”. O “eurocentrismo” da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como “centro”.

Esta revisitação crítica à história se dá porque Dussel (2005, p. 65), assim como tantos outros estudiosos latinos, pretende incluir na equação que resultou na modernidade outra componente negada pelas elaborações hegemônicas da história universal. E isso só é possível, pois, “quando se nega *o mito civilizatório e da inocência* da violência moderna se reconhece a injustiça da *práxis* sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa)”. Essa negação ocorre quando se consegue superar “a limitação essencial da ‘razão emancipadora’ como sendo ‘razão libertadora’, refém do eurocentrismo que captura a razão ilustrada; criando as condições para definir e compreender “a ‘falácia desenvolvimentista’ do processo de modernização hegemônica”.

Para Dussel (2005, p. 65)

a “outra face” negada e vitimada da “Modernidade” deve primeiramente descobrir-se “inocente”: é a “vítima *inocente*” do sacrifício ritual, que ao descobrir-se inocente julga a “Modernidade” como culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva essencial. Ao negar a inocência da “Modernidade” e ao afirmar a Alteridade do “Outro”, negado antes como vítima culpada, permite “descobrir” pela primeira vez a “outra face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc.

A inclusão do mundo colonial, além-mar europeu, com todas as suas vicissitudes, como partícipe da aventura humana moderna, como resultado de uma operação conceitual e pragmática, passa a compor outra vertente que carece cada vez mais de refinamento teórico-conceitual, com o cuidado de não fazer emergir mais um outro da modernidade, nas mesmas condições do outro de outrora: a “vítima sacrificada”; até agora o que se vê é que o colonizado (índio, negro, pobre, tradicional) não pode ser o mesmo na modernidade, ou o outro tributário de direitos, respeitando sua condição de outro, ainda se constitui o outro subalterno, inferior, subumano. Em que isso pode ajudar no empreendimento de resistência da “vítima sacrificada”? Talvez entender que existe uma herança colonial no atual projeto de colonialidade (= modernidade) para, assim, tornar mais potentes e conscientes os processos de lutas e resistências.

Nessa direção, a herança colonial aqui não tem nada a ver com os resquícios do passado que teimam em manchar a modernidade, compreendida como a melhor, a mais bela e

evoluída face/fase da humanidade, mas a herança colonial deve ser entendida como a compreensão de herança proposta por Bourdieu (2012a, p. 588), para ele:

herdar é revezar essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus* [“projeto”], aceitar fazer-se instrumento dócil desse “projeto” de reprodução. A herança realizada é um assassinato do pai cumprido por ordem expressa do pai, uma ultrapassagem do pai destinada a conservá-lo, a conservar seu “projeto”, ultrapassagem que, enquanto tal, está na ordem, na ordem de sucessões. A identificação do filho ao desejo do pai como desejo de ser continuado faz o herdeiro sem história.

Da morte consentida da colônia nasce o império que, por seu turno, da sua morte consentida nasce a república, disso não há que falar em descolonização, a modernidade não tem como ser descolonizada, porque seria então outra coisa, mas não mais modernidade, pelo simples fato de que a modernidade inexistente sem seu reflexo ou sua face oposta necessária: a colonialidade. Ratificamos: modernidade é colonialidade. As chamadas descolonizações pós Guerra Fria não podem ser compreendidas como um avanço da modernidade sem a colonialidade, o que é impossível, as chamadas descolonizações foram mortes consentidas, mantidas em marcha pelos herdeiros travestidas de outra coisa.

É nesse mesmo diapasão, que podemos evocar o contributo de Benjamim (1987, p. 225), quando este afirma que “os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes”. Portanto, as noções de herança colonial, herdeiros coloniais, elite herdeira colonial, utilizadas nessa tese, se referem aqueles grupos e indivíduos, que embora, no mais das vezes, não levando os genes biológicos em suas veias, atualizam, no tempo presente, ao seu modo e sob seus interesses o projeto colonial (= moderno), não tem nada a ver com reconstituição de longas estruturas temporais de parentesco e genealogias intermináveis, embora estas também participem da aventura do jugo atual via colonialidade.

2.1.2 Expressões da colonialidade (= modernidade)

Na colonialidade (= modernidade), além das relações externas assimétricas (econômicas, políticas, bélicas, culturais), verificamos essas mesmas relações, com suas devidas particularidades, no âmbito interno, regulando o cotidiano das relações. No caso brasileiro são fartos os exemplos daquilo que na literatura especializada denomina-se colonialismo interno¹³ (CHALOULT, 1978; GONZÁLEZ CASANOVA, 2007). Ainda neste

¹³ Sobre colonialismo interno veja o capítulo 4 “Deslocamentos compulsórios e o *continuum colonial*”.

trabalho, apresentaremos, a partir de inserções de campo e de estudos já consagrados, realidades empíricas que nos auxiliam na construção dos argumentos de que as ações coligadas Capital-Estado, no Maranhão, sob a capa de desenvolvimento inserem-se na herança colonial.

Argumentamos que a espoliação dos territórios e modos e meios de vidas das comunidades locais por ocasião da construção da Vale S.A e da ALUMAR (GISTELINCK, 1988; FERREIRA, 1997), da UTE Itaquí (GEDMMA, 2009; PEREIRA, 2010), da intenção de construção do polo siderúrgico (ZAGALLO ET AL, 2004; MENDONÇA, 2006) e do terminal Portuário (GEDMMA, 2014; MOREIRA, 2015) nas comunidades da RESEX de Tauá Mirim, em São Luís/MA; do Pólo Siderúrgico em Açailândia/MA, na comunidade Piquiá de Baixo (ALMEIDA, 2012; EVANGELISTA, 2008); da expropriação dos camponeses no médio Mearim (em Buriticupu/MA) (ARAÚJO, 1996; ASSELIN, 2009), dentre tantos outros exemplos, compõem a face da colonialidade (= modernidade) e se conformam nas ações das elites herdeiras coloniais.

Afora essa problematização operacional-conceitual, a modernidade é naturalizada e manuseada como tecido de relações tão maleável que, ao longo de décadas, talvez séculos, tem servido de títulos cabalísticos de obras que vão da ficção à mais refinada elaboração acadêmico-científica, capazes de revelar, em um só tempo, tudo e nada. Como a “Crítica da Modernidade”, Touraine (1994); “As consequências de Modernidade” e “Modernidade e Identidade”, de Giddens (1991 e 2002); “A modernidade e a Igreja”, de Zilles (1993); “O mal-estar da pós-modernidade”, “Modernidade e ambivalência” e “Modernidade Líquida”, de Bauman (1998, 1999, 2003); “Condição pós-moderna”, de Harvey (2010). É uma espécie de meta narrativa elaborada, reelaborada por inúmeras mãos e mentes com as mais diversas colorações e intenções políticas, econômicas, morais, estéticas, bélicas; seria uma espécie de espectro sobre uma suposta humanidade totalizante, seria uma busca quase alucinada de uma compreensão de tudo o que é humano. Entretanto, não podemos acreditar que se trata apenas de narrativas que procuram entender e falar de uma suposta realidade humana contemporânea, parece mais um bem elaborado, embora contraditório, sistema de classificação, já que parte significativa dessas narrativas afirmam que existem, ainda hoje, indivíduos, grupos, comunidades, países, continentes não modernos, não desenvolvidos, que foram assim classificados pelo centro da modernidade (ESTEVA, 2000; SACHS, 2000; LANDER, 2005b).

Trata-se, portanto, de uma clivagem tempo-espacial, como se o tempo-espço da modernidade, quiçá da pós-modernidade, para alguns desses grupos humanos (ou subumanos) ainda não chegara. É como se indivíduos, grupos, comunidades, países, continentes inteiros, embora mantendo uma relação contemporânea de alteridade com o centro da modernidade

vivessem no tempo do passado, no tempo da tradição, desse mesmo centro. Seria uma espécie convivência de temporalidades contemporâneas paralelas: o tempo do tradicional e do moderno, convivendo ao mesmo tempo. Nesse sentido, a modernidade seria um tempo a-temporal, um tempo presente sem lastro histórico nem necessidade de futuro, talvez seja ela quem melhor representa a ideia bastante difundida de fim da história (FUKUYAMA, 1989; 1992).

Senão, vejamos, o verbete *moderno*, conforme o dicionário online de português¹⁴, significa o “que pertence ao tempo presente ou a uma época relativamente recente; hodierno, atual”; que deriva do termo *hodierno* (do latim: *hodiernus*), que nesse mesmo dicionário significa “atual; que diz respeito ao dia de hoje e/ou ao tempo recente. Moderno que reflete o mundo contemporâneo: mundo hodierno”. É nitidamente perceptível que o conceito de moderno do dicionário está em conformidade com as noções acadêmicas sobre ele, mas o que se observa, entretanto, é uma operação intelectual, política, ideológica com o propósito de recriar temporalidades com supostas sobreposições de temporalidades, porque mesmo as práticas, os conhecimentos, os projetos, as lutas dos indivíduos, grupos, países com menor poder político, econômico e de conhecimento sistematizado sendo do e no tempo presente são classificados, pelo centro de poder, de modo esdrúxulo, como sendo pretérito, representantes dos resquícios pré-modernos.

Melhor dito, uma comunidade de pescadores, quilombolas ou indígenas vivendo em um território com as matas altas, rios correndo livres em suas matas ciliares, praticando a pesca, a caça, o cultivo de pequenas roças, a criação de animais, a arquitetura com uso de matéria e energia locais, com produção de pouco ou nenhum excedente, estando próxima, ou mesmo dentro, de uma grande região metropolitana, cujas matas foram devastadas, os rios canalizados por paredes de concreto, os caminhos alargados em ruas impermeabilizadas, arquitetura verticalizada, dependente direta da indústria, da produção de alimentos cultivados em milhares de hectares de monoculturas, embora com algum nível de relação desta cidade com aquela comunidade, é certo que tácita e consensualmente o imaginário moderno hegemônico (senso comum, intelectuais, planejadores, governantes) desloca a comunidade, seu arranjo territorial e arquitetônico, seus moradores, suas práticas, seus saberes e técnicas para o passado do que é hoje pensado e praticado na cidade, e que por quanto essa comunidade tiver a menor das chances deve se modernizar.

E no dizer de Harvey (2010, p. 273), em condições de acumulação flexível de capital

¹⁴ Dicionário Online de Português, disponível em <<http://www.dicio.com.br>>, acesso em: 23 mai. 2016.

Na melhor das hipóteses, a tradição histórica é reorganizada como uma cultura de museu, não necessariamente de alta arte modernistas, mas de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito perdida e com frequência romantizada (vida de que todos os vestígios de relações sociais opressivas podem ser expurgados). Por meio da apresentação de um passado parcialmente ilusório, torna-se possível dar alguma significação à identidade local, talvez com algum lucro.

Tratar-se-ia do que Ianni (2000, p. 222-226) chama de “o império da não-contemporaneidade”, no qual “de um momento para outro, grupos, classes, movimentos, partidos, correntes de opinião pública, interpretações da realidade social, estilos de pensamento, visões do mundo podem tornar-se anacrônicos, exóticos, estranhos, inconvenientes, dispensáveis”.

O império da não-contemporaneidade apresenta-se, segundo Ianni (2000, p. 225), mais pujante e explícito quanto mais o capital avança e globaliza-se.

Quando se dá um novo surto de expansão do capitalismo, em escala mundial, quando o capital reaparece como agente “civilizador”, todas as outras formas sociais de organização da vida e do trabalho são desafiadas, levadas a subordinar-se formal ou realmente, em certos casos marginalizar-se.

Seja como for, ao incluir as variáveis capitalismo e globalização à convulsão e confusão conceitual-operacional em torno do termo modernidade, de que todos falam, pensam, agem e que tem sido a fita métrica com a qual se medem e hierarquizam aspectos materiais e simbólicos dos indivíduos, grupos, regiões e nações, suas capacidades de administrar a própria vida, as tomadas de decisões, os caminhos a seguir. Mas quem controla essa fita métrica? Quem está autorizado a ler e interpretar suas grandezas? De que ordem são suas grandezas?

O pensar, dizer e operar sobre a modernidade perpassa praticamente todos os aspectos da vida, das ciências, da política, da economia, das artes. Só para ficar com esta última, nas artes, nós brasileiros sabemos bem, a modernidade e, depois, a pós modernidade, marca forma e estilo, marca época. A famosíssima semana da arte moderna¹⁵, que compõe os sumários de praticamente todo manual de literatura brasileira da educação básica, conhecimento avaliado

¹⁵ No Brasil o modernismo, movimento artístico-cultural considerado uma das expressões da modernidade, tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. Para o professor Alfredo Bosi “a semana foi, ao mesmo tempo, o ponto de encontro das várias tendências modernas que desde a I Guerra se vinham firmando em São Paulo e no Rio de Janeiro, e a plataforma que permitiu a consolidação de grupos, a publicação de livros, revistas e manifestos, numa palavra, o seu desdobrar-se em viva realidade cultural” (portal Algo Sobre em, <<http://migre.me/ucHsX>>. Acesso em 31/03/2016). Sendo que o objetivo da Semana, segundo Ajzenberg (2012, p. 26) era “renovar o estagnado ambiente artístico e cultural de São Paulo e do país. Acentua-se a necessidade de ‘descobrir’ ou ‘redescobrir’ o Brasil, repensando-o de modo a desvinculá-lo, esteticamente, das amarras que ainda o prendem à Europa”.

nos exames de acesso ao ensino superior. Como também o movimento pós-modernista¹⁶, que passa a fazer frente aos modernos.

Incluir esse aspecto das artes, na composição do imaginário sobre modernidade e pós-modernidade, nos auxilia na tarefa de mostrar que essas noções perpassam praticamente todas as dimensões da vida social. Como operamos com obras acadêmicas para dialogar com a noção de modernidade, a seguir apresentaremos breves compreensões sobre o movimento e estilo artístico denominado pós-modernista¹⁷, a partir de informações contidas na rede mundial de computadores (internet)¹⁸, em tese mais acessível, para mostrar que todos os veículos de comunicação, das obras de refinada erudição e rigor acadêmico às mídias alternativas, manejam as noções de modernidade e suas derivativas. E o fazem sob o padrão de classificação social, cultural, estética, moral, econômica, política de indivíduos, grupos, países, nações.

No endereço eletrônico do “Algo Sobre”¹⁹, observa-se que

Pós-modernismo pode ser entendido como o processo que caracteriza o desenvolvimento das manifestações estéticas da cultura ocidental. Entretanto, ele se deixa perceber mais claramente em países desenvolvidos como França e Estados Unidos, do que em países menos desenvolvidos, como o Brasil. Desta forma, é fato que existam diferenças histórico-culturais que caracterizam o contexto brasileiro em relação ao europeu e o norte-americano.

E por Petrin (2014, s/p), do endereço www.estudopratico.com.br/pos-modernismo/, temos que

Também conhecido como pós-industrial, o movimento pós-modernista vem acontecendo desde o fim do Modernismo e é uma expressão usada para designar as mudanças que a ciência, as artes e a sociedade sofreram dos anos '50 para cá. O pós-modernismo é um processo ainda em desenvolvimento que cultua a individualização, a liberação dos medos e preconceitos, além da liberdade de expressão, da tecnologia e da facilidade da comunicação. Com muitas inovações políticas, técnicas, sociais, artísticas e literárias, o pós-modernismo opõe-se ao Modernismo.

¹⁶ O pós-modernismo é um termo de periodização artística e literária, “é o que vem depois do modernismo, num sentido amplo dessa palavra, abrangendo suas três fases: primeiro modernismo dos anos 20, modernismo dos anos 30-45, modernismo canônico de meados dos anos 40 e 60” (portal Algo Sobre em, <<http://migre.me/ucHFU>>. Acesso em: 31 mar. 2016).

¹⁷ Para uma compreensão mais larga e acadêmica sobre as tensões e aproximações dos movimentos culturais modernistas e pós-modernistas, veja-se Harvey (2010).

¹⁸ Ao pesquisar por “modernidade” e “pós-modernidade” no site de busca mais popular atualmente na internet, o *google*, encontramos, respectivamente, mais de sete milhões de retornos para a primeira (7.640.000) e quase trezentos e cinquenta mil (343.000) para a segunda. É um montante de informação humanamente impossível de ser processada, mas mostra que se tem muito, muito interesse nessas noções. E por que isso?

¹⁹ Algo Sobre é um site especializado em vestibular e ENEM concurso. <www.algosobre.com.br/literatura/pos-modernismo-e-literatura-no-brasil.html> (Acesso em: 31 mar. 2016). Tomado ao acaso, aleatoriamente da pesquisa no *google*, poderia ser qualquer outro site, entre os milhões de retornos sobre “modernidade” ou “pós-modernidade”. Do mesmo modo como também utilizamos as informações contidas em <www.estudopratico.com.br/pos-modernismo/> (Acesso em: 31 mar. 2016)

Destes dois fragmentos, disponível para quem tem acesso à internet, facilmente podemos perceber que o padrão de classificação é mantido. O primeiro fragmento diz que o movimento pós-modernista é mais claramente percebido nos países desenvolvidos, numa clarividência de que assim como a modernidade primeiro passou por lá, também a pós-modernidade fez o mesmo caminho. O segundo fragmento mostra a percepção de que a pós-modernidade aparece com o fim da modernidade, numa sequência lógica e evolutiva, que vai aperfeiçoando o pensamento e a prática humana; ambos os fragmentos contêm uma certa compreensão de humanidade única, embora alguns humanos ainda estariam vivendo em tempo-espaço pré-modernos.

A Wikipédia, a enciclopédia virtual mais popular e mais acessada na atualidade, ao apresentar sua versão sobre modernidade²⁰ e pós-modernidade²¹, o faz relacionando-as, como se a segunda derivasse da primeira e a primeira como sendo a superação do tempo anterior, a idade média.

A modernidade costuma ser entendida como um ideário ou visão de mundo relacionada ao projeto empreendido a partir da transição teórica operada por Descartes, com a ruptura com a tradição herdada - o pensamento medieval dominado pela Escolástica - e o estabelecimento da autonomia da razão, o que teve enormes repercussões sobre a filosofia, a cultura e as sociedades ocidentais.

A modernidade transita, em seu fechamento e esgotamento, para a pós-modernidade. Muitos teóricos trataram dessa transição e tentaram sondar para ver além dos limites da transição para tentar captar que outro mundo estava surgindo. A pós-modernidade como um outro mundo relativamente à modernidade também é um tema filosófico da mais alta importância. Pós-modernidade carece de definição, nos parece, em si (sic) mesma, só fazendo sentido se, em conexão com a modernidade, ou sua extensão, ou sua ruptura.

Algumas escolas de pensamento situam sua origem [a pós-modernidade] no alegado esgotamento do projeto moderno, que dominou a estética e a cultura até final do século XX. Em *A Condição Pós-Moderna*, François Lyotard caracteriza a pós-modernidade como uma decorrência da morte das "grandes narrativas" totalizantes, fundadas na crença, no progresso e nos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade.

De qualquer modo, mesmo aqueles que se referem à pós-modernidade, como sendo a superação do projeto moderno, o fazem tomando como referência, como medida, a modernidade.

Em absoluto, não intencionamos fazer uma etnografia da noção de modernidade a partir da internet, mas tão somente dar alguns exemplos de que essa noção perpassa todas as formas de elaboração e circulação de informação e conhecimento, do erudito ao popular, se quisermos permanecer na dualidade. Mesmo porque, essa insistência se dá unicamente em razão

²⁰ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Modernidade>. Acesso em: 31 mar. 2016.

²¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pós-modernidade>. Acesso em: 31 mar. 2016.

de que, com os argumentos expostos até aqui, resta admitir que a modernidade, de modo conceitual e operacional, tem estruturado o ideário e a visão de mundo daqueles que a propagam, como dos que são vítimas do seu avanço, ou dos que a desejam pela via do progresso e do desenvolvimento.

Nossa tarefa aqui é compreender esse debate para propor que há uma disputa de projetos, concepções, visões de mundo enredada naquilo que se denomina modernidade. Nela encerram-se as possibilidades de se ser o que se é, ou o que se deseja ser algo diferente do que se é. Essa questão nos é cara porque defendemos a hipótese de que os grupos e povos tradicionais²² precisam se admitir modernos para garantir sua condição de tradicionais. Se nossa hipótese, de que a modernidade pretende ser a fita métrica de tudo, estiver correta, então, para afirmarem-se como tradicionais esses indivíduos, grupos, povos e todo seu léxico tradicional precisam se perceberem modernos na sua tradição, na sua condição, sem precisar viver “sonhos e projetos alheios” (ESTEVA, 2000). Ou seja, precisam negar que compõem um tempo pretérito e, do mesmo modo, afirmar que suas ciências, práticas, sistemas econômicos, produtivos, culturais, políticos, jurídicos são atuais, são do tempo presente, são modernos, tanto quanto o são os dos indivíduos, grupos, povos que se autoproclamam modernos.

Disso decorre outra hipótese, a de que se existem diferenças de qualquer natureza que hierarquizam de modo subalterno os tradicionais (os não modernos), isto ocorre tão somente por causa da usurpação bélica e simbólica orquestrada há séculos. E que a prática da usurpação é replicada da organização imperialista global às administrações locais, numa série histórica e sucessiva perpetrada pela elite herdeira colonial, na manutenção e reprodução da colonialidade (= modernidade), embora com suas particularidades específicas a cada tempo/espaço.

Para conduzir a naturalização entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, a partir dos processos de modernização e, conseqüentemente, mundialização do capital, uma força tarefa é mobilizada por grupos das mais diversas tendências, interesses e competências que, no dizer de Ianni (2000, p. 101),

São “elites” de vários tipos que organizam e dinamizam as instituições multilaterais e as corporações transnacionais, além de outras entidades de alcance mundial. Formam tecnoestruturas armadas de recursos científicos e tecnológicos, em condições de produzir informações, análises, diagnósticos, prognósticos, diretrizes e práticas relativos a diferentes problemas e desafios, em escala mundial. [...] a teoria da modernização confere um papel especial às elites modernizantes e deliberantes. Podem ser elites intelectuais, empresariais, militares, religiosas e outras, vistas em separado ou em conjunto. Seriam os grupos que inovam, mobilizam, organizam,

²² No capítulo 4 faremos breve discussão sobre o termo população tradicional, entretanto, adiantamos que para este trabalho a categoria população ou grupo tradicional importa porque são compreendidas como resultado do encontro colonial. No dizer de Almeida e Cunha (2009, p. 278) “termos como ‘índio’, ‘indígena’, ‘tribal’, ‘nativo’, ‘aborígene’ e ‘negro’ são todas criações da metrópole, são frutos do encontro colonial”.

dirigem, explicam e põem em prática. O povo, as massas, os grupos e classes sociais são induzidos a realizar as diretrizes estabelecidas pelas elites modernizantes e deliberantes.

Evidente que Ianni (2000) não trata da hegemonia das elites como absoluta, como algo assimilável e aceito pelos mais diversos grupos, sociedades, nações sem nenhuma reação ou contraposição, pelo contrário, ele ressalta as diversas formas de reação e contestação ao projeto de modernização, por inúmeros grupos, sociedades, nações.

2.2 COLONIALIDADE (= MODERNIDADE) COMO *CONTINUUM COLONIAL*

Para tentar desdobrar essas hipóteses, e incluir a contestação, reação e lutas dos não modernos, a vereda conceitual que seguiremos será inspirada na compreensão crítica de modernidade ofertada por intelectuais latino-americanos, que sugerem a modernidade como herdeira do mundo colonial. Daí derivará a sugestão conceitual que sustentará nosso trabalho: *continuum colonial*, que deriva da nossa opção de inverter o binômio Modernidade/Colonialidade, considerando em seu lugar a colonialidade (= modernidade).

Esta proposição conceitual se dá, principalmente, para evitar trabalhar com mais um conceito ou noção derivado do de modernidade, a saber, “Trans-Modernidade” (DUSSEL, 2005), ferramenta analítica fenomenal, mas que para nossos propósitos poderá nos desabonar, uma vez que pretendemos afirmar que a modernidade, sem derivativos, em si mesma, já açambarca a “vítima *inocente* do sacrifício ritual” da modernidade (DUSSEL, 2005, 65).

Se se é verdadeiro que a modernidade emerge com o alvorecer das grandes navegações (DUSSEL, 2005, p. 65) rumo à colonização, então ela não pode ser compreendida fora do desdobramento colonial: dos saques, das mortes, das vítimas inocentes, das condenações de raças inteiras, do enriquecimento dos colonizadores às custas das terras, das águas, dos ventos, dos sonhos, das vidas, do sangue dos colonizados; e muito menos ainda, assim como da acumulação primitiva de capital que estruturou a espinha dorsal do sistema colonial (= moderno) de produção - o capitalismo -, a estrutura, a concepção e a prática do novo imperialismo (HARVEY, 2012) podem ser descoladas do *continuum colonial*.

Para Alencastro (2000, p. 74), a consolidação do projeto colonial se deu mediante o avanço dos europeus em busca de novos e promissores mercados, para ele “saque e comércio se substituem, se alternam, se complementam”, alternando entre ataques bélicos diretos ou

valendo-se do “tributo político que os europeus prestavam aos soberanos nativos”, numa clarividência de que, em larga medida, as forças colonizadoras sempre puderam contar com a cooperação das elites locais para levar a cabo seu projeto de colonialidade (= modernidade).

Ora, se o que movera o *velho mundo*, assim concebido pela histografia dos vencedores, às navegações fora a exploração, no mais estrito do termo, então o que nos autoriza afirmar que a estrutura social, econômica, política, jurídica, cultural, moral, ética, estética, global e local, após pelo menos três séculos de expropriação direta, e mais sabe lá quantos de indireta, não deriva, em larga medida, embora não absoluta, da estrutura colonial montada e consolidada nestes séculos?

Em uma perspectiva geopolítica globalizada contemporânea, com o permanente avanço do capitalismo global, e aceitando a hipótese de que colonialidade/modernidade/capitalismo constituem uma totalidade de organização social, econômica, política, cultural podemos inferir que, pelo processo de colonização, a colônia é anexada à metrópole e passa a ser uma extensão, contígua ou não, do território geopolítico e administrativo da metrópole; nessa compreensão, como o servo pertence à terra do senhor feudal, a colônia pertence ao território da metrópole, evidenciando uma relação de exclusividade.

Nisso, a classe burguesa, que primeiro percebeu a necessidade de libertar os servos da exclusividade dos seus senhores, tornando-os livres para tornarem-se servos hoje do senhor A, amanhã do senhor B, depois do senhor C, mediados pela remuneração direta da força de trabalho realizada. Nessa mesma lógica, com o avanço do capital global, e depois da flexibilização produtiva e do avanço do capital fictício e especulativo, muitas colônias tiveram sua independência formal tolerada (o que não significa, em nenhuma hipótese, descolonização) e, em alguns casos, até desejada por nações que assumiram a dianteira das relações comerciais nos mercados globais, a exemplo da Inglaterra. Os gestores do capital, as empresas/corporações coligadas com os Estados mais poderosos bélica e economicamente passam a preferir e necessitar que as colônias (mercados promissores) tenham seu território, assim como sua população, parafraseando Marx, “livres como os pássaros”, para servirem aos senhores do capital que melhor pagar ou enganar. Ou seja, como escreveu Benjamin (1987, p. 227), “pressentindo o pior, Marx replicou que o homem que não possui outra propriedade que a sua força de trabalho está condenado a ser ‘o escravo de outros homens, que se tornaram... proprietários’”.

Não bastasse, as marcas objetivas e práticas da colonização são ainda nitidamente notadas em todos os continentes. Para se ter ideia ainda hoje são diversos os países

colonizadores que mantêm colônias, territórios sob seu controle político e administrativo direto em todos os continentes. Até ex-colônias mantem suas possessões no, nem tanto, novel circuito colonial mundial, a exemplo dos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia (Quadro 4).

Para Igor Fuser, jornalista, doutor em Ciência Política e professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), em artigo publicado em 2006 na revista “Aventuras na História”, no site da Editora Abril, o caso dos Estados Unidos é emblemático porque embora tenha fundado um método totalmente inovador de colonização, que contrário ao das nações/impérios coloniais tradicionais não precisava ocupar e manter o controle político direto de outros povos ou nações, mas tão somente que garantissem seus interesses econômicos. “Cada país que cuidasse dos assuntos internos a sua maneira, desde que os interesses comerciais americanos fossem preservados” (FUSER, 2006, p. s/p), caso contrário aí sim a nova potência mundial acionaria meios mais convincentes, como a ação bélica, tantas vezes utilizadas, a exemplo da relação com o Império Japonês em 1852, pois após mais de uma década de negociações diplomáticas, consideradas infrutíferas para seus interesses, o governo dos Estados Unidos posicionou quatro navios de guerra “na baía de Tóquio que apontaram seus canhões para a cidade. Um emissário foi à terra para negociar – e ameaçar – as autoridades japonesas. Caso se recusassem a liberar os portos do país ao comércio, seriam bombardeados”, com isso os portos foram liberados (FUSER, 2006, p. s/p).

As atuais colônias formais dos Estados Unidos são cinco: Guam, na Oceania; Ilhas Virgens Americanas, no Caribe; Porto Rico, no Caribe; Marianas Setentrionais e Samoa Americana, na Oceania.

Para se ter ideia do modo colonial de ser da então emancipada colônia, vejamos:

A vitória na Guerra Hispano-Americana garantiu aos americanos o controle do Caribe e da América Central. Na gestão de Ted Roosevelt, iniciada em 1901, o país instalou um regime de tutela política e financeira sobre a região e despachou tropas para o México, Nicarágua, Haiti e outros países, a pretexto de ensiná-los a “eleger os homens certos”, como diziam as propagandas americanas da época, para os postos de governo.

A velha Doutrina Monroe, de 1823, ganhou finalmente vigência plena. Em 1904, o Congresso americano adotou como política oficial o direito de intervir nos países latino-americanos que se mostrassem incapazes de garantir a ordem interna ou de honrar suas dívidas com os bancos estrangeiros. Roosevelt escreveu textualmente na sua mensagem ao Congresso, por ocasião de sua posse, que os Estados Unidos, “embora relutantes”, estavam prontos a “exercer seu papel de polícia internacional” na América Latina nos casos em que se verificasse “a crônica incapacidade” (dos governantes locais) ou “a impotência que resulte no enfraquecimento dos laços da sociedade civilizada” (FUSER, 2006, p. s/p).

Quadro 4 - Territórios coloniais atuais no mundo.

Ordem	Território	Potência Colonizadora	Área em Km²	População	Continente	Status Oficial
1	 Anguilla	 Reino Unido	102	13.600	Caribe	Território Ultramarino
2	 Aruba	 Países Baixos	193	120.000	Caribe	Território Autônomo
3	 Bermudas	 Reino Unido	53	66.200	América do Norte	Território Ultramarino
4	 Bonaire	 Países Baixos	294	14.000	Caribe	Município Especial
5	 Curaçao	 Países Baixos	444	173.400	Caribe	País Integrado
6	 Gibraltar	 Reino Unido	29.500	6,5	Europa	Território Ultramarino
7	 Gronelândia	 Dinamarca	2.166.086	57.000	América do Norte	Provincia Autônoma
8	 Guadalupe	 França	1.628	401.000	Caribe	Departamento Ultramarino
9	 Guam	 Estados Unidos	541	178.000	Oceania	Colônia
10	 Guernese ^[nota 1]	 Reino Unido	78	65.600	Europa	Dependência da Coroa
11	 Guiana Francesa	 França	83.846	221.000	América do Sul	Departamento Ultramarino
12	 Ilha Bouvet	 Noruega	49	0 ^[nota 2]	Atlântico Sul	Posseção
13	 Ilhas Feroé	 Dinamarca	1.399	48.917	Europa	Provincia Autônoma
14	 Ilha de Man ^[nota 1]	 Reino Unido	572	80.000	Europa	Dependência da Coroa
15	 Ilha do Natal ^[nota 1]	 Austrália	135	1.400	Oceania	Território
16	 Ilha Heard e Ilhas McDonald	 Austrália	412	0 ^[nota 2]	Oceano Antártico	Território
17	 Ilha Norfolk ^[nota 1]	 Austrália	34	2150	Oceania	Território
18	 Ilhas Cayman	 Reino Unido	260	42.000	Caribe	Território Ultramarino
19	 Ilhas Cocos (Keeling) ^[nota 1]	 Austrália	14	630	Ásia	Território
20	 Ilhas Cook ^[nota 1]	 Nova Zelândia	236	15.000	Oceania	Estado Livremente Associado
21	 Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul	 Reino Unido	3.093	30	América do Sul	Território Ultramarino Reclamado pela Argentina
22	 Ilhas Malvinas	 Reino Unido	12.200	2.932	América do Sul	Território Ultramarino Reclamado pela Argentina
23	 Ilhas Virgens Americanas ^[nota 1]	 Estados Unidos	346	108.500	Caribe	Dependência
24	 Ilhas Virgens Britânicas	 Reino Unido	153	27.000	Caribe	Território Ultramarino
25	 Jersey ^[nota 1]	 Reino Unido	116	91.600	Europa	Dependência da Coroa
26	 Pitcairn	 Reino Unido	47	50	Oceania	Território Ultramarino
27	 Polinésia Francesa	 França	4.167	283.000	Oceania	Coletividade Ultramarina
28	 Porto Rico ^[nota 1]	 Estados Unidos	9.104	3.995.000	Caribe	Estado Livremente Associado
29	 Marianas Setentrionais	 Estados Unidos	464	51.500	Oceania	Estado Livremente Associado
30	 Martinica	 França	1.100	401.000	Caribe	Departamento Ultramarino
31	 Mayotte	 França	374	194.000	África	Coletividade Ultramarina
32	 Montserrat	 Reino Unido	102	4.655	Caribe	Território Ultramarino
33	 Niue ^[nota 1]	 Nova Zelândia	260	1680	Oceania	Estado Livremente Associado
34	 Nova Caledônia	 França	18.575	244.600	Oceania	Território Dependente
35	 Reunião	 França	2.510	816.364	África	Departamento Ultramarino
36	 Saba	 Países Baixos	13	2.000	Caribe	Município Especial
37	 Saint-Pierre e Miquelon	 França	242	6.500	América do Norte	Coletividade Ultramarina
38	 Samoa Americana	 Estados Unidos	199	65.200	Oceania	Colônia
39	 Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha	 Reino Unido	410	5.700	África	Território Ultramarino
40	 Santo Eustáquio	 Países Baixos	21	3.100	Caribe	Município Especial
41	 São Bartolomeu	 França	25	8.400	Caribe	Coletividade Ultramarina
42	 São Martinho	 França	53	33.100	Caribe	Coletividade Ultramarina
43	 São Martinho (Países Baixos)	 Países Baixos	34	37.500	Caribe	País Integrado
44	 Terras Austrais e Antárticas Francesas	 França	439.781	150	África	Coletividade Ultramarina
45	 Território Britânico do Oceano Índico	 Reino Unido	60	4.000	Ásia	Território Ultramarino
46	 Toquelau ^[nota 1]	 Nova Zelândia	12	1400	Oceania	Território
47	 Turks e Caicos	 Reino Unido	613	31.500	Caribe	Território Ultramarino
48	 Wallis e Futuna	 França	274	15.300	Oceania	Coletividade Ultramarina

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%B4nias_Atuais. Acesso em: 24 mai. 2016.

Já a França, enquanto irradiava para o mundo seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, forjados nas suas mundialmente conhecidas revoluções burguesas, ampliava seu domínio colonial sangrento, que o mantém até hoje. Possui o departamento ultramarino para cuidar das suas possessões (colônias), na América, na Ásia, na África e na Oceania. Sua organização política no “império colonial francês” foi de 1534 a 1980. Pelo menos vinte das suas colônias africanas, algumas, por sua importância política e econômica, mediante batalhas sangrentas, só se emanciparam formalmente (não se descolonizaram) no último quartel do século XX, como se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 5 - Colônias francesas em África, “*independentes*” no século XX.

Colônia	“Independência”	Colônia	“Independência”
Marrocos	2 de março de 1956	Tunísia	20 de março de 1956
Guiné	2 de outubro de 1958	Camarões	01 de janeiro de 1960
Togo	27 de abril de 1960	Senegal	20 de junho de 1960
Madagascar	26 de junho de 1960	Benin	01 de agosto de 1960
Níger	03 de agosto de 1960	Burkina Faso	05 de agosto de 1960
Costa do Marfim	07 de agosto de 1960	Chade	11 de agosto de 1960
República do Congo	15 de agosto de 1960	Gabão	17 de agosto de 1960
Mali	22 de setembro de 1960	Mauritânia	28 de novembro de 1960
Argélia	05 de julho de 1962	Comores	06 de Julho de 1975
Djibouti	27 de julho de 1977	República Centro Africana	13 de agosto de 1960

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_colonial_franc%C3%AAs

E atualmente a França ainda mantém doze territórios sob seu jugo, embora com pouco lucro econômico, mas, em alguns casos, de relevante estratégia geopolítica. São as possessões: Guadalupe, no Caribe; Guiana Francesa, na América do Sul; Polinésia Francesa, na Oceania; Martinica, no Caribe; Mayotte, na África; Reunião, na África; Saint-Pierre e Miquelon, na América do Norte; São Bartolomeu, no Caribe; São Martinho, no Caribe; Terras Austrais e Antárticas Francesas, na África; Wallis e Fortuna, na Oceania.

O “Movimento Indígenas da República”²³, criado na França em 2005, reafirma a condição francesa de império colonial.

A França segue sendo um estado colonial! Na Nova Caledônia, Guadalupe, Martinica, Guiana, Réunion e Polinésia reinam a repressão e o desprezo ao sufrágio universal. Os filhos destas colônias são, na França, relegados ao status de imigrantes, de franceses de segunda classe sem integralidade de direitos. Em algumas de suas

²³ “O “Congresso do anticolonialismo pós-colonial” ocorreu em Paris no dia 16 de abril do mesmo ano [2005], e junto com a “Marcha dos indígenas da República” do 8 de maio, constitui o evento fundador do Movimento” (MOVIMENTO INDÍGENAS DA REPÚBLICA, 2005, p. S/P).

antigas colônias, a França segue conduzindo uma política de dominação. Uma parte enorme das riquezas locais é tomada pela antiga metrópole e pelo capital internacional. Seu exército atua na Costa do Marfim como em um país conquistado (MOVIMENTO INDÍGENAS DA REPÚBLICA, 2005, p. S/P) (Destques presentes no original).

Muitos são os países que ainda mantêm possessões sob seu jugo colonial formal/direto, a exemplo da grande potência colonial dos séculos iniciais, o Reino Unido, que tem quinze colônias atualmente. Atuais colônias e colônias formalmente independentes (não descolonizadas)²⁴ ainda convivem com a história, economia, sistema produtivo, cultura, organização política e as feridas abertas pelo jugo colonial.

Resta, portanto, incontestemente a influência contemporânea da aventura colonial posta em marcha a partir do século 15 pelas nações imperialistas europeias. O *continuum colonial*, embora ainda conceitualmente em construção, nos guiará na tentativa de demonstrar que em grande medida, boa parte das ações, das práticas atuais de ampliação do poder econômico, político e até estético das empresas/corporações avançando sobre os territórios, as práticas e os saberes de grupos e comunidades tradicionais, pelo menos daquelas nos países que foram formalmente independentes, são expressas, em larga medida, por relações coloniais.

Disso deriva que, para nós, o *continuum colonial* caracteriza-se por relações que se dão entre corporações econômicas locais ou internacionais, ou em consórcio, ou o Estado ou qualquer ente estatal, ou em coligação das primeiras com o segundo, com grupos, comunidades ou populações tradicionais, que propõem ou executam programas, projetos ou ações isoladas, difundidos como modernos ou de modernização necessários para o desenvolvimento de toda sociedade, que interferem direta ou indiretamente na vida destes últimos, pondo em risco e/ou subordinando suas organizações sociais, econômicas, produtivas, culturais, políticas, bem como seus direitos territoriais e ambientais, impondo controle da população, dos recursos e da produção.

A noção de associação, na compreensão Weberiana²⁵, pode ser útil para nos ajudar a demonstrar que a chamadas independências das possessões coloniais não significaram descolonização de fato. Vejamos, segundo Weber (1999, p. 31) os tipos de associações que são

²⁴ Para evitarmos repetições quando nos referirmos às “colônias formalmente independentes”, o faremos com a compreensão de que sua independência formal não significou descolonização, ou que vivem em uma era pós-colonial, ao contrário permanecem colônias, em outros termos, mas ainda colônias (NASSER, 2016).

²⁵ “Chamamos ‘associação’ uma relação social fechada para fora ou cujo regulamento limita a participação quando observação de sua ordem está garantida pelo comportamento de determinadas pessoas, destinado particularmente a esse propósito: de um *dirigente* e, eventualmente, um *quadro administrativo* que, dado o caso, têm também, em condições normais” (WEBER, 1999, p. 30) (destaques presentes no original). Para ele, uma associação pode ser tanto uma família, uma empresa, um reino, um Estado democrático, desde que tenha um corpo dirigente “cuja ação se dirija à realização da ordem da associação” (p. 30).

definidas, segundo seu grau de autonomia, em “autônoma ou heterônoma” e “autocéfala ou heterocéfala”, sendo que “autonomia significa, em oposição à heteronomia, que a ordem da associação não é estatuída por estranhos, mas pelos próprios membros”, sendo que a “autocefalia significa que o dirigente da associação e o quadro administrativo são nomeados segundo a ordem da associação e não, como no caso da heterocefalia, por estranhos”. Entretanto, Weber acrescenta que “uma associação heterocéfala pode ser autônoma e uma autocéfala, heterônoma. Também é possível que uma associação, em ambos os aspectos, seja em parte uma coisa e em parte a outra”.

O que vimos, portanto, com as chamadas independências das possessões coloniais não foi uma descolonização, apesar de, e em alguns casos, ter sido muito violento o resultado em uma incontestável vitória dos rebelados da colônia, mas tão somente uma concessão, sob pressão de armas, em alguns casos, e sob negociação econômica ou acordos diplomáticos, noutros, feita pelas potências imperiais, permitindo que aquelas colônias passassem à autocéfalas, mas permanecendo heterônomas, com um agravante, agora os “estranhos” a fazer ingerências não é mais uma única potência imperialista, mas a potência do capital (produtivo, comercial, financeiro, especulativo) que, como antes, conta com o apoio das elites locais. E como foi dito por Fuser (2006), as tais potências imperiais abriram mão de nomear, diretamente, os governantes das ditas ex-colônias, bastando ensiná-las a “eleger os homens certos”.

Disso que, o *continuum colonial* expressa-se nas relações assimétricas na geopolítica interna e externa, quando envolve relações de usurpação dos territórios tradicionais ao inviabilizar a reprodução social (física e simbólica) do grupo mesmo que este permaneça em seu território; ao impor deslocamentos compulsórios mediante reassentamento, indenizações ou expropriação direta com uso de violência física ou simbólica operada por particulares, milícias ou pelo Estado ou por quaisquer dos seus entes; ao “libertar” braços para o mercado formal e informal de trabalho ou quando, da força de trabalho já disponível, utiliza-se discurso de compensação social com o comprometimento de empregar a força de trabalho local no empreendimento (a chantagem do emprego); ao chantagear a população local por emprego, serviços básicos e obrigatórios de saúde, educação, segurança, estradas, saneamento; ao fragmentar a coesão social do grupo pela cooptação de lideranças mediante vantagens pecuniárias, políticas ou de *status*, ou ao viabilizar mobilidade de alguns membros para os centros econômicos e políticos mediante disponibilização de bolsas de estudos e/ou contratação temporária ou permanente nos quadros das corporações ou suas subsidiárias ou do Estado, dentre outras inúmeras (e aqui não nomeadas) estratégias de cooptação e convencimento; ao

criar, artificialmente, desejos de desenvolvimento e progresso nos membros das comunidades locais.

Portanto, o *continuum colonial* expressa exatamente as formas iniciais de expropriação territorial, material, intelectual, política utilizada pelos colonizadores (= modernos) europeus que se aventuraram além-mar há séculos em busca das terras e riquezas de outrem, fosse pela espada ou pela cruz ou por ambas. Nos contextos atuais, sobretudo nos países formalmente independentes, a herança política, econômica, cultural, administrativa e fundiária das relações coloniais diretas favorece o *continuum colonial*, uma vez que a figura, hoje já quase abstrata, da casa grande (como expressão do centro do poder colonial) com todas as suas variantes, é reeditada e materializada pela elite literalmente herdeira colonial²⁶, que exerce o controle das empresas/corporações econômicas, e/ou das estruturas estatais (executivas, legislativas, judiciárias) referentes coloniais, o que queima várias das etapas de uma relação direta de colonialidade, e por isso mesmo desdobra-se em *continuum colonial*. Esta elite local, herdeira do *habitus* colonial²⁷ (como colonizada), coliga-se com a elite do centro, também herdeira do *habitus* colonial (mas como colonizadora) para operar o *continuum colonial* na sociedade colonial (= moderna), urbana, capitalista industrial, e seguir na usurpação da vida daqueles por elas classificados como tradicionais, atrasados, subdesenvolvidos, indolentes e ignorantes, pobres, desqualificados, desempregados agora sob a desculpa de levá-los ao desenvolvimento, ao progresso.

É partindo do *continuum colonial* que grupos da elite local, associados ou não com outros, agem como verdadeiros colonizadores até hoje, e não esperemos que se acrescente modernos ao termo, porque os colonizadores desde sempre foram modernos, tanto quanto os colonizados. Porque também o colonizado e sua situação histórica de despossuído é resultado da modernidade que criou a colonização, ou pode ser o contrário, da colonização derivou a modernidade, do que a modernidade seria nada menos que o resultado das relações coloniais.

²⁶ Neste trabalho, quando usamos o termo *centro* ou *elite*, de modo genérico, nos referimos à elite herdeira colonial, tanto local, quanto internacional, tanto a herdeira do *habitus* do colonizador por ter colonizado ou por ter sido colonizada, com todo seu aparato de corporações econômicas, instituições de conhecimento, de estruturas estatais (executivas, legislativas, judiciárias). Como também no sentido de Ianni (2000), já apresentado neste capítulo.

²⁷ O *habitus* colonial é aqui utilizado para referir aos efeitos contínuos e duradouros das experiências coloniais vividas por séculos tanto pelos colonizadores quanto pelos colonizados, também pelos estratos intermediários, como os mandatários dos senhores que, embora sendo colonizados, agiam como a extensão do mando e da autoridade do senhor. Ou seja, as predisposições, para certas ações e reações, inculcadas pelo processo de socialização colonial, aos quais os indivíduos foram submetidos e que perdura no tempo longo. Setton (2002) revisita as origens do conceito de *habitus* e o apresenta como conceito que carece de interpretação, sendo que para ela “*habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano”.

Em verdade, pouco importa quem derivou de quem, o mais certo é que surgem da mesma placenta, modernidade e colonialidade, só para não se afirmar que se trata tão somente da mesma e única coisa. O que não se sustenta mais é a compreensão de que o colonizador seria a própria modernidade e o colonizado outra coisa qualquer atrasada e bárbara. A nossa tese é a de que a relação colonial (colonizador *versus* colonizado) é a própria modernidade, ou seja, colonialidade = modernidade.

Talvez a maior e mais permanente obra da colonialidade (= modernidade) fora a instauração permanente da relação colonial. A modernidade só fora e continua sendo possível, com seus avanços técnicos e tecnológicos, políticos, econômicos, culturais, sua ampliação e acirramento das desigualdades, da fome, da guerra, do luxo, do consumo, da especulação, da espoliação, dos desejos de desenvolvimento e progresso tudo em razão da relação colonial, pelo *continuum colonial*.

2.2.1 O *continuum colonial* em diálogo [em parte] com a teoria pós-colonial

Para firmar um diálogo sóbrio e mais consequente com as teorias pós-coloniais seria necessário impetrarmos um específico, amplo e profundo debate com os principais autores dessa corrente de pensamento, vez que além da sua diversidade epistêmica é, também, extremamente ampla e diversa sua produção.

Entretanto, cientes de que a proposição analítico-conceitual *continuum colonial*, aqui exposta, para se viabilizar, em algum tempo terá que ter, pelo menos em certos aspectos, um “ajuste de contas” com o universo pós-colonial, intento impraticável para agora, no âmbito desta tese, é que, na mesma medida, embora cômicos dos riscos de incorrer em equívocos precoces, faz-se necessário alguns apontamentos mínimos, ainda que iniciais e provisórios, sobre o que distinguiria o *continuum colonial* do pós-colonial, em geral, e da colonialidade, em particular, e o quanto as noções teóricas pós-coloniais, que se querem plurais, contribuem para se pensar o *continuum colonial*.

Optamos, para neste primeiro ensaio de diálogo, em utilizar, majoritariamente, as produções acadêmicas pós-coloniais que se referem, principalmente, às realidades da América

Latina, vez que são as mais próximas dos típicos empíricos que apresentamos nesta tese e em razão do Brasil constituir-se, também, nessa experiência colonial²⁸.

Costa (2006, p. 117-18) afirma que os estudos pós-coloniais mantêm relações próximas com três correntes ou escolas de pensamento contemporâneas: pós-estruturalismo, pós-moderna e estudos culturais. Entretanto, a despeito da sua vinculação direta aos “pós”, principal crítica que recebem os estudos pós-coloniais, por fazer alusão a algo que já passou, que já estaria superado, o autor diz que “o prefixo ‘pós’ na expressão pós-colonial não indica simplesmente um ‘depois’ no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado”. Suficiente ou não, tem sido este o principal contra-argumento desferido pelos adeptos dos estudos pós-coloniais às principais críticas questionando a validade do “pós”, como ensejando o depois de um colonialismo já superado.

Os operadores ou simpatizantes dos estudos pós-coloniais, a exemplo de Ballestrin (2013, p. 91), tendem a vê-los como uma espécie de plano de lutas contra a histórica subjugação colonial. Vejamos: “o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade”. Sendo expresso como uma forma de reivindicação de produção de teoria e prática, próprias dos colonizados ou de suas vítimas, vez que “é revelador que ao esforço de teorização no Brasil e na América Latina caibam os rótulos de “pensamento” e não “teoria” social e política”²⁹ (p. 109), embora no interior do próprio Continente, em geral, e do nosso País, em particular, se tenha engendrado uma certa geopolítica do conhecimento válido entre o Sul e Sudeste, que pensa e teoriza, e o Norte e Nordeste, incapaz de tal feito, numa espécie de colonialismo acadêmico interno.

No âmbito da América Latina, a expressão mais sistematizada e com potência efetiva de divulgação dos estudos pós-coloniais se organiza no Grupo Modernidade/Colonialidade (MC)³⁰, que abriga estudiosos das estaturas de Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Edgardo

²⁸ “[O] receio... é que este giro decolonial seja, de alguma forma, essencialista, ou seja, não compreenda que a essência é um conjunto de relações sociais e, por conseguinte, fique buscando constantemente essa América Latina ‘profunda’, ‘perdida’... Outro medo é uma possível transformação epistêmica da luta de classes (globalizada) em uma luta de classificações... Não obstante, penso que o combate à colonialidade política é o *topos* da unidade na diversidade marxista e pós ou de(s)colonial” (José Arnaldo Ribeiro Júnior, em crítica ao texto rascunho). Optamos em manter estas ressalvas, na íntegra, por compartilharmos das mesmas inquietações.

²⁹ Embora preferimos não operar com essa dicotomia entre “pensamento” e “teoria”.

³⁰ Informações detalhadas sobre o Grupo Modernidade/Colonialidade (MC) e sua principal produção acadêmica veja-se Escobar (2003), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Grosfoguel (2008), Souza Silva (2008), Ballestrin (2013).

Lander, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Walter D. Mignolo, Zulma Palermo, dentre outros, e que têm sugerido conceitos como os de “descolonialidade”/ “decolonialidade”, “colonialidade do poder”, “colonialidade do saber” e “colonialidade do ser”, além de “diferença colonial”, “Trans-Modernidade”.

Mignolo (2008, p. 291-92) assim descreve o que seria o pensamento descolonial

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento... Dessa maneira, por “Ocidente” eu não quero me referir à geografia por si só, mas à geopolítica do conhecimento. Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender...* Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais; quando você entra no campo do quichua e quechua, aymara e tojolabal, árabe e bengali, etc. categorias de pensamento confrontadas, claro, com a expansão implacável dos fundamentos do conhecimento do Ocidente (ou seja latim, grego, etc.), digamos, epistemologia... O “pensamento descolonial castanho” construído nos Palenques nos Andes e nos quilombos no Brasil, por exemplo, complementou o “pensamento indígena descolonial” trabalhando como respostas imediatas à invasão progressiva das nações imperiais européias (Espanha, Portugal, Inglaterra, França, Holanda) (ausente de destaques no original).

Além disso, estes principais autores do Grupo MC tendem a insistir, e com razão, na necessidade de descolonização do conhecimento, da episteme. Quijano (1992, p. 19), diz que “la crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable... Lo que hay que hacer es algo muy distinto: liberar la producción del conocimiento, de la reflexión y de la comunicación, de los baches de la racionalidad/modernidad europea”.

Seguindo Quijano, Mignolo (2008, p. 288) vai além e destaca que:

Sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. Não seremos capazes de ultrapassar os limites do Marxismo, os limites do Freudismo e Lacanismo, os limites do Foucauldianismo; ou os limites da Escola de Frankfurt, incluindo um pensador fundamentado na história dos judeus e da língua alemã tão esplêndido quanto Walter Benjamin. Creio que ficará claro para leitores razoáveis que afirmar a co-existência do conceito descolonial não será tomado como “deslegitimar as idéias críticas européias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida”.

Em outro texto, Quijano (2000, p. 343) afirma que “el eurocentrismo, por lo tanto, no es la perspectiva cognitiva de los europeos exclusivamente, o sólo de los dominantes del capitalismo mundial, sino del conjunto de los educados bajo su hegemonia” (ausente de destaques no original).

Decerto que praticamente todos os adeptos do Grupo MC classificam as contribuições de Marx e dos marxistas mais bem-intencionados, de Gramsci, de Benjamin, de Foucault, de

Derrida, de Nietzsche, dentre outros, como eurocêntricas, a despeito das suas obras, em larga medida, denunciarem as injustiças e as violências de toda ordem dos grupos dominantes contra os dominados, isso porque suas bases epistêmicas foram herdadas do paradigma de conhecimento europeu colonial.

Entretanto, vejamos, se assim for, e julgamos que seja, a maioria absoluta dos autores dos estudos pós-coloniais e decoloniais, sobretudo aqueles membros do Grupo MC, também são eurocêntricos, na mesma medida que os anteriores, vez que suas cabeças foram feitas pelas mesmas bases epistêmicas eurocêntricas mediadas pelas línguas colonizadoras (inglês, francês, alemão, espanhol, português) e nas mais “respeitadas” instituições acadêmicas das metrópoles imperialistas/coloniais europeias e estadunidenses. Ou estes últimos desenvolveram a capacidade de auto-higienização epistêmica, ausente nos primeiros?

Seja como for, a despeito das rugas acadêmicas, estes dois conjuntos de pesquisadores, não obstante suas condições ontológicas de vínculo com o centro da produção, controle e legitimação do conhecimento colonizador, têm contribuído, nos seus limites epistêmicos, com a contínua e difícil tarefa de enfrentamento da colonialidade (= modernidade).

Além dessa proposição de ruptura epistemológica, que julgamos mais retórica que real, uma das maiores contribuições iniciais do Grupo MC foi ajudar a consolidar, na teoria crítica, a ideia de que colonialidade e modernidade se fizeram mutuamente, rejeitando as concepções que entendiam a primeira como efeito colateral, indesejado da segunda. Vejamos.

Quijano (2000, p. 342), diz que

Con la constitución de América (Latina), en el mismo momento y en el mismo movimiento históricos, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico – que después se identificarán como Europa – y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. En breve, con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan asociadas como los ejes constitutivos de su específico patrón de poder, hasta hoy.

Mignolo (2003, p. 81-82) sentencia que

a conexão do Mediterrâneo com o Atlântico através de um novo circuito comercial, no século 16, lança as fundações tanto da modernidade como da colonialidade... as Américas, ao contrário da Ásia e da África, não são diferentes da Europa, mas sua extensão... Pode-se dizer que a Espanha foi o começo da modernidade na Europa e da colonialidade fora da Europa. Essa visão continua sendo hoje a visão canônica: há livros sobre o colonialismo e sobre a modernidade, mas eles não interagem – suas genealogias são diferentes. A razão para essa divisão é ou a convicção (...) de que a modernidade é apenas uma questão européia e a colonialidade algo que ocorre fora da Europa (...) ou a idéia de que a colonialidade se refere à perspectiva do país colonizador (ausente de destaques no original).

Este mesmo autor ainda diz: “entendo aqui como ‘colonialidade’ tão-somente o lado reverso e inevitável da ‘modernidade’ – seu lado sombrio” (MIGNOLO, 2003, p. 47). E, por

fim, encerra afirmando que “si la colonialidad es constitutiva de la modernidad, en el sentido de que no puede haber modernidad sin colonialidad, entonces la retórica de la modernidad y la lógica de la colonialidad son también dos caras de la misma moneda” (MIGNOLO, 2010, p. 46).

Portanto, a desobediência epistêmica, a ampla e plural vinculação às diversas correntes teóricas críticas, a compreensão da impossibilidade da existência da modernidade sem a colonialidade e a colonialidade/modernidade como elementos fundantes e permanentes do modo de produção capitalista são noções e opções que ajudam a pensar o *continuum colonial*.

Entretanto, a despeito da inegável solidez e consolidação teóricas dos principais conceitos destes inspiradores mestres, ousamos dialogar na perspectiva de questionar se realmente a noção de *colonialidade* com seus complementos *poder*, *saber*, *ser*, deveras não carecem de reflexões ou revisões quanto ao que se propõem.

Vários autores como Mignolo (2003, 2008, 2010), Grosfoguel (2008), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Dussel (2005), Souza Silva (2008), Ballestrin (2013), dentre outros, reputam a Quijano (1992) a proposição do conceito de Colonialidade do Poder e ele mesmo, Quijano (2005), reputa a si.

O artigo que o próprio Quijano (1992, p. 11) aponta como sendo onde ele desenvolveu o conceito de colonialidade do poder, “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, por sua vez dilui o conceito sem lhe dar uma definição objetiva. Assim, inicia-se “Con la conquista de las sociedades y las culturas que habitaban lo que hoy es nombrado como América Latina, comenzó la formación de un orden mundial que culmina, 500 años después, en un poder global que articula todo el planeta”.

Com esse início de conversa imaginávamos que o autor operaria com a ideia de *continuum* da história, inscrevendo no real das relações, os traços, as marcas, as pegadas dos colonizados que foram apagadas do longo e violento processo colonial. Entretanto, a despeito da sua genialidade e incontestada estatura intelectual e teórica, Quijano (1992) optou em apresentar, na nossa interpretação, uma ruptura, como se houvesse um tempo em que as colônias tivessem sido “libertadas”, sejam por si ou por outrem – pouco importa.

Senão vejamos, Quijano (1992, p. 11-12) segue dizendo que:

fue establecida una relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes. Esa dominación se conoce como colonialismo... En su aspecto político, sobre todo formal y explícito, la dominación colonial ha sido derrotada en la amplia mayoría de los casos. América fue el primer escenario de esa derrota. Posteriormente, desde la II Guerra Mundial, África y Asia. Así, el colonialismo, en el sentido de un sistema de dominación política formal de unas sociedades sobre otras, parece pues asunto del pasado. El sucesor, el imperialismo, es una asociación de intereses sociales entre los grupos dominantes

(clases sociales y/o “etnias”) de países desigualmente colocados en una articulación de poder, más que una imposición desde el exterior... no obstante que el colonialismo político fue eliminado la relación entre la cultura europea, llamada también “occidental”, y las otras, sigue siendo una relación de dominación colonial (ausente de destaques no original).

Portanto, ao que parece, Quijano (1992), embora admitindo que a dominação direta da vida material se fez *pari passu* com a dominação política e cultural no colonialismo, sustenta a hipótese de que foi possível uma descolonização da dominação política direta, permanecendo as demais dominações. Mas vejamos, essa dominação política direta de que ele fala já não era feita pela “consciência crioula branca”, que inclusive Mignolo (2005, p. 82-86) enfatiza que fora essa mesma consciência que, depois, no “período nacional” passou a ser chamada de “colonialismo interno”?

Quijano (1992, p. 12) segue afirmando que

Consiste, en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados. Es decir, actúa en la interioridad de ese imaginario. En una medida, es parte de él... Fue seguida por la imposición del uso de los propios patrones de expresión de los dominantes, así, como de sus creencias e imágenes referidas a lo sobrenatural, las cuales sirvieron no solamente para impedir la producción cultural de los dominados, sino también como medios muy eficaces de control social y cultural, cuando la represión inmediata dejó de ser constante y sistemática... los enseñaron de modo parcial y selectivo, para cooptar algunos dominados en algunas instancias del poder de los dominadores. Entonces, la cultura europea se convirtió, además, en una seducción: daba acceso al poder (ausente de destaques no original).

Dessas proposições, uma questão nos intriga: por que Quijano (1992, p 14), cômescio do poder de sedução e convencimento do colonialismo, ainda assim insiste que “la colonialidad, en consecuencia, es aún el modo más general de dominación en el Mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido”? Ou seja, insiste em afirmar que o colonialismo fora destruído!

Poderíamos responder de modo simples: é porque ele distingue *colonialidade* de *colonialismo*. Sendo que o colonialismo se refere à “relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes” (QUIJANO, 1992, p. 11) e a colonialidade seria a continuidade dessa mesma dominação, mas agora não direta; ou ainda, como questão: a colonialidade surge ou afirma-se após a “destruição” do colonialismo, com as supostas “descolonizações” dos povos colonizados desde o final do século 15, em um contexto totalmente novo de imperialismo? Um dos membros do Grupo MC é taxativo em dizer que com a “*modernidade e a organização colonial do mundo*”, na América, inicia-se também “a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória”, além “do imaginário” (LANDER, 2005b, p. 26).

Então, por que Mignolo (2003, p. 83-84) enfatiza que

Quijano insiste no fato de que, na América Latina, o “período colonial” não deveria ser confundido com ‘colonialidade’, e de que a construção de nações que a seguiu no decorrer do século 19 na maioria dos países latino-americanos (...) não pode ser compreendida sem se pensar da colonialidade do poder[?].

Seria pelo fato de que a colonialidade surge apenas com as supostas descolonizações, como se a cada independência formal fosse o colonialismo sendo substituído pela colonialidade do poder? Embora esta tenha sido gestada desde os primeiros anos de colonialismo? Ou seja, fosse o colonialismo, com as “descolonizações”, e permaneceu a colonialidade do poder?

Mas, ainda assim, vejamos, o fato, que não é simples, nem pouca coisa, de se sair do jugo da colonização direta (embora tenha sido sempre mediada por uma “consciência crioula branca”) de uma única nação colonial, a metrópole (o que na prática nunca foi somente uma, a exemplo da unificação das coroas espanhola e portuguesa), e passar para o jugo de uma metrópole dispersa em um imperialismo global. Isso nos autoriza afirmar que houve a destruição do colonialismo, em algum de seus aspectos ou em alguma medida? Não!

Porque, se existe um consenso nos estudos pós-coloniais é que permanecem a exploração e expropriação colonial, inclusive material e econômica, até hoje (MIGNOLO, 2003, 2005, 2008, 2010; GROSGOUEL, 2008; DUSSEL, 2005; LANDER, 2005b; QUIJANO, 1992, 2005; QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, entre outros).

É como se houvesse acontecido uma descolonização política sem a descolonização da mente (MIGNOLO, 2010, p. 9), como se fosse possível separar estas instâncias. Afinal não são as mentes, forjadas no e pelo real concreto, que fazem a política? Então como é possível descolonizar uma e a outra permanecer colonizada?

Como diz Fanon (p. 1968, p. 129)

Dissemos que a burguesia colonizada que assume o poder emprega sua agressividade de classe para açambarcar os postos antigamente detidos pelos estrangeiros. Um dia depois da independência, com efeito, ela vai de encontro às seqüelas humanas do colonialismo: advogados, comerciantes, proprietários rurais, médicos, funcionários superiores. Vai combater impiedosamente esses indivíduos “que insultam a dignidade nacional”. Agita energicamente as idéias de nacionalização dos quadros, de africanização dos quadros. Na realidade sua diligência tingem-se cada vez mais de racismo. Brutalmente apresenta ao govêrno um problema preciso: precisamos desses postos. E não abafará seu mau humor enquanto não os ocupar um por um.

Que colonialismo fora destruído nesse tipo de “descolonização”, vez que a maioria dos já agraciados no colonialismo de outrora permanecem presenteados na “descolonização” de então? Os postos administrativos, na sua maioria, permanecem os mesmos e, não raro, com os mesmos; a hierarquia estatal pouco ou nada se modificou; a organização da produção e as trocas econômicas assimétricas internas e externas permanecem, a estrutura fundiária não se alterou, pelo contrário, a concentração de terras tem se ampliado consideravelmente.

Aníbal Quijano apresenta a noção de colonialidade em outro trabalho, esse em colaboração com Immanuel Wallerstein, “Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system” (1992). Estes autores ao proporem o conceito de *americanidade* usam largamente, diluída por todo o texto, a noção de colonialidade.

Americanity was the erection of a gigantic ideological overlay to the modern world-system. It established a series of institutions and worldviews that sustained the system, and it invented all this out of the American crucible. Yet Americanity was its own contradiction. Because Americanity has existed longest in the Americas, because its circuitous consequences have led to so much politico-intellectual turmoil over four centuries, Americanity has exposed itself to critical regard, and first of all in the Americas. It was no accident that core—periphery analysis was propelled onto the world intellectual scene by the Economic Commission for Latin America. It was no accident that anti-racist political mobilization received its earliest and greatest impulse in North America.³¹

A noção de americanidade, em boa medida, se dá pela via da compreensão da colonialidade, vejamos:

The hierarchy of coloniality manifested itself in all domains — political, economic, and not least of all cultural... Coloniality was an essential element in the integration of the interstate system, creating not only rank order but sets of rules for the interactions of states with each other... They are part of what make up Americanity (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 550)³².

Embora Quijano e Wallerstein (1992, p. 550) enfatizem que “a colonialidade foi um elemento essencial na integração do sistema interestatal”, dando a entender, de algum modo, que foi com a integração desses “estados independentes” que a colonialidade se acentuou ou emergiu do colonialismo, que eles entendem derrotado pelas supostas descolonizações, ainda assim, talvez, a melhor interpretação é que o “sistema interestatal” e a colonialidade se fizeram mutuamente ao largo do *continuum* da história. Senão, vejamos:

Coloniality was essentially the creation of a set of states linked together within an interstate system in hierarchical layers. Those at the very bottom were the formal colonies. But even when formal colonial status would end, coloniality would not... They confirmed the states in their hierarchy. Independence did not undo coloniality; it merely transformed its outer form (Quijano; Wallerstein, 1992, p. 550).³³

³¹ “A americanidade foi a construção de uma gigantesca sobreposição ideológica ao sistema-mundo moderno. Estabeleceu uma série de instituições e visões de mundo que sustentaram o sistema, e inventou tudo isso fora do crisol americano. No entanto, a americanidade era sua própria contradição. Porque a americanidade tem existido a mais tempo nas Américas, porque suas consequências indiretas levaram a tanta confusão político-intelectual ao longo de quatro séculos, que a americanidade se expôs a consideração crítica, e em primeiro lugar nas Américas. Não foi por acaso que a análise centro-periferia foi impulsionada para a cena intelectual mundial pela Comissão Econômica para a América Latina. Não foi por acaso que a mobilização política antirracista recebeu seu primeiro e maior impulso na América do Norte” (tradução livre).

³² “A hierarquia da colonialidade manifestou-se em todos os domínios – político, econômico e não menos importante cultural... A colonialidade foi um elemento essencial na integração do sistema interestatal, criando não apenas ordem de classificação, mas conjuntos de regras para as interações de estados uns com os outros... Fazem parte do que compõe a americanidade” (tradução livre).

³³ “A colonialidade era essencialmente a criação de um conjunto de estados ligados entre si dentro de um sistema interestatal em camadas hierárquicas. Aqueles no fundo eram as colônias formais. Mas mesmo quando o *status* colonial formal terminaria, a colonialidade não o faria... Eles confirmaram os estados em sua hierarquia. A independência não desfaz a colonialidade; apenas transformou sua forma exterior” (tradução livre).

Guarnecidos pelos argumentos dos próprios autores vinculados aos estudos pós-coloniais, sobretudo dos arrolados neste trabalho, é que entendemos que é mais profícuo, intelectual e politicamente, para a luta daqueles que optam em si situar nas trincheiras das frações mais exploradas pelas elites herdeiras coloniais, atualizadas no par Capital-Estado, compreender o avanço das expropriações, explorações, das expulsões dos povos e comunidades dos seus territórios, pela via do *continuum colonial* e não com uma suposta novidade de descolonizações que teriam libertado as nações dos grilhões coloniais em qualquer nível.

Nesse sentido, se Mignolo (2008, p. 312) estiver certo, nunca houve descolonização, nem descolonialidade, já que ele analisa uma pela outra, vejamos:

Descolonização, ou melhor, descolonialidade, significa ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais (por exemplo, o bem sucedido e progressivo sujeito e prisioneiro cego do consumismo).

Como demonstramos acima (neste capítulo), ainda hoje são diversas as colônias formais, mesmo se consideramos os pré-requisitos do colonialismo sugerido por Quijano. Ademais, são esses mesmos autores que demonstram, a exemplo de Quijano (1992, p.) que “el sucesor [do colonialismo], el imperialismo, es una asociación de intereses sociales entre los grupos dominantes (clases sociales y/o ‘etnias’) de países desigualmente colocados en una articulación de poder, más que una imposición desde el exterior”, como uma espécie de “metrópole global”. Ora, então em que isso justifica dizer da destruição do colonialismo, em qualquer medida ou algum aspecto?

Mais à frente, é Mignolo (2008, p. 318-19) que diz que as transformações ocorridas no século dezanove

quando o colonialismo interno que estava nas mãos da elite crioula de descendência europeia desalojou a elite imperial da Espanha e de Portugal. Através de diferentes formas e tonalidades, a Inglaterra e a França assumiram o papel de destaque deixado pela Espanha e por Portugal e trabalharam estreitamente com a elite crioula administrativa que comandava os novos países “independentes”.

Neste diapasão, Ballestrin (2013, p. 108) advoga que o Grupo MC avança no sentido de ir além da sua compreensão de que houve alguma superação, em alguma medida, do colonialismo. “A supressão da letra “s” [‘descolonização’ – ... – e não ‘descolonização’] marcaria a distinção entre o projeto decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria”.

Seja como for, os autores que utilizam como dado o principal conceito que sustenta a objetiva superação do colonialismo, a “colonialidade do poder”, ou contribuem para o seu

aperfeiçoamento, parece que embarcaram no próprio encanto da modernidade que combatem³⁴: a sedução pela novidade, pelo diferente, como algo que privilegia o novo, a distinção a qualquer custo. Dizer que se destruiu o colonialismo é o mesmo que afirmar que, em alguma medida, se superou as violências, os saques, os controles das populações, a expropriação dos territórios e dos recursos de milhares de comunidades espalhadas mundo a fora.

Nessa direção, Mignolo (2010, p, 59) nos faz a seguinte questão:

¿Cómo podemos dar cuenta de esta configuración compleja en el principio de que la modernidad combina la retórica de la salvación, emancipación y progreso con la lógica de la colonialidad – genocidio, opresión, explotación la prescindibilidad de las vidas humanas – que oculta?

A essa questão, temos sugerido, por todo este trabalho de tese, fazer a inversão e não aceitar essa retórica da modernidade, pelo que não teve nenhum tipo de libertação. Daí sugerir tratar esse extenso período colonial, que os vencedores chamam de modernidade, como sendo colonialidade (= modernidade), vez que nenhuma das mudanças técnicas, arquitetônicas, estéticas, políticas, todas às custas do sangue das suas vítimas colonizadas, podem ser aceitas como que tenham levado a humanidade a algum degrau de superioridade, em qualquer sentido que seja. O controle e desenvolvimento de novos materiais, recursos, procedimentos e técnicas que deram à humanidade a possibilidade de voar, de criar coisas, mercadorias, técnicas nas áreas da saúde, a captura dos saberes, nada justifica se aceitar que o que houve foi uma relação modernidade/colonialidade, mas tão somente uma pela outra, com prevalência da colonialidade, e por isso mesmo, o que vivemos desde então, colonizações iniciada a partir do século 15, é colonialidade (= modernidade).

Sugerimos que tanto o colonialismo, as colonizações – mesmo com os avanços epistêmicos, técnicos e tecnológicos daí decorrentes e batizados de modernidade – emergentes a partir do final do século 15, seja qual for sua compreensão; as independências formais conquistadas com guerras sangrentas, negociadas ou compradas por libras esterlinas; as colonialidades do poder, do saber, do ser, como as diferenças coloniais, as consciências crioulas, esse emaranhado histórico da colonialidade (= modernidade) segue no *continuum* da história, ainda em curso. Portanto, pertencem ao *continuum colonial*, que carecemos derrotar.

³⁴ “This brings us then to the fourth contribution of Americanness, the deification and reification of newness, itself a derivative of the faith in science which is a pillar of modernity” (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 551). [“Isso nos leva então à quarta contribuição da Americanidade, a deificação e reificação da novidade, ela mesma derivada da fé na ciência, que é um pilar da modernidade” (tradução livre)].

2.3 A GLOBALIZAÇÃO (DO CAPITAL) COMO SOMBRA DO *CONTINUUM COLONIAL*

Mas se é verdade que a modernidade também se projeta como o resultado de ruptura com o antigo sistema feudal, que emergiu das revoluções burguesas que fizeram surgir na cena pública social uma novíssima forma de exploração do homem pelo homem, os donos dos meios de produção *versus* os que vendem sua força de trabalho, dito de outro modo, burgueses *versus* proletários, então a modernidade passa a ser o tempo do que se convencionou chamar, largamente no conhecimento douto, de sistema capitalista de produção (IANNI, 1989, 1992; MARX, 1985, 1996; MARX; ENGELS, 2006), e as demais formas de produção material passam à peche de obsoletas, atrasadas, portanto pouco ou nada se pode falar de modernidade sem, de alguma forma, trilhar pelo modo de produção capitalista, este herdeiro das relações diretas de colonização, partícipe do *continuum colonial*.

O aperfeiçoamento desse sistema levou ao controle cada vez maior do Capital sobre o Estado, que por sua vez faz a gestão da população, do espaço e dos produtos em favor das empresas/corporações que o controlam.

No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe. Após toda revolução que marca uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado revela-se com uma nitidez cada vez maior (MARX, 1999, p. 85).

É o centro, como elite herdeira colonial (colonizadora e colonizada), que controla esse sistema, seja pela renda da terra, pela produção industrial da agropecuária, da construção, de infraestrutura, de transporte, de telecomunicações, seja da indústria cultural e de entretenimento, ou pela invenção e controle do capital fictício e das instituições financeiras, como das estruturas de estado (executivo, legislativo e judiciário). Que fique muito bem dito, isso tudo não sem reações, sem conflitos, sem crises e sem algum ganho, ainda que excepcional, do grande tecido social constituído pela não elite ou seus séquitos mantidos com cargos públicos ou algum benefício concedido via Estado ou Capital (MARX, 1999).

Nisso, para ajudar a montar o tabuleiro ora proposto carecemos compreender outra noção, cara para as ciências humanas, em geral, e para a sociologia, em particular, qual seja, a globalização.

É quase que impossível analisar aspectos da colonialidade (= modernidade) sem compreender o fenômeno da globalização, que em uma perspectiva de compreensão acadêmica

a colonialidade (= modernidade) já nasce globalizada. Ianni (1992, 2000), Santos (2001), Harvey (2010), Dussel (2005), Quijano (2005) embora com abordagens e objetivos distintos, consideram que a globalização ou mundialização é um processo longo, múltiplo, tenso que se inicia com o avanço do capitalismo pelas grandes navegações europeias no século 15. Anteriormente a isso, o que se verificava eram alguns reinos ou impérios que se auto proclamavam “mundo”. A ideia de mundo geográfico, político, econômico se dá a partir dessas navegações rumo à colonização de outras terras e povos, outras possibilidades de comércio e trocas de toda sorte (social – material e simbólica –, política, cultural, bélica, ética, moral, estética, genética).

A compreensão da globalização de Quijano (2005, p. 227) inclui como componente principal seu caráter colonial, para ele

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial.

Além disso, Quijano (2005) apresenta a globalização como também a expansão do capitalismo no mundo colonial (= moderno), em acordo com Ianni (1992, p. 54), para quem na história da globalização ou mundialização, “desde as grandes navegações iniciadas no século 15, até o presente, em fins do século 20, o capitalismo provoca constantes e periódicos surtos de expansão, de tal maneira que se revela simultaneamente nacional e internacional, ou propriamente global”. Sendo assim, “a história do capitalismo pode ser lida como a história da mundialização, da globalização do mundo” (p. 64). É nesse contexto que ele afirma que “a necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em cada parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte” (p. 60). Desse processo, “desenraizam-se gentes, culturas, religiões, línguas, modos de ser, replantados perto e longe, além dos mares e oceanos, em outros continentes” (p. 62).

A europeização ou ocidentalização do mundo “originária da Europa, e revigorada nos Estados Unidos, ela se expande pelos países e continentes, em surtos sucessivos, frequentemente contraditórios” (IANNI, 1992, p. 69). Esta europeização ou ocidentalização do mundo é compreendida e traduzida como o avanço e globalização do capitalismo, em que “se dá a destruição de formas sociais de vida e de trabalho, modos de ser, coletividades, povos e culturas” (p. 62). Disso resulta que, para este autor, “a gloriosa trajetória do capitalismo,

europização ou ocidentalização do mundo, pode ser vista, também, como uma espécie de holocausto” (p. 62).

Para Ianni (1992), esse processo de globalização, ou ocidentalização do mundo, é complexo, desigual, contraditório e não se lança de modo uniforme a cada caso e experiência. “Tribos, nações e nacionalidades, com suas culturas, histórias e tradições, reagem de forma diferenciada, segundo as suas condições, capacidades de mobilização, acomodações, reações” (p. 81), desenvolvendo-se diversas formas de ocidentalidade. Como uma espécie de alteridade, as “possibilidades de autoconsciência compreendem o contraponto entre o eu e o *outro*, branco e negro, ocidental e oriental, homem e mulher, burguês e operário, servo e senhor” (p. 83); é nesse sentido que o autor afirma que “a sociedade global repõe a dialética servo e senhor. O modo de ser levado, oferecido, emprestado ou imposto ao outro sempre carrega consigo elementos que lhe permitem a negação” (p. 83).

Entretanto, com tudo isso,

A despeito da ocidentalização contínua e reiterada, ainda que contraditória e desigual, não há dúvida de que o mundo não parou ainda de ser ocidentalizado. A ocidentalização é um processo que não perdeu ainda o seu ímpeto. A despeito dos obstáculos, recuos, distorções, prossegue nos quatro cantos do mundo e em todos os recantos da vida das coletividades e indivíduos. [...]. Cabe ressaltar que algumas das sociedades alcançadas pela ocidentalização, por sua vez tornam-se focos de irradiação de padrões e valores de ocidentalidade, original, recriada, paródica, fetichizada (IANNI, 1992, p. 79).

E Ianni (1992, p. 84), citando Claude Lévi-Strauss, ainda afirma que:

“[...] não se pode negar que o pensamento do ocidente, os esquemas os mecanismos políticos e econômicos que lhe são próprios foram universalizados em grande medida pela violência da colonização. Isso é para mim, o Ocidente: uma pequena porção do mundo, cujo estranho e violento destino tem sido o de impor pela força ao resto do mundo suas maneiras de pensar, de ver, de crer e de viver. É certo que o mundo se tem rebelado contra o Ocidente, que tem conseguido fazê-lo perder a sua posição de supremacia, mas não esqueçamos que quase todos os meios de que se tem utilizado para opor-se ao seu jugo no mundo e reduzir a sua influência, têm sido forjados no próprio Ocidente” (ausente de grifos no original).

Essa proposição, de que boa parte das resistências às violências, expropriações, explorações do longo e contínuo processo de ocidentalização do mundo emergem da própria ocidentalização, é tácita e unanimemente aceita por quase toda massa pensante nas ciências sociais, seria porque elas mesmas são filhas da ocidentalização? Seja como for, a maioria absoluta das formulações acadêmicas, intelectuais, práticas sobre reações aos reveses da ocidentalização tem como base os métodos, os ensaios, as epistemologias, o *pathos* na própria experiência de ocidentalização do mundo. Será então, por isso mesmo, que pouco ou nada se consegue em termos de volume contra o contínuo avanço das colonizações, imperialismos com suas expropriações e explorações?

O que se pode visualizar é que, seja como for, o capitalismo presente, com seus sucessivos processos de mundialização e ocidentalização da vida, mesmo na sua fase mais adiantada chamada de pós-industrial, pós-moderna ou flexível, guarda características permanentes que o faz ainda ser o modo de produção de exploração capitalista. Segundo Harvey (2010), algumas permanências caracterizam a manutenção do sistema, o que nos desautoriza afirmar que se vive uma experiência pós-capitalista, apesar de todas as mudanças ocorridas e em curso. Para ele, a partir da leitura de Marx, há continuidades da modernidade que, mesmo em tempos de inegáveis mudanças que muitos chamam de pós-modernidade, impedem-nos de afirmar a superação do capitalismo como sistema de produção hegemônico, como também da suposta superação da modernidade pela pós-modernidade.

Harvey (2010, p. 164), confrontando a organização de produção de base fordista keynesiana à acumulação flexível de capital, recorre ao que ele chama de os “‘elementos e relações invariantes’ de um modo capitalista de produção”, e segue afirmando que “como a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo, podemos esperar que algumas proposições básicas se mantenham”. Das continuidades descritas por ele, destacam-se

1 O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. [...]. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como a falta de crescimento.

2 O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. [...]. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho.

3 O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. [...], a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho de Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o “progresso” é tanto inevitável como bom (HARVEY, 2010, p. 166-169).

Sendo assim, é possível afirmar que existe uma relação de interdependência entre o sistema social de produção material da modernidade e da pós-modernidade (o capitalismo) e a própria modernidade e pós-modernidade, qual seja, a ênfase no crescimento, no progresso e no controle da força de trabalho.

Mas talvez as continuidades, que nos fazem identificar o sistema de produção da sociedade moderna, propostas por Marx e atualizadas por Harvey, possam ainda comportar uma quarta, que seria a relação colonial, o *continuum colonial*. Senão vejamos, se a proposição de que a colonialidade (= modernidade) emerge com o florescer das navegações do antigo mundo rumo ao novo mundo e da consequente instalação das relações assimétricas de colonialidade estiver correta, a crescente acumulação capitalista, no contínuo e permanente processo de

mundialização/ocidentalização, bem como suas “fazes periódicas de superacumulação” (HARVEY, 2010, p. 170), só são possíveis pela espoliação constante dos territórios, da economia, da produção, dos saberes, da cultura e do tempo dos povos e comunidades tradicionais, aos moldes da empresa colonial.

Ao aceitarmos os argumentos de continuidade da modernidade e do capitalismo ofertados por Harvey (2010), podemos, por derivação, sustentar nosso conceito de *continuum colonial*, já que partimos da hipótese de que a colonialidade (= modernidade) emerge das grandes navegações (DUSSEL, 2005; QUIJANO, 2005), que puseram em marcha o motor da empresa colonial, agente privilegiado da acumulação primitiva de capital. Ora, senão vejamos, se a modernidade e capitalismo tomaram forma a partir do mesmo evento histórico: as grandes navegações hispânicas e portuguesas que criaram as condições de emergência de um mercado global de bens, mercadorias e gente, e se a colonização das terras invadidas e saqueadas foi o que possibilitou mover o motor modernidade-capitalismo, então para mantê-los funcionando ainda não inventaram um outro combustível senão a colonialidade, portanto, o que temos em curso ainda é a colonialidade (= modernidade), ou seja, temos um *continuum colonial*.

A apropriação dos territórios tradicionais por grandes corporações e a consequente migração forçada da população serviu para suprir o experimento fordista keynesiano, mesmo assim, como demonstra Harvey (2010, p. 123), as dificuldades foram muitas

Ford usara quase exclusivamente a mão-de-obra imigrante no seu sistema de produção [...] O taylorismo também enfrentou fortes resistências nos anos 20 [...] a oposição dos trabalhadores infligiu uma grande derrota à implantação dessas técnicas na maioria das indústrias, apesar do domínio capitalista dos mercados de trabalho, do fluxo contínuo de mão-de-obra imigrante e da capacidade de mobilizar exércitos de reserva da América rural (e, por vezes, negra).

Vejamos, a derrota inicial do fordismo taylorismo foi pouco a pouco sendo superada e as técnicas de trabalho manual, rotinizado com longas jornadas de trabalho remuneradas por horas trabalhadas, logo foram sendo assimiladas pelos trabalhadores expropriados dos seus territórios, das suas técnicas e dos seus saberes. Com o contínuo aumento da expropriação das populações tradicionais, estas passaram a se familiarizar com as técnicas e os ritmos do trabalho nas fábricas.

Outro indício do *continuum colonial* é a necessidade das indústrias buscarem novos mercados com maior oferta de insumos e força de trabalho mais barata. As grandes empresas/corporações internacionais procuram lugares para instalar suas plantas industriais que, conforme suas avaliações, impõem menor ou nenhuma resistência e dispõem de maior quantidade de força de trabalho o que garante menores preços dos salários.

Muitos dos sistemas padronizados de produção construídos sob o fordismo foram, por essa razão, transferidos para a periferia, criando um “fordismo periférico”. Mesmo os novos sistemas de produção tenderam a se transferir, uma vez padronizados, dos seus centros inovadores para localidades terceiro-mundistas (a transferência da Atari, em 1984, do Vale do Silício para o sudoeste Asiático, com sua força de trabalho de baixa remuneração, é um caso exemplar) (HARVEY, 2010, p. 174).

Atende à lógica colonial, a mobilidade para outros territórios onde utilizarão pela força (das armas ou dos discursos) o território, os recursos naturais e os braços disponíveis, logo após tornar a população local sem saída e dependente. Embora em uma relação de farsa entre Estados independentes, os governos das elites locais fazem as vezes dos chefes coloniais, editam leis, normas, decretos com o propósito de receber o empreendimento “inovador” em desfavor dos grupos locais que são silenciados, despejados, postos a viver em atmosfera insalubre. Os contestadores são levados pela polícia aos tribunais como agitadores que atentam contra a ordem social e o progresso da nação³⁵.

As relações mantidas entre os países capitalistas avançados, desenvolvidos, civilizados, ou seja lá o nome que se queira dar, com aqueles por eles denominados dependentes, subdesenvolvidos, atrasados, pobres é, no mínimo, de inspiração colonial.

Os lucros, a mais-valia, os capitais liberados da relação contínua de expropriação e exploração são reinvestidos, agora na sociedade globalizada, onde as corporações e empresas privadas decidem, desde que os governos lhes deem garantia de lucro líquido e certo. As reações contrárias da sociedade, ou o apelo pelo controle social das operações e ações de risco econômico, social, cultural, ambiental e dos lucros injustos, ilegais e imorais são negociados pelo próprio Estado, que os reprimem fortemente a favor do investidor.

No Brasil e no mundo, são incontáveis os exemplos dessas operações de coligação Empresa-Estado (ou Capital-Estado) contra as sociedades, comunidades, grupos que se levantam para contestar a forma como seus territórios são expropriados, saqueados, destruídos e a população subjugada.

Importantes trabalhos acadêmicos e engajados são elaborados para mapear, classificar, divulgar e denunciar, cada qual ao seu modo, as formas de avanço da exploração e expropriação de territórios, recursos, saberes, modos de vida. A exemplo da denúncia das ações imperialistas da Petrobrás em vários países sul americanos - Equador, Argentina, Colômbia, Peru, Bolívia - realizada na obra “Petrobras: ¿integración o explotación?”, organizado por Jean Pierre Leroy e Juliana Malerba (2005); das “Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistências, restrição e proibição ao extrativismo mineral”, trabalho organizado por Juliana

³⁵ Veja-se a análise dos típicos empíricos nos capítulos 3, 5 e 7 deste trabalho.

Malerba (2014), que busca inventariar as experiências de resistências frente à mineração em territórios tradicionais na Argentina, Peru, Costa Rica, Estados Unidos Filipinas, Equador e Nigéria, do mapeamento das experiências internacionais, com fins, dentre outros, de pensar o caso brasileiro que passa pela revisão do código de mineração e põe em questão os direitos territoriais de inúmeros grupos, comunidades tradicionais e povos originários.

2.4 COLÔNIA, IMPÉRIO E REPÚBLICA: OU SOBRE O *CONTINUUM COLONIAL* BRASILEIRO

Assim como no passado, os povos originários não foram reconhecidos como seres humanos, atualmente os povos desses países classificados como subdesenvolvidos, de passado colonizado ou formalmente independentes, no presente conseguiram o respeito e passaram ao *status* de ser humano, mas de segunda classe, subdesenvolvido, indolente. A elite branca local, herdeira e continuadora da colonização, faz, internamente, a mesma estratificação entre as regiões do país, entre negros, mulheres, pobres, e vendem, não sem resistências, gritos, lutas, guerras, suas terras, seus recursos, seus corpos.

O sociólogo brasileiro, José de Sousa Martins (1991), em sua obra “Expropriação e violência: a questão política no campo”, terceira edição revista e aumentada, faz um balanço da questão da expropriação do índio e do camponês³⁶ e da exploração do operário, revelando os desdobramentos históricos desde a emergência colonial lusitana até as suas condições desumanas na primeira década da reabertura política, após vinte e um anos de ditadura empresarial-militar no país.

As cenas que Martins (1991, p. 160) apresenta em sua obra são suficientes para se perceber o Brasil, país formalmente independente desde 1822, pelas lentes do *continuum colonial*.

O que une riqueza extrema e miséria extrema, neste país, é o fato de que a riqueza de poucos tem sido produzida pela exploração sem limites e pela expropriação violenta

³⁶ Ao utilizamos o termo camponês, bem como as categorias de autodefinição a ele relacionado, como lavrador, posseiro, trabalhador rural, o faremos acionando um certo consenso de compreensão construído nas produções da Sociologia (em particular da Sociologia Rural). Portanto, trata-se de grupos ou indivíduos que trabalham diretamente na lavoura da terra, sendo de sua propriedade ou não, e que a produção é realizada com base na organização familiar, sendo que são, geralmente, possuidores de pouco ou nenhum poder político e econômico no conjunto da sociedade, estes estão em oposição às grandes empresas rurais que mobilizam grandes volumes de terra, capital e possuem alta penetração nos espaços de poder econômico e político da sociedade (VELHO, 1981; MARTINS, 1991, 1994; LUNA, 1994; ARAÚJO, 1996; ANDRADE; SANTOS, 2009).

de muitos, desprotegidos, que nem mesmo têm possibilidade de exigir o cumprimento legal dos poucos direitos sociais e individuais reconhecidos em lei. O Brasil atrasado e faminto não é o Brasil em vias de se tornar moderno e desenvolvido. Ao contrário, o desenvolvimento brasileiro tem sido garantido, cotidianamente, graças à miséria da maioria (ausente de grifos no original).

Esta constante histórica de expropriação e exploração do povo por uma elite, primeiro estrangeira, depois endógena, gestora da colônia, mostra como a realidade atual de conflitos, injustiças, desigualdades do país são heranças da experiência colonial. Martins (1991) enfatiza que:

[...] os regimes de propriedade que têm sido atacados pelo capital, que é o da propriedade familiar, como o dos pequenos lavradores do Sul e de outras regiões; o da propriedade comunitária dos povos indígenas; e o da posse, difundido em todo o país, sobretudo na chamada Amazônia Legal (p. 54) [...] os posseiros de vastas regiões se concedem o direito de abrirem suas posses nas chamadas terras livres, desocupadas e não trabalhadas (p. 56) [...] a Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região amazônica já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias em que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação [propriedade privada capitalista], que pretende anular e revogar os modelos anteriores (p. 62).

Nesse sentido, no conjunto, a obra de Martins (1991) é perpassada pela contínua busca em demonstrar como a elite econômica e política, desde a emergência colonial, procura expropriar e explorar os mais diversos povos, comunidades, grupos constituintes do tecido social brasileiro, sobretudo pela expulsão violenta e sempre sustentada por instrumentos normativos.

Senão vejamos, Martins (1991), em outros termos, traça uma espécie de linha do tempo da colônia. Apresenta a estrutura fundiária brasileira a partir do regime de sesmarias herdado das capitânicas hereditárias; seguido pela Lei de Terras de 1850 que, contemporânea ao fim formal do tráfico de escravos, preservou a terra dos bastardos e posteriormente dos ex-escravos, já que, por essa lei, só se poderia possuir a terra mediante compra, inviabilizando formalmente o regime de posse; o que abriu ao incentivo às correntes migratórias de trabalhadores livres estrangeiros para a manutenção da economia colonial, em substituição da mão de obra negra, formalmente liberta do cativeiro em 1888; dando um salto legal no controle da terra pelo capital com a institucionalização do Estatuto da Terra de 1964, quando o capital avança mais e mais sobre as terras dos posseiros, quilombolas e indígenas. E, em uma década depois, os conflitos pela terra se notabilizaram, se catalisaram, na última fronteira de ocupação interna do País: a Amazônia.

A Amazônia não é um deserto a ser ocupado. Na pressuposição dos tecnocratas não entrou o dado prévio sobre a já existente ocupação da Amazônia por índios e posseiros e muito menos entrou em cogitação o povoamento da região que se daria em consequência das próprias medidas da política econômica concentracionista aplicada no conjunto do país, expulsando lavradores em direção às terras amazônicas, forçados

a disputá-las com as grandes empresas que recebem incentivos fiscais do governo (MARTINS, 1991, p. 75).

Segundo Martins (1991, p. 67), o posseiro, na realidade brasileira, sobretudo na Amazônia, tem sido o homem que trabalha a terra, mas esta lhe é sempre fugidia em razão do avanço da expropriação feita historicamente pelo próprio Estado, por empresas capitalistas calçadas por leis.

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-los de suas terras, foi frequentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio, porque desalojado pelo capital. No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas.

O que se percebe é que da coroa portuguesa às diversas experiências de república, no território brasileiro, os indivíduos, grupos, comunidades e povos, no campo e na cidade, têm sido violentamente expropriados e explorados (MARTINS, 1991; ROLNIK, 2015; CHALOULT, 1978). A expropriação do território, dos recursos, do lugar de moradia, de trabalho, de vida de inúmeros grupos e povos é uma das marcas mais incontestes do *continuum colonial* posto em marcha pelas elites econômicas, políticas, eclesiásticas, bélicas que se sucederam no tempo longo da história brasileira.³⁷

Martins (1991) demonstra como as sucessivas, supostamente distintas, eras políticas (monarquia, império, repúblicas) no país foram se sucedendo harmoniosa, por vezes conflituosas, mas em regra negociadas pelos grupos de poder, pelas elites. Assim como a independência se dá pelo filho da coroa, que fora negociada entre as coroas portuguesa e inglesa, numa espécie de negociação comercial, e paga em libras esterlinas, a república se consolida com os quadros políticos, econômicos, jurídicos e eclesiásticos egressos do império. As elites brasileiras, com sua formação cosmopolita e europeia, segundo Martins (1991, p. 164-165), historicamente mantêm práticas, contínuo controle social, expropriação e exploração de diversos grupos sociais, pondo-se como humanidade esclarecida e heroica.

Até 1888, quando foi abolida a escravidão negra no Brasil, muitos políticos eram liberais, admiradores da França revolucionária do século XVIII e leitores de seus livros mais representativos. E, contraditoriamente,³⁸ eram senhores de escravos. Muitos acreditavam que a proclamação da República oligárquica, em 1889, trazia as luzes da Revolução Francesa ao Brasil, com um século de atraso. Essa estranha combinação sobreviveu porque, na concepção dessas elites, o mundo estava constituído por duas humanidades diferentes: a dos brancos e senhores, donos da terra

³⁷ Sobre essas questões de expropriação retomaremos no capítulo 7 “Buriticupu: a colonialidade (= modernidade) da colonização; grilagem, expropriação e a luta pela terra”.

³⁸ Só não entendemos onde reside a contradição de que fala Martins, uma vez que a própria França à época, como hoje, mantinha colônias espalhadas pelos continentes e que os iluminados, ou iluministas, levariam luz à outra humanidade. Mantemos a citação em razão das informações do contexto brasileiro.

e do poder, os grandes fazendeiros, que aplicavam entre si os princípios liberais; e a dos pobres, negros, mestiços, índios, até imigrantes estrangeiros, membros de uma humanidade menor e não emancipada, porque inferior, sujeita à tutela do branco. É significativo que até hoje populações inteiras, como os trabalhadores rurais do Nordeste, lutem por direitos, isto é, lutem para que as relações de trabalho sejam reguladas por um código escrito e legal, ao invés de serem reguladas pelo arbítrio dos fazendeiros.

Em acordo com Martins (1991), Pedrosa (S/D, p. 4) citando a obra “O Escravismo Brasileiro”, de Décio Freitas (1982, p. 77), salienta que a suposta independência brasileira resultou da manobra por parte da fração de homens escravocratas para assumirem o Estado.

É importante salientar que, no ano de 1819, a Inglaterra iniciou as capturas de navios negreiros. Os escravocratas brasileiros resistiam às investidas inglesas e, em 1822, assumiram o controle do Estado por intermédio da Independência. Contudo, em troca do reconhecimento da Independência do país por parte da Inglaterra tiveram que assistir o Imperador assinar a Convenção de 23 de novembro de 1826, que comprometia o país a tratar o tráfico como pirataria.

Vê-se que as formas negociadas de avanços na estruturação do Estado, na organização política, administrativa, econômica e do espaço no país tem sido uma constante, e remonta à experiência colonial. Talvez o último grande ato dramático de negociação vivenciado na sociedade brasileira tenha sido a redemocratização do país após vinte e um anos de ditadura empresarial-militar. Sobre esse capítulo da nossa história Martins (p. 164-165) explica que

A transição para um regime político civil foi negociada, com segmentos conservadores do principal partido de oposição à ditadura militar, o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro –, de modo a assegurar a continuidade do modelo econômico e a evitar que os segmentos partidários e os partidos identificados com o crescente descontentamento político assumissem o poder e introduzissem mudanças econômicas e políticas radicais. Não por acaso, hoje, o partido do governo, que era o de oposição à ditadura, abriga um grande número de antigos membros do partido da ditadura. A começar do próprio presidente da República, José Sarney, um fazendeiro, que foi ativo e importante senador do partido da ditadura militar [...]. O novo regime civil apenas deu continuidade à execução do modelo econômico implantado pela ditadura militar, agravando enormemente os problemas sociais.

2.4.1 O Trabalho compulsório no *continuum colonial*

Não bastasse essa narrativa de contínuas continuidades do cenário político no país e das formas de expropriação e exploração, Martins (1991, p. 166) descreve, ainda, as recentes práticas de mobilização e recrutamento da força de trabalho pautadas no regime escravista próprio dos tempos de colonização formal, ou dos seus desdobramentos.

É deste grupo [de camponeses expropriados ou com terras insuficientes] que saem principalmente os trabalhadores jovens, que se tornam escravos em diferentes regiões

[...]. Saem daí, também, milhares de migrantes temporários³⁹ que se deslocam das regiões mais pobres para trabalhar nos canaviais de São Paulo ou nos cafezais do Paraná, ou para trabalhar sazonalmente na construção civil em São Paulo ou no Rio de Janeiro, todos vivendo precariamente em favelas, cortiços e acampamentos de empreiteiras de construção.

A experiência acumulada de expropriação de terras de grupos originários ou comunidades tradicionais ou camponeses expulsos de outras regiões e da exploração da força de trabalho, dominada por distintas frações da elite, em distintas temporalidades históricas, desde particulares, coronéis de terra, grandes empresas capitalistas, corporações internacionais expressas desde a empresa colonial, passando pelo império, pelas repúblicas e regimes de exceção, e posta em marcha pelos regimes políticos civis, avalizadas pelo Estado, enfim, seja qual seja o método ou as frações de elites envolvidas o objetivo da expropriação é aumentar a riqueza dessas elites e submeter à elas a força de trabalho liberada dessa equação (MARTINS, 1991).

A prática de trabalho escravo, muito apreciada pelas elites coloniais em todo o chamado novo mundo, formalmente regulamentada pela coroa e aceita e justificada pela comunidade eclesiástica, tem sido o que mais se perdura desde a colonização lusitana das terras brasileiras. Esta prática constitui-se em uma das bases nas quais se assenta o *continuum colonial* em nosso país, já há muito formalmente independente.

Os lucros do trabalho escravo no novo mundo, conforme Ianni (1992, p. 36), alimentaram as revoluções produtivas europeias. “O regime de trabalho escravo, instituído nas colônias do Novo Mundo, vinculou europeus, africanos e aborígenos das colônias americanas, produzindo mercadorias, lucros, mais-valia, ou capitais que serviram às revoluções industriais em curso na Europa”.

Martins (1991) apresenta o sistema escravista contemporâneo no país. Como o sistema político, econômico e de acesso e controle do espaço hoje é, incontestavelmente, herança colonial, também veremos a seguir que o mesmo ocorre, em muitos casos, na mobilização e efetivação da força de trabalho nas terras cujos proprietários se efetivaram mediante fraude, violência, leis tendenciosas e excludentes (ASSELIN, 2009).

Apenas como exemplar, Martins (1991, p. 169) denuncia o caso mais escandaloso de ocupação da Amazônia, onde (“um número imenso de títulos de propriedade [...] procede de falsificações obtidas à custa de corrupção”), com a total conivência pessoal do então presidente

³⁹ Para um debate atualizado sobre os trabalhadores migrantes temporários na realidade maranhense, veja-se o trabalho Carneiro (2013, p. 157-174), “Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneos”, principalmente na parte “Relações de trabalho e migrações”, quando o autor analisa o “deslocamento de trabalhadores maranhenses para a lavoura canvieira paulista”.

da República, marechal Castelo Branco, subvertendo todas os dispositivos legais inventados pela sua própria facção militar.

[...] são comuns propriedades com mais de 100 mil hectares e não raros os proprietários com mais de um milhão de hectares de terra, foi o projeto Jari, do americano Daniel Keith Ludwig. Ali se instalou ele expressamente a convite do marechal Castelo Branco, o primeiro presidente da ditadura militar, ocupando uma área de 6 milhões de hectares, no rio Jari, praticamente na embocadura do rio Amazonas, um local estratégico.

Além dessa escandalosa demonstração de quem seriam os donos do país, “doando” uma imensa área maior do que o território de muitos países, fazenda onde teve denúncias de trabalho escravo e péfios resultados na produção; Martins (1991, p. 170) ainda denuncia, a conivência, omissão e corrupção de diversos setores do executivo e judiciário, além dos notários de cartórios. “A corrupção de juízes e funcionários públicos, como oficiais de justiça, policiais, notários etc. tem sido fundamental para efetuar o roubo de terras e obter a expulsão de camponeses”.

Nessa acomodação da propriedade da terra, nas mãos da elite herdeira colonial, ainda hoje no campo e na cidade há inúmeros casos de uso da força de trabalho de modo análogo à escravidão, inobservância das leis trabalhistas, relações de trabalho à margem do retorno legal a quem a vende.

Martins (1991, p. 173-174) narra casos de plena relação escravista nas terras expropriadas pela elite herdeira colonial.

Refiro-me à persistência e disseminação da peonagem, regime de trabalho que se baseia na escravidão por dívida. De 1970 a 1988, foram registrados 189 casos de escravidão por débito, em diferentes regiões do país. Eles correspondem a cerca de 57 mil trabalhadores escravizados, dos quais menos de quatro mil (cerca de 6,8%) conseguiram fugir com vida. Eles têm sido encontrados em todo o país, até mesmo em fazendas próximas às capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Os estados em que sua ocorrência é mais importante são os do Mato Grosso e Pará, na Amazônia, e São Paulo e Paraná, no Sudeste e Sul. [...] São recrutados por agenciadores que os levam para fazendas distantes do lugar de origem, localidades de acesso difícil. Começam oferecendo ao peão um adiantamento em dinheiro, para ajuda da família, enquanto ele estiver fora. É o começo do débito. A partir daí todas as despesas do peão serão multiplicadas por preços irrealistas, muito mais altos do que os do mercado. Chegados à fazenda de destino, são vendidos pelos intermediários, conhecidos como “gatos”, aos fazendeiros e administradores de fazenda, em troca da dívida, seus acréscimos arbitrários e o lucro do recrutamento.

Os peões são mantidos sob vigilância de pistoleiros, trancados à noite em barracões, para não fugirem. Algumas fazendas os acorrentam. [...] São comuns as referências a peões submetidos a castigos físicos, amarrados sobre formigueiros de formigas-de-fogo, que têm uma picada muito dolorida; outros são amarrados a troncos, um instrumento de tortura que se supunha desaparecido desde a abolição da escravidura; há os que são submetidos a mutilações físicas, como um grupo, no estado de Rondônia, que, há uns três anos, teve o tendão de um dos pés cortados para que não fugissem (ausente de destaques no original).

Propondo-nos a fazer uma leitura cuidadosa da narrativa acima, de Martins (1991), seremos capazes de identificar todas personagens da escravidão colonial, o escarvo (o “peão”), o comerciante de escravos (o “gato”), o senhor de escravos (o fazendeiro), o capitão do mato (o pistoleiro e/ou o administrador), a senzala (o barracão) e os castigos no tronco.

Os fazendeiros na atual estrutura fundiária do país, ou senhores de escravos nos tempos da colonização formal, são cidadãos tidos como idôneos, respeitáveis, esposos, pais de família e tementes a Deus. São empresários, prefeitos, deputados, senadores, governadores, juízes, secretários de governo, advogados, engenheiros, professores universitários (MARTINS, 1991; ASSELIN, 2009).

Martins (1994, p. 6) ainda contribui para dirimir os impasses se as situações mencionadas são ou não trabalho escravo, para ele esta não é a questão, a questão é que não se trata de trabalho livre, conforme se convencionou entender nas relações de produção capitalista.

[...] a questão principal não é a da análise em que um autor se perca no dilema de decidir se isso é escravidão ou não. Esse quadro certamente não sugere, a quem quer que seja, que estamos diante do que os teóricos definiram como trabalho livre. Certamente, estamos diante, ao mesmo tempo, do que os mesmos teóricos definiram como capitalismo. Estou de acordo com os autores que consideram a escravidão de hoje como um componente do próprio processo do capital. [...]. Meu próprio entendimento do problema é o de que o capital pode não só preferir o trabalho não-livre (ausente de destaques no original).

A narrativa de Martins (1991) dá conta das ocorrências entre 1970 a 1988, são situações muito atuais, da nossa geração. Entretanto este debate estende-se aos dias de hoje, atualmente são vários os grupos de pesquisas nas universidades, trabalhos acadêmicos publicados em forma de artigos, teses, dissertações, monografias e livros, a exemplo dos trabalhos da jornalista e professora Flávia de Almeida Moura, do departamento de Comunicação Social da UFMA, e do geógrafo e professor da UFMA, Campus Pinheiro, José Sávio Dias Rodrigues.

O trabalho de Moura, primeiramente publicado como dissertação de mestrado, pelo PPGCSoc/UFMA, que se converteu, no ano de 2009, em livro: “Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)”. No ano de 2015, a autora defendeu sua tese de doutoramento na mesma temática, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com o título: “Representações do trabalho escravo a partir da mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses”.

Já o professor Rodrigues defendeu sua tese de doutorado este ano (2016), com o título “Quem não tem é escravo de quem tem: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo”, na Universidade Federal do Ceará (UFC). O autor procura evidenciar os nexos da circulação da força de trabalho camponesa com a expropriação dos seus territórios

em vários municípios maranhenses (Açailândia, Peritoró, Santa Helena, Esperantinópolis, Codó, Palmeirândia, Coroatá, Bacabal, Balsas e Pedreiras) com o trabalho escravo contemporâneo, ele afirma que os deslocamentos da força de trabalho decorrem de vulnerabilidades das populações que migram para as atividades degradantes, quase sempre aliciadas para a situação análoga à escravidão.

A cada ano são mais e mais as comprovações de trabalho escravo em todas as unidades federativas do país, só no ano de 2015, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social, foram resgatados mil e dez trabalhadores em condições análogas às de escravo (Quadro 6). Nos últimos anos, a novidade tem sido o surgimento de situações de trabalho escravo em áreas urbanas, nas médias e grandes cidades e nas áreas metropolitanas, até mesmo nos casos de empresas prestando serviços para órgãos estatais.

Quadro 6: Incidência de trabalho escravo no ano 2015 no Brasil

QUADRO DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO - SIT/SRTE - 2015 Atualizado com informações do COETE em 19/01/2016

UF	N.º Operações	N.º de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso da ação fiscal	Trabalhadores em condições análogas às de escravo	Pagamento de indenização	Ais Lavrados
AC	1	1	8	0	R\$ 0,00	31
AM	4	6	34	23	R\$ 96.616,24	121
BA	2	4	12	6	R\$ 0,00	33
CE	6	14	159	70	R\$ 217.378,61	143
GO	5	6	7	3	R\$ 9.640,00	88
MA	8	15	134	107	R\$ 526.981,27	189
MG	21	37	65	432	R\$ 705.256,29	549
MS	5	5	19	25	R\$ 26.238,48	46
MT	28	46	51	44	R\$ 122.275,75	273
PA	10	28	83	36	R\$ 150.714,34	340
PE	2	2	2	0	R\$ 0,00	40
PR	4	7	20	10	R\$ 30.036,51	48
RJ	21	43	39	87	R\$ 700.240,15	296
RO	2	2	3	2	R\$ 2.861,18	13
RR	1	1	2	1	R\$ 0,00	12
RS	5	5	37	32	R\$ 133.340,07	73
SC	4	6	45	48	R\$ 64.687,61	95
SP	5	5	48	66	R\$ 322.490,11	76
TO	9	24	49	18	R\$ 66.720,88	282
TOTAL	143	257	817	1010	R\$ 3.175.477,49	2748

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social.

O portal “g1.globo.com/ma/maranhao”, em notícia atualizada em 27/01/2016, com o título “MA é 2º em resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão”, informa que:

De acordo com o estudo, ao longo de 2015, o MPT-MA firmou seis termos de ajuste de conduta (TAC) e ajuizou duas ações civis públicas que tratam da exploração de trabalho escravo. **Um dos casos emblemáticos ocorreu em São Luís, em outubro do ano passado, quando 58 operários** da Central Engenharia foram resgatados durante a operação “Asfalto Decente”. A empreiteira era responsável pela pavimentação asfáltica da

capital maranhense. Na ocasião, todas as frentes de trabalho foram paralisadas e os resgatados receberam R\$ 374 mil em verbas rescisórias (destaques presentes no original).

E no sítio eletrônico do Jornal Pequeno, “<http://jornalpequeno.com.br/>”, se encontrava no dia 03/05/2016 a seguinte notícia: “MPT processa UFMA, construtora e empresário por trabalho análogo à escravidão”, que dizia:

O Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) ajuizou uma ação civil pública com pedido de liminar em face da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da construtora ZURC Saneamento e Construções e do empresário Antonio Fernando Silva e Cruz. A ação requer o cumprimento de 28 obrigações de fazer e não fazer e o pagamento de dano moral coletivo de R\$ 1 milhão pela exploração de trabalhadores em situação análoga à de escravo durante a construção do prédio da faculdade de medicina em Imperatriz.

Sobre os arranjos de força de trabalho servil, Prado Jr. (2011, p. 29) demonstra que o uso do trabalho escravo se dera, na experiência colonial, mesmo antes da oficialização da escravidão do negro trazido de África.

Em troca do transporte que não podiam pagar, vendiam seu serviço por um certo lapso de tempo. Outros partiram como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maior idade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva dos negros importados.

Conscientemente ou não, a elite herdeira colonial, em várias situações, assim que perdeu formalmente sua força de trabalho servil, logo tratou de reeditar suas práticas ancestrais, lançando mão de expedientes como a “servidão por dívida” para continuar tocando seus negócios e garantir a sua lucratividade.

Para Prado Jr. (2011, p. 31), o objetivo primeiro da colonização foi a expansão do comércio dos países colonizadores, seguidos pelo controle do território e, posteriormente, investimentos na produção de mercadorias que melhor se adaptavam nas suas colônias.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa colonial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu.

Com isso, Prado Jr. (2011, p. 31) afirma que a experiência colonial em muitos países americanos, dentre os quais o Brasil, vai além de contatos fortuitos ou pontuais em uma história superada. Ele afirma que a colonização explica e estrutura parte significativa da economia e da sociedade desses países colonizados: “É este o verdadeiro *sentido* da colonização [...]; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”.

Em relação à herança colonial na realidade específica brasileira, Prado Jr. (2011, p. 31-32) é categórico em afirmar que:

um tal caráter mais estável, permanente, orgânico de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. [...]. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante [...]. O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (ausente e destaques no original).

Nesse sentido, além dos argumentos mostrados até agora, podemos utilizar as contribuições de Prado Jr. (2011) para fundamentar a nossa tese do *continuum colonial*, no contexto brasileiro. Atualizando, as grandes corporações nacionais e internacionais para manter e alargar seus negócios continuam expropriando a força de trabalho nas economias dependentes, ou coloniais, que passam a fornecer os mais diversos minerais e combustíveis fósseis, produtos agropecuários do monocultivo, como antes, agora também, o Brasil segue sendo fornecedor de terras, recursos e força de trabalho baratos. E a elite herdeira colonial passa a replicar em território nacional o que Chaloult (1978) chama de “colonialismo interno”, ou mesmo a sobreposição do interno e externo.

No *continuum colonial*, em uma sociedade globalizada (IANNI, 2000; SANTOS, 2001), permanecem muitas das características da colonização descritas por Prado Jr. (2011), como o objetivo primeiro das corporações globalizadas em manter seus negócios a uma lucratividade cada vez maior, o controle dos territórios de grupos e comunidades tradicionais, os territórios sendo primeiro colonizados por populações em conflitos políticos ou expulsas do campo pelo avanço das atividades industriais e/ou pela mera especulação.

Nessa sociedade globalizada, a expropriação dos territórios e exploração da força de trabalho, escravidão e desenvolvimento da indústria, das finanças são bases para o *continuum colonial*. E nessa mesma sociedade, assim como foram, antes, os escravos africanos e indígenas, assim também as populações tradicionais, quilombolas, indígenas, são todos reconhecidamente classificados pela elite herdeira colonial como seres humanos inferiores, subumanos.

As contribuições de Dussel (2005), Lander (2005a), Prado Jr. (2011), dentre outros, nos levam a questionar por que a modernidade, na perspectiva da história escrita pelos vencedores, passa a viver um tempo longo, a partir das grandes navegações, mas se é verdadeiro de que a modernidade emerge da, ou é também, a própria prática colonial, na perspectiva dos estudos decoloniais, como e por que somente a modernidade pode ter vida longa, quando e por que do divórcio modernidade-colonialidade?

O que observamos é que há manutenção do *continuum colonial*, quando em nome do desenvolvimento, persiste o avanço e melhoramento contínuo dos negócios da elite, que mantém a marcha do seu projeto de colonialidade (= modernidade), ao expropriar os territórios dos grupos e comunidades tradicionais; ao reformar as leis trabalhistas, aumentando a vulnerabilidade do trabalhador, diminuindo seu poder na relação com o empregador, seu salário nominal; ao privatizar as riquezas coletivas, os recursos naturais e culturais, os serviços básicos de educação e saúde; ao enviar seus herdeiros para formar suas mentes nos centros acadêmicos e tecnológicos das metrópoles, hoje batizados de países desenvolvidos; ao aumentar o poder das instituições de regulação, do executivo, do legislativo e do judiciário, todas essas frentes de ação têm, dentre outras finalidades, a de garantir de modo eficiente a manutenção do poder político, econômico e cultural da elite e se constituem desdobramentos coloniais.

2.5 O DESENVOLVIMENTO COMO EXPRESSÃO DO *CONTINUUM COLONIAL*

Nos dias atuais, o desenvolvimento em geral e o desenvolvimento econômico, em invólucro de sustentável, em particular, passam a ser, no discurso do *continuum colonial*, o que justifica o avanço das grandes corporações nacionais ou internacionais nos territórios colonizados ou recolonizados.

Esteva (2000, p. 60) ao apresentar o uso ideológico do termo desenvolvimento pelos países autodenominados desenvolvidos, recorre à análise do discurso de posse de Truman, na presidência dos Estados Unidos, realizado no ano de 1949:

Ao usar pela primeira vez em tal contexto a palavra “subdesenvolvimento”, Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana.

A colônia britânica, uma vez emancipada e transubstanciada em metrópole, põe em marcha, de modo aperfeiçoado, o receituário da relação colonial com os países por ela agora denominados subdesenvolvidos, evoluindo do *status* de colonizados para o de subdesenvolvidos, atrasados, pobres, portanto dependentes dos autodenominados desenvolvidos.

Esteva (2000, p. 60) segue dizendo.

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua

diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada.

Assim como, a partir de 1492, o *velho mundo* se faz conhecer pelo *novo mundo*⁴⁰ e a ele denominou sua colônia e aos seus habitantes seres inferiores, sem alma, sem regra, sem lei, sem sequer direitos a suas terras, “uma imagem inversa da realidade alheia”, cuja sina era servir aos forasteiros em todos os sentidos e meios; também, numa operação de “diplomacia”, o novo império circunscreve sua base territorial de exploração: o mundo por ele denominado subdesenvolvido. Agora a expropriação se dá sob o comando da elite herdeira colonial, com seu aperfeiçoado sistema colonial de produção, o capitalismo produtivo, financeiro e especulativo, com toda sua estrutura de saquear territórios, libertar força de trabalho, espoliar recursos, regular o preço dos salários, influenciar ou mesmo criar suas leis e normas que regulam as relações no *continuum colonial*.

Nessa direção, Esteva (2000, p. 63) é categórico ao afirmar que “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos e culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social”, e segue afirmando que, com a história reformulada nos termos do ocidente, a metáfora do desenvolvimento

absorveu um poder colonizante súbito e violento, logo utilizado pelos políticos da época. Converteu a história em um programa: um destino necessário e inevitável. O modo de produção industrial, que era nada mais que uma entre as muitas formas de vida social, tornou-se por definição o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social. Esse estágio, por sua vez, passou a ser visto como a culminação natural de potenciais já existentes no homem neolítico e como sua evolução lógica.

No entanto, a pista mais robusta encontrada no trabalho de Esteva (2000, p. 64), como inspiração para a proposição da noção de *continuum colonial*, é quando ele trata da relação britânica com suas colônias

Na terceira década do século [1930], a associação entre desenvolvimento e colonialismo estabelecida um século antes adquiriu um novo significado. [...]. Com a intenção de dar à filosofia do protetorado colonial um sentido positivo, os britânicos sustentavam que seria necessário assegurar níveis mínimos de nutrição, saúde e educação aos nativos. Um “duplo mandato” começou a ser esboçado: o conquistador deveria ser capaz de desenvolver a região conquistada economicamente e, ao mesmo tempo, de aceitar a responsabilidade de cuidar do bem-estar dos nativos. Quando o nível de civilização passou a ser identificado como o nível de produção, o duplo mandato deu lugar a apenas um: o desenvolvimento (ausente de destaques no original).

⁴⁰ Ao mantermos, neste trabalho, essa nomenclatura clássica da historiografia eurocêntrica, *velho mundo* e *novo mundo* o fazemos de modo eminentemente jocoso, uma vez que sabemos das implicações políticas, sociais, culturais dos referidos termos, como a pretensa superioridade do primeiro sobre o segundo, assim como da suposta humanidade e civilidade do primeiro contraposta à selvageria e indolência do segundo.

Com o avanço da noção de desenvolvimento vinculada à produção industrial, e desta com níveis de civilização – quanto mais industrializado mais civilizado seria o grupo ou país – até a suposta obrigação moral do colonizador com os colonizados (nativos) em termos de garantias básicas e mínimas é superada, uma vez que se o colonizador ou corporação econômica ajuda⁴¹ a colônia ou o grupo, comunidade ou país desenvolver-se economicamente já seria o suficiente, vez que nessas circunstâncias o grupo, comunidade ou país já teria alçado ao nível de civilizado, desenvolvido e, conseqüentemente, atendido ele mesmo as primeiras necessidades de nutrição, saúde e educação da sua população, para que, no *continuum colonial*, na prática, o centro expropriador das riquezas dos nativos se isente de quaisquer obrigações.

Os povos e comunidades tradicionais (sobretudo os de ancestralidade indígena e/ou africana) são compreendidos como constituídos de seres pela metade, subumanos, que, ainda em maturação, não são reconhecidos como detentores de direitos, mas como detentores da falta, do não ser. Os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, camponeses dentre tantos outros, são classificados pela lógica perversa do *continuum colonial* como pobres, analfabetos, desempregados, desqualificados, invasores dos seus próprios territórios.

Quando a coligação Capital-Estado chega para expropriar suas terras e recursos associados, faz uso de códigos, legislações, decretos, leis que justificam lhes arrancarem dos seus territórios e, como contrapartida, apresentam planos de reassentamento, de qualificação, de acesso ao emprego, só não há a opção do grupo espoliado ser o que ele é. O que é isso, senão colonização das mais violentas? E como outrora, em troca da riqueza da sua terra e, se não foram descartados, dos seus braços para os meses de trabalho forçado na etapa de construção do empreendimento, que poderia ser ainda hoje chamada de *casa grande*.

Sendo assim, ao analisar, os casos empíricos típicos, nos capítulos 3, 5 e 7, será possível identificar aspectos da herança colonial. E a apresentação conceitual/operacional de *continuum colonial* nos auxiliará na compreensão das expropriações, explorações, saques e ataques à dignidade humana nos processos de expulsão de grupos locais e da instalação e operação de empreendimentos públicos e/ou privados financiados com capital nacional e/ou internacional. Dois aspectos serão tratados com maior atenção, a *expropriação dos territórios*, que, em regra, geram: (1) deslocamentos compulsórios e (2) governos das populações realizado pelo Estado, hegemonicamente controlado pela elite herdeira colonial. Nesta direção, conforme assume Carneiro (2013, p. 171), para boa parte das populações de alguns municípios maranhenses, pelo menos da região dos cocais, as limitações de acesso ao mercado de trabalho

⁴¹ Ajuda aqui em acordo com a concepção de Gronemeyer (2000), já bastante explanada neste trabalho.

e de garantia da propriedade da terra, faz com que encarem “o deslocamento como uma alternativa inescapável, face as dificuldades de reprodução econômica no Maranhão”.

Na pegada de Prado Jr. (2011), poderíamos perguntar: o que fariam, com o apoio do Estado, os especuladores, grileiros, empresários nas comunidades tradicionais da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA (ver capítulo 3), as gusarias nas terras da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA (ver capítulo 5); os latifundiários nas terras dos camponeses de Buriticupu/MA (ver capítulo 7); senão em busca de ampliação dos seus negócios e aumento dos seus lucros, mediante exploração da força de trabalho, da expropriação desses territórios e saque dos seus recursos? Tais casos expõem faces indeléveis do *continuum colonial*.

3 OS ESCRAVOS DA REPÚBLICA NA ILHA UPAON-AÇU OU SOBRE A RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO DE VIDAS INDESEJÁVEIS

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin (Teses sobre o conceito da história).

Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética.

Franz Fanon (Os condenados da terra).

Pretendemos, neste capítulo, evidenciar como se deu o apagamento das histórias, das narrativas, das lutas, das vitórias e da efetiva resistência dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana a esse processo desde a emergência da colonialidade (= modernidade) na Ilha do Maranhão, além de insinuar que as ações da elite colonial e de sua herdeira, a exemplo da eliminação, expropriação, exploração e expulsão desses povos e comunidades, nas terras da capital do Estado do Maranhão, constituem-se em modelos que se espalham Estado afora.

Quanto aos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, aos quais aqui nos referimos, são aqueles grupos sociais que, atualmente, ocupam o lugar colonial (= moderno) que nos primeiros tempos de colonização (= modernização), com marco no final do século 15, eram próprios dos nativos indígenas e dos escravos trazidos de África⁴², as senzalas, os campos de produção forçada, as aldeias, como também as matas do sertão⁴³ e os quilombos como lugar de refúgio e resistência. Classificados pelo colonizador como selvagens, bárbaros, indolentes e incapazes e, agora, pelos seus herdeiros como a-históricos, pobres, desqualificados, analfabetos, desempregados, trabalhadores informais, que se refugiam nas periferias das cidades e nos últimos territórios ancestrais. Quando esses territórios (no campo e na cidade) passam a ser cobiçados e expropriados pela elite herdeira colonial, que os identificam como atrasados ou verdadeiros vazios demográficos ou de história, de cultura, de política, de estética

⁴²Evidente que não se pode tomar o processo de desenraizamento, de violência contra estes povos africanos de diferentes nações, etnias, culturas de diversas regiões da África já como sendo escravos. Vale lembrar que esses grupos sociais, essas etnias foram, no processo de colonialidade (= modernidade), no capitalismo mercantil, forçados à escravidão e às implicações dela decorrentes ao largo da história.

⁴³Note-se que nos primeiros anos de colonização da América portuguesa *sertão* designava toda parte mais interna ao continente e afastada da faixa litorânea (ALMEIDA, 2000).

e, por isso mesmo, justificar-se-ia sua espoliação via convencimento ou violência aberta, no mais das vezes, impetrada pelo par Capital-Estado.

Como se sabe, nos primeiros tempos de colonização (= modernização) ibérica, negros africanos e índios nativos eram aprisionados como escravos⁴⁴ a serviço da empresa colonial portuguesa, tratavam-se dos braços cativos para a América portuguesa, sem os quais, para muitos brancos colonizadores, aquelas terras seriam indevassáveis. Tornar-se-ia totalmente inviável a aventura colonial e o consequente aumento da riqueza da elite colonial, tanto local quanto da metrópole (ALENCASTRO, 2000). Como desdobramento disso, no *continuum colonial*, as elites herdeiras coloniais locais, nacionais e estrangeiras fazem o “governo das populações” de ancestralidade indígena e/ou africana como sendo verdadeiros “*escravos da república*”, tal qual seus ancestrais governavam seus “*escravos da colônia*”. Referir-nos-emos aos escravos da república como sinônimo de povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, bem como de todos os historicamente empobrecidos e despossuídos de poder político e econômico, governados pelo par Capital-Estado na era em que as sociedades se organizam mediadas pelo capital imperial financeiro e especulativo, o qual tem sido o vetor dos ordenamentos coloniais (= modernos) das cidades capitalistas, com é o caso de São Luís, capital do estado do Maranhão, com toda sorte de racismos, violências simbólicas e físicas, mas também com as proporcionais trincheiras de lutas e resistências erigidas pelos escravos da república.

Os favelados, os indigentes, os excluídos integral ou parcialmente das arenas política, econômica, social, cultural pelo par Capital-Estado, que se apropria legalmente da riqueza social, somados àquelas volumosas frações de grupos e comunidades tradicionais deslocadas, administradas, recortadas em nome do desenvolvimento e do progresso, constituem-se os herdeiros da ancestralidade indígena e africana, os escravos da república, e, nesse caso, nos referimos aos herdeiros do lugar social, político, cultural e não, necessariamente ou somente, embora também, de parentesco genético.

Conforme visto acima, no capítulo 2, a França foi e continua sendo império colonial, tese reafirmada pelo Movimento dos Indígenas da República (MIR), que também reafirma sua condição de herdeiros dos ancestrais colonizados e resistentes a toda sorte de violências. Essa permanência da face colonizadora francesa, dissimulada em democracia, igualdade, liberdade

⁴⁴ Fossem africanos ou indígenas não importa, o que se tem, no caso do Maranhão, é uma sociedade que se estrutura sobre a exploração direta da força de trabalho como modo de enriquecimento da sua elite branca. Como diz Meireles (2015a, p. 223-24), “...como o era, o braço servil o apoio, e a força que impulsionava aquela economia agrária que fazia a riqueza da Província, as classes produtoras – os grandes senhores, os barões, os cavaleiros, os fidalgos...”.

e fraternidade, talvez explique o porquê da emergência do MIR nos primeiros anos do século 21.

O tratamento das populações provenientes da colonização prolonga – sem limitar seus efeitos a isto – a política colonial. Não apenas o princípio da igualdade perante a lei não é respeitado, como a própria lei não é sempre a mesma para todos... A figura do “indígena” continua a assombrar a ação política, administrativa e judiciária; ela se alimenta e se mistura a outras lógicas de opressão, discriminação e exploração sociais. Portanto, hoje, em um contexto marcado pelo neoliberalismo, se tenta que os trabalhadores imigrados cumpram o papel de desreguladores do mercado de trabalho para estender ao conjunto dos assalariados ainda mais precariedade e flexibilidade.

A descolonização da República permanece na ordem do dia! A República da Igualdade é um mito. O Estado e a sociedade devem operar um retorno crítico radical ao seu passado-presente colonial. É tempo que a França interroge suas Luzes, que o universalismo igualitário, afirmado durante a Revolução Francesa, se desfaça deste nacionalismo ancorado no “chauvinismo do universal”, que se propõe a “civilizar” os selvagens. É urgente promover medidas radicais de justiça e igualdade, que deem um basta nas discriminações racistas no acesso ao trabalho, à habitação, à cultura e à cidadania. É preciso acabar com as instituições que relegam as populações provenientes da colonização a um estatuto de sub-humanidade.

Nossos pais, nossos avós foram escravizados, colonizados, animalizados. Mas não foram aniquilados. Preservaram sua dignidade de seres humanos através da resistência heroica que conduziram para se desgarrarem do jugo colonial. Nós somos seus herdeiros...

Por estas mesmas razões, nós estamos ao lado de todos os povos (da África à Palestina, do Iraque à Chechênia, do Caribe à América Latina...) que lutam por sua emancipação, contra todas as formas de dominação imperialista, colonial ou neocolonial (MOVIMENTO INDÍGENAS DA REPÚBLICA, 2005, s/p) (destaques presentes no original).

Assim como na concepção do “Movimento Indígenas da República”, “indígenas” não se refere apenas aos povos originários⁴⁵, também no caso brasileiro se pudermos adaptar essa provocação dos chamados “Indígenas da República”, tratar-se-ia dos indígenas, é óbvio, mas não somente, e, sim, compreendem todos os povos, populações, grupos do campo e da cidade que vivem, hoje, sob o jugo da elite herdeira colonial, são aqueles que já nomeamos anteriormente de povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana. Entretanto, não nos referimos apenas aos aspectos étnico-raciais, embora seja inegável que os de ancestralidade genética indígena e/ou africana sejam majoritariamente os que habitam as favelas, as ruas, o desemprego, o analfabetismo, as carceragens, em nosso contexto, os *escravos da república*.

Não obstante, isso parece embaraçoso, vez que se trata, também, de discussão de identidade, o que não faremos nesta tese. Sugerir uma pauta em que todos os povos, grupos e indivíduos que hoje ocupam o lugar social, político, econômico, cultural, estético, sobrenatural dos indígenas ou dos africanos (que já, à época, eram distintos) escravizados, reduzidos ou

⁴⁵ “Nota da tradutora: indígenas, neste contexto, equivale a sujeitos coloniais. O Partido dos Indígenas da República se apropria deste termo uma vez que os indivíduos das colônias francesas eram chamados indígenas pelo sistema colonial” (BOUTELDA, 2016, p. s/p).

despossuídos, dos primeiros anos de colônia na América portuguesa, como sendo os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, de agora, seria, irresponsavelmente, chapar a diversidade, em verdade qualquer termo padeceria dessa debilidade. Entretanto, mesmo assim, sugerimos nomear os que ocupam hoje esse lugar ancestral (genético e/ou cultural) de “escravos da república”, cômicos de que cada povo, grupo, comunidade carece de olhar específico, até porque, mesmo dentre índios ou africanos existem, internamente a cada categoria, um sem número de especificidades. Esse, admitimos, será um dos limites (entendido como fronteira) deste trabalho, por não ser seu objeto.

3.1 DA UPAON-AÇU À CIDADE DE SÃO LUÍS

A Ilha do Maranhão⁴⁶, localizada no nordeste brasileiro, na porção norte do Estado do Maranhão, comporta a capital do Estado, São Luís, e outros três municípios⁴⁷ (Figura 1). Segundo Araújo, Teles e Lago (2009, p. 4631)

A Ilha do Maranhão está situada ao norte do estado do Maranhão, região nordeste do Brasil. Está enquadrada pelas coordenadas geográficas 2° 24' 10" e 2° 46' 37" de latitude Sul e 44° 22' 39" e 44° 22' 39" de longitude Oeste, com área total de aproximadamente 831,7 Km². Possui uma população de 1.067.974 habitantes. A Ilha é composta pelos seguintes municípios: São Luís (capital), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

O professor Antônio José de Araújo Ferreira (2014, p. 21), do DEGEO/UFMA, ao tratar da localização geográfica de São Luís afirma que

é parte da mesorregião Norte Maranhense, ocupando o setor Oeste e parte dos setores Norte e Sul da Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, sendo a mais importante entre as quatro unidades político-administrativas que a integram, estando localizada na costa setentrional do Brasil, mais precisamente numa faixa insular do Golfão Maranhense.

⁴⁶“A denominação à cerca da Ilha em que se localiza a capital maranhense recebe três conotações: 1) ilha de São Luís por ressaltar a importância econômica da capital em relação aos demais municípios localizados na mesma; 2) ilha de Upaon-Açu em alusão à toponímia indígena e de acordo com o artigo 8º da Constituição Estadual/1989; 3) ilha do Maranhão, ..., devido à relevância do aspecto geográfico” (FERREIRA, 2014, p. 21). Para Feitosa (1990, p. 74) a “palavra Upaon-Açu, de uso corrente na linguagem aborígine e traduzida para o português com o significado de Ilha Grande” foi praticamente inutilizada pelos europeus colonizadores, “assim, surgiram nomes como: ilha Grande do Maranhão, ilha da Trindade, ilha das Vacas e ilha de São Luís”. Em meio às controvérsias na denominação da Ilha, neste trabalho, optamos em nomeá-la: *Upaon-Açu* ou *Ilha do Maranhão*.

⁴⁷ Até início da década de 1910, o município de São Luís correspondia a toda a área da Ilha do Maranhão. Somente com a emancipação política de Paço do Lumiar em 1911 (sendo que em 1994, Raposa se emancipou de Paço do Lumiar) e de São José de Ribamar em 1913 é que, de modo intermitente, os dados estatísticos aparecem separadamente, isso porque a divisão política-administrativa da Ilha somente se consolidou no início da década de 1950, com a definitiva emancipação do município de São José de Ribamar datada de 1952 (FERREIRA, 2014; IBGE-Cidades, 2016).

Segundo estimativa do IBGE para o ano de 2016, em informações contidas no seu sítio eletrônico⁴⁸, a população da Ilha do Maranhão é de 1.409.162, sendo que a maior concentração encontra-se na Capital, com 1.082.945 habitantes distribuídos em uma área de 834.785 Km² (Quadro 7).

Quadro 7 - População e área dos municípios da Ilha do Maranhão, estimativa 2016

MUNICÍPIO	ÁREA (Km ²)	População (hab.)
São Luís (capital)	834,785	1.082935
Paço do Lumiar	122,828	119.915
Raposa	66,280	30.004
São José de Ribamar	388,371	176.008
Ilha do Maranhão	1.412,264	1.409.162
Maranhão	331.936,955	6.954.036

Fonte: IBGE-Cidades, 2016. Adaptado pelo autor.

As divergências de informações entre o quadro acima e o trabalho de Araújo, Teles e Lago (2009) sobre a área total da Ilha do Maranhão se dá em razão de aqueles autores considerarem apenas a área de terra firme e desconsiderarem que a ilha de Tauá-mirim, formalmente, pertence ao município de São Luís.

Figura 1- Mapa da Ilha do Maranhão, com seus quatro municípios.



Fonte: Espírito Santo (2006, p. 10).

⁴⁸ <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2016.

O debate historiográfico ainda vivo sobre quem teria, de fato, colonizado a Ilha Grande do Maranhão, se os portugueses (LACROIX, 2006; 2008) ou franceses (BETTENDORFF, 2010; FEITOSA, 1990; MEIRELES, 2012; 2015a; 2015b), talvez se constitua em uma vigorosa chave analítica capaz de nos ajudar a reconhecer os aspectos da colonialidade (= modernidade) que demonstram o *continuum colonial* na São Luís de então, tomada como um dos típicos empíricos desta tese.

O que se sabe é que, no tempo das grandes navegações corsárias, as terras dos tupinambá foram apeteçadas por muitos impérios coloniais, dentre eles Portugal/Espanha⁴⁹, França e Holanda, e nessa corrida pelo controle da Ilha Grande algumas datas históricas foram sendo consensuadas: oito de setembro de 1612, chegada dos franceses; dois de novembro de 1915, tomada pelos portugueses; 1641 ocorre a ocupação holandesa e em 1644 a sua expulsão, com a retomada pelos portugueses (ALENCASTRO, 2000; LACROIX, 2012; FERREIRA, 2014).

Para Lacroix (2012, p. 17; 23) o marco da chegada dos súditos dos Bourbon a Upaon-Açu foi o 6 de agosto de 1612 e a data de 8 de setembro daquele ano, que perdura como o dia da fundação oficial de São Luís, corresponde à reza de uma missa realizada pelos padres capuchinhos, o que, para ela, constituiu-se na “celebração do mito da fundação francesa”.

Lacroix (2006; 2008), mesmo propugnando a fundação lusitana, reconhece a precedência dos gauleses. Certo é que a querela, sobre quem teria de fato fundado a cidade, se dá em torno de a quem é legítimo impingir, no mito de origem, as características do seu legítimo fundador.

Seja como for, o que se observa é a invisibilização dos nativos ou a naturalização da sua incapacidade de ocupar e usar o território de modo ordenado e com finalidades próprias. Não se aventa a possibilidade de que a “cidade” foi fundada pelos nativos e expropriada pelos colonizadores. Essa opção de invisibilizar os nativos tem sido uma técnica que perdura. Atualmente, em tempos de grandes projetos intensivos em terra, capital e trabalho, os grupos e povos tradicionais, aqui compreendidos como os de ancestralidade indígena e/ou africana, além daqueles historicamente empobrecidos e despossuídos de poder político e econômico, são concebidos pelo par Capital-Estado como incapazes de gerir, usar e ordenar os seus territórios (SANT’ANA JÚNIOR et. al., 2009, GEDMMA, 2014).

⁴⁹ Nos referimos à união das dinastias portuguesa e espanhola entre 1580 a 1640, em função da morte de d. Henrique, então rei português, quando seu sobrinho Filipe II da Espanha passou ao controle dos dois reinos, já que as disputas entre ibéricos e gauleses pela posse de Upaon-Açu coincidiram com esse período (MEIRELES, 2015b, p. 67).

Ferreira (2014, p. 25) até discute essa polêmica acerca da fundação da cidade se por galeses ou lusitanos e, referindo-se ao historiador Mário Meireles, afirma que ele “prudently advoga que o mais correto era sobressair que São Luís é uma cidade portuguesa que nasceu francesa”. Entretanto, é patente perceber como a maioria dos autores, das mais variadas colorações políticas e de *status* acadêmico, sequer cogita a possibilidade de que Upaon-Açu (Ilha Grande) já era um núcleo humano, com o nome ou não de cidade, erguido pelo povo tupinambá antes da chegada dos corsários europeus. Revela-se nitidamente a impressão, já bastante combatida pelas ciências sociais e humanas críticas, de que é inconcebível admitir que índios fossem capazes de ocupar, usar e ordenar racionalmente seu território, o que lembra bem a ideia corrente de que esses povos seriam primitivos e bárbaros, portanto, sem lei, sem rei, sem estado, sem escrita (MEIRELES, 2015b).

A despeito das dissensões sobre os verdadeiros fundadores de São Luís, portugueses ou franceses, nossos dois autores beligerantes Meireles (2015a; 2015b) e Lacroix (2006; 2008) concordam em um ponto: para ambos as terras de Upaon-Açu eram, por direito, da coroa portuguesa, afinal assim previa Tordesilhas⁵⁰.

3.1.1 O *continuum colonial* da disputa: Upaon-Açu (São Luís) francesa ou portuguesa

Julgamos necessário, para nosso argumento, aludir algumas das principais querelas em torno da disputa sobre quem teria fundado São Luís, uma vez que servirão para demonstrar que nessas narrativas há muito mais de colonialidade (= modernidade) do que se supõe e se quer admitir. Permaneceremos guarnecidos pelas contribuições dos historiadores Lacroix e Meireles⁵¹, pelo que julgamos ser suficiente para nossos propósitos, uma vez que esses professores, em seus trabalhos, acionam documentos e outros trabalhos clássicos da historiografia brasileira, portuguesa e francesa de modo muito mais satisfatório que um sociólogo.

Lacroix nas obras “Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerras e fundação no Brasil Colonial” (2006), “A fundação francesa de São Luís e seus mitos” (2008) e “São Luís do

⁵⁰ Aqui nos referimos ao Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, celebrado entre os reinos de Portugal e Castela, que dividia as terras descobertas e ainda por descobrir, fora da Europa, entre as duas Coroas.

⁵¹ Um importante trabalho que situa a obra do professor Mário Meireles é a dissertação de mestrado de Ana Lúcia Conceição Silva (2008), “Falas de decadência, moralidade e ordem: a ‘história do Maranhão’ de Mário Martins Meireles”.

Maranhão: corpo e alma” (2012), a partir de informações de documentos, revistas, jornais, livros, painéis, advoga a fundação portuguesa ao mesmo tempo que convenceu-se ter demonstrado que a fundação francesa de São Luís não passa de um mito⁵² criado com as festas do terceiro centenário e consolidado da metade do século 20 para cá.

O que pretendemos argumentar é que a elite herdeira colonial maranhense ao inventar mecanismos via ritos oficiais, paradas militares, desfiles, festas, festejos, produções históricas, literárias, artísticas consolidou argumentos que mantiveram viva a memória da colonização como sendo um grande feito dos europeus (seja portugueses/espanhol, francês, holandês), inescusável inclusive, segundo essa noção, para livrar os povos originários das suas amarras do atraso e da ignorância e colocar as terras de aqui na rota do progresso, desenvolvimento e civilidade.

Para se ter ideia, a consolidação do mito de fundação francesa se deu, segundo Lacroix (2008, p. 117) com a destacada participação do chefe oligarca maranhense, José Sarney⁵³.

Em fins da década de 1960, o governador José Sarney encomendou ao conceituado artista plástico, Floriano Teixeira, uma pintura de gênero, versando sobre a fundação de São Luís. A tela *Fundação da Cidade de São Luís* viria cumprir a função das artes plásticas, da cultura visual, configurando-se tão importante e eficaz quanto a História escrita.

A autora em tom de queixa e ressaibo pela substituição do mito de fundação portuguesa pelo francesa ainda diz:

Não obstante e inexplicavelmente, por todo o século XX permaneceu na memória coletiva uma origem francesa: o ludovicense faz questão de passar de geração para geração a fundação de São Luís pelos franceses e não por portugueses, como aconteceu com a maioria das cidades brasileiras (LACROIX, 2008, p. 38).

Lacroix (2008, p. 75) lembra que as influências francesas não se deram exclusivamente no Maranhão e que “todo o ocidente e até mesmo boa parte do Oriente foram influenciados pelos ditames da França, depois do 1789”, e que no Maranhão essas influências levaram à celebração do “culto da fundação de São Luís pelos franceses”.

Para ela, o avanço do pensamento e de políticas gestadas em França, na passagem do século 19 para o 20, coincidiu com um momento de grandes transformações políticas e sociais no Brasil, o que exigia mecanismos que dessem conta de garantir e confirmar uma identidade nacional com coesão social. Para tanto, “os métodos do recém-instalado governo republicano incluíram feriados, cerimônias e heróis”. Sendo que, “no Maranhão, La Ravardière, suposto

⁵²“Considerada por cronistas e historiadores até o final do século XIX como fundada pelos portugueses, a cidade de São Luís veria a invenção de uma tradição, na expressão consagrada de Eric Hobsbawm, com a celebração do mito da fundação francesa em 1612, cerimônia de posse transformada séculos depois em símbolo da fundação” (LACROIX, 2012, p. 23, nota 11).

⁵³Sobre José Sarney e sua oligarquia, além das informações deste capítulo, veja-se o capítulo 3 desta tese.

fidalgo francês, transformado em novo herói, passou a fundador da cidade, sendo subtraída de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o valente mestiço de português com índia – símbolo da incivilidade – a honra da fundação de São Luís” (LACROIX, 2008, p. 82).

Nessa direção, a obra “Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil colonial” constitui-se um verdadeiro tributo e louvação de Lacroix (2006, p. 15) à família dos Albuquerque de Portugal, que no dizer dela mesma trata-se de “uma das mais antigas famílias de Portugal, unida a várias outras, inclusive com as de sangue real das casas de Castela e Portucalense”. A autora ainda sublinha as deferências e exaltações feitas por figuras de relevo nas artes e na religião à família Albuquerque, enfatizando àquelas prestadas pelo Bispo Dom João Ribeiro Gajo e pelo poeta lusitano Luís de Camões (p. 16). E, por fim, a autora manifesta aprazimento ao escrever que:

Matias de Albuquerque Maranhão foi o único filho de Jerônimo que deixou descendentes e, hoje, a família Maranhão se encontra espalhada por vários estados brasileiros, muitos deles conservando a vocação de seus ancestrais, de senhores de engenho e usineiros, os Maranhão de Cunhaú e Matary⁵⁴ (LACROIX, 2006, p. 21).

Para Lacroix (2008, p. 38) “a fundação de uma cidade não se resume à celebração de uma Missa, procissão, *Te Deum Laudamus*, sermão e benção da Cruz”, pelo que ela afirma que

Não podemos dizer que os franceses “fundaram” algo no Maranhão, seja uma colônia ou uma cidade. O termo fundar remete a estabelecer, construir, lançar os alicerces, base da continuação da entidade, cuja vida é redigida por um conjunto de instituições reguladoras de seu próprio funcionamento. A rigor nada disso fizeram os franceses (LACROIX, 2008, p. 139).

Com essa compreensão, a historiadora passa, ao seu julgo, a narrar como se dera a “verdadeira” fundação da cidade de São Luís pelos seus patrícios lusitanos. Vejamos:

As primeiras providências lusitanas para a fundação da nova Colônia foram a organização física e institucional da cidade de São Luís. Para tal, foi traçada pelo militar e Engenheiro-Mor do Estado do Brasil Francisco Frias, a primeira planta da cidade com duas grandes praças, atuais D. Pedro II e João Lisboa, de onde partiram algumas ruas traçadas em quadras regulares (LACROIX, 2008, p. 44).

E será com essa concepção de fundação de cidade que Lacroix (2008, p. 139) passa a enaltecer uma vez mais Jerônimo de Albuquerque:

Imediatamente pós a expulsão dos franceses, Jerônimo Albuquerque Maranhão mandou traçar um plano para a cidade, substituiu as casas de palha em desalinho deixadas pelos invasores por casas de madeira e barro em ruas projetadas e melhorou o forte. Com essas providências, estavam lançadas as bases da vida colonial do Maranhão.

⁵⁴ *Cunhaú* é uma região de praia localizada no município de Canguarately, no Estado do Rio Grande do Norte, que também corresponde ao nome de engenho da família Maranhão naquele Estado, e *Matary* trata-se de uma usina de beneficiamento de cana da mesma família, fundada em 1912 por Serafim Velho Camello Pessoa de Albuquerque e seus filhos, derivada dos engenhos. “Atualmente, a usina da família Maranhão, encontra-se entre as maiores usinas do Estado de Pernambuco” (GASPAR, 2009, p. s/p).

A autora (2008, p. 41) parte do pressuposto de que os franceses não foram fundadores, mas invasores das terras que, por direito, pertenciam aos portugueses e que, graças ao heroísmo de Jerônimo de Albuquerque, foram reavistas.

Lacroix, em suas três obras (2006, 2008 e 2012), recorre a documentos, discursos de autoridades, cronistas e historiadores consagrados com o intento de demover o que ela nomeia de mito da fundação francesa de São Luís. Entretanto, embora os lusitanos tenham reavisto sua colônia em Upaon-Açu, foram os gauleses que passaram para a história (oficial dos vencedores) como símbolo de fundadores da cidade.

Dentre os contentores, o historiador Mário Martins Meireles (1915-2003), nas obras “França Equinocial” (2012), publicada originalmente em 1962; “História de São Luís” (2015a), obra póstuma publicada inicialmente em 2012, e “História do Maranhão” (2015b), que teve sua primeira edição em 1960, como que ignorando as “evidências” alegadas por sua colega, escreve

E na praça arroteada entre as construções, foi chantada, a 8 de setembro, defronte do forte, uma grande cruz de madeira, em meio à solene cerimônia religiosa com a qual se deu por conquistada aquela terra pagã para a Igreja de Cristo e, conseqüentemente, ali, a França Equinocial que, como permitia a concessão real, poderia ter a extensão de 50 léguas em torno (MEIRELES, 2015a, p. 26).

E depois sentencia: “a 8 de setembro de 1612, foi por fim, solenemente fundada a colônia” (MEIRELES, 2015b, p. 50).

Embora Meireles apresente cautela sobre a veracidade dos fatos narrados em crônicas e documentos oficiais, são essas fontes que dão ainda hoje *status* de verdade às mais variadas narrativas historiográficas e, presos nelas, os dois blocos de historiadores se debatem sobre a fundação europeia de São Luís. Para nós a querela é pouco profícua. Para se ter ideia, dentre as supostas controvérsias sobre o nome de São Luís, Lacroix (2008, p. 87) expõe uma que faz acalorar debates entre historiadores, “convém grifar que o nome da cidade invoca o querido santo francês Luís IX, canonizado muito antes do descobrimento do Brasil, muito reverenciado pelos fiéis portugueses, e não uma homenagem prestada a Luís XIII”, o chamado rei menino de França.

Seja como for, para afirmar a fundação europeia de São Luís, portuguesa ou francesa, mobilizaram-se instituições como a, então (1908), recém-criada Academia Maranhense de Letras (AML), um grupo de intelectuais reunidos no chamado Grupo dos Novos (1901); o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), com seu periódico científico; jornais diários ou semanais; escolas como o Liceu Maranhense e praticamente toda a burocracia dos governos estadual e municipal (LACROIX, 2008, p. 96-103).

Lacroix (2008) afirma que após instauração do mito da fundação francesa, por ocasião do terceiro centenário de São Luís (1912), houve uma retração no que tange aos atos comemorativos oficiais, mas as comemorações dos 350 anos (1962) reavivaram os paráclitos da cidade de origem francesa.

O Estado do Maranhão naquela ocasião era chefiado pelo governador Newton de Barros Belo, período dominado pela oligarquia vitorinista que seria, em 1965, suplantada pela eleição de José Sarney, marco da emergência do sarneísmo, novo grupo oligárquico maranhense por ele comandado, que se mantém vivo até hoje, embora tenha sido derrotado nas últimas eleições para o governo do Estado (2014) por um outro grupo de figuras históricas na arena política maranhense liderado por Flavio Dino do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Foi no período de transição oligárquica (década de 1960), em pleno regime de exceção mantido pelos generais militares e frações conservadoras da sociedade nacional, principalmente empresarial, que um e outro grupo investira no fortalecimento daquilo que Lacroix (2006; 2008 e 2012) chama de mito: a fundação de São Luís por franceses. Como vimos, José Sarney, quando governador, encomendou uma peça de arte plástica com tal intento, enquanto que o grupo que o antecedeu fizera “a festa dos 350 anos”.

Lacroix (2008, p. 107-08) assim descreve o evento:

Em 1962 foi realizada a “Semana da Fundação”, em comemoração pelos 350 anos da cidade de São Luís. O governo do Estado, os intelectuais, outras instituições e o próprio povo careciam de festa naqueles tempos de conturbações políticas e dificuldades econômicas.

Em reportagem ao *O Imparcial* de 7 de setembro de 1962, o Secretário de Finanças do Estado falou de grande interesse do Governador em dar àqueles festejos “*um brilho todo especial...*”. Incumbiu a Academia Maranhense de Letras de constituir a Comissão Executiva dos Festejos... o Estado destacou uma verba de 7 milhões de cruzeiros para o “*brilantismo necessário aos festejos*”... Oito dias de festas... O Secretário de Educação e Cultura do Estado finalizou seu discurso, dizendo:

“*Agradecemos à França 350 anos de civilização, 350 anos de glória, 350 anos de história e tradição! À França, o Governo do Estado*” (destaques presentes no original).

E diz que o acontecimento culminou com o evento do dia 5 realizado pela Biblioteca Pública que “promoveu o lançamento e a distribuição dos livros *A França Equinocial*, de Mário Martins Meireles, e *História das Ruas de São Luís*, de Domingos Vieira Filho” (LACROIX, 2008, p. 108).

Entretanto, foi no dia 8 que se concentraram as mais variadas manifestações, bandinhas despertaram a população em vários bairros; flores foram deitadas no busto de Daniel de La Touche; Missa solene rezada por todos os bispos do Maranhão reunidos na Catedral Metropolitana; atividades desportivas para milhares de estudantes no Estádio Municipal; solenidade de Fundação da Aliança Cultural Franco-Brasileira com a presença do Embaixador,

militares e intelectuais, desfile alegórico, militar e salva com queima de fogos de artifícios; bailes nos principais clubes da cidade (LACROIX, 2008, p. 108-113).

Enquanto (segunda metade do século 20) todo o arsenal burocrático dos governos municipal e estadual, com o apoio de setores militares, como também as universidades, escolas, museus, academia de letras e a elite conservadora, com investimentos de recursos públicos nas comemorações, exultavam a França e deferiam seu embaixador no Brasil, por terem civilizado a Ilha Upaon-Açu, várias colônias francesas em África (Quadro 5, acima, p. 64) eram sangradas, nas guerras de libertação, por essa mesma França, que se quer democrática e republicana, que queria mantê-las sob seu jugo. E, ao passo que os intelectuais maranhenses e suas instituições acadêmicas e de letras festejavam e regozijavam o vínculo colonial com a França, outros intelectuais mundo afora, a exemplo de Fanon (1968), se engajavam nas lutas e denunciavam a carnificina das armas francesas nessas colônias em guerra por libertação.

Em 2012 nova festa, embora não tenha se estendido por uma semana inteira, foi precedida de muita propaganda e envolvimento das instituições públicas e privadas que promoveram atividades, incentivos e patrocínio para publicação de obras sobre a cidade, a exemplo da coleção editada pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) que publicou 11 livros na “Coleção São Luís 400 anos”, além de uma vez mais exultar a colonização francesa da cidade.

Destarte, Lacroix (2012), em sua cuidadosa e relevante obra “São Luís do Maranhão: corpo e alma”, reafirma a fundação lusitana de São Luís e insiste na fundação por franceses como sendo mito. Quanto aos negros e indígenas, se limita a classificá-los no estrato social da colônia, respectivamente, como quarta e última classe, invisíveis nos aspectos da política, economia e arte, com quem os brancos pela necessária convivência ou por falta e opção, teriam sido obrigados a miscigenar. No mais, esses segmentos foram sombreados frente a descrição das disputas e proezas entre os brancos de Portugal, França, Holanda pela fundação da cidade e, posteriormente, pela peregrinação lusitana quase quixotesca para manter e aperfeiçoar a colônia.

Da parte de Meireles, embora incontestado historiador e da relevância de sua obra “História do Maranhão” (2015b), o que o difere daquela outra historiadora é a adesão à tese da fundação francesa, tanto que “em 1962 muito contribuiu para as comemorações alusivas aos 350 anos da fundação [francesa] de São Luís” (MORAES, 2013). Em “História de São Luís” (2015a) os negros e índios são secundarizados e o autor preferiu dar ênfase aos aspectos de transformação do espaço, demonstrando minuciosamente sua classificação e as diversas mudanças de nomeação de largos, praças, igrejas, ruas, becos ao longo dos séculos, e até se

recente dos negros, em 1889, terem quebrado com “os golpes que tinham a força e a violência de uma vingativa liberdade recém-conquistada, o pelourinho⁵⁵ que era ali chantado e que espalhou em pedaços por onde nunca pudessem ser encontrados” (MEIRELES, 2015a, p. 162).

Entretanto, as obras de ambos, apesar de seguirem certa linearidade, podem ser, ao nosso julgo, enquadradas naquilo que Bloch (2001, p. 54-56) chamou de história-problema, mas padece, na mesma medida, do que o mesmo autor nomeou “obsessão das origens” (p. 56).

É certo que Lacroix e Meireles se colocaram a pensar e investigar um problema histórico: a colonização de São Luís com suas nuances no tempo presente, responder aos apelos políticos e sociais (sobretudo da elite herdeira colonial) pelo engendramento da herança colonial portuguesa ou francesa após quatro séculos. Essa perspectiva está em total acordo com Bloch (2001, p. 61), na medida que este afirma que “o limite entre o atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo”.

Voltar ao tempo, em séculos, e cingi-lo ao presente para nós terá outra função, a de responder a outro conjunto de problemas: em que medida situar São Luís no seu terceiro e quarto centenários à origem francesa pode ser sintoma de um *continuum colonial*? A exaltação da Europa e a invisibilidade ou manutenção da condição de inferioridade dos povos originários e africanos ao longo dos séculos podem ser pistas de que o *modus operandi* colonial se manteve, embora com inegáveis mutações, na mesma medida, ao longo dos séculos?

A maioria absoluta, para não afirmar todos, dentre documentos, crônicas e trabalhos de historiadores sobre São Luís e o Maranhão que ganharam relevo e passaram a circular no meio escolar, acadêmico e literário parte da colonização como sendo ponto zero, ponto inicial da história. A quem isso interessa? A que modelo de saber e de gestão material se vinculam essas narrativas? Que situações/fenômenos atuais carregam essas formas de lidar com as populações, com os ambientes, com os sistemas produtivos e de distributivos das riquezas sociais?

Nosso interesse não será a busca pela origem/fundação de São Luís, mas problematizar por que a elite herdeira colonial, de agora, opta em unir passado e presente numa inegável exortação dos feitos europeus (seja português, francês, holandês) na mesma medida em que silencia e apaga as memórias dos sofrimentos, das lutas e vitórias dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana.

⁵⁵ Sobre o pelourinho, Meireles (2015a, p. 164; 226) ainda diz ser um “... monumento, que na sua origem simbolizava, em verdade, a autonomia municipal...”. Embora o próprio autor se refira a ele, noutra parte do seu livro, como sendo um “instrumento de justiça e de suplício”.

3.2 “A ILHA ANTES DE SÃO LUÍS”⁵⁶ OU A ILHA ANTES DA COLONIALIDADE (= MODERNIDADE)

Meireles (2015b, p. 42), ao apresentar os grupos indígenas que habitavam a Upaon-Açu antes da colonização europeia, descreve sua organização territorial, social, cultural. Ele diz que “os brasílicos tupis do Maranhão, por sua vez cingidos à zona litorânea, eram, dentre outros, os tiguaras, os caetés, os tabajaras e, principalmente, os tupinambás”. Segundo este autor, os tupinambá de Upaon-Açu eram conhecidos como “os maranhaguaras da Ilha Grande” e que foram “os únicos que mantiveram, dentro das condições possíveis, um certo intercâmbio com os europeus, e só nos primeiros tempos. Os outros só interessam como objeto de catequese e redução”.

Quando os franceses chegaram a Upaon-Açu, ... encontraram-na habitada pelos maranhaguaras (de *maranã*, por *paranã*, semelhante ao mar, e *guará*, habitante) que, conforme tudo leva a crer, eram tupinambás chegados do sul, fugindo à ocupação portuguesa do Brasil. Eles falavam, mesmo, um belo país – *Caetê*, Grandes Florestas – de que haviam emigrado.

Eram, portanto, do grupo étnico dos brasílicos, mongoloides de origem, emigrados da Indonésia, via Polinésia, e América Central, há seis ou sete mil anos.

... se estendiam desde o Ceará até o Pará, variando de nome conforme o *habitat* regional: os ibiapenguaras, os mearinenguaras, os taburuenguaras, os maranhaguaras (sic), etc.

Estavam distribuídos, em Upaon-Açu, por 27 aldeias, num total de mais de dez mil indivíduos, sob a chefia suprema de Japiaçu, morubixaba de Junipará, a aldeia maior, e que era assistido por quatro outros principais – Jacupema, Tatuçu, Tecuareubuí e Paquarabai – independentemente dos chefes de cada uma das outras aldeias (MEIRELES, 2015b, p. 42-43).

O autor continua sua narrativa descrevendo a organização social; a estrutura arquitetônica; os instrumentos de produção e utensílios domésticos; os hábitos alimentares; a relação com o sagrado e com a natureza; as festas e rituais; ornamentos e pinturas corporais; as armas, performance de guerra e os principais inimigos dos maranhaguaras. Entretanto, o historiador, por convicção, ou por formação, narra o passado dos nativos, no presente, com base no paradigma da história do vencedor, o que por várias ocasiões se evidencia: “forma de governo não a tinham nenhuma” (p. 45). “Seus conhecimentos, que eram muito pouco e rudimentares...” (p. 45), “não tinham uma religião... os pajés eram antes feiticeiros e curandeiros que sacerdotes, muito embora se arrogassem virtudes divinatórias” (p. 46).

Esse modo de enunciação, conforme lembra Lander (2005b, p. 26), deriva das hierarquias cronológicas e da negação da simultaneidade à toda sorte de povos conquistados

⁵⁶ “A Ilha antes de São Luís” faz referência à parte do título de artigo de SBRANA (2014).

pela Europa. Ele afirma: “a conquista ibérica do continente Americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a *modernidade* e a *organização colonial do mundo*”; com o que para ele, na América, inicia-se “a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória”, como também “do imaginário”.

Como ensina Lander (2005b, p. 26-27)

tal construção tem como pressuposição básica o caráter universal da experiência europeia...

Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente.

Podemos afirmar que as concepções que julgam natural a propriedade portuguesa das terras de além mar (dentre elas a América portuguesa) previstas nos tratados firmados entre as coroas situadas no autointitulado velho mundo, sobretudo Portugal e Espanha (Tordesilhas, por exemplo), guarnecem-se nessa universalidade de que fala Lander (2005b).

Este autor recorre à obra do constitucionalista espanhol, Bartolomé Clavero (1994), “Derecho indígena y cultura constitucional en América” para mostrar como a ideia de direito liberal universal ceifou o direito das comunidades tradicionais, sobretudo dos povos indígenas.

O próprio Clavero (1994, p. 23) assim se manifesta na primeira parte de sua obra quando problematiza sobre o “tiempo de colonia, tiempo de constitución”.

Es una concepción efectivamente universalista del derecho, pero de una universalidad determinada. Se trata de la imposición como general de un concepto particular, de esta forma todavía de imperialismo ante todo cultural. No se está postulando un derecho para todos y para cada uno de los individuos, para toda la humanidad y para todo ser humano, sino solamente para aquellos determinados seres, para aquellos afortunados individuos, que respondan a la concepción.

Para la perspectiva constitucional, para esta nueva mentalidad, los indígenas no reúnen condiciones para tener derecho alguno, ni privado ni público... derecho político alguno tampoco.

Para Clavero (1994, p. 22) a América constitui-se em uma espécie de tubo de ensaio para o direito que garante antes o indivíduo que a sociedade, sobretudo as sociedades “estranhas”. Clavero (1994, p. 21) destaca que para Locke “en el principio todo el mundo fue América”, donde se experimentou o direito liberal, inclusive sobre a natureza.

América representa un paradigma para el derecho. Respecto a ella es como puede presentarse el mismo planteamiento generativo de la propiedad, del derecho, en su sentido extensivo, de la facultad no sólo sobre sí mismo, sino también sobre la naturaleza. Ahí estaba en América la posibilidad de ocupación y trabajo de la tierra que produjera ante todo propiedad, el derecho mismo. “Let him [the Man] plant in some in-land, vacant places of America”, que el hombre así colonice las tierras vacantes de América, un territorio que puede considerarse jurídicamente vacío porque no está poblado de individuos que respondan a los requerimientos de la propia concepción, a una forma de ocupación y explotación de la tierra que produzca ante todo derechos, y derechos antes que nada individuales.

Sendo assim, orientados pela concepção eurocêntrica de direito universal, sedimentada com a colonização da América, o que fizeram nossos historiadores (Meireles e Lacroix) foi assumir esta concepção de direito universal e, com isso, sequer puserem em suspeição o suposto direito gaulês ou lusitano sobre as terras de Upaon-Açu como também sobre os braços e almas dos nativos.

Da nossa parte, entendemos ser necessário dar relevo ao processo de ocupação, organização e uso de Upaon-Açu pelos maranhaguaras, embora correndo o risco de sermos acusados de obsessão pelas origens (BLOCH, 2001, p. 56). Em absoluto, não se trata de porfiar com nossos historiadores de Upaon-Açu pelo orto ou verdadeira fundação de São Luís, mas tão somente incluir na narrativa a possibilidade de que o território que hoje se conhece como Ilha do Maranhão ou Upaon-Açu fora antes pensado, ordenado e vivido pelos povos originários do Brasil. Daí, se se é possível se narrar alguma fundação, esta não poderá, para ser honesta, excluir a hipótese de que a Grande Ilha do Maranhão, território de tantas e contraditórias denominações (FEITOSA, 1990), tem a marca indelével dos tupinambá expulsos de outras regiões do País pelos lusitanos, e sobre estas rasuras pinçadas noutras já existentes foram inclusas as dos colonizadores, não se trata de ponto zero da colonização.

A opção de apagar as marcas dos povos originários teve como consequência, na mesma medida, apagar sua história, suas memórias e, sobretudo, seus direitos e das gerações que se sucederam ao longo dos séculos. Convenceremo-nos de que nossos ancestrais indígenas, assim como os africanos que a eles se juntaram, eram desprovidos de organização política, territorial, social e econômica, ao seu modo, é negar, como foi negado, a sua condição plena de humanidade, fato que justificou, e justifica atualmente, toda sorte de exploração, expropriação, exclusão e violência.

Acreditamos conseguir, até agora, ter iniciado a apresentação da leitura das proximidades entre Europa e Upaon-Açu por outra janela de explicação e análise, qual seja, pela história dos derrotados, ou escovar a história a contrapelo como diz Benjamin (1987), ou no dizer de Dussel (2005), pelas “vítimas inocentes do sacrifício ritual” da colonialidade (= modernidade).

Disso, sugerimos jogar luzes ao movimento dos maranhaguaras como partícipes, ontem e hoje, de Upaon-Açu que fora violentamente conquistada, saqueada e submetida ao jugo francês/lusitano/holandês/lusitano. E isso faz toda diferença no fortalecimento das lutas atuais dos *escravos da república* nas terras herdadas da ancestralidade maranhaguara. A França, e por extensão a Europa, de que tratamos aqui, figura aquela imperialista colonial, para quem a república da igualdade é nada mais que um mito.

Como vimos com Meireles (2015b, p. 43), e é consenso na historiografia do Maranhão o entendimento de que a Upaon-Açu, ainda no século XV, estava habitada por grupos indígenas, expulsos do Sul do País pelas forças colonizadoras portuguesas, “tudo leva a crê, eram tupinambás chegados do sul, fugindo à ocupação portuguesa do Brasil”. Os mesmos encontrados por corsários franceses, ingleses e holandeses em suas andanças a procura de ouro, prata ou quaisquer outros materiais que lhes servissem de mercadoria e lhes auferissem riqueza. Esses grupos indígenas também figuraram nas crônicas idílicas do padre capuchino francês Claude d’Abbeville que, a despeito de serem tomados como desprovidos de organização política, utilizaram de refinado trato diplomático com os franceses que acabavam de aportar nas suas terras. Nos conta Abbeville (1975, p. 59):

Enquanto ainda nos achávamos abrigados sob as árvores e dentro das choupanas, ao pé do forte, poucos dias após nossa chegada, Japi-açu, principal de Junipará e grande morubixaba da Ilha do Maranhão, mandou um dos nossos intérpretes de nome Mígan, natural de Diepe, ao sr. Rasily a fim de convidá-lo para ir à Casa Grande e lá armar sua rede, de acordo com o costume, junto às dos principais índios que aí se reuniriam a fim de com ele tratar de assunto importante... sr. Rasily, mostrou-se muito satisfeito; mandou imediatamente armar a sua rede de acordo com o costume do país...

O suposto discurso do “representante indígena” de Upaon-Açu, que Abbeville (1975, p. 59-61) teria transcrito, é longo e cheio de quadros estereotipados, que não reproduziremos, em sua totalidade, aqui. Entretanto, alguns fragmentos nos serão necessários para compor nosso argumento.

“Estou muito contente, valente guerreiro [sr. Rasily], com o fato de teres vindo a esta terra para fazeres a nossa felicidade e nos defenderes contra os nossos inimigos... já tínhamos resolvido... abandonar esta região com receio dos peró [portugueses], nossos inimigos mortais... e estávamos decididos a passar o resto de nossos dias longe dos franceses, nossos bons amigos, sem mais pensarmos em foices, machados, facas e outras mercadorias, e conformados com voltar à antiga e miserável vida de nossos antepassados que cultivavam a terra e derrubavam as árvores com pedras duras”.

“Alcançarás grande fama entre as altas personalidades por terdes deixado um país tão belo como a França, tua mulher, teus filhos e todos os teus parentes, a fim de vires habitar esta terra a qual embora não seja tão bela como a tua, e não tenhas aqui tôdas as comodidades que poderias ter, te dará grande alegria... e um povo valente que te obedecerá e te ajudará na conquista de tôdas as nações vizinhas...”

“No que diz respeito às casas, fortalezas e outras obras manuais nelas trabalharemos todos a fim de que sejas forte e poderoso contra todo o mundo; e contigo morreremos. Nossos filhos aprenderão a lei de Deus, vossas artes e ciências, e com o tempo se tornarão vossos iguais; haverá então alianças de parte a parte, de modo que já ninguém pensará que não somos franceses”.

“Quanto aos nossos costumes de matar os escravos e de usar cabelos compridos, furar os lábios, dançar, etc., entregamo-nos a ti e faremos o que quiseres... Tu nos dirás a êsse respeito qual a tua vontade e, depois de ouvir-te, faremos o que quiseres”.

O chefe da expedição francesa, Sr. Rasily, satisfeito por tão expressa e pronta submissão do nativo, segundo a crônica de Abbeville (1975, p. 61-62), assim se fez ouvir:

“Louvo grandemente tua sabedoria, velho amigo dos franceses, pelo fato de que, considerando a miséria e a cegueira de tua nação, não só relativamente ao conhecimento do verdadeiro Deus, mas também, das coisas necessárias ao uso do

homem, te alegrares com a minha chegada e com o meu projeto de residir na tua terra...”

“Isso de tal sorte comoveu a coragem de meu Rei que êle me mandou para vos auxiliar, tanto com o meu conselho, como com a minha bravura e a desses valentes franceses que vos trouxe... Não foram nem a beleza nem as riquezas de tua terra que aqui me conduziram, pois não há país mais belo sob o sol, nem mais rico, que a França. Foi apenas o desejo que tenho de ver vossas almas, depois de vossas vidas, preservadas da danação eterna... Foi também o desejo de salvar de vossos inimigos os vossos corpos, os vossos bens e as vossas famílias. Eis os dois motivos que me levaram a vos procurar”.

Gronemeyer (2000, p. 18), já apresentada no capítulo 2, para quem o ato de “ajudar” ao longo da história tem sido uma tecnologia utilizada para conquistar e subjugar, fatalmente nos será útil, uma vez mais, para pensar as tramas em que estão envolvidos os personagens da narrativa de Abbeville. Para Gronemeyer, “os que forem por ela [a ajuda] ameaçados que se cuidem... o poder elegante não força, simplesmente ajuda”, assim se apresentou a elegante França aos tupinambá de Upaon-Açu, se assim o foi mesmo, segundo conta o cronista.

Mas como adiantamos acima, nossa intenção é inverter a história contada a partir dos conquistadores, tarefa árdua por conta de que pouco ou nada, até onde sabemos, se tem produzido academicamente, sobre o protagonismo dos tupinambá de Upaon-Açu.

Recentemente, entretanto, um jovem historiador, estudante da Universidade Federal do Maranhão, Darlan Rodrigo Sbrana (2014; 2015), em artigo premiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pende a marcar que os traços indígenas são tão ou mais indeléveis à sociedade da Ilha do Maranhão, quanto ou que aqueles europeus constantes e, reiteradamente, evidenciados na literatura oficial.

Sbrana (2015, p. 2) afirma que “como o último território histórico dos tupinambás foi a chamada ‘Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas’, decidimos... analisar sistematicamente o processo a partir da localização das aldeias tupinambás da então chamada Ilha Grande do Maranhão”. Ou seja, o historiador opta por inverter a análise corrente e passa a pensar a Upaon-Açu pela história e geografia dos indígenas e não dos europeus, e isso vai fazer toda diferença. Vejamos.

Com base nesses resultados, podemos afirmar que os tupinambás tiveram participação intensa na formação da sociedade ludovicense, na medida em que suas aldeias foram se transformando em vilas, freguesias e, posteriormente, nos bairros de São Luís. Compreender esse período é obter elementos para a compreensão de lógicas que, ainda hoje, estão presentes no cotidiano da cidade, que cresceram espalhadas porque as aldeias estavam distribuídas por toda ilha.

E mais. Compreender o processo de formação do município de São Luís, dando o devido valor à ocupação tupinambá, além de servir como um contra discurso à historiografia ainda vigente que comemora a fundação de São Luís pelos franceses (MEIRELES, 1980) ou pelos portugueses (LACROIX, 2006; 2008), sem levar em conta a dinâmica e a complexidade do processo, pode ser considerado como

ferramenta de acesso à cidadania, pois visa contemplar a diversidade da população ludovicense (SBRANA, 2015, p. 2-3).

Sbrana (2014; 2015, p. 7) procura, com sua investigação, “desfazer os silêncios do discurso colonizador” que impõe uma história e uma geografia da Ilha do Maranhão como sendo apartada da história tupinambá e com origem marcada pela chegada dos europeus, pelo que nosso historiador aponta o contrário.

Seja a planta traçada pelo engenheiro do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, em 1615; seja aquela desenhada pelos holandeses, em 1643 (Meireles, 2015a; 2015b; Lacroix, 2008), ambas circunscreviam um restrito núcleo assentado sobre as feitorias das aldeias indígenas que não alcançava duas léguas ao redor do forte erigido pelos franceses, no mais, mesmo esta área como todo o restante do perímetro de Upaon-Açu se circunscrevia pelos caminhos, arquitetura e organização indígena e foi sobre esta “cidade” real de índios e dos índios que se espalhou o domínio europeu, aproveitando o traçado já inscrito pela estrutura sócio-histórica-geográfica dos tupinambá.

Assim conclui Sbrana (2015, p. 13)

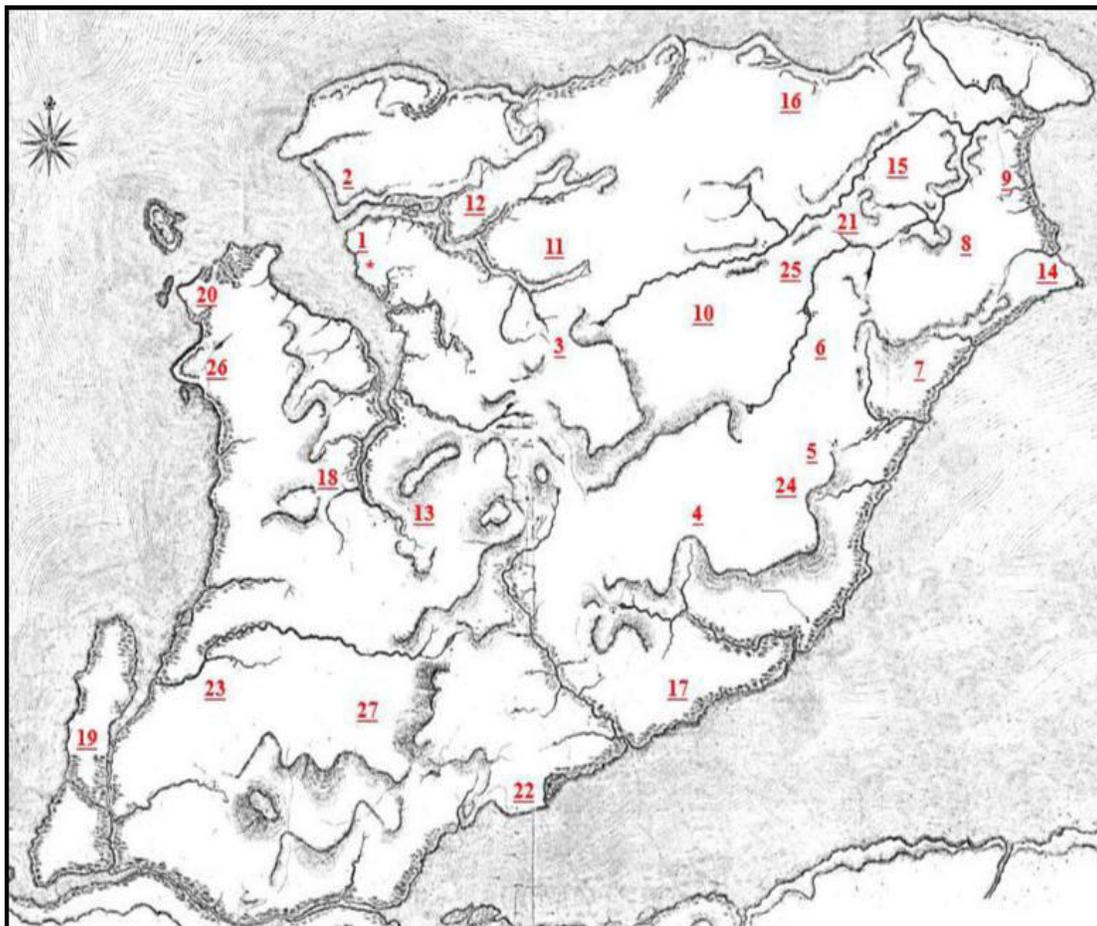
Podemos afirmar que as aldeias estavam distribuídas ao redor de toda ilha. Com o avançar do tempo, foram transformadas em vilas, freguesias e depois em bairros, sem que houvesse ruptura entre uma forma de vivência e as outras⁵⁷. As aldeias mudaram de designação, mas a cidade manteve as suas características: crescera espalhada porque acompanhou a disposição das aldeias.

Pelo mapa apresentado por Sbrana (2015) (Figura 2) podemos notar que o projeto colonial europeu (fosse ele representado por francês, holandês ou português/espanhol) procurava se alastrar sobre a fisionomia geográfica da sociedade tupinambá, e assim foi ao longo dos séculos se concretizando; pouco a pouco a “cidade” tupinambá foi sendo tomada pela economia, política, arquitetura exógena europeia. Daí, aos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana seria mais conveniente rememorar o último dia de “liberdade” de Upaon-Açu a qualquer data marco da colonização. Afinal, como enfatiza Mignolo (2003, p. 50):

Doze de outubro é comemorado pelos espanhóis e, oficialmente, nas Américas, como o dia da “descoberta”. Recentemente os ameríndios começaram a comemorar 11 de outubro, em vez de 12, como último dia de “liberdade”. Suponho que uma imagem semelhante possa ser criada, se já não existir, entre a população afro-caribenha e afro-americana.

⁵⁷ “Ao invés de pensar uma São Luís crescendo a partir do centro antigo, uma representação mais aproximada seria considerar esse crescimento concomitante à transformação das aldeias em vilas, freguesias e, depois, em bairros”. Nota de Sbrana (2015, p. 13) que optamos por preservar.

Figura 2 - Localização das aldeias tupinambás de Upaon-Açu. Seleção efetuada a partir do Mappa da Ilha de S. Luiz do Maranhão levantado por Antonio Bernardino Pereira do Lago (1820).



Fonte: Sbrana (2015, p. 11).

Para leitura e compreensão do mapa acima faz-se necessário o quadro que segue (Quadro 8), também de autoria de Sbrana (2015, p. 11).

Quadro 8 - Disposição das localidade indígenas com os respectivos nomes atuais

Nº	LOCALIDADE	NOMES ATUAIS
*	Forte dos Franceses	Palácio dos Leões
1	Jeviree	Praia Grande
2	Jeviree-a-pequena	São Francisco
3	Toroup	Turu
4	Januarem	Jaguarema
5	Juniparã	Jeniparana
6	Uatimbou	Timbuba
7	Carnaupió	Cajapió
8	Itapari	Itapari
9	Timboí	Panaquatira
10	Maioba	Maioba
11	Coieup	Cutim
12	Eussauap	Vinhais
13	Maracana-pisip	Maracanã
14	Meurutieuve	Mirititua
15	Euaive	Iguaíba
16	Araçui Jevue	Araçagi
17	Uarapirã	Guarapiranga
18	Euapar	Gapara
19	Taperoussou	Tauá-Mirim
20	Pacuri-Euve	Praia do Boqueirão
21	Pindotube	Pindoba
22	Jiroparieta	Arraial
23	Eucatu	Rio dos Cachorros
24	Juniparã pequeno	Jeniparana
25	Mocajituba	Mocajituba
26	Itaqui	Itaqui
27	Anandiba	Tanandiba

Fonte: Sbrana (2015, p. 11-12). Adaptado pelo autor.

3.3 A SÃO LUÍS DO *CONTINUUM COLONIAL*

São várias as possibilidades de se analisar, na atualidade, as marcas do *continuum colonial* nessa cidade que se espalhou sobre a Upaon-Açu: a financeirização da formação do espaço urbano, a contínua e crescente desigualdade social e econômica, a ação seletiva e consorciada do Estado com o capital privado (FERREIRA, 2014).

Entretanto, Ferreira (2014) apresenta análise de Upaon-Açu que demonstra, de fato, uma espécie de *continuum colonial* quando sugere uma periodização histórica que demarca outras temporalidades que não aquelas laudatórias tradicionais vinculadas aos inícios e términos dos períodos colonial, imperial e republicano, nem mesmo os anos de exceção dos governos dos generais militares. Para ele a “periodização necessária”, que dá sentido à análise da aventura da Upaon-Açu no tempo seria: a “Emergência da cidade e primeiros indícios de crescimento (1612-1875)” (p. 24); a “Diversificação do capital industrial, crises e intervenções urbanísticas (1876-1950)” (p. 40); o “Crescimento e revalorização do espaço urbano (1951-1970)” (p. 45) e a “São Luís: cidade real e contraditória (1971-2012)” (p. 55).

O professor Ferreira (2014), apesar de assumir a fundação francesa como marco da origem de Upaon-Açu, admite e advoga que a Ilha ainda reflete as nuances da colonialidade tanto ao sugerir uma periodização longa e sem as quebras e rupturas próprias da historiografia tradicional, quanto nos argumentos, ao longo de toda obra, que sustentam as ações do Estado (União, Estado e Município) consorciadas ao capital.

Apesar de ratificarmos nossa negligência consciente quanto ao tempo marcado, evolutivo e linear (próprio da história como disciplina), “em que a maioria dos *atores* não teve a oportunidade de ser também *narradores*” (MIGNOLO, 2003, p. 41), que exclui as vivências dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, enfatizaremos os dois últimos períodos sugeridos por Ferreira e faremos os recuos temporais quando necessários para compreender as nuances da resistência, no presente, dos grupos cujas vivências históricas foram excluídas.

Esses dois últimos períodos (1951-1970 e 1971-2012) marcados por Ferreira (2014) ganham relevância em função de que foi neles que o Estado (esferas municipal, estadual e federal) passou a transferir, de modo mais acelerado, as reservas de terras públicas, praticamente toda superfície da Ilha do Maranhão, para o controle privado de grandes corporações e especuladores em desfavor das populações locais já possuidoras e usuárias das terras, além de ser, quando se observou a intensificação de planos e projetos de urbanização e industrialização, conduzidos pelo par Capital-Estado que resultou no maior e mais significativo aumento demográfico já visto depois da emergência da colonização (= modernização) da Ilha. Os dados oficiais dão conta de que, em 1950, São Luís contava com uma população de apenas 70.731 habitantes (SILVA, 2012, p. 152), passando a partir de então a surtos vertiginosos de aumento populacional, chegando a 449.433 em 1980 e a 696.371 em 1991, sendo que hoje (2016) sua população está estimada em 1.082.935 e de toda a Ilha é de 1.409.162 (FERREIRA, 2014, p. 86; IBGE-Cidades, 2016).

Os principais indutores dessas mudanças, sobretudo no último período, foram os grandes projetos de desenvolvimento intensivos em terra e capital, que contaram com força de trabalho farta e barata. Nesse sentido, é o próprio Ferreira (2014, p. 85) que constata

que apesar de instituições da esfera estadual defender o contrário... o efeito multiplicador urbano de tais projetos é reduzidíssimo, pois os mesmos concentram-se na fabricação de produtos intermediários, que têm os principais mercados localizados no Sudeste do Brasil e no exterior. Por isso, esse “núcleo industrial” de São Luís revela-se enquanto “enclave”, à medida que ainda apresenta peculiaridades de “modelo colonial”, considerando “uma fonte de matéria-prima no interior, um sistema de transportes definido em função do porto e da fonte de matéria-prima, uma atividade de beneficiamento primário junto ao porto, centros de decisão e mercado externos ao local”..., além do baixo efeito multiplicador da cidade.

Como já apresentamos nos capítulos precedentes, não é somente essa forma clássica que demonstra as continuidades da colonialidade (= modernidade), São Luís foi ao longo da década de 1970 até hoje reengendrada por uma elite herdeira colonial, que qual seus ancestrais, concebe, planeja e executa o espaço urbano e rural em função de forças e interesses que exploram, expropriam e excluem os grupos por eles tornados sem poder, sem direitos (os *escravos da república*) com a finalidade única de lhes servir com seus braços e suas vidas.

Por toda década de 1970 até agora, o condomínio Capital-Estado atualizou as ações de colonização (= modernização) na Upaon-Açu. Duas obras foram fundamentais para espriar o domínio da elite local consorciada com a nacional e internacional sobre os territórios dos grupos de ancestralidade indígena e/ou africana. A construção da ponte São Francisco (1970) (Imagem 1), sobre o rio Anil, que uniu o centro antigo da cidade à ponta do São Francisco, onde se desenhava a cidade nova, e a barragem do Bacanga (1973) (Imagem 2), sobre o rio de mesmo nome, que favoreceu o acesso à parte sudoeste da Ilha onde se localiza o porto do Itaqui⁵⁸ (cuja construção se iniciara em 1966).

⁵⁸ “A área onde atualmente está localizado o Porto do Itaqui já era conhecida como ponto de fundeio de embarcações antes do século XIX. A primeira tentativa de construir um grande porto na área do Itaqui foi em 1918, quando o Governo do Maranhão deu concessão de obras à companhia inglesa C.H. Walker & Co. Limited, porém a companhia não obteve êxito e a concessão foi extinta. Em 1939 iniciaram os estudos técnicos pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais- DNPRC para a construção do Porto do Itaqui. As obras foram iniciadas em 1966 com a construção do berço 102 e prosseguiram até 1972. Em 1976 foram concluídos os trechos dos berços 101 e 103. Em 1994, a extensão do cais foi ampliada com a construção dos berços 104 e 105. Em 1999, foram realizadas as obras do berço 106 ” (MARANHÃO, 2016).

Imagem 1 - Ponte do São Francisco - São Luís (MA)



Fonte: Foto Estúdio Edgar Rocha (In: SILVA, 2012, p. 173).

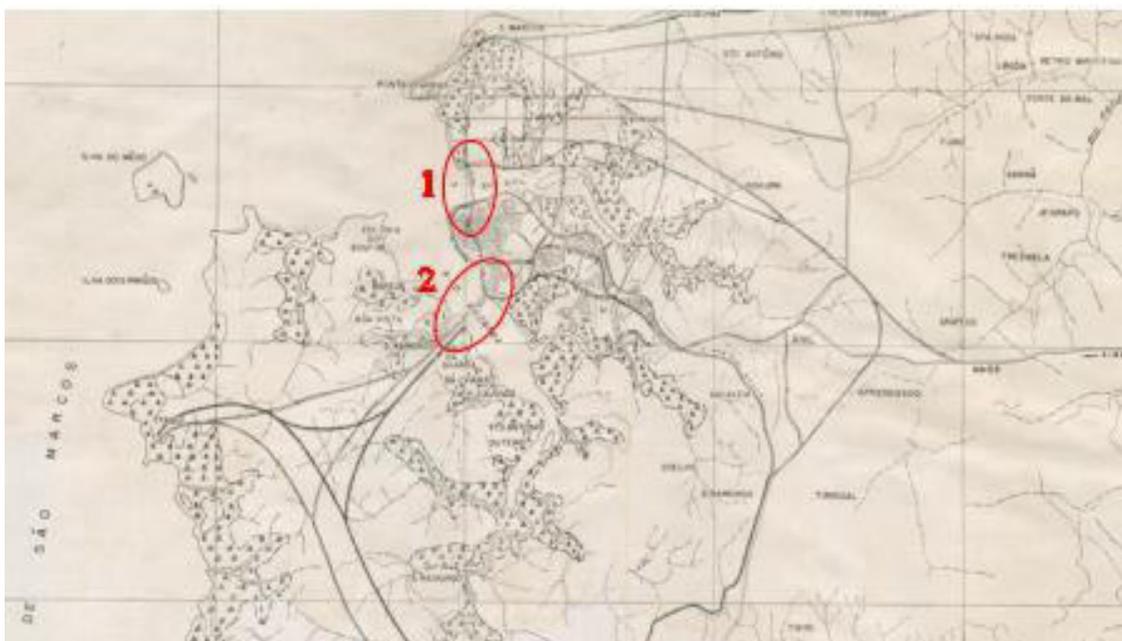
Imagem 2 - Barragem do Bacanga - São Luís (MA)



Fonte: Silva (2012, p. 166).

O desenho da cidade, que passa a se materializar no final da década de 1960 e início de 1970, foi idealizado pelo engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita (1958), ainda uma década antes, em seu “Plano de Expansão da Cidade de São Luís” (Figura 3). Embora o engenheiro tenha passado por desentendimentos com o então governador do Estado, Newton de Barros Belo, parte do plano foi implementado nos anos seguintes, como a ponte do São Francisco (1970), a barragem do Bacanga (1973) e o porto do Itaqui (1966-72) (SILVA, 2012; 2013; FERREIRA, 2014).

Figura 3 - Plano de Expansão da Cidade de São Luís.



Fonte: Mesquita (1958). Adaptado pelo autor.

Legenda: 1. Ponte do São Francisco sobre o rio Anil. 2. Barragem do Bacanga sobre o rio de mesmo nome.

Para Silva (2013, p. 2-4), o Plano de Ruy Mesquita se enquadra na cena de modernização⁵⁹ e desenvolvimento pela qual passava o país em meados do século 20.

Nos anos de 1950, São Luís, capital do estado do Maranhão, contava com uma população de 70.731 habitantes, e os discursos, fossem eles oficiais ou simplesmente de articulistas demarcavam uma necessidade intrínseca de mudar o perfil da cidade, considerada velha e imprópria (SILVA, 2012). Como um dos caminhos para redefinir seus espaços o poder público formulou, em 1958, o Plano de Expansão da Cidade de São Luís.

O documento é dos elementos emblemáticos do movimento de modernização da capital, assinado pelo, então, engenheiro e diretor geral do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Maranhão (DER-MA), Ruy Ribeiro Mesquita (sic).

Mesquita refletia a dialética do urbanismo racionalista moderno, encontrava-se inteiramente inserido ao discurso do capitalismo de sua época e em perfeita consonância com a política do governo popular de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Logo, o Plano de Expansão da Cidade de São Luís, é, também, um instrumento de modernização do Brasil. E Mesquita (1958), na condição de diretor do DER-MA, aparece como a pessoa mais indicada para elaborá-lo, uma vez que, possuía o conhecimento necessário para pensar as grandes artérias que abririam o caminho do desenvolvimento da capital.

Nas palavras do próprio Ruy Mesquita (1958, p. 1) “é fácil concluir que boas estradas de rodagem, ligando as zonas rurais com a cidade e em articulação com os demais sistemas de viação (férrea, fluvial e marítima), constituirão um sistema básico para o desenvolvimento e o progresso da Ilha de São Luís”.

⁵⁹ Para nós modernização (= colonização).

Segundo Silva (2012, p. 166)

Na constatação de Mesquita, expandir em direção ao Itaqui representava a conquista de uma nova faixa de terra, como se uma lacuna houvesse sido deixada desde os primeiros colonizadores (os portugueses) sendo inadiável seu preenchimento no século XX. Nela se organizariam novas indústrias, mais próximas do continente, “mais perto do Brasil”. Dela partiriam estradas do progresso em direção a São Luís.

O fetiche do progresso, do desenvolvimento e modernização que guia todo o Plano de Ruy Mesquita (1958) celebra novos horizontes e formas de colonização dos territórios dos grupos de ancestralidade indígena e/ou africana e daqueles despossuídos econômica e politicamente, no longo processo de acumulação de riqueza pela elite herdeira colonial em São Luís.

Para Silva (2012) a personagem que poderia levar a cabo tal projeto era a figura do jovem político José Ribamar Ferreira Araújo da Costa, o José Sarney, que, ao se aliar ao sistema empresarial-militar instaurado pelo golpe de 1964, derrotou, em 1965, a então oligarquia vitorinista e passou a comandar uma nova oligarquia, o sarneísmo.

A ascensão de José Sarney ocorreu mediante o forte apoio do regime militar, instaurado em 1964, principalmente, do general Castelo Branco, na ocasião investido no cargo de Presidente da República. Prometendo a construção de um novo Maranhão, o político buscou a efetivação de suas promessas de campanha por meio da implementação de grandes obras públicas, que seriam capazes de consolidá-lo no imaginário social como o grande reformador do Estado, dando especial atenção às condições estruturais da capital. Coube ao seu governo a construção da Ponte do São Francisco, da Barragem do Bacanga, do Parque da Cidade, hoje Parque do Bom Menino, e do Porto do Itaqui (SILVA, 2012, p. 151-52).

José Sarney, em 1966, aos 35 anos de idade, tomou posse do Governo do Estado do Maranhão, elegendo-se pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com o apoio do Presidente Castelo Branco, primeiro general a governar o Brasil pós golpe de 1964. Antes, tinha sido, pela União Democrática Nacional (UDN), Deputado Federal por três mandatos (1955-1965), o primeiro exercido no Rio de Janeiro, quando ainda era a Capital Federal.

Em seu discurso de posse do governo do Maranhão, em 31 de janeiro de 1966, assim dizia:

Recebo na praça pública o direito de governar o Maranhão, direito que me foi dado pela vontade soberana do povo...

O Maranhão não suportava mais e nem queria o contraste de suas terras férteis, de seus vales húmidos, de seus babaquais ondulantes, de suas fabulosas riquezas potenciais com a miséria, com a angústia, com a fome, com o desespero...

O Maranhão, não quer a desonestidade no Governo, a corrupção nas repartições e nos despachos. O Maranhão, não quer a violência como instrumento da política para banir direitos dos mais sagrados, que são os da pessoa humana... O Maranhão, não quer a miséria, a fome, o analfabetismo, as mais altas taxas de mortalidade infantil, de tuberculose, de malária de cinetossoma como exercício do cotidiano.

O Maranhão não quer e não quis morrer sem gritar, não quis morrer estático de olhos parados e ficar caudatário marginal do progresso olhando o Brasil e o Nordeste progredir enquanto nossa terra mergulhada na podridão não podia marchar nem caminhar, como iremos abrir novas estradas, como iremos formar nossos técnicos,

como iremos construir os nossos portos, como iremos industrializar o Maranhão e criar novos empregos como iremos mudar a face do Maranhão 100% pobre quanto a habitação, vestuário e alimentação? Temos uma reserva humana de uma força muito grande (Sarney, em discurso de posse, divulgado por ROCHA, 1966).

Passado meio século, José Sarney segue achando, ou querendo fazer que achem, que mudou a face do Estado do Maranhão em termos de melhorias das condições de vida da população, de maior segurança política. Senão, vejamos:

Há 50 anos recebi, na praça Pedro II lotada por uma multidão vinda de todo o estado, o governo do Maranhão. O caminho que eu tinha trilhado tinha sido difícil. Era o primeiro governante do Maranhão não originário das famílias ricas e latifundiárias. Nasci numa família de classe média, integrante do meio intelectual. Havia o desejo de um Maranhão melhor, com o Estado a serviço da comunidade, com a vida pública estruturada em termos altos, o desejo de um governo mais humano e mais justo.

O símbolo do vergonhoso sistema que derrotei eram os famigerados “troncos”, ainda existentes em alguns municípios do interior: correntes de ferro cravadas em pesados troncos de árvores ou esteios onde se acorrentavam os presos. Tratava-se de uma reminiscência dos tempos coloniais e da escravidão, que perdurava no Maranhão em pleno ano de 1966. Eleito, mostrei na televisão aquelas correntes, macabra imagem daquilo que havíamos erradicado” (SARNEY, 2016, s/p).

A despeito do seu reiterado artifício de uso retórico das noções de progresso, de desenvolvimento e modernidade, o líder da oligarquia reputa a si mesmo até a hercúlea tarefa de ter erradicado as heranças coloniais do Estado. Quando, na verdade, seu grupo reeditou novas formas de manutenção do *continuum colonial*, tal qual chamar o golpe de 1964 da “Revolução de março de 1964” e celebrar as “Gloriosas Forças Armadas do meu Brasil” (O Imparcial, 17 jan. 1970).

Cinquenta anos de mando do grupo por ele comandado, guarnecido pelo que há de mais autoritário e violento em termos de espoliação via controle dos governos e da “economia do bem comum”, que resultaram nas mais profundas das transformações da fisionomia espacial, ambiental, econômica e política refletidas no aprofundamento das desigualdades e da concentração de riqueza social.

Decerto que o Maranhão gerou riqueza nesse período, chegando a figurar entre as 16 maiores economias do país, com Produto Interno Bruto (PIB) de 58 bilhões de reais no ano de 2012 (Tabela 1), entretanto, mais uma vez, às custas da exploração da força de trabalho e da espoliação das riquezas naturais e dos territórios dos escravos da república.

Os dados oficiais do IBGE (Tabelas 2, 3, 4 e 5) mostram a situação do Estado do Maranhão em relação à Região Nordeste e ao Brasil. Em todos os indicadores (renda, escolaridade e trabalho) o Estado figura com o pior desempenho.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto e participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2012

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto	
	Valor corrente (1 000 000 R\$)	Participação (%)
Brasil	4 392 094	100,0
Norte	231 383	5,3
Rondônia	29 362	0,7
Acre	9 629	0,2
Amazonas	64 120	1,5
Roraima	7 314	0,2
Pará	91 009	2,1
Amapá	10 420	0,2
Tocantins	19 530	0,4
Nordeste	595 382	13,6
Maranhão	58 820	1,3
Piauí	25 721	0,6
Ceará	90 132	2,1
Rio Grande do Norte	39 544	0,9
Paraíba	38 731	0,9
Pernambuco	117 340	2,7
Alagoas	29 545	0,7
Sergipe	27 823	0,6
Bahia	167 727	3,8
Sudeste	2 424 005	55,2
Minas Gerais	403 551	9,2
Espírito Santo	107 329	2,4
Rio de Janeiro	504 221	11,5
São Paulo	1 408 904	32,1
Sul	710 860	16,2
Paraná	255 927	5,8
Santa Catarina	177 276	4,0
Rio Grande do Sul	277 658	6,3
Centro-Oeste	430 463	9,8
Mato Grosso do Sul	54 471	1,2
Mato Grosso	80 830	1,8
Goiás	123 926	2,8
Distrito Federal	171 236	3,9

Fonte - IBGE, 2012, p. 20.

Tabela 2 - Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as Unidades da Federação - 2015

Unidades da Federação	Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente (R\$)
Brasil	1.113
Rondônia	823
Acre	752
Amazonas	753
Roraima	1.008
Pará	671
Amapá	840
Tocantins	816
Maranhão	509
Piauí	728
Ceará	681
Rio Grande do Norte	819
Paraíba	774
Pernambuco	825
Alagoas	598
Sergipe	782
Bahia	736
Minas Gerais	1.128
Espírito Santo	1.074
Rio de Janeiro	1.284
São Paulo	1.482
Paraná	1.241
Santa Catarina	1.368
Rio Grande do Sul	1.434
Mato Grosso do Sul	1.044
Mato Grosso	1.053
Goiás	1.078
Distrito Federal	2.254

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2015.

Tabela 3 - Arranjos familiares residentes em domicílios particulares, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Arranjos familiares residentes em domicílios particulares				
	Total (1 000 arranjos)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) (%)			
		Até 1/4	Mais de 1/4 até 1/2	Mais de 1/2 até 1	Mais de 1 a 2
Brasil	68 376	6,4	13,7	27,4	26,2
Norte	5 170	11,5	21,5	29,1	19,9
Rondônia	571	6,4	16,3	30,8	26,8
Acre	227	12,6	21,8	28,4	20,6
Amazonas	1 091	12,6	20,8	27,5	20,3
Roraima	164	7,3	20,0	29,6	20,7
Pará	2 422	13,1	23,7	29,2	17,8
Região Metropolitana de Belém	701	6,8	20,0	28,8	19,8
Amapá	209	8,2	18,6	25,9	19,3
Tocantins	488	9,0	19,5	32,3	20,3
Nordeste	18 104	14,5	22,3	31,1	16,9
Maranhão	1 961	21,2	22,1	28,4	15,2
Piauí	1 030	15,5	24,1	32,7	16,8
Ceará	2 822	15,6	22,2	31,8	16,5
Região Metropolitana de Fortaleza	1 205	7,2	19,7	32,8	20,7
Rio Grande do Norte	1 116	11,8	20,1	30,7	19,6
Paraíba	1 288	13,7	24,7	30,5	18,2
Pernambuco	3 026	11,7	21,2	32,7	18,5
Região Metropolitana de Recife	1 299	6,9	18,1	30,6	20,3
Alagoas	1 027	16,3	24,8	30,4	13,5
Sergipe	741	10,9	25,2	32,3	16,4
Bahia	5 092	13,7	21,7	30,6	16,8
Região Metropolitana de Salvador	1 396	5,3	15,3	28,7	22,4
Sudeste	29 544	2,7	9,6	25,7	30,0
Minas Gerais	7 178	4,4	13,2	30,5	29,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 803	1,8	9,4	26,1	30,9
Espírito Santo	1 356	4,2	13,7	27,8	29,9
Rio de Janeiro	5 945	2,7	10,4	25,5	27,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 448	2,3	9,6	24,3	27,5
São Paulo	15 065	1,8	7,3	23,3	31,3
Região Metropolitana de São Paulo	7 066	1,8	7,0	21,9	29,3
Sul	10 360	2,2	7,8	24,6	34,1
Paraná	3 836	2,2	8,5	26,6	33,5
Região Metropolitana de Curitiba	1 174	1,3	6,3	20,6	34,3
Santa Catarina	2 376	1,6	5,5	21,8	36,1
Rio Grande do Sul	4 149	2,6	8,4	24,4	33,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 556	2,0	7,2	21,9	32,5
Centro-Oeste	5 197	2,6	10,9	28,2	28,0
Mato Grosso do Sul	908	2,8	10,1	29,8	31,2
Mato Grosso	1 106	3,2	11,6	29,7	26,6
Goiás	2 231	2,6	11,8	30,5	29,3
Distrito Federal	951	1,8	8,7	19,4	23,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (IBGE, 2014, p. 158).

Tabela 4 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de anos de estudo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas – 2013.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Total (1 000 pessoas (1))	Distribuição percentual, por grupos de anos de estudo (%)							
		Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 anos	9 e 10 anos	11 anos	12 a 14 anos	15 anos ou mais
Brasil	123 275	12,2	9,3	21,9	10,1	3,9	24,5	5,7	12,2
Norte	8 984	15,3	11,7	21,3	9,1	4,4	24,4	4,8	8,6
Rondônia	988	15,1	11,6	26,0	10,6	4,4	19,8	3,5	8,6
Acre	377	24,7	8,6	16,9	7,9	3,4	21,3	5,0	10,7
Amazonas	1 897	16,0	6,4	16,6	10,1	3,4	28,7	8,1	10,4
Roraima	260	15,6	6,7	18,1	7,4	5,0	29,6	7,2	10,3
Pará	4 279	14,0	14,9	23,4	8,9	5,1	23,2	3,5	6,7
Região Metropolitana de Belém	1 294	5,9	7,1	19,0	10,8	6,8	34,4	4,9	10,8
Amapá	366	14,3	7,7	15,2	8,7	4,1	30,7	6,9	12,4
Tocantins	816	16,2	12,4	21,6	7,3	4,0	22,9	3,7	11,8
Nordeste	32 367	20,8	12,7	20,4	8,0	4,0	21,8	4,0	8,0
Maranhão	3 536	26,1	14,0	18,6	7,8	4,0	19,4	3,1	6,8
Piauí	1 816	23,8	16,5	20,6	7,2	4,0	16,4	3,3	8,0
Ceará	5 094	20,9	11,4	19,6	9,8	3,9	22,5	4,1	7,4
Região Metropolitana de Fortaleza	2 592	11,8	8,5	19,3	11,2	4,8	28,5	5,4	10,1
Rio Grande do Norte	2 028	19,8	11,9	19,3	7,7	5,0	22,9	3,8	9,2
Paraíba	2 323	21,7	14,3	21,1	7,1	3,8	17,7	4,3	10,1
Pernambuco	5 535	17,3	11,3	21,6	8,4	3,3	24,3	4,4	9,1
Região Metropolitana de Recife	2 699	11,4	6,9	19,1	9,5	4,1	31,7	5,1	11,6
Alagoas	1 811	24,5	15,4	20,6	8,1	4,4	16,4	3,3	6,9
Sergipe	1 282	18,4	14,0	21,4	8,7	3,8	20,5	4,1	8,6
Bahia	8 941	19,7	11,9	20,7	7,1	4,2	24,1	4,4	7,6
Região Metropolitana de Salvador	2 663	6,4	6,2	18,0	8,2	5,4	34,7	7,2	13,7
Sudeste	54 259	8,2	7,2	21,9	11,1	3,6	26,9	6,4	14,5
Minas Gerais	12 919	10,5	10,9	27,5	9,3	3,6	22,2	4,3	11,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	3 735	7,5	6,8	22,5	10,7	4,0	26,9	5,3	16,2
Espírito Santo	2 396	10,3	9,1	24,5	10,0	4,3	26,4	4,1	11,3
Rio de Janeiro	10 780	7,2	6,3	20,1	11,6	4,2	27,3	7,3	15,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8 055	6,5	5,1	18,5	11,7	4,3	28,1	8,1	17,6
São Paulo	28 163	7,4	5,8	19,9	11,8	3,4	28,9	7,3	15,6
Região Metropolitana de São Paulo	16 378	7,0	4,5	18,1	11,5	3,2	29,4	8,2	18,0
Sul	18 528	7,8	8,3	24,9	11,7	3,8	22,8	6,6	13,6
Paraná	6 945	9,5	8,4	20,3	11,6	3,9	24,3	6,9	14,4
Região Metropolitana de Curitiba	3 085	7,8	6,5	17,0	12,3	3,5	26,1	8,1	18,4
Santa Catarina	4 271	6,7	7,9	25,3	12,6	3,3	22,8	7,5	13,5
Rio Grande do Sul	7 311	6,9	8,5	29,1	11,3	4,0	21,4	5,8	12,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	3 818	6,8	6,2	23,0	12,6	3,7	24,6	7,0	16,1
Centro-Oeste	9 139	11,2	8,9	21,1	9,5	4,4	23,7	6,3	14,6
Mato Grosso do Sul	1 567	11,8	11,3	23,1	8,5	4,9	21,1	6,3	12,8
Mato Grosso	1 902	13,5	9,1	21,4	11,1	4,1	23,2	4,7	12,7
Goiás	3 950	11,9	9,5	22,8	9,9	4,8	23,6	6,0	11,3
Distrito Federal	1 719	6,7	5,3	14,8	7,8	3,6	27,1	8,9	25,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (IBGE, 2014, p. 120).

Tabela 5 - Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e proporção em trabalhos formais, por sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo					
	Total (1 000 pessoas)			Proporção em trabalhos formais (%) (1)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	95 407	54 702	40 705	58,0	58,5	57,3
Norte	7 328	4 476	2 853	40,2	39,7	41,1
Rondônia	821	505	316	53,9	53,3	54,7
Acre	305	190	114	41,0	37,4	47,1
Amazonas	1 587	949	638	44,9	44,1	46,2
Roraima	213	133	80	45,5	42,0	51,3
Pará	3 413	2 113	1 300	33,9	34,1	33,6
Região Metropolitana de Belém	897	517	380	53,0	56,1	48,7
Amapá	289	180	110	46,9	44,5	50,8
Tocantins	700	406	294	39,4	39,5	39,3
Nordeste	24 109	14 152	9 957	39,7	40,2	39,0
Maranhão	2 936	1 722	1 214	27,7	28,7	26,4
Piauí	1 469	841	629	31,7	33,2	29,6
Ceará	3 905	2 245	1 660	36,7	36,1	37,4
Região Metropolitana de Fortaleza	1 770	990	781	54,1	56,8	50,8
Rio Grande do Norte	1 460	878	581	46,5	47,8	44,4
Paraíba	1 637	971	666	40,1	40,7	39,2
Pernambuco	3 747	2 234	1 513	48,2	48,5	47,9
Região Metropolitana de Recife	1 618	923	695	64,4	67,0	61,0
Alagoas	1 251	757	494	48,8	52,2	43,6
Sergipe	959	581	378	42,0	42,6	41,1
Bahia	6 745	3 922	2 823	40,0	39,7	40,4
Região Metropolitana de Salvador	1 910	1 012	898	62,5	66,8	57,7
Sudeste	41 322	23 329	17 993	67,8	69,0	66,1
Minas Gerais	10 393	5 839	4 554	59,7	61,1	57,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	2 684	1 431	1 253	71,6	73,0	69,9
Espírito Santo	1 858	1 076	783	61,9	64,7	58,2
Rio de Janeiro	7 457	4 198	3 258	66,9	69,3	63,8
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	5 498	3 053	2 445	68,3	71,4	64,5
São Paulo	21 614	12 216	9 397	72,4	73,1	71,5
Região Metropolitana de São Paulo	10 343	5 678	4 666	71,6	71,9	71,3
Sul	15 204	8 414	6 790	67,4	68,7	65,9
Paraná	5 748	3 218	2 530	68,0	69,1	66,7
Região Metropolitana de Curitiba	1 729	959	770	73,4	72,8	74,2
Santa Catarina	3 544	1 976	1 568	72,8	74,6	70,5
Rio Grande do Sul	5 913	3 220	2 693	63,6	64,7	62,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	2 068	1 113	955	73,7	73,4	74,1
Centro-Oeste	7 443	4 331	3 112	61,3	61,5	61,1
Mato Grosso do Sul	1 326	758	568	61,2	62,2	59,9
Mato Grosso	1 525	933	592	58,8	58,9	58,6
Goiás	3 203	1 895	1 307	57,8	58,6	56,6
Distrito Federal	1 390	746	644	72,3	71,2	73,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (IBGE, 2014, p. 136).

O Rendimento nominal médio mensal domiciliar per capita do maranhense em 2015 foi o mais baixo do país, ficando em R\$ 509,00 (quinhentos e nove reais), muito abaixo da média nacional que foi de R\$ 1.113,00; o segundo colocado, o Estado do Amapá, teve rendimento de R\$ 671,00, enquanto que o Distrito Federal apresentou o maior desempenho, com rendimento de R\$ 2.254,00 (Tabela 2). Sendo que 72,3% das famílias maranhenses vivem com menos de 1 (um) salário mínimo por mês (Tabela 3).

Em 2013, o Maranhão contava com 26,1% das pessoas com mais de 25 anos analfabetas ou com menos de 1 (um) ano de instrução (Tabela 4), e somente 27,7% das pessoas maiores de 16 anos estavam incluídas no mercado formal de trabalho, ou seja, 72,3% das pessoas maiores de 16 anos ou estavam desempregadas ou submetidas à informalidade (Tabela 5).

Sob o comando do grupo Sarney, o Estado do Maranhão e a Ilha Upaon-Açu, a partir da década de 1970, viram se fortalecer o consórcio Capital-Estado que sob o signo do progresso e da modernidade (= colonialidade) fez aumentar a especulação imobiliária, grilagem de terras e conflitos na área rural, a exploração, expropriação e expulsão de povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, deslocamentos de milhares de pessoas das áreas urbanas e rurais (GISTELINCK, 1988; SILVA, 2012; FERREIRA, 2014).

A espoliação dos territórios dos escravos de república, chegou ao extremo no Maranhão das oligarquias. Tanto que, em várias comunidades rurais, a exemplo dos municípios de Timbiras e Codó⁶⁰, os territórios ficam arrasados, qual cena de guerra, sobrando somente crianças, mulheres e idosos, vez que os homens adultos são obrigados a migrarem de março a dezembro para o corte na safra de cana, principalmente, nas plantações do interior de São Paulo (NOVAES; ALVES; VIDAL, 2007).

...cerca a terra, não produz nada, mas também não querem uma pessoa lá pra trabalhar. Eu conheço pessoa que tinha dez léguas de terra, botou os moradores tudinho pra fora, eles estão tudo aqui em Timbiras, tudinho aqui nessas pontas de rua, não tem pra onde ir, o jeito que tem é sair fora... (José Ribamar, relato divulgado por NOVAES; ALVES; VIDAL, 2007)

Aqui fica só o buraco, só o oco, fica muito ruim... aqui é fica só os meninos e as mulheres... só os velhos aposentados que não saem... é ruim ficar aqui sozinha, cuidando de menino, servindo de mãe e pai. (Paula e Tereza, relato divulgado por NOVAES; ALVES; VIDAL, 2007).

Além de serem expulsos das suas comunidades, são acometidos por doenças no trabalho de corte de cana e, em casos extremos, à morte por exaustão.

Eu vi um homem morrendo siô, lá [no corte da cana], um homem novinho que nem barba ainda não tinha, o encarregado mandando, que ele ainda não sabia cortar cana... e o caboco véi suado, saúdo e tinha casado tava com três meses, aí eu vi ele sentar assim perto de mim, se sentou assim numa moita, aí eu disse assim: o que que tu tem rapaz? “ô rapaz eu tô ruim”, aí eu socorri ele com água e esse homem começou a suar... fiz tudo, esse homem botou a derradeira gota de suor, e o encarregado dizendo que ele tava era com manha. “Com manha não, não tá vendo que o homem tá morrendo aí rapá”, aí que ele saiu e nós ficamos cuidando dele, mas ele morreu, lá dentro do campo mesmo (Antônio, relato divulgado por NOVAES; ALVES; VIDAL, 2007).

⁶⁰ Timbiras e Codó são dois municípios maranhenses, constituintes da microrregião de Codó e localizados na mesorregião Leste Maranhense, regiões com altos índices de trabalho análogo à escravidão (MOURA, 2009; RODRIGUES, 2016).

É desse progresso que se vangloria o bastião da oligarquia instaurada a 31 de janeiro de 1966, sob o título de “Novo Maranhão”.

Analisando os desdobramentos das grandes transformações desse período, Ferreira (2014, p. 59) afirma que a “SURCAP⁶¹ apresentou-se como uma empresa imobiliária, possibilitando a ação de apropriadores de terras... dos grandes grileiros que espoliaram e continuam espoliando o patrimônio da União Federal... na Ilha do Maranhão”.

Em 1968, o governo do Estado criou a Comissão de Transferência de População (CETRAP), e como uma das primeiras ações executou o remanejamento de “‘2.000 famílias’ que se localizavam nas palafitas do Goiabal e que pela proximidade, ‘enfeava’ o Centro Histórico”. Aquela área do Goiabal, há época, que depois de revitalizada foi “reservada para efeito de instalação do distrito industrial” (FERREIRA, 2014, p. 55-56). Gistelinck (1988, p. 30-31) também deu conta que “no fim da década de 60, para fins de urbanização da cidade, mais de 1.800 famílias pobres foram transferidas do centro para uma área próxima ao Porto do Itaqui”.

Já na década de 1980, por ocasião da instalação da planta da fábrica da ALUMAR, a irmã Ann Bárbara English (1984, p. 41) denunciava que o “CDI indeniza arbitrariamente 17 povoados, num total de 20 mil pessoas, recebendo da ALCOA 10 por cento de cada compra”. E Gistelinck (1988) escrevia sobre as especulações, as indenizações e os despejos das comunidades realizados pelo Estado em acordo com a ALUMAR e Vale.

Sobre o símbolo maior da modernização (= colonização) desse período, a ponte do São Francisco, batizada pelos seus idealizadores como a “ponte da esperança”, Silva (2012, p. 181-82) afirma que

a rotina dos moradores foi alterada, mas longe de melhorar suas condições de vida... Muitas famílias que residiam no lugar foram obrigadas a deixar suas casas, sendo poucas as que receberam indenização. Com o passar do tempo e o aumento da especulação imobiliária, a União, proprietária das terras da ponta do São Francisco, passou a reclamar a posse definitiva.

Quanto a José Sarney saiu vitorioso nas eleições para senador pelo Estado do Maranhão. Em 1971 foi para Brasília e em 1985 tornou-se Presidente da República, deixando para os pobres da ponta do São Francisco apenas a vaga lembrança daquela noite de inauguração da *Ponte José Sarney* completamente iluminada pelas luzes do progresso.

Na cidade do *progresso*, “as imposições exigidas para a aquisição de um lote e construção nos levam a acreditar que a população dos mocambos... não estavam incluídas. A cidade nova, autossuficiente, não fora pensada para todos, mas apenas para aqueles que a pudessem possuir” (SILVA, 2012, p. 170-71).

⁶¹ Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital S/A (SURCAP).

Nesse período, Segundo Ferreira (2014, p. 16), os agentes envolvidos na trama da produção do espaço em São Luís, são “o Estado, os detentores de capital, os apropriadores de terra, os promotores imobiliários, e os moradores de áreas de ocupação”. O Estado, apesar de se dizer árbitro das contendas entre o avanço do capital e das demandas sociais da população, tem sido indutor da reprodução do capital, a exemplo do capital comercial, uma vez que “este abrange atividades que vão desde o incipiente escambo, no início do povoamento, passando por casas importadoras e exportadoras em função da presença da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1758), até os atuais *shopping centers* que se instalaram a partir de 1986” (p. 17). Sendo que os “apropriadores de terras” também se beneficiam do Estado quando suas supostas propriedades são amparadas “pela ação do Estado, ora pela implantação de infraestrutura, ora pela conversão de terras rurais em urbanas devido à atualização do perímetro urbano” (p. 17).

Já os grupos ou agentes sociais classificados por Ferreira (2014, 17-18) como “moradores de áreas de ocupação”, para nós constituintes do grupo dos *escravos da república*, são aqueles que ficam à margem da lei e da estrutura fundiária da cidade. E seus componentes são “pessoas que se organizam e lutam, inicialmente por moradia (posse e propriedade do terreno)”, como também procuram se organizar para se contrapor às diversas formas de exploração e expropriação, com ações como a “obtenção de maior renda por parte dos proprietários de terras, maior lucro que é pretendido pelos promotores imobiliários, e aluguel mais elevado a ser auferido por proprietários de barracos, casas e apartamentos”, postas em marcha pelo próprio Estado e pelos detentores de capital. Entretanto, a despeito de sua exclusão do sistema formal de construção e do mercado imobiliário, esse segmento participa efetivamente da produção do espaço e da vida da cidade, embora quase sempre excluídos ou açoitados pela legislação e pela estrutura de Estado (legislativo, executivo e judiciário).

Como já demonstramos, o Estado que se republicou permaneceu colonial e, no caso em tela, pouco importa quem passou a figurar como metrópole, se um “novo imperialismo” (HARVEY, 2012), seja ele transfigurado no capital “sem pátria” ou personificado em uma nação império. Decerto que o *modus operandi* colonial se mantém e se volta para os grupos e comunidades cuja ancestralidade remonta aos indígenas da terra ou aos escravos africanos, ou daqueles que hoje ocupam seus lugares sociais de outrora.

Aldeias várias foram transformadas em alojamento de tropas, centros comerciais, indústrias, conjuntos habitacionais e, dessa herança, os hoje “escravos da república” veem seus territórios tomados pela elite herdeira colonial, a exemplo daqueles que perderam seus territórios para a política de modernização (= colonização) urbana; para a Vale ou ALUMAR

(Quadro 9); para a Termelétrica Porto Itaquí. As praias e povoados de pescadores dão lugar a bases industriais poluentes ou a bairros donde se vê a verticalização da cidade com seus prédios que excluem os nativos e acolhem a especulação via financeirização da cidade.

Para se ter ideia da exclusão via financeirização imposta pelo par Capital-Estado, Ferreira (2014) analisa o vertiginoso aumento dos preços de imóveis na Ilha do Maranhão. Para tanto, ele utiliza a citação de Vieira (2013, p. 113) que diz que:

para um imóvel de 187m², no valor atual de R\$ 846.000,00 se o cliente arcar com uma entrada de 20%, a Caixa Econômica Federal financia até 677.000,00, mas para isso, o cliente terá que comprovar um rendimento mensal mínimo de 30.000,00, o que já define o perfil social do morador do Farol da Ilha.

Do que Ferreira (2014, p. 110) argumenta que:

O agravante é que a População Economicamente Ativa de São Luís em 2010, equivalia a 443.288 pessoas ou 43,81% do total (1.011.943), sendo que na faixa de até um ¼ a 2 salários mínimos (1 SM = R\$ 678,00) estão 69,43% dessa população enquanto apenas 3.343 pessoas (0,75% do total) recebem mais de 30 SM, isto é, têm renda mensal superior a R\$ 20.341,00.

Ou seja, aqui temos a materialização do fenômeno mundial daquilo que Harvey et al (2012) problematizaram na coletânea de pequenos textos intitulada: “Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas”, na qual os autores, cada um ao seu modo e “imbuídos não só da lucidez e da crítica, mas também da paixão do engajamento e da esperança” (p. 10) analisam os protestos que ocorreram em centenas de cidades mundo afora a partir de 2008, com a emergência de uma importante crise sistêmica do capitalismo. Segundo esses autores, as milhares de pessoas, em todo o mundo, que se manifestaram, tinham uma percepção comum: a de que se chegou a níveis insuportáveis o controle econômico, e por conseguinte político, do 1% de pessoas mais ricas e que subordinam a política, as instituições públicas e submetem às condições sub-humanas a grande maioria dos outros 99% da população mundial.

3.4 O *CONTINUUM COLONIAL* EM UPAON-AÇU OU SOBRE A RESISTÊNCIA À MORTE DA CARNE, DA HISTÓRIA, DOS RASTROS DOS “*ESCRAVOS DA REPÚBLICA*”

Como argumentamos no capítulo 2, guarnecidos na compreensão de que a acumulação primitiva do capital (MARX, 1985) se efetivou com a participação das riquezas conquistadas pela empresa colonial e que, por conseguinte, a natureza da sociedade capitalista é, também,

colonial, esse último período (iniciado na década de 1970 à atualidade) se caracteriza pela ampliação do poder do capital, em todas as dimensões da vida, via acumulação por espoliação (HARVEY, 2012).

E é, também, mais ou menos nesse período que empresas, multinacionais europeias e estadunidenses ampliam suas políticas de mudanças de localização das suas plantas industriais, fenômeno que já vinha ocorrendo pelo menos desde a década de 1950, pressionadas pela superprodução; pela força de trabalho organizada que elevava os preços dos salários, reivindicava aumentos salariais, melhores condições de trabalho e ambiente fabril salubre; como também, para se livrarem de cargas tributárias que julgavam elevadas, além de buscarem incentivos ou renúncias fiscais e força de trabalho barata e novos mercados nos países por eles classificados de subdesenvolvidos. Foi também aí que ocorreram várias crises do capital e a bancarrota de muitas cidades, símbolos do modelo de vida capitalista moderno (= colonial), a exemplo de Nova Iorque, como sinaliza Harvey (2010, p. 137): “a falência técnica da cidade de Nova Iorque em 1975 - cidade com um dos maiores orçamentos públicos do mundo - ilustrou a seriedade do problema”, ampliando as desigualdades econômicas, sociais e étnicas.

Harvey et al. (2012) discutem e analisam como as dimensões da vida individual e pública, a política, o Estado (nas esferas legislativa, executiva, judiciária), a produção e circulação do conhecimento, as mídias, moradia, saúde, educação passaram, no mundo todo, ao controle do 1% mais rico e como os povos têm criado formas e estratégias de reações, resistências, contestações, lutas.

O escritor paquistanês Tariq Ali (2012, p. 68), escrevendo nessa mesma coletânea, em um contexto diverso, mas que poderia ser o nosso, disse:

... instituir o planejamento social e econômico em nível local, regional e nacional, envolver as pessoas nas discussões sobre como estabilizar o país sem ser às custas dos pobres. Os ricos deveriam ter de restituir (...) o dinheiro acumulado por meios fraudulentos... Mas os políticos sem visão no centro do sistema estão longe de qualquer uma dessas ideias. Muitos estão na folha de pagamento do pequeno número de pessoas que possui e controla os recursos econômicos de um país.

Nesse mesmo sentido, Harvey (2012a, p. 58-60) enfatiza que:

Os favorecidos ideais de liberdade e autonomia do partido [do 1% mais rico], garantidos pelos direitos à propriedade privada, ao livre-mercado e ao livre-comércio, na realidade se traduzem no direito de explorar o trabalho e desapropriar ao seu bel-prazer as pessoas de seus bens, assim como na liberdade de saquear o meio ambiente para seus benefícios individuais ou de classe... O partido de Wall Street articula incessantemente a guerra de classes: “Claro que há uma guerra de classes”, disse Warren Buffett⁶², “e é minha classe, a dos ricos, que a está fazendo, e nós estamos vencendo”.

⁶² Warren Buffett é um megainvestidor estadunidense, foi por diversas vezes eleito o homem mais rico do mundo, vive da especulação financeira, atualmente é presidente da Berkshire Hathaway, uma companhia estadunidense, que controla um conjunto de empresas subsidiárias e “investe em ações de 47 empresas dos mais variados perfis:

É também nesse período que “quase todas as cidades do mundo testemunharam a explosão imobiliária que favorecia os ricos – ... – em meio a um turbilhão de migrantes miseráveis, à medida que o campesinato rural era desapropriado pela industrialização e comercialização da agricultura” (HARVEY, 2014, p. 42-43).

Frente ao avanço da “colonização da terra e da moradia na era das finanças” (ROLNIK, 2015), e do aumento sistemático do poder dos mais ricos, Harvey (2014) argumenta que além do direito à cidade, que quase sempre se baseia na noção de propriedade privada, os grupos dela excluídos têm reivindicado o direito a participar efetivamente do planejamento e da construção efetiva do espaço seja ele urbano ou rural.

Tem sido exatamente o que os povos e comunidade de ancestralidade indígena e/ou africana têm feito antes, durante e após todo esse período na Ilha do Maranhão.

3.4.1 A colonização (= modernização) da Upaon-Açu pelo capital (industrial, financeiro, especulativo)

O controle mundial pelo sistema financeiro é escamoteado por plantas industriais de produção cujas empresas, de capital aberto, que estão por trás delas são verdadeiras bancas de apostas nas mais variadas bolsas de valores mundo afora, como bem lembrou Harvey (2010, p. 150) do anúncio feito por James Roderick: “a tarefa da administração é fazer dinheiro, e não aço”, mesmo sendo ele presidente da US Steel, uma corporação estadunidense do ramo de produção de aço.

Pautadas por esse mesmo paradigma, a ALUMAR e a Vale, que além de terem sido beneficiadas com recusa fiscal (COSTA, 2003, p. 112), mantêm influência direta na economia, na política e na estrutura espacial (urbana e rural) da cidade com objetivo de “fazer dinheiro”, e não outra coisa. Para elas, produzir alumínio/alumina ou extrair minérios é secundário. Foram assentadas nessa matriz de negócios que essas duas corporações, com o irrestrito apoio do Estado, investiram contra os territórios das comunidades da parte sudoeste da Ilha do Maranhão (Quadro 9), espoliando suas riquezas, suas terras, seus recursos.

de companhias de saúde até redes de *fast food*, passando pela área financeira” e existem várias obras publicadas que tratam do seu estilo empresarial, celebrado no mundo das finanças (MAMONA, 2016).

Quadro 9 - Comunidades deslocadas pelos empreendimentos da Vale e ALUMAR - São Luís/MA

ALUMAR		VALE	
COMUNIDADE	USO DA EMPRESA	COMUNIDADE	USO DA EMPRESA
Macaco	Porto	Engenho do Gilico	-
Boa Vista	Porto	Mãe Chica	-
Carnaúba	Porto	Mapaúra	-
Tambaú	Redução	Portas Verdes	-
Lava Pé	Redução	Jacu* (em parte)	-
Santa Efigênia	-		
Areia Branca	Refinaria	Gapara* (em parte)	-
Inhaúma (em parte)	Refinaria	Boqueirão	Porto e Administração
Itaperuçu	Segunda fábrica, Lagoa de rejeitos	Itaqui (em parte)	Porto
Samambaia	Segunda fábrica	Alto Paraíso	Parque estoque de minério
Pacoatiua	Parque ambiental	Cetrap	Parque ambiental, primeiro
Pindotíua	Parque ambiental		
Tainha	Parque ambiental		
Andiroba	Parque ambiental		
Maruaí	Parque ambiental		
Igaraú (em parte)	Lagoa de rejeitos		
Anajatiua	Lagoa de rejeitos		
Arraial (em parte)	Lagoa de rejeitos		
Formigueiro	Lagoa de rejeitos		
Aracaua	Lagoa de rejeitos		
Babilônia	Lagoa de rejeitos		
Sítio Maruaí (nascente igarapé)	Sem uso**		

Fonte: Relato Beto do Taim. Adaptado pelo autor.

* Toda área de produção da comunidade foi apropriada pelo empreendimento, sobrou apenas parte em que se concentravam as casas de moradia.

** Embora essa área não seja efetivamente utilizada pelo empreendimento, Beto denuncia que está muito comprometida em razão dos dejetos que a Ambev (fábrica de cervejas) despejaria diretamente no curso d'água.

Sobre a Vale, Mendonça (2006, p. 36) afirma que

com os apoios do Governo do Estado do Maranhão e do Executivo Nacional, utilizando recursos públicos e capital emprestado por organismos internacionais escolheu como espaço para sua sede administrativa a Praia do Boqueirão, no Município de São Luís. Como esta área era ocupada por dezenas de famílias que viviam, principalmente, da pesca e do uso da terra para plantio, a Vale, para fazer uso, teria que “limpar” a área. Então, começou toda sorte de negociação entre a Vale e os moradores para se chegar a um consenso com relação aos valores das indenizações e/ou lugares onde seriam assentadas essas pessoas. Muitos moradores além de não receberem indenizações por suas benfeitorias, foram obrigados a sair da área à força. Outros enfrentaram máquinas, poeira, e até mesmo a polícia em defesa de suas posses e, por último, a situação de viver num lugar sem qualquer infraestrutura de redes de vizinhança e de pequenos comércios, uma vez que os técnicos da Vale compraram as casas e comércios de forma esparsa gerando insustentabilidade do grupo e levando os moradores que resistiam à desistência, abandonando suas posses ou vendendo-as por preços insignificantes.

E a ALUMAR⁶³, tamanho é seu poder de influência, que por ocasião da instalação da sua planta de beneficiamento de bauxita e alumina em São Luís, foi generosamente agraciada com cerca de 34% da área total do distrito industrial da cidade (FERREIRA, 2014). Situação que gerou e gera espanto tanto às comunidades diretamente afetadas quanto aos estudiosos do assunto.

Alberto Cantanhede Lopes⁶⁴, o Beto do Taim, assim avalia a “generosidade” estatal para com o capital internacional, materializado nas multinacionais que se instalaram na Ilha do Maranhão.

Os atores políticos de comando do Estado quando previram essas transferências dos títulos de terras, eles inclusive exageraram em suas generosidades com esses empreendimentos... por exemplo a ALCOA ficou com uma fatia de terra em São Luís Equivalente a mais de 8 mil hectares só no lado norte da BR-135 e mais uma porção do lado sul... as duas somam aproximadamente 14 mil hectares de área, e que a ALUMAR/ALCOA não vai usar essa área, daí faz propaganda de que ela criou um parque ambiental em São Luís, aquelas áreas eram das comunidades que foram tomadas pelo Estado para entregar de graça pra ela... é uma área muito grande [sem uso]... por isso que eu digo foram generosos demais pra não dizer outras palavras... poderiam ter previsto o crescimento industrial... e se tivessem feito de forma legal, de forma justa poderiam prever que aquela área ali também poderia servir para implantação de alguns empreendimentos, principalmente porque ela está servida com a BR-135 na margem, com a Estrada de Ferro Transnordestina e a estrada de ferro da Vale... é uma área que está super bem localizada do ponto de vista da logística para empreendimentos... e agora pra ampliar o retroporto corre-se de novo para pressionar o que sobra de populações tradicionais nesse lado sudoeste da Ilha... É o mesmo Estado, e eu arrisco dizer o mesmo grupo político, que entrega 20 mil hectares pra dois empreendimentos, a ALCOA e a Vale... é o mesmo Estado que nega agora... nega 4 mil hectares para se criar uma Unidade de Conservação [Resex Tauá-Mirim], que eu tenho certeza que ainda é menor do que a área que tá de reserva da ALCOA... os 4 mil que estamos pleiteando para criar a RESEX de Tauá-Mirim, que estão em 12 comunidades... que abriga mais ou menos 2.500 famílias... é uma lógica mercadológica que não se justifica (Beto do Taim, em entrevista concedida ao autor em 08 out. 2016).

Corroborando com a análise de Beto do Taim, English (1984, p. 55) diz que

o tão propagado desenvolvimento, anunciado no rol das vantagens da ALCOA, esbarra na própria realidade maranhense. Essa indústria ocupa 10 mil hectares de terras (6.500 ha. de reserva e 3.500 de uso) engolindo uma considerável fatia do território da Ilha de São Luís, entra no mercado imobiliário, e praticamente monopoliza a área do Distrito Industrial.

⁶³ A ALUMAR, “resultou da fusão em forma de consórcio da Alcoa do Brasil S.A. (filial da Aluminium Company of America, com sede em Pittsburg – E.U.A.), a Billington Metais S.A. (subsidiária da Royal Dutch Shell, sediada na Inglaterra)” (FERREIRA, 2014, p. 83).

⁶⁴ Alberto Cantanhede Lopes, 54 anos, é pescador e liderança dos movimentos sociais, atuando, principalmente, em organizações de defesa da pesca artesanal e da agricultura familiar, bem como dos territórios dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana. Foi presidente da União de Moradores do Taim (comunidade em que nasceu e vive até hoje), Diretor da Colônia de Pescadores de São Luís (Z-10), Presidente da Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Recebeu o Prêmio FAPEMA 2015: “Honra ao mérito saber popular”. Atualmente é membro do Conselho Gestor da RESEX Tauá-Mirim (São Luís/MA), da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM) e do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal). Neste trabalho referir-nos-emos a ele sempre como *Beto do Taim* ou, somente, *Beto*.

E Costa (2003, p. 74) lembra que foi doado à ALUMAR “um total de 10.000 hectares concedido pelo governo estadual, quando solicitava inicialmente 3500ha”. Na mesma direção, Alves (2014, p. 41-42) escreve que foi concedida para instalação da fábrica da ALUMAR, inicialmente, “uma área de 3.500 ha por meio de um acordo entre a empresa e o governo estadual. Posteriormente, a empresa requereu do governo estadual, o aumento de 10.000 ha, o que correspondia, a 12% do território da Ilha do Maranhão e a 50% do Distrito Industrial de São Luís”.

Já Gistelink (1988, p. 103), sobre a partilha do distrito industrial de São Luís, diz que “na Ilha de São Luís, com uma superfície de 504Km², 190Km² são reservados para industrialização. Desses 190Km², 100Km² são da ALUMAR, 22Km² da CVRD, 35Km² reservados para a implantação da siderurgia⁶⁵ e o resto para outras indústrias”.

A ALUMAR passa a representar, no Maranhão e na Ilha Upaon-Açu, a colonização (= modernização) pela via do capital estrangeiro, sendo agraciada pelas estratégias de atração de investimentos da então Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI-MA), quando o governo estadual

tornava público vantagens locacionais de empreendimentos industriais se instalarem em São Luís. Entre tais, ressaltaram-se: acesso rodoviário asfaltado; energia elétrica; pagamento de terreno e água subsidiados; telefone; telex; isenção total ou parcial de Imposto de Circulação de Mercadoria – ICM; incentivos via FINOR⁶⁶ (SUDENE) e FINAM⁶⁷ (SUDAN); além de crédito especializado. Adicione-se a isso a boa localização do distrito industrial em se tratando de zona urbana, bem como as potencialidades quanto à atividade portuária no em torno do Itaqui (FERREIRA, 2014 p. 81).

Aliado à divulgação dessa espécie de peça publicitária, o governo do Estado ainda garantiu por lei (Decreto Estadual nº 7.632/80) grande quantidade de terras para uso industrial, sendo “reservada uma área de 199,43 Km²... (implicando em 23,89% do município do São Luís), a ser dedicada exclusivamente à implantação do distrito industrial” (FERREIRA, 2014, p. 81).

Todas essas providências foram interpretadas por Ferreira (2014, p. 81) como sendo a “articulação entre o Estado (incluindo as três esferas) e os detentores do capital”, que levou à “materialização da modificação da economia de São Luís”, uma vez que “estavam implantadas as condições capazes de viabilizar a reprodução ampliada do capital”.

⁶⁵ É importante notar que, desde a década de 1970, quando o PFC começou a se desenhar foi prevista área para implantação dos empreendimentos siderúrgicos na Ilha de São Luís. Isso torna os depoimentos de moradores coerentes, ao afirmarem que há mais de 20 ou 30 anos se fala em retirar os moradores para fazer uma indústria no lugar.

⁶⁶ Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

⁶⁷ Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM).

O desmantelo da área rural da Ilha do Maranhão, além da vinda de grandes levas de trabalhadores expulsos de outras regiões rurais atraídos pela propaganda de empregos na capital, favoreceu a “reprodução ampliada do capital” durante as décadas de 1970 e 1980 e, conseqüentemente, gerou inchaço urbano, que garantiu disponibilidade de oferta de força de trabalho a preços baixíssimos. Como já vimos, houve um vertiginoso aumento populacional, que “passou de 449.433 habitantes em 1980 para 696.371 pessoas em 1991, implicando que 246.933 novos indivíduos foram incorporados a esse espaço urbano” (FERREIRA, 2014, p. 86).

A partir das contribuições de Gistelinck (1988, p. 33), percebemos que o maior crescimento populacional de São Luís, considerando a realça tempo / aumento demográfico, ocorreu, justamente, entre 1980 a 1985, “período da implantação da ALUMAR e da CVRD”, quando aumentou “de 332.578 habitantes para 585.467, ou seja, um crescimento de 266.889 ou 81,5%”, em um lapso temporal de cinco anos. O autor acrescenta que com a chegada do grande capital veio a “valorização das casas e do solo urbano e, conseqüentemente, a disputa pela terra, a grilagem urbana e as expulsões violentas de famílias pobres, que vão ocupar áreas vazias na periferia das cidades” (p. 32).

E Adriance (1996, p. 93), assim descreve as conseqüências do avanço do par Capital-Estado contra São Luís:

No passado, cidade pequena e pitoresca, cercada de terra agrícola produtiva, São Luís acabou se transformando em zona urbana de desemprego generalizado e com uma periferia inchada, abrigando gente que vive no nível do básico de sobrevivência, ou mesmo abaixo dele. Além do trabalho temporário que resultou do processo de construção das usinas, as novas indústrias, que estão envenenando o ar, a água e o solo da ilha, geram muito pouco empregos para os residentes. Ao contrário, ao expulsar as pessoas, essas indústrias acabaram por retirar delas o seu próprio meio de vida.

O Estado Brasileiro, aliado ao capital nacional e estrangeiro, passou à exploração da sua última fronteira, a Amazônia, a partir da década de 1960. No Maranhão isso ficou mais evidente nas duas décadas seguintes, foi quando uma grande quantidade de terras públicas passou para o controle privado, evidenciando toda sorte de grilagem, violência e perseguição aos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana que já há muito ocupavam essas terras e foram expulsos sem qualquer direito (GISTELINCK, 1988; ASSELIN, 2009).

3.4.2 Upaon-Açu reage: Igaráú – “primeiro povoado a levantar a bandeira de resistência”

Segundo English (1984) e Adriance (1996) da área destinada para a construção da planta industrial da ALUMAR foram deslocadas compulsoriamente 20 mil pessoas de um total de 17 comunidades. Mesmo assim, houve um processo intenso de resistências dessas comunidades.

Além da resistência organizada no Comitê de Defesa da Ilha, que congregava várias lideranças de muitas comunidades⁶⁸, intelectuais, poetas, professores, profissionais liberais; na comunidade Igaráú, “37 famílias decidiram resistir à expulsão”.

A luta vitoriosa, suas estratégias, as alianças, a organização da comunidade e as investidas dos representantes da empresa e do Estado contra seu território foram largamente analisadas por Miguel Henrique Pereira Silva (1997), no seu trabalho de monografia do curso de graduação em Ciência Sociais intitulado “A disputa pela terra e coesão social em Igaráú: as lutas de ‘brancos’ e ‘pretos’ e a resistência vitoriosa contra a desapropriação”.

Assim, Adriance (1996, p. 89) descreve as investidas da empresa contra a comunidade Igaráú:

Ao longo da década de oitenta, a Alcoa tentou lidar com Igaráú de diversas maneiras, utilizando-se de gestos amistosos, tais como a oferta de empregos na construção civil a alguns dos residentes e à organização de uma partida de futebol, até táticas de maior confronto, tais como o envio de capangas para demolir as casas. (Essa tática fracassou, porque os moradores juntaram-se para bloquear o acesso dos capangas até às casas).

Estes registros feitos por Adriance são corroborados pela senhora Maria de Jesus Gamboa, conhecida como d. Roxinha, moradora de Igaráú que vivenciou aquela luta da comunidade.

...mas eles [ALUMAR] foram espertos também. As pessoas mais polêmicas eles empregaram sem ter nem sequer documento... como Sebastião, como Valdir, várias pessoas que tavam ali desempregadas eles arranjaram emprego rapidamente. Tinha gente, como compadre Sebastião, se empregou e não tinha nem um documento, que ele foi aqui pra uma festa no Ribamar e perdeu todos os seus documentos... “pois traz esse aqui que era o mais polêmico também, que ajudava polemizar, então traz ele pra cá, tira ele e bota num emprego” (D. Roxinha, em entrevista concedida ao autor em 16 nov. 2016).

⁶⁸ Embora a comunidade Igaráú tenha sido vitoriosa na garantia de permanência no seu território, outras comunidades também resistiram, a exemplo de Vila Coquilho que se manteve firme contra as investidas da empresa e do Estado, mas viu o avanço sobre seu território expulsar a maioria das pessoas, fato registrado no trabalho de Monografia, do Curso de Ciências Sociais da UFMA, de Noraney Ferreira (1997), “A implantação da Alumar e o deslocamento de famílias camponesas: expropriação e relocação em Vila Coquilho”.

A pesquisadora Adriance (1996, p. 89-91) assim descreveu a comunidade antes e o depois do confronto direto com a ALUMAR:

Em 1983, um mês morei em Igarau enquanto fazia pesquisa de campo, e tornei a visitar o lugar em 1990 e 1991. Em 1983, era um lugar aparentemente isolado... As pessoas tomavam banho em nascentes e fontes naturais, que as mulheres também usavam na lavagem de roupa... as pessoas pareciam saudáveis... a mortalidade infantil era baixa... Havia várias pessoas na faixa dos 70 anos que ainda tinham uma participação ativa na vida da comunidade... A dieta de arroz, feijão e farinha era suplementada por carne de galinha e de porco... por peixe da baía próxima (inclusive grandes quantidades de camarão, que as pessoas comiam várias vezes na semana) e por uma grande variedade de frutas encontradas nos quintais de todas as casas. Voltei a Igarau em 1990 para descobrir que o povoado ainda estava lá, embora os da vizinhança estivessem sido todos destruídos... O peixe estava mais escasso, porque a poluição das águas da refinaria de alumínio os estava matando, e o camarão desaparecera por completo. Boa parte da fruta caía das árvores sem amadurecer, e a juçara, uma das favoritas do local já nem crescia.

A garantia de Igarau permanecer existindo teve um preço, conviver cotidianamente com a ALUMAR – a vizinha que ficou conhecida popularmente como a “besta fera” (ENGLISH, 1984, p. 28) – e toda a sua potencialidade de destruição dos modos e meios de vida, dos recursos naturais, das redes de vizinhanças da comunidade.

D. Roxinha, que vivenciou os ataques da ALUMAR e do Estado contra o território da sua comunidade, nos relatou as memórias de resistência dos escravos da república de Igarau:

A história é que nós moramos lá centenário... nossos ancestrais morava lá, e a gente tem muito amor por essas terras... aí quando foi nos anos 80 chegou a ALUMAR, a Alcoa na época... de repente a Alcoa chegou dizendo que era dona, que o pessoal todo tinha que sair, que ela ia precisar da área, que a área era industrial. E depois quando ela comprou a terra [do Estado] era desabitada, não tinha gente... então a gente começou a se organizar dizendo que ninguém queria sair, as velhinhas já começaram a se antecipar, dizendo que podia tirar os novos, mas o velhos, que iam morrer, que não iam sair de lá... inclusive minhas avós elas começaram a adoecer, já estavam velhinhas mesmo, não aguentaram o peso do sufoco que a gente passou... Quando a gente se deu conta ela [ALUMAR] já tinha desmatado 32 hectares, e nesses 32 hectares os homens começaram a ir pra lá pra vigiar os matos... Nesse período que tava muito feio mesmo, que eles tavam chegando mesmo, menino não foi mais pra escola, perdemos roça, perdemos tudo, se encaixando mesmo só na luta da terra, eram homens, mulheres e crianças. Nós mulheres íamos das seis até às cinco da tarde pra lá com as crianças, uma parte ia pegar o caranguejo, um peixe pra levar pra gente no mato e os outros ficavam descansando pra de noite ir pra área, esse período durou três meses, a gente já tava, não aguentava mais... eles diziam que Igarau não tinha homem era só mulher, porque os homens ficavam recuados, com as ferramentas deles, era foice, facão, machado... e as mulheres é que iam pra cima, e tinha umas que eu vou te contar... elas iam mesmo pra cima... Os meninos na época eles foram muito importante, a gente comprava uns apitos e eles ganhavam o mato, aonde eles apitavam e gritavam era porque tinha uma máquina lá e a gente chegava impedia, a máquina saía... Nós proibimos água, lá na terra eles não tiravam as coisas, nem areia, água, a gente impedia tava lá direto... e eles obedeciam... melhor coisa é brigar com empresa, essas empresa assim de nome, que ela não quer escândalo, então ela quer sempre dá uma de boazinha... E a gente passou um tempo que não tinha mais hora pra comer, pra dormir... nós tava na gerra... a ALUMAR botou 150 soldados lá no mato pra nos intimidar, pensa se nós se intimidamos, não! (D. Roxinha, em entrevista concedida ao autor em 16 nov. 2016).

Ela também enfatizou a importância das alianças na luta contra a “besta fera”:

o pessoal já tava se cansando... aí Josemar Pinheiro, nosso advogado na época, Nascimento de Moraes, que já tinha aquele Comitê de Defesa da Ilha... não só eles mais muitas instituições nos deram apoio né? Como a SMDH, a Tijupá, a CPT... tivemos ajuda até da BBC de Londres, através do professor Nascimento de Moraes... a irmã Bárbara... outras pessoas assim foram se engajando e foram pra lá pra nos fortalecer né? (D. Roxinha, em entrevista concedida ao autor em 16 nov. 2016).

A guerra como metáfora, ou o real concreto de Igarauá naquele momento, se desenrolou em 1990, quase uma década depois, exatamente como cena de território em beligerância, que inclusive contou com a mediação do governador do Estado do Maranhão, à época, João Alberto.

...em 1990, apareceu um artigo num jornal local a respeito de um acordo negociado pelo governador João Alberto. Era um acordo entre os habitantes de Igarauá e a Alcoa. O artigo não entrava em muitos detalhes, mas mencionava que a companhia concordava em não invadir os 800 hectares que haviam sido designados como pertencentes ao povoado e que haveria uma cerca construída entre os domínios da Alumar e os de Igarauá (ADRIANCE, 1996, p. 91).

D. Roxinha assim narra o “acordo de paz”.

Aí foi que o governador foi lá [em Igarauá], e aí eu disse: “pronto, agora a coisa pegou”. A gente não sabia quem era, não conhecia ele, e cheio de soldado, muito carro, carro pra lá, carro pra cá, era carro da ALUMAR, era carro da polícia federal, era da polícia civil. Menino! Mas encheu assim, que a gente ficou todo mundo assim, pasmo sem saber o que fazer... aí foram buscar o povo que tava na roça, pra juntar. Aí que o governador se apresentou... Aí ele disse: “não, eu tô aqui não é pra fechar a ALUMAR e nem pra a comunidade sair, agora se houver um acordo, eu vou tá de comum acordo pra apoiar, se a comunidade não aceitar essa proposta, então eu lavo as mãos”. Ora, se tu vê numa hora dessa a maior instância chega e diz que tá ali pra ajudar, não foi pra fechar a ALUMAR, mas também não foi pra tirar a comunidade, então a gente tem que entrar num acordo, né?... e a gente já não aguentava mais... (D. Roxinha, em entrevista concedida ao autor em 16 nov. 2016).

Pós acordo selado, d. Roxinha, assim interpreta a relação com a nova vizinha beligerante:

Eu não considero eles [ALUMAR] como amigo, porque gente rica não é amigo de pobre, eles querem enrolar de todo jeito, de todas as formas... botaram duas caixas d’água de 60 mil litros, e botaram máquina pra limpar o campo... e aí de vez em quando ela fazia uma mini reforma lá no colégio... e aí ficamos nessa... Agora em termos de nascentes nós perdemos, muitas perdas, que hoje Igarauá tá praticamente seco, e as águas também não são muito boas, ficaram umas águas que eram tudo limpinha, ficaram umas águas amarronzada, isso aí nós tivemos perda muito grande, essa perda aí é incalculável (D. Roxinha, em entrevista concedida ao autor em 16 nov. 2016).

Conforme Adriance (1996, p. 92-93), como parte do acordo de paz, a comunidade Igarauá ainda se comprometia em “não impedir a construção de um tanque subterrâneo para o resíduo industrial, em terreno contíguo ao povoado”. Do mesmo modo, a autora diz que a comunidade “parecia feliz com a nova situação, porque, aparentemente, não compreendiam os riscos futuros para a sua saúde que correriam devido à presença do tanque de resíduo industrial. Pareciam não acreditar que o tanque pudesse algum dia vazar ou transbordar.

Por fim, assim escreveu Adriance (1996, p. 93), sobre a vitória de Igarauá na “guerra” contra a “besta fera”.

Apesar dos riscos sanitários impostos pela poluição do ar e da água, do lixo tóxico e da perda de componentes importantes em sua dieta o povo de Igarauá ainda pode dar-se por feliz, se comparado à situação de outras 20.000 pessoas do interior da ilha que já não tem sequer uma nesga de terra.

A comunidade segue vitoriosa, mas em parte, porque se viu vítima do racismo ambiental⁶⁹ (toda sorte de poluição fora imposta ao seu território ou aos territórios vizinhos), da chantagem governamental (“lavo as mãos”, disse o governador) e empresarial (as condições de geração de emprego se faz deslocando as comunidades ou dilapidando e expropriando suas reservas de recursos naturais, seus modos e meios de vida).

3.5 APAGAMENTO DO PASSADO OU DE COMO FAZER NÃO EXISTIR NO PRESENTE

Como vimos nos capítulos (2, 4 e 6) os povos indígenas originários, bem como os africanos trazidos como escravos, tiveram suas vidas precedentes apagadas e, uma vez relacionadas com o projeto europeu de colonização, passaram à condição de peça, escravo ou servo, sem selo de origem ou direito, cujo dono tratava-se de um ilustre representante do capital e legítimo proprietário das terras e meios de produção garantidos por uma coroa sustentada em uma estrutura de Estado Moderno (= colonial) ou também conhecido como despótico.

Pretendemos, neste capítulo, como já argumentamos guarnecidos pelas proposições de Sbrana (2014; 2015), é, de agora a seguir, demonstrar, utilizando as experiências de lutas e resistências dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana da Ilha do Maranhão, notadamente da Área Rural II, parte sudoeste da Ilha, como o governo dessa população, efetivado pela elite herdeira colonial e materializado pelo par Capital-Estado, objetiva apagar suas referências de ancestralidades e, com isso, enfraquecer aspectos significativos das suas capacidades de resistência à expropriação e exploração e de luta pela garantia da terra e do controle dos meios próprios de produção. Ou seja, uma vez efetivado o intento de garantia de braços sobrantes e desvinculados da terra a serem utilizados como mercadorias para auferir lucros na estrutura produtiva, como fazer para garantir a reserva de

⁶⁹ Sobre o conceito e discussão acerca de racismo ambiental vide capítulo 4 desta tese.

terras e de meios de produção livres dos escravos da república? Essa é a problemática a ser enfrentada pela elite herdeira colonial.

Para nosso intento, é preciso admitir que o tempo entre o distante lá (período colonial formal) e o cá (formal república de homens livres), apesar de separados pela historiografia dos vencedores, se relacionam no tempo presente da vida vivida. Tratar-se-á de um tempo contínuo, cujas experiências de morte e vida, de resistência e de luta dos povos e comunidades de então e de agora se sobrepõe na vida do presente. É mister querer, e se permitir entender, que se se apagar o passado de opressão e morte imputado pelo colonizador seiscentista, setecentista ou oitocentista aos índios e negros, por ser uma mancha da modernidade (= colonialidade) ou por ser algo da galeria do passado, apagam-se, na mesma medida, as dívidas coloniais (= modernas) com esses povos e comunidades, apagam-se também o legítimo direito de reação, na justa medida, contra seus opressores e assassinos não só do corpo, mas, sobretudo, das vivências, das relações, das especificidades sociais, políticas, ambientais, culturais, por fim, apagam-se os presentes possíveis dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana.

Como escreve Mignolo (2003, p. 25):

no século 16, a diferença colonial articulava-se espacialmente. Ao se aproximar o fim do século 18 e o início do 19, o critério de avaliação já não era a escrita, mas a história. “Os povos sem história” situavam-se em um tempo “anterior” ao presente. Os povos “com história” sabiam escrever a dos povos que não a tinham.

Nisso, o trabalho da jovem historiadora Tayanná Santos Conceição de Jesus (2014), acostado na prática e no conceito de “história-problema” (BLOCH, 2001), sobre violência, memória e resistência da comunidade Rio dos Cachorros, em São Luís/MA, nos oferta pistas para demonstrar a importância do passado no presente quando se trata de dar relevo às lutas atuais dos grupos classificados, pela elite herdeira colonial, como a-históricos, inferiores, selvagens, bárbaros, despreparados, desempregados, analfabetos, desqualificados, incapazes.

Compreendo que a vivência dos moradores de Rio dos Cachorros, estejam ou não inseridos nas lutas pela permanência do território, perpassa esse enfrentamento ao aborto de suas existências, algo imposto historicamente pelos diversos grupos dominantes, pelas variadas políticas de apagamento, pelas inúmeras escritas da história que conscientemente esquecem desses sujeitos.

Dessa forma, buscar na confusão dos nomes a memória de uma resistência é conscientemente dizer que aquele território hoje denominado Rio dos Cachorros é um território de enfrentamento a imposições, porque conserva em seu nome a marca das feridas abertas na história do Maranhão, a cicatriz ainda aberta da luta sangrenta entre povo e elite, o conflito não resolvido. Ser Rio dos Cachorros é ser cada vez mais Januarem⁷⁰, é ser memória que resiste aos séculos de apagamento (JESUS, 2014, p. 80-81).

⁷⁰ “É sabido que *aldeia* é termo português utilizado para denominar um agrupamento de indígenas. O termo *caxorro* (sic) também é português, mas elenquei outra hipótese: na localidade designada por esse mapa também encontrei descrito nas narrativas o termo Januarem que, adaptado para o português da época, significa cachorro grande ou jaguar. Possivelmente, aldeia do caxorro (sic) foi a adaptação feita pelos colonizadores para essa

O que se quer afirmar é que “das lutas diárias pelo território ancestral, que já era território de resistência desde a época das invasões europeias, por ser terra indígena numa enxurrada de apagamentos colonizatórios, travestidos em religião e civilização” (JESUS, 2014, p. 73), Rio dos Cachorros pode servir de pista para se pensar o território das vinte comunidades que tiveram, por razões distintas, suas histórias apagadas da história oficial da Ilha do Maranhão. A exemplo dos rastros e vestígios que nos chegam das narrativas de resistência do Terreiro do Egito na comunidade Cajueiro ou dos *Tainos*, povo africano da memória da comunidade Taim, além das do Rio dos Cachorros que celebram o reencontro com suas ancestralidades indígenas e africanas.

Seja como for, o que se pode observar é a contínua ação da elite, para nós herdeira colonial, no sentido de desqualificar esses saberes, narrativas e memórias, esse espaço-tempo, com o propósito de lhes descredenciar da legítima história, e, assim como no passado, a um povo, a uma comunidade, por ela considerada sem história, é reservado o lugar do sacrifício em favor daqueles, que investidos por si mesmos da única história verdadeira, de um passado admirável, heroico e necessário, se impõem como os legítimos de um futuro possível, capazes de legitimar e levar a termo os projetos futuros da humanidade.

Para Jesus (2014, p. 29) “parte dos estudos universitários encobre os grupos sociais menos favorecidos a partir da opção em enfatizar a versão dos grupos dominantes detentores do poder no momento da escrita da história, buscando nas fontes escritas oficiais sua argumentação”, o que contribui para o apagamento do passado desses grupos e que, na mesma medida, interfere na estruturação do seu tempo presente.

Essa espécie de atentado da elite, aqui a herdeira colonial, à história do outro, nesse caso a dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, dentre diversos resultados, tem servido para definir quem teria legitimidade para propor, decidir, construir e se apropriar dos bens comuns, da riqueza da sociedade. No caso, à primeira seria reservado tal legitimidade e ao segundo o dever do sacrifício, ou seja, um pequeno número de brancos ricos e letrados definem e produzem ou, no mais das vezes, expropriam os bens, os serviços e os interesses públicos.

localidade que possuía seu nome indígena... Rio dos Cachorros, lembrada como tal, não seria cada vez mais a necessidade de permanência de uma Januarem, recorte cortante e cortado na história das populações tradicionais de São Luís?” (JESUS, 2014, p. 50-51; 63).

3.5.1 A economia do bem comum e os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana [ou “escravos da república”]

Fragoso (2000, p. 101), em artigo intitulado “A nobreza da república”, reconstitui como se deu a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. Uma das questões que intrigava o historiador era como se constituía uma elite rica em uma colônia mantida por uma nação império falida? Já que o Reino “sofreria as desventuras das crises de subsistência, da recorrência das pestes, do aumento do déficit público etc”. Para ele, a resposta foi o “conhecido receituário do Antigo Regime português. Qual seja: a conquista de terras e de homens; o sistema de mercês⁷¹; e o Senado da Câmara”, ou seja, o controle da maquinaria expropriadora da riqueza social e dos bens públicos produzidos pelo coletivo social. Para nós, esse receituário constitui-se na mais evidente expressão do *continuum colonial*.

Deste trabalho e de um outro: “a economia do bem comum...” (FRAGOSO, 2001, p. 14-15), o autor, embora seja cauteloso em sugerir algum nível de inferência e se abstenha de ilações contemporâneas, com seus argumentos e raciocínios, nos faz pensar que, atualmente, assim como no passado, uma das formas de expropriação e enriquecimento, bastante eficiente, é o controle dos bens comuns, da riqueza social. “A conquista, o sistema de mercês (...) e as Câmaras Municipais...” constituem-se um conjunto de práticas a que ele denomina de “economia do bem comum”. Entretanto, “o conceito de economia do bem comum, traz em si duas outras noções... um mercado regulado pela política... [e a] existência de uma hierarquia social excludente”. Além disso, o conceito “... se baseia numa rede de reciprocidades, isto é, numa rede de alianças com os seus dons e contra-dons” intra e extra grupo de poder (p. 21-22).

Harvey (2014, p. 135) atualiza o debate sobre os *comuns* a partir de um diálogo crítico travado com “o artigo clássico de Garrett Hardin sobre ‘A tragédia dos comuns’”.

Para Harvey (2014, p. 143-44), “esses comuns são criados ao longo do tempo e, em princípio, estão acessíveis a todos”, mas o autor adverte que “há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e bens públicos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum”, posto que espaços e bens públicos sempre foram cruciais para “o desenvolvimento capitalista”. Como ressalta Fragoso (2001, p. 18-19) “as câmaras em nome do bem comum da república, intervinham no mercado controlando

⁷¹ O sistema de mercês constituía-se na concessão de terras e privilégios, principalmente à aristocracia, como recompensa de serviços prestados à coroa (FRAGOSO, 2001, p. 15).

os preços e serviços ligados ao abastecimento da cidade” o que beneficiava certos setores da economia. Já o “Senado [de Macau] garantia privilégios de lucrativas viagens comerciais a determinados comerciantes”.

“Portanto”, sentencia Harvey (2014, p. 145),

o comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo ou mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência.

O comum, por essa hipótese se vincula à arena política, pelo que Harvey (2014, p. 141) acrescenta: “na verdade ‘a política’, observou Jacques Rancière, ‘é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso’. No fim, o analista frequentemente se vê às voltas com uma decisão muito simples: de que lado você está, que interesses comuns você busca proteger e com que meios?”

As oligarquias vitorinista e sarneísta quando, consciente ou inconscientemente, planejaram a planta da cidade de São Luís⁷², dividida em zonas urbanas (de alto padrão e periferia), zonas industriais, zonas rurais e de interesse social criaram vários comuns que antes de servir ao bem estar da população em geral, serviram como vetor de manutenção do poder oligárquico da elite herdeira colonial. “O comum não é, portanto, algo que existia no passado e que desde então esteve perdido, mas algo que, assim como os comuns urbanos, é continuamente produzido” (HARVEY, 2014, p. 152).

A herança colonial do controle da “economia do bem comum”, que formou a primeira elite da república (FRAGOSO, 2000; 2001), atualizada pelas práticas neoliberais expressas no violento ataque “contra o oferecimento público de bens sociais nos últimos trinta ou mais anos” (HAVEY, 2014, p. 164) se configura como forma de manutenção da história do colonizador e o apagamento dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana.

⁷² Há uma confusão em reputar ao Plano de 1992 como sendo a primeira versão do Plano Diretor de São Luís, o que, assim, o livraria da mancha oligárquica, já que fora aprovado na gestão do prefeito pedetista, Jackson Lago (1989-1993), que muitos reputam sê-lo oposição à oligarquia, do que particularmente temos dúvidas. Seja como for, Espírito Santo (2006, p. 8) diz que “em São Luís, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado foi elaborado e aprovado na década de 70 para orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais e de redes de infra-estrutura - ... - financiada por programas do governo federal... É a partir deste contexto que se deve entender a aprovação, em 1992, do novo Plano Diretor de São Luís e suas Leis Complementares, e a preparação de um conjunto de projetos, de incidência local, com impactos sobre a capital...”. Este mesmo autor ainda diz que “foram estabelecidas normas de parcelamento e uso do solo urbano, na tentativa de ordenar a ocupação do espaço através do Plano Diretor de 1975, proposto pelo prefeito Haroldo Tavares” (p. 66). E que “neste período [décadas de 70 e 80] foram feitos investimentos que resultaram na implantação do Distrito Industrial na Ilha de São Luís. Embora estudos para essa implantação datem da década de 60, o Distrito Industrial também se concretizou após a elaboração do Plano Diretor de 1974” (p. 66). Ou seja, trata-se de projeto da elite herdeira colonial, das oligarquias que se sucederam, ainda que com o toque das suas efetivas ou supostas oposições.

Os ataques aos comuns dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana podem ser decantados da retomada da retórica dos bens comuns, quando os bens públicos oferecidos ou negados pelo Estado se transformam em mero instrumento para acumulação privada ou justificativa para expropriação. Nisso, “claro que hoje em dia o ‘truque’ consiste em minimizar a necessidade de um forte poder de Estado ao mesmo tempo em que se continua a adotá-lo – às vezes brutalmente (HARVEY, 2014, p. 148).

Neste contexto de Estado mediado, ou tomado, pelo capital, faz necessária a distinção proposta por Harvey (2014, p. 145), “entre bens públicos, entendidos como gastos produtivos do Estado, e um comum estabelecido ou usado totalmente diferente...” e não mercantilizado.

É evidente que muitos grupos sociais distintos podem se engajar na comunalização por muitas razões diferentes. Isso nos remete à questão fundamental de quais grupos sociais devem ser apoiados e quais não devem no curso das lutas pela comunalização. Afinal, os muito ricos defendem seus comuns residenciais com a mesma ferocidade que qualquer outra pessoa, e têm muito mais poder de fogo e influência para criá-los e protegê-los (HARVEY, 2014, p. 145-46).

O que se impõe é a contenda entre aqueles que desde a emergência colonial (= modernidade) mantiveram o controle sobre a “economia do bem comum” e os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, pelos escravos da república, que lutam em defesa dos seus comuns historicamente dilapidados ou expropriados pela elite herdeira colonial.

No caso em análise, a RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA, esses povos e comunidades procuraram reiteradamente, e por diversos meios, inclusive engendrando alianças diversas, duradouras ou efêmeras, garantir seu comum: sua história, sua memória, seus ritos, mitos, religiosidades, seus modos e meios de vida, sua economia, seus territórios, suas percepções e relações objetivas com o ambiente, com a natureza.

Para tanto, na maior parte dos casos, esses povos e comunidades lutaram e lutam pelo direito aos seus territórios, e nisso “o cercamento é um meio político transitório na busca de um objetivo político comum” (HARVEY, 2014, p. 155). Como têm sido os casos da luta pelo comum dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, os escravos da república, na busca pelo reassentamento em Piquiá de Baixo - Açailândia/MA (capítulo 5), na guerra pela terra em Buriticupu/MA (capítulo 7) e na defesa do território da RESEX Tauá Mirim - São Luís/MA (neste capítulo).

3.5.2 A RESEX Tauá-Mirim, na Ilha Upaon-Açu, a peleja para existir e pelo direito ao comum dos escravos da república

A defesa do território pela via de criação da RESEX Tauá-Mirim é a síntese da luta dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana do passado no presente da ilha Upaon-Açu.

A RESEX Tauá-Mirim enquadra-se no tipo de unidade de conservação, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que permite a presença humana em suas áreas, mas, pela própria legislação, é requisito fundamental que os grupos ocupantes mantenham atividades de baixo comprometimento do ambiente, ou seja, um modo de vida e meios de produção diferentes aos das sociedades urbanas, industriais e capitalistas que são intensivos em matéria e energia, além de gerar grandes volumes de resíduos tóxicos (MENDONÇA, 2008, p. 19).

Em laudo socioeconômico e biológico do IBAMA (2007, p. 8) referente ao processo de criação da RESEX Tauá-Mirim, tem-se que

As Reservas Extrativistas são unidades de Conservação que têm buscado, ao longo dos anos, uma nova maneira de construir o desenvolvimento sustentado nas comunidades extrativistas. Nesta modalidade de Unidade de Conservação, prevista pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, o ser humano é reconhecido como ator e gestor da conservação. Em conjunto com técnicos do IBAMA, um Plano de Manejo é definido de modo participativo, buscando promover formas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis, aliando conservação e desenvolvimento sócio-econômico e valorizando a cultura e a história das populações locais.

Nesse sentido, a lei que instituiu o SNUC (BRASIL, 2000) conceitua RESEX como sendo:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais⁷³, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

O processo de criação da RESEX Tauá-Mirim se deu a partir de discussões desde 1996, inicialmente entre comunidades como Taim, Porto Grande, Limoeiro, Rio dos Cachorros e, posteriormente, envolveu o conjunto das doze comunidades da Área Rural II de São Luís,

⁷³ Por seu turno, conceito normativo de povos e comunidades tradicionais, a que se refere a lei do SNUC, foi estabelecido pelo Art. 3º, do Decreto Lei nº 6.040, de 07 de fev. 2007: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

seis da parte sudoeste da Ilha (Rio dos Cachorros, Limoeiro, Taim, Porto Grande, Vila Cajueiro, parte da Vila Maranhão) e seis da Ilha de Tauá-Mirim (Portinho, Ilha Pequena, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim) (Figura 4), sendo que o pedido de criação da unidade de conservação ao IBAMA-MA foi formalizado, ainda em 2003, pela Associação de Moradores do Taim. Em 2007, este órgão reconheceu a viabilidade técnica e encaminhou para o IBAMA-DF e desse para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) que, por sua vez, fez chegar à Casa Civil para providenciar a expedição do decreto do executivo federal criando, legalmente, a RESEX Tauá-Mirim que, ainda hoje, esbarra na cena política que envolve interesses de especuladores, multinacionais, setores dos governos federal, estadual e municipal que emperram a finalização do processo e o reconhecimento do território como de direito das comunidades tradicionais que nele vivem (CANTANHEDE, 2009; IBAMA, 2007).

Segundo o Laudo elaborado pelo IBAMA (2007, p. 41), do ponto de vista biológico, social e da economia das comunidades que vivem na área, a unidade de conservação desempenhará papel de extrema relevância, o que beneficiará toda a Ilha nesses mesmos aspectos.

Com a criação dessa reserva proposta acreditamos que a Ilha de São Luís será contemplada com mais um reduto natural preservado por lei, que representará um ponto de resistência comunitária e de conservação da biodiversidade que envolve toda a área em questão, promovendo um apoio à forma de viver dos povos tradicionais, valorizando-os e possibilitando uma continuidade de sua existência. À luz dessas considerações e das informações sistematizadas neste laudo, conclui-se que a área em questão possui vocação ecológica e social para a consolidação de uma Reserva Extrativista. A implantação de um pólo siderúrgico seria inadequada, pois não cumpriria função social alguma e traria sério impacto a áreas bastante relevantes para preservação.

O maior entrave para a garantia do território dessas comunidades tradicionais remonta à herança colonial: a cobiça pela terra para instalação de projetos para gerar lucro e riqueza privada e a exploração e expropriação dos nativos. Desde a instalação da empresa colonial ibérica na Ilha Upaon-Açu até hoje, o que se vê é a resistência dos povos e comunidades, hoje, os escravos da república, contra o modelo de extermínio. Da instalação do núcleo colonizador a sua expansão por séculos, o método é o mesmo: a conquista, pela força ou pelo convencimento, da terra e da força de trabalho dos seus habitantes.

Como relata d. Máxima⁷⁴ sobre a resistência para permanecer no Rio dos Cachorros, uma das comunidades da RESEX Tauá-Mirim

...nós não saímos daqui, mas a instabilidade continua. O desafio é todo dia ter uma coisa nova, se não é pelo empreendimento é pelo governo estadual, se não é pelo

⁷⁴ Maria Máxima Pires, 57 anos, nasceu no Rio dos Cachorros, comunidade em que vive até hoje. Foi presidente da União de Moradores do Rio dos Cachorros à época em que o Estado e a Vale pretendiam expulsar as comunidades para instalação do polo siderúrgico.

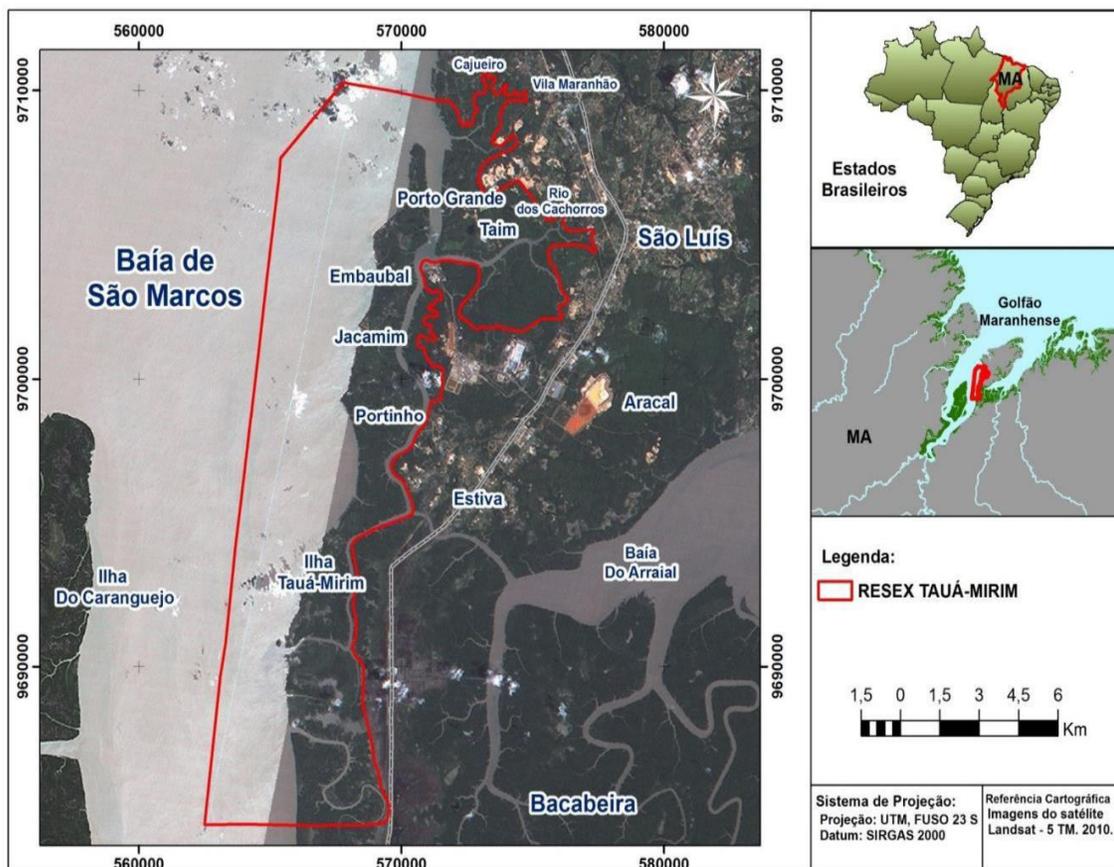
governo estadual é pelo federal, se não é pelo federal é pelo municipal. É lei de zoneamento, é plano diretor, é licenciamento de empresas, é jagunço se instalando em outra comunidade...

...as figuras que lutam contra a gente são as mesmas, os inimigos nós conhecemos todos, são os mesmos há décadas. Às vezes só muda o posicionamento do governo, ora tão numa secretaria, ora estão noutra, ora tão num empreendimento, passam da ALUMAR pra Vale... mas o inimigos eles são os mesmos.

... e a gente não vê grandes possibilidades, por conta que o governo não quer que seja criada [a RESEX], os empreendimentos não querem, na verdade o que a gente percebe nitidamente... é que quem manda de fato... o governo não tem autonomia para decidir nada, quem manda são os empresários... então continua sendo uma grande luta... (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

O Estado republicano, que herdou a colônia, faz par com o Capital industrial, financeiro e especulativo para dar continuidade ao saque dos territórios de ancestralidade indígena e/ou africana. Essas comunidades, reunidas no sudoeste da Ilha foram se fixando à terra pelos mesmos motivos dos seus ancestrais.

Figura 4 - Mapa área RESEX Tauá-Mirim, traçado atual.



Fonte: CNPT⁷⁵/ICMBio-MA.

⁷⁵ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT).

Assim como os tupinambá, fugindo da sanha do colonizador de outras regiões do país, se fixaram na Ilha Upaon-Açu, os povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, expulsos de várias outras áreas da Ilha e de outros municípios do Estado, se refugiaram nas franjas de terras litorâneas onde pudessem se reproduzir socialmente, manter suas práticas produtivas e econômicas (pesca, roça, caça, criação de animais, extrativismo, trocas, escambos) e religiosas (cultos diversos, mina, umbanda, candomblé, pajelança) e garantir, afastadas do par Capital-Estado, a reprodução das suas gerações (CANTANHEDE, 2009; PIRES, 2009).

Sobre a opção de garantia do território pela via da RESEX, Beto do Taim afirma que a alternativa, embora com muitas evidências, como comunidade quilombola, que também caracteriza o território, seria inviável em razão de que

... não tínhamos como comprovar. Tinham documentos oficiais dizendo que nós éramos invasores, então, para você reverter isso é muito mais complicado. Aqui, você ia contrapor-se, primeiro ao governo do Estado, que não ia concordar em fazer um estudo de identificação de comunidades de quilombos. Quando percebemos essas dificuldades partimos para a unidade de conservação (CANTANHEDE, 2009, p. 186 - 87).

Sobre as comunidades do território da RESEX Tauá-Mirim, Beto diz:

...nós estamos aqui no Taim, por exemplo, com famílias que estão na sexta geração e, para a lei das populações tradicionais, bastam três gerações. Os outros povoados também são antigos. O Porto Grande... tinha um dos terreiros de Mina mais antigos do Estado. O Rio dos Cachorros da mesma forma, a Vila Maranhão tem a segunda igreja mais antiga, a de São Joaquim. Então, assim, não é uma ocupação qualquer... (CANTANHEDE, 2009, p. 185).

Ainda sobre a comunidade do Taim, Beto relata que:

Nesse período [antes do estabelecimento definitivo dos portugueses] era muito holandeses e franceses, e tinham os nativos no interior de Ilha, estes [colonizadores] ocuparam a parte mais, vamos dizer, de frente da Ilha, né?, frontal da Ilha, de frente com a Baía de São Marcos, e o interior da Ilha era esse povo lá, os indígenas, que habitavam... esses indígenas teriam ido embora, e o local era chamado de Laranjal ao invés de Taim, daí o espaço ficou desocupado por um tempo... entram esses estrangeiros... que levam o movimento escravagista, levam os escravos pra lá... e uma ordem religiosa teria, os capuchinhos, teriam tirado eles daqui do ciclo de senhores de escravos e levado para aquela região e nesse grupo teria membros de uma nação que foi extinta inteira... que seriam os tainos, os tainos teriam sido extintos completamente lá nos seus locais de origem... na tentativa de continuar ali naquele local, eles trocaram o nome... eles não reconheciam Laranjal... e ficou *Itaim*. Esses tainos deixaram algumas marcas... tem, por exemplo, um brejo que foi escavado e iniciaram a construção de um labirinto de pedra... que era pra curtição de couro... os exames... deram conta de que é de uma época que não tinha cimento, era de pedra e cal... também tem registro de uma caieira de cal que era a base dessa construção... queimava casca de sarnambi, transformava em cal, em pó, e aí adicionava na argila com o óleo de baleia e virava a massa para a construção... (Beto do Taim, em entrevista concedida ao autor em 14 out. 2016).

Em relatório socioantropológico elaborado pelo GEDMMA (2014, p. 5), tem-se que:

... na comunidade de Cajueiro existe a ruína do Terreiro do Egito, que é reconhecido como um dos terreiros mais antigos do Brasil pelos praticantes das religiões de matriz africana. Lugar que simboliza a resistência centenária de um povo, conforme nos

revelam as memórias do Pai Euclides, pai-de-santo de grande notoriedade para além da Ilha do Maranhão, o Morro do Egito, em Cajueiro, servia nos idos da colônia “até de quilombo, alguns negros que vinham fugidos de Cururupu, Guimarães, passavam por lá embarcados [...] que nêgo que se jogava no mar [...] por conta da opressão, de não querer se submeter a essa coisa toda né [...]”.

E pelo relato de d. Máxima, reencontramo-nos com outra história das comunidades da RESEX Tauá-Mirm, bem diferente daquela oficial que os classificam de invasores.

A minha tia, que se chamava também Maria Máxima Pires, e meu pai, mais precisamente a minha tia... dizia que meu avô era filho de uma escrava que se chamava Justina Cirino e que vieram em navios pra essa região, parte dessas famílias que vieram se instalaram uma parte aqui no Sítio Livramento, Rio dos Cachorros, parte no Taim e parte no Cajueiro... e a minha avó, que se chamava Cecília Galvão era descendente de português que casou como meu avô Januário Francisco Pires e a mãe dele, que é Justina Cirino, era escrava. A minha tia contava que ela era negra do cabelo daqueles mesmo nativo e não falava muito bem o português, falava as palavras tudo errado...

...o meu avô, ele tinha uma filha que se chamava Zebina Pires e essa minha tia, ela foi dançante do Terreiro do Egito... ela dançava Mina, ela era filha do Terreiro do Egito... agora isso a gente compreende, porque se a gente for observar muito bem, aqui nessa região nossa a gente vê que essas raízes ela tem ainda... tem pessoas, mesmo agora dessa nossa geração, têm descendentes que praticam esse tipo de religiosidade... (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

Além da ancestralidade africana, d. Máxima refere-se às raízes indígenas da comunidade.

Tem uma família aqui que a gente tem conhecimento que era descendente de índios, indígena também, a família do seu Valdemar, que ele contava que a mãe dele foi pega no mato por cachorro... tem gente hoje que confirma essa história... que eram descendentes de indígenas também... (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

Entretanto, o processo de apagamento ou de desqualificação da história, das memórias, dos saberes e das manifestações próprias desses povos e comunidades que cumprem o papel de sustentar suas raízes ancestrais é brutal. As palavras de Beto do Taim revelam bem isso:

Começava pela escola né? Na escola quando alguém falava que tinha ido numa cura... porque a cura, no conceito da cura pra quem mexe com essas doutrinas, a cura é um ritual que vai tratar da doença de alguém, de algum problema que ele tenha, mas para quem era totalmente leigo nisso a cura era a festa de Tambor de Mina... então a gente ia na cura. Você chegava na escola e dizia que ia na cura o aluno era duramente repreendido pelos professores, eu passei por isso na Vila Maranhão, a primeira vez que eu fui pro colégio na Vila Maranhão eu já tinha nove anos... então você tinha medo mesmo de dizer que foi numa festa de Tambor de Mina, de cura como a gente falava popularmente... agora dentro das comunidades era uma coisa muito forte... e nos levava ao respeito... mas tinha essa barreira, não podia falar em qualquer lugar...

e a juventude hoje muito prática, diz: “não, isso não presta”, porque ele já acha que se ele seguir qualquer um rito desse, ele vai ser criticado pelos colegas que não são do mesmo meio, não são do meio rural, por exemplo. Então, daí a gente tem um esforço enorme no Taim pra manter um tambor de crioula até o século 21... (Beto do Taim, em relato concedido ao autor, por ocasião da revisão deste capítulo da tese, em 29 nov. 2016).

D. Máxima (PIRES, 2009, p. 205), por sua vez, arremata dizendo que: “infelizmente a gente não tem isso documentado, a gente perdeu isso para a história... Isso é tudo na história

que se conhece, não tem assim documento que se comprove isso” (ausente de grifos no original), em uma constatação muito lúcida de que o passado ancestral das comunidades foi esquecido, apagado, ficou fora dos documentos, fora da história oficial, ou no dizer de Jesus (2014) suas memórias, suas histórias, seu passado foi “abortado”.

Concentramo-nos nas comunidades da RESEX Tauá-Mirim em razão de facilitar a análise, por se tratar de um território que tradicional e institucionalmente pode-se assegurar que goza de unidade e de características semelhantes, vez que as comunidades reconhecem a existência de suas relações de proximidade, e por vezes de parentesco, seja pela organização da produção (pesca, roça, extrativismo), seja pela religiosidade (mina, umbanda, pajelança, catolicismo), ou, ainda, pelas pelejas e resistências comuns em defesa do território, do bem comum; como também a constatação institucional, via IBAMA (2007), de que se trata de território de comunidades tradicionais com semelhanças nos seus modos e meios de vida.

Entretanto, o território de vivência desses povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, os escravos da república, embora geograficamente descontínuo, se circunscreve a um conjunto bem mais amplo de comunidades em toda a Ilha do Maranhão, e que têm seus espaços habitados pressionados pelo par Capital-Estado com toda sorte de projetos de industrialização e urbanização que ampliam a especulação, a grilagem, a espoliação e a expulsão das comunidades.

Só na parte sudoeste da Ilha tem-se, além daquelas postulantes à RESEX Tauá-Mirim, as comunidades de Estiva, Pedrinhas, Murtura, Vila Collier, Vila Maranhão, Sítio São Benedito, Mãe Chica, Vila Conceição, Camboa dos Frades, dentre outras.

Esse conjunto de comunidades, de um modo ou outro, segundo Mendonça e Marinho (2016, p. 66), foi “incluído”

na matriz de desenvolvimento do estado a partir das obras da então estrada de ferro Carajás, que liga as minas de minério de ferro, na Serra dos Carajás, no Pará, ao porto do Itaqui, em São Luís. Essa obra dividiu as comunidades, aumentou os níveis de poeira, assoreou ou obstruiu rios e suas nascentes, interferiu na produção local. Isso tudo em contradição aos alardes de que a estrada de ferro Carajás viria também trazer melhorias nos serviços públicos, o que em geral não ocorreu (...).

Desse processo, um outro grupo grande de comunidades foi consumido pela engrenagem do avanço dos negócios da elite herdeira colonial, a exemplo daquelas tragadas pela base industrial e de logística do Programa Grande Carajás e das que dele derivaram, como as ceifadas pela ALUMAR e Vale (Quadro 9, acima, p. 136) e, mais recentemente, a Vila Madureira que deu lugar para a instalação da UTE Porto do Itaqui⁷⁶.

⁷⁶ A Usina Termelétrica (UTE) Porto do Itaqui, movida pela queima de carvão mineral, foi construída pela empresa MPX depois de expulsar 85 famílias das terras da comunidade Vila Madureira, em São Luís/MA. Iniciou suas

No caso daquelas comunidades que resistem e se irmanam na luta pela criação da RESEX Tauá-Mirim, mas que poderíamos facilmente alargar para todo esse território (rural/urbano) dos escravos da república na Ilha do Maranhão, podemos perceber que suas histórias foram violentamente apagadas e, mesmo com possibilidades de reconstrução no presente, o Estado prefere não reconhecer e, uma vez mais, classificá-las como invasoras, pobres, indigentes, analfabetas e desqualificadas e que, portanto, devem ser sacrificadas para o desenvolvimento e progresso da república, quando não reputam a elas as causas do atraso da nação.

A reiterada condição de excluídas ou de entraves à normalidade do desenvolvimento e do progresso reputada às comunidades da RESEX Tauá-Mirim pode ser perfeitamente compreendida pelos argumentos de Clóvis Amorim da Silva⁷⁷.

A gente sempre teve essa união, e essa união ela surge na década de [19]90 quando o padre Fernando Levesck, ele começa a celebrar missa no Cajueiro... em algumas comunidades... ele tinha só o Bonfim⁷⁸ lá pra cuidar, cuidando lá dos excluídos do Bonfim... ele começou celebrar missa nessas comunidades, a gente começou a ter uma união de comunidades pela paróquia... Aí ele começou: “olha nós precisamos fazer a paróquia da Zona Rural também, vocês precisam discutir esses problemas”. Então, como ele tava só com o pessoal do Bonfim... e eu questionava às vezes isso: “por que que a gente faz parte da Paróquia do Bonfim e não da do Anjo da Guarda?” A gente pula vai lá pra Vila Nova... não conseguia entender que o Bonfim era os excluídos e nós da Zona Rural era outros excluídos, eu não tinha essa leitura assim, depois foi que eu com o tempo... E Flávio, era um flamenguista ranzinza, e que tinha problema de hanseníase e quando eu falava isso pra ele, ele ficava com raiva, ficava zangado, eu não conseguia entender porque... depois foi que eu fui entender que ele achava que eu tava excluindo ele também da amizade que eles tinham com a gente... o pessoal do Bonfim gostavam de ir pra lá [Cajueiro], que eles se sentiam bem com a gente, que eles não se sentiam excluídos, a gente acolhia eles. Quando tu fala isso de uma política que tu não tá olhando a exclusão, mas tu tá olhando um território de exclusão sem integração, pra ele, ele se sente excluído... eu não entendia que nós éramos excluídos e eles também eram os excluídos... então surge a unidade aí, nessa coisa aí, teve o conflito também do Taim... (Clóvis Amorim, em entrevista concedida ao autor em 10 out. 2016).

operações comerciais desde 2013. Atualmente a usina é controlada pela ENEVA. Além do deslocamento da comunidade Vila Madureira, a construção da usina isolou a comunidade Camboa dos Frades, e sua operação contribui para elevação dos índices de poluição na Ilha (PEREIRA, 2010; ZAGALLO, 2015).

⁷⁷ Clóvis Amorim da Silva é pescador, liderança da comunidade Cajueiro, onde mora desde 1979. Atualmente é membro do Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras (MPP).

⁷⁸ Trata-se da “Colônia do Bonfim. Localizada em amplo espaço na chamada Ponta do Bonfim, suficientemente distante do centro de São Luís, a colônia dedicada apenas aos portadores do mal-de-lázaro [hanseníase] teve suas obras iniciadas no segundo semestre de 1932. A construção serviria, no dizer das autoridades, para o preenchimento dos requisitos da ‘moderna profilaxia’ voltada para o combate à doença. A área em que foi instalada a colônia já possuía vocação para abrigar parcelas de excluídos, pois, segundo informa Ana Maria Pinho, durante o século XVIII teria havido na região um albergue para prisioneiros atacados pelas ‘bexigas’ (variola). No início do século XIX, a localidade serviu para a quarentena de escravos oriundos da Costa da África e ainda foi utilizada como cemitério de ingleses... a Ponta do Bonfim ‘exatamente por ser um local bem afastado, tornou-se ideal para o isolamento de ‘leprosos’ como forma de afastá-los definitivamente do convívio social” (LEANDRO, 2009, p. 439-40). Atualmente desativada, funciona, no mesmo local, o Hospital Aquiles Lisboa, especializado no tratamento dos portadores de hanseníase.

Na resistência e na luta pela existência, conforme destacou Beto do Taim, as comunidades, estrategicamente, operaram uma espécie de recuo estratégico ou aparente da sua própria história, vez que o Estado se recusava reconhecê-las como de ancestralidade indígena ou africana, uma vez mais, outra forma de apagamento do passado, da memória. Como forma de continuar suas existências e ressignificar suas histórias, suas resistências, acionaram o instrumento jurídico disponível que garantiria o reconhecimento dos seus direitos territoriais: a RESEX Tauá-Mirim, e passaram a ser entendidos como entrave ao desenvolvimento, ao progresso, não só do Estado, mas da nação. Esse apagamento do passado, da história dessas comunidades faz com que, nesse caso, se desfça, virtual e formalmente e no campo da retórica colonialista, o nexu de colonialidade (= modernidade), disso resulta que os sujeitos vítimas da expropriação e exploração, não o sejam por terem sido jogados há séculos no lugar da negação, da subjugação, do inumano, mas seriam, tão somente, por serem analfabetos, desqualificados, entraves para o desenvolvimento e o progresso, uma espécie de seres a-históricos, apenas pobres surgidos do tempo presente, da ação objetiva do mercado sem face, com se nenhum nexu tivesse, de fato, com a colonialidade (= modernidade).

Embebido desta concepção, o Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho⁷⁹, membro da oligarquia Sarney, no mês de junho de 2016, em reunião com empresários maranhenses na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), declarou que “não podemos podar o crescimento do Maranhão e essa reserva [RESEX Tauá-Mirim] do jeito que está sendo colocada eu sou contra e vou determinar ao ICMBio (sic) que reveja essa questão”. Além do próprio ministro do Meio Ambiente (ressalte-se, Ministro do Meio Ambiente) ser contra à criação da unidade de conservação, ainda enfatiza que: “pelo que eu estou vendo, o Governo do Estado é contra, a prefeitura é contra, senadores são contra” (FIEMA, 2016).

Segundo Mendes (2016), “Não é a primeira vez que membros da família Sarney se declaram contra a criação da reserva. Em novembro de 2014, a ex-governadora Roseana Sarney encaminhou ao ICMBio⁸⁰ um documento intitulado ‘Avaliação Técnica da Proposta de Criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim’, no qual se posiciona contrária à criação da unidade de conservação na categoria reserva extrativista marinha”.

⁷⁹ “Filho do ex-presidente da República José Sarney (1985-1990), e irmão da ex-governadora do Maranhão, Roseana Sarney (1999-2002 e 2011-2014), ambos do PMDB, o deputado federal José Sarney Filho, do Partido Verde, chamado de Zequinha por amigos e parentes, foi nomeado em maio último para ministro do Meio Ambiente pelo presidente interino Michel Temer (PMDB). Nas eleições de 2014 para a Câmara, ele recebeu doações de R\$ 300 mil da construtora WTorre, que é uma das empresas que investem na construção de um porto no entorno da Resex Tauá-Mirim. Já o comitê do partido do ministro, o PV, recebeu mais R\$ 250 mil da WTorre na última campanha eleitoral” (MENDES, 2016).

⁸⁰ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Mendes (2016) ainda ressalta que:

Para os empresários do Maranhão, a proposta de criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim “é um dos maiores entraves para o desenvolvimento da economia local”, pois compromete a expansão do Distrito Industrial de São Luís (Disal), onde funciona o Porto de Itaqui, que atende a multinacionais do alumínio e do ferro, como a Alcoa/Alumar e a Vale, além de projeto do grupo WTorre, que planeja construir um terminal portuário no distrito. No discurso, o ministro Sarney Filho prometeu ajudar os empresários.

Com essas recentes declarações dos representantes do Capital-Estado no Maranhão, as afirmações de d. Máxima fazem todo sentido, “...os principais adversários são os gestores públicos, porque não vejo nenhum a nosso favor, são os empreendimentos, são os sindicatos patronais, Sinduscon⁸¹, Fiema, são os grandes, as multinacionais...” (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

A herança adormecida dos seus ancestrais índios e africanos, em defesa do território e dos seus modos e meios de vida – (o comum dessas comunidades), passou a ser reconstituída, uma vez mais, das cinzas do apagamento colonizador pela sua emergência e sistematização para a luta em meio a contenda com o par Capital-Estado a partir de 2002, quando o governo do Estado, em acordo com a Prefeitura e União, declarou “interesse público” pelo território para ofertá-lo a três empresas produtoras de aço, “chinesa Baosteel (com previsão de futura participação acionária minoritária da francesa Arcelor – maior siderúrgica mundial), a sul-coreana Posco e a alemã ThyssenKrupp” (ZAGALLO et al., 2004, p. 5).

Segundo Zagallo et al. (2004, p. 13), “o pólo siderúrgico que se pretende instalar em São Luís ficaria localizado em área de 2.471,71 hectares localizada entre o Porto do Itaqui e o Rio dos Cachorros, tendo como limites laterais a Baía de São Marcos e o ramal da BR-135”.

Os autores também destacaram os custos sociais caso o polo fosse instalado:

A implantação do Pólo Siderúrgico na região que vai do Porto do Itaqui até o Rio dos Cachorros, numa área de 2.471,71 hectares já declarada como de utilidade para fins de desapropriação pelo Governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727 – DO 30.08.2004 e nº 20.781 – DO 29.09.2004) terá um significativo custo social. De fato, residem na área de implantação do pólo siderúrgico aproximadamente 14.380 pessoas, em 11 comunidades rurais (ZAGALLO et al., 2004, p. 20).

Estas breves informações sobre a tentativa de instalação do polo siderúrgico em São Luís se fazem tão somente para situar o leitor, para aqueles que intencionam e careçam de mais detalhes sugerimos os trabalhos de Zagallo et al. (2004) e Mendonça (2006), além do de Alves (2014) que faz uma análise do vitorioso processo de reação, luta e resistência das comunidades e do movimento social, através do movimento Reage São Luís. Para agora, o que nos interessa é saber que um território inteiro (11 comunidades, numa área de 2.598 ha, totalizando 14.380

⁸¹ Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão (SINDUSCON-MA).

peças) (Quadro 10) seria dizimado em nome do desenvolvimento e do progresso, não fosse a reação dos escravos da república contra o par Capital-Estado, materializado na elite herdeira colonial.

Quadro 10 - Comunidades e população que seria deslocada pelo polo siderúrgico.

Comunidade	Área (em hectares)	População
Bom Jesus do Cajual	280	1.000
Vila Maranhão	800	8.000
Povoado Parnuaçu	320	600
Povoado Rio dos Cachorros	470	1.500
Povoado Taim	490	500
Povoado Porto Grande	120	1.200
Povoado Ananandiba	118	300
Collier	Nd	800
São Benedito	Nd	300
Madureira	Nd	80
Camboa dos Frades	Nd	100
Total	2.598	14.380

Fonte: Zagallo et al. (2004, p. 20)

Afinal, como reiterou o Ministro do Meio Ambiente, “tenho dito sempre que o meio ambiente não pode ser encarado como um obstáculo ao progresso” (FIEMA, 2016). Pelo que d. Máxima, com a lucidez de refino conceitual, questiona, “...então era o progresso... o progresso era desmatar e expulsar a gente, então eu vejo que esse progresso só muda de nome né? Hoje é desenvolvimento sustentável, mas antigamente era o progresso do Brasil...” (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

Dentre as comunidades que seriam deslocadas compulsoriamente, Rio dos Cachorros e Taim tiveram pouca mudança na composição demográfica de 2004 para cá, entretanto, Cajueiro viu seu território ser invadido por uma forte especulação fundiária, elevando o número de prédios e de moradores, o que é interpretado por lideranças e pessoas de moradia mais antiga como forma de enfraquecer a resistência, uma vez que a grande maioria desses recém-chegados seriam especuladores em busca de vantagens indenizatórias.

No contexto de expropriação do território da RESEX Tauá-Mirim, para Clóvis

O Cajueiro tava ali muito fragilizado, porque tinham umas coisas internas, de instituições, de associações... determinadas pessoas começam a perder força dentro da instituição, e quando começa a perder força, que tem a minoria e ele começa a querer ter maioria, aí ele começa a trazer gente de fora, oferecendo terreno pra poder fortalecer a associação, aí dando terreno... e essas pessoas que acabavam fazendo esse jogo eles tinham interesse de vender, então isso acabava que criou uma divisão dentro da comunidade, principalmente Cajueiro... acabou que a gente do Cajueiro que tava

também nesse enfrentamento de não aceitar o polo siderúrgico acabou se unindo, junto com o Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande, Limoeiro, uma parte da Vila Maranhão... (Clóvis Amorim, em entrevista concedida ao autor em 10 out. 2016).

As duas últimas investidas da elite herdeira colonial contra os escravos da república da Ilha Upaon-Açu foram: o ataque à comunidade Cajueiro, pela empresa WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda⁸², que incidiu mais diretamente no território da RESEX Tauá-Mirim, e a proposta de revisão do Plano Diretor do Município do São Luís, que afeta toda a Ilha, diretamente.

Esses dois eventos/projetos da elite herdeira colonial compõem o portfólio do par Capital-Estado e, tal qual os anteriores (Programa Grande Carajás, Projeto Ferro Carajás, instalação de empresas nos territórios tradicionais (ALUMAR, Vale, etc.) tiveram a reação imediata dos escravos da república e foram objetos de estudos e de enfrentamentos diretos e de contendas jurídicas.

Como nossa intenção é demonstrar que esses projetos de desenvolvimento intensivos em terra, capital e trabalho expropriam a riqueza e os territórios dos escravos da república da Ilha do Maranhão e, conseqüentemente, agem dentro do *modus operandi* colonial, naquilo que convencionamos chamar de *continuum colonial*, então nos basta apontar algumas cenas dessas complexas contendas. Informações detalhadas podem ser encontradas em trabalhos como os de English (1984), Gistelinck (1988), Zagallo et al. (2004), Alves (2014), GEDMMA (2014), Ferreira (2014), Moreira (2015), Mendonça e Marinho (2016), Sant'Ana Júnior (2016).

A comunidade Cajueiro, como já demonstramos, tem como base de nucleação o Terreiro do Egito, lugar sagrado de ancestralidade africana, que serviu de refúgio de escravos fugidos e de lugar de culto as suas entidades sagradas. Além das feridas e marcas deixadas pelo ataque ao território da RESEX, essa comunidade, em 2014, viu seu território sendo invadido pelo poder do capital em consórcio com setores dos governos estadual e municipal. O propósito era instalar, mediante expulsão de grande parte da comunidade, um Terminal Portuário multiuso, denominado “Terminal Portuário de São Luís”.

A empresa WPR ao apresentar o projeto de instalação do seu empreendimento assim o faz:

A WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda pretende instalar um Terminal Portuário multiuso, localizado na região do Golfão Maranhense a sudoeste de São Luís/MA, especificamente inserido no Distrito Industrial de São Luís (DISAL). O

⁸² A partir de agora aos nos referirmos a essa empresa, WPR - São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda, o faremos apenas mencionando WPR ou WTorre/WPR. Empresa vinculada à WTorre, a mesma que financiou o partido e a campanha do deputado Sarney Filho, atual Ministro do Meio Ambiente do governo de exceção Michel Temer.

terminal fará parte do Complexo Portuário de São Luís (CPSL), ou Complexo Portuário de São Marcos (MRS, 2014a, p. 1).

Nesse trecho e nas páginas seguintes do documento, em que a empresa descreve a localização do empreendimento, esta optou por invisibilizar a comunidade, não menciona em nenhum momento a existência do Cajueiro, só o faz quando passa à análise do “meio socioeconômico”, e ainda assim é com o propósito de evidenciar o caráter de ilegalidade da posse dos moradores. Vejamos

O empreendimento se encontra, em sua totalidade, na Zona Industrial 3, cuja diretriz de uso estabelece que é proibido qualquer tipo de comércio (C), qualquer tipo de serviço (S), qualquer uso residencial (R) e os estabelecimentos classificados como E2 e E3, referentes a estabelecimentos de educação. Também é proibido Usos Especiais (UE), Uso Agrícola e Pecuário (A) e produtos hortifrutigranjeiros (AI) (MRS, 2014b, p. 164).

A empresa, uma vez amparada pela legislação (draconiana) que indica a proibição das atividades (agricultura, pesca, extrativismo) da comunidade na área que pretende instalar seu empreendimento, segue o rito e apresenta as certidões de que o território está livre da marca indígena e africana, afirmando que “a Fundação Palmares informa que não existem no município de São Luís comunidades quilombolas certificadas ou com processo aberto de certificação”, como também a “FUNAI permite a continuidade do licenciamento ambiental prescindindo dos estudos do componente indígena, pois o Empreendimento não se encontra em áreas próximas às terras indígenas” e, por fim afirma que as “comunidades do Rio dos Cachorros... e Taim... se autodenominam como comunidades tradicionais extrativistas, para tanto estão no pleito da instalação de uma reserva extrativista na região” (MRS, 2014b, p. 169).

Entretanto, o que causa maior estranheza é o fato de que a empresa WPR reconhece a importância da área que pretende expropriar do território da RESEX Tauá-Mirim, mas não a reconhece com as mesmas características de Rio dos Cachorros e do Taim.

A Área Diretamente Afetada - ADA está localizada numa região denominada Parnuaçu, que é parte integrante da comunidade do Cajueiro, portanto, ocupa parcialmente tal comunidade. A ADA possui uma área equivalente a aproximadamente 200 hectares (p. 161).

A região de Parnuaçu... atualmente é local de referência para os pescadores da região como um todo, pois há um grande fluxo de venda do pescado. É uma localidade prioritariamente de pesca. Há diversos currais de peixes... (MRS, 2014b, p. 161-62)

Ora, se a praia de Parnuaçu, na comunidade Cajueiro, é “um local de referência para os pescadores da região como um todo” e compõe o território da RESEX Tauá-Mirim o que justifica classificá-la como distinta das demais comunidades? E mais, o que justifica sua destruição em favor do porto da WPR/WTorre?

O próprio documento Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da empresa fornece as pistas para uma reposta possível. A MRS (2014b), quando inicia o estudo sobre a dinâmica

populacional de São Luís, remete à era colonial e afirma que “esse território foi cobiçado por muitas nacionalidades europeias”, francesa, portuguesa e holandesa, sempre foi área de muitas disputas e cobiças estrangeiras (p. 3). O estudo reconhece o terreiro do Egito, mas como ruínas, coisa do passado (p. 151) e enquadra a comunidade no paradigma da falta, dá ênfase à precariedade tanto da estrutura das moradias, quanto dos serviços públicos de educação, saúde, saneamento, transporte (p. 151-53), apresenta a população como possuidora de baixos níveis educacionais e com poucos rendimentos monetários. Isso tudo justifica sua ação colonizadora, assim como os estrangeiros cobiçaram e se fizeram donos da Ilha, a WPR/WTorre se fez proprietária “legal” de Parnaçu, da comunidade de ancestralidade africana. “A área do empreendimento correspondente a aproximadamente a 200 hectares pertence ao empreendedor” (MRS, 2014b, p. 165) e pouco importa como se deu a “aquisição”.

A lógica que se repete é a mesma, assim como os europeus tiveram prevalência sobre as terras dos tupinambá, por esses, na concepção do colonizador, não possuíam rei, lei, nem escrita, a WPR/WTorre, pela mesma lógica, teria prevalência sobre os escravos da república de Parnaçu, em Cajueiro, já que eles não têm história ou passado, nem qualificação ou educação.

A empresa WPR, considerando-se proprietária da praia dos pescadores do Parnaçu, agiu como seus ancestrais colonizadores, impôs toda sorte de violência para limpar a área.

A WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., empresa responsável pela suposta construção do Terminal Portuário de São Luís, afirma no seu EIA (Estudo de Impacto Ambiental) que foi realizada a “compensação social”, sendo a “Urbaniza Engenharia Consultiva, empresa responsável pela gestão fundiária de desapropriação e indenização da poligonal de implantação do empreendimento”, o que atesta que a empreendedora fez as vezes do Estado ao contratar uma empresa responsável em realizar a “**gestão fundiária de desapropriação e indenização**”, o que tudo indica com a conivência dos órgãos estatais (GEDMMA, 2014, p. 12) (destaques presentes no original).

Segundo relatos de moradores e várias denúncias veiculadas na imprensa, a empresa utilizava-se praticamente do poder de Estado – poder de polícia – para livrar a área da presença indesejada dos escravos da república da praia de Parnaçu, em Cajueiro. Essa operação de limpeza de humanos indesejáveis em Cajueiro realizada pela WPR/WTorre, com a *ajudinha* do Estado, lembra o que dizia Bauman (2005, p. 48; 51) sobre o avanço dos estados colonizadores europeus: “havia terras vastíssimas e fabulosamente ricas... espaços em branco, e pouco povoadas, territórios quase vazios esperando pela conquista e pela colonização... e torná-las vazias... pela superioridade tecnológica ou militar... caso os nativos resistissem a serem afastados...”.

No tempo de agora, Moreira (2015), analisando a atuação da WPR na tentativa de limpar toda área desses humanos indesejáveis, guarnecido por informações de moradores e de

várias reportagens nos jornais impressos locais, denuncia que a empresa utilizou jagunços, milícia armada, determinou a derrubada de casas, negociou individualmente o valor das posses, ameaçando de despejos pelo Estado sem direito a qualquer indenização, realizou audiência pública, com a conivência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), no Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão.

O Promotor de Justiça do Estado do Maranhão, Haroldo de Paiva Brito, em entrevista a Mendes (2016) disse que:

“O estado tem que levar em consideração que existe uma comunidade centenária no local, uma comunidade tradicional. Mas se for necessário mesmo construir o porto, que se reassente essas pessoas em locais de igual característica e mais, compensando-as pelos prejuízos que certamente virão desse reassentamento. Não é chegar na casa de cada um e dizer: ‘Olha, isso aqui [a casa] agora é da WTorres que comprou do Carlos Cunha. Isso aqui deve valer uns 30 mil [reais], eu dou 50 e você me vende’. Não é assim”.

De modo geral, as estratégias de grupos empresariais em cooperação com órgãos estatais para garantir lucro e expansão de capital, às custas das vidas, dos territórios, dos saberes, da produção, dos recursos dos escravos da república, têm sido muito comuns nas práticas de multinacionais mundo afora, que pilham e expropriam os ativos comuns dos povos, como é o caso agora de Cajueiro, pela WPR/WTorre.

Disso, o relatório elaborado pelo GEDMMA (2014, p. 17) afirma que

Essas investidas de toda ordem contra os territórios dos povos e populações tradicionais têm sido o que conduz a ação de órgãos do legislativo, judiciário e executivo dos Estados. A ampliação da logística mundial para circulação de ativos de capital tem desconsiderado qualquer direito territorial dos grupos tradicionais. E o que se vê ocorrer com o Território da RESEX de Tauá-Mirim é uma articulação entre Estado e Empresa para fazer parecer legal o processo de espoliação dos territórios das comunidades tradicionais.

Mas, frente a tudo isso, lideranças do Cajueiro, em aliança com as demais comunidades do território da RESEX Tauá-Mirim, com grupos de pesquisa, professores, estudantes e várias entidades de defesa dos direitos à vida e do bem viver, como CPT, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Quilombo Urbano, Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) e muitos outros movimentos sociais, resistiram e seguem no seu território enfrentando o poder do capital aliado aos governos local e nacional.

Como afirmou d. Máxima

Essa investida no Cajueiro... primeiramente a forma crucial com que os empreendimentos com aquelas famílias derrubando casas, tirando o sonho das crianças, aquilo ali era pra ter sido visto pela ONU⁸³, pelo mundo todo, de que forma... tem pessoas que a gente conversa que não acredita nisso, que em pleno século 21 isso aconteceu... foi a forma mais violenta que eu já vi na minha vida de tomada, de retirada, eles não conseguiram, mas eles acabaram com a moral da pessoa humana,

⁸³ ONU (Organização das Nações Unidas).

acabaram com o sonho dessas pessoas que lutaram ali pra fazer sua casa, pra seu filho, pra sua filha... agora uma coisa eu lhe garanto eles tem certeza de que não vai ser fácil pra eles não, Cajueiro não tá sozinho, Cajueiro é irmanado com outras comunidades, com outros movimentos sociais... então... “ah eu vou derrubar e vou forçar uma negociação”, não, as pessoas que escolheram ali pra morar querem continuar ali... e de qualquer forma fortaleceu nossa luta... (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

Como disse d. Máxima, apesar da violência com que a WPR/WTorre, em consórcio com o Estado, investiu contra a comunidade, aqueles que resistem no Cajueiro seguem vitoriosos, permanecem no seu território e, como último ato dos escravos da república, as comunidades da RESEX Tauá-Mirim autodeclararam a criação da unidade de conservação em uma demonstração de autonomia e de desobediência a esse Estado, que tem se vinculado ao Capital contra qualquer forma de vida ou organização alternativa ao lucro e à expropriação, sobretudo daqueles herdeiros dos lugares sociais dos povos indígenas e/ou africanos dos primeiros tempos da colonização (= modernização).

Assim o jornal Vias de Fato noticiou a autodeclaração da RESEX Tauá-Mirim, quando toda a mídia vinculada ao Capital-Estado silenciara:

Representantes de povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas do Maranhão, comunidades ameaçadas de despejo por construtoras em São Luís, movimentos sociais e sindicais, pesquisadores das universidades maranhenses (UFMA e UEMA) e do IFMA (Instituto Federal do Maranhão) estiveram com as comunidades que fazem parte da área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim para uma assembleia bastante representativa da diversidade do povo maranhense no dia 17 de maio. Nessa data, as comunidades da Reserva... declararam criada a Reserva Extrativista na Ilha de São Luís, numa mostra histórica de autonomia, autodeterminação e insurgência contra uma situação que as vulnerabiliza e invisibiliza.

Assim, ao soar do tambor de crioula do Taim, que se apresentou durante esse momento histórico, que contou com a presença de camponeses, pescadores, indígenas, quilombolas, movimentos sociais, pesquisadores, sindicalistas, comunidades ameaçadas de despejos, entre outras testemunhas, os moradores da Resex de Tauá-

Mirim cantaram e bradaram: “Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar”, e declararam instituída a criação da Resex.

A RESEX Tauá-Mirim segue, atualmente, como meio de luta, dos escravos da república pela garantia dos territórios dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana na Ilha Upaon-Açu.

3.5.2.1 Plano Diretor de São Luís: a legalização da expropriação dos territórios tradicionais

O outro ataque a esses povos e comunidades, a revisão do Plano Diretor de São Luís, também segue sendo contornado pelo movimento de reação, que se autodenomina Movimento

de Defesa da Ilha, que conseguiu a suspensão das audiências públicas e, conseqüentemente, de todo o processo. Nesse caso, o ataque se materializa na mudança da lei que poderia transformar o território das comunidades da RESEX Tauá-Mirim, atualmente zona rural, em área de uso industrial ou portuário, o que levaria os moradores dessas comunidades a acumular mais um adjetivo a eles reputado pela elite herdeira colonial, o de ilegais no seu próprio território, vez que todas as suas atividades de pesca, agricultura, extrativismo, passariam de um dia para o outro a mais completa ilegalidade, além de ficarem mais vulneráveis às ameaças e violências do par Capital-Estado.

A Política Urbana do país já vinha se desenhando em diversos instrumentos legais e foi consolidada com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), que instituiu o “Estatuto da Cidade”, à luz dos artigos 182 e 183, da Constituição Federal de 1988. Sua ementa: “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”.

Tanto na Constituição Federal, quanto na lei supramencionada, o “Plano Diretor” figura como o principal instrumento legal de planejamento urbano da cidade e, por isso mesmo, ele deveria ser elaborado com a participação efetiva dos moradores da cidade e, somente depois, aprovado pela Câmara Municipal, as demais legislações municipais específicas, a exemplo daquelas que regulam o “parcelamento, uso e ocupação do solo” e a que ordena o “zoneamento ambiental” (BRASIL, 2001, p. 20), figuram como complementares ao Plano Diretor, cujas diretrizes devem ser respeitadas pelos demais instrumentos normativos municipais.

Como afirmam Espírito Santo e Lopes (2006, p. 8).

Em São Luís, o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado* foi elaborado e aprovado na década de 70 para orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais e de redes de infra-estrutura - principalmente em sistema viário e habitação - financiada por programas do governo federal⁸⁴... É a partir deste contexto que se deve entender a aprovação, em 1992, do novo Plano Diretor de São Luís e suas Leis Complementares, e a preparação de um conjunto de projetos, de incidência local, com impactos sobre a capital (destaques presentes no original).

Nessa direção, o primeiro ensaio de ordenamento urbano para São Luís, com o seu respectivo zoneamento do uso e ocupação do solo, coincidência ou não, remonta à década de 1970, exatamente quando a “ponte da esperança”, do, então, governador Sarney, abria para a especulação fundiária a “nova cidade” na Ponta do São Francisco e adjacências, como também é contemporâneo da construção da Barragem do Bacanga e do Porto do Itaqui que facilitavam o avanço do capital contra as comunidades rurais, na outra banda da Ilha. Pelo que, desde esse

⁸⁴ É conveniente lembrar que à época tratava-se do governo de exceção empresarial-militar.

primeiro plano, o que se viu foi o avanço do par Capital-Estado, via projetos urbanos e industriais, sobre os territórios rurais e urbanos dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, os escravos da república.

Foi na elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1970), que resultaria posteriormente no primeiro Plano Diretor da cidade em 1974, que se estabeleceram efetivamente as normas de uso e padrões de ocupação para esta área industrial. Assim o Distrito Industrial, implantado em 1974, ocupou grande parte da área de abrangência dos decretos que a delimitavam, inclusive em área com características rurais (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 78).

De lá para cá as sucessivas revisões do Plano Diretor, bem como das suas leis complementares, (lei 3.252, de 29 de dezembro de 1992, que “dispõe sobre a instituição do plano diretor do município de São Luís, e dá outras providências”; lei 3.253, de 29 de dezembro de 1992, que “dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências”; Lei nº 4548 de 09 de dezembro de 2005, altera a lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992; lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006, que “dispõe sobre o plano diretor do município de São Luís e dá outras providências”) investiram contra as áreas rurais, diminuindo, ano a ano, os territórios das comunidades tradicionais, notadamente às de ancestralidade indígena e/ou africana, que mantiveram suas vivências vinculadas ao uso direto da terra e dos sistemas ecológicos naturais.

Para se ter ideia da concentração fundiária e do avanço permanente sobre os territórios tradicionais, Marques (1996, p. 62) já assim escrevia:

A sociedade brasileira desenvolveu-se sob um sistema de concentração de terras desde a época colonial... esta conjuntura não mudou, e atualmente, 44% das terras aráveis pertencem a 1% dos proprietários rurais do país.

A presença do latifúndio é também um fenômeno urbano, e a situação de São Luís é uma extensão da realidade estadual. Por exemplo, nos anos 70, dos 5.300 ha (hectares) de terra agrícola, 3.153 há (59%) estavam em mãos de 15 proprietários (...). Por conseguinte, desde os anos 80, por volta de 15% da área total de São Luís tem sido controlada pelos dois grandes projetos supracitados (CVRD e ALUMAR).

Além disso, as informações oficiais sobre a distribuição populacional entre residentes urbanos e rurais, que apresentam maioria de população rural até 1991 (Tabela 6), divergem consideravelmente da realidade empírica largamente demonstrada em estudos como os de English (1994), Gistelinck (1988), Ferreira (2014), Adriance (1996).

Tabela 6 - População residente São Luís/MA, de 1970 a 2010, áreas urbana e rural

	1970		1980		1991		2000		2010	
	População	%								
Total	265.486	100	449.433	100	696.371	100	870.028	100	1.014.837	100
Urbana	205.512	77,41	247.392	55,05	246.244	35,36	837.584	96,27	958.522	94,45
Rural	59.974	22,59	202.041	44,95	450.127	64,64	32.444	3,73	56.315	5,55

Fonte: Censo Demográfico IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)⁸⁵. Adaptada pelo autor.

Foram exatamente com o Plano Diretor (Lei 3.252) e com a lei de zoneamento, uso e ocupação do solo (Lei 3.253), ambas de 29 de dezembro 1992, que se legalizaram as mudanças de avanço sobre os territórios rurais. Pelos dados do IBGE (Tabela 6, acima) podemos nitidamente observar que o senso de 1991 ainda apresentou a população majoritariamente rural (64,64% do total), sendo que os dados do senso seguinte, 2000, mostraram uma drástica diminuição dessa população rural (3,73%). Mesmo admitindo e considerando incongruências e defasagens nos dados, ainda assim podemos ter uma ideia da rápida e violenta expropriação das terras desses povos e comunidades tradicionais em São Luís.

Foi nesse período, do final da década de 1960 indo até a de 1990, que “o poder público local [de São Luís] disponibilizou à venda grande parte do seu estoque de terras, num curto espaço de tempo, e hoje possui apenas 2% do total. Consequentemente, perdeu este estratégico instrumento de desenvolvimento urbano” (MARQUES, 1996, p. 67).

Nesse sentido, Adriance (1996, p. 83) descreve a preocupação das comunidades que vem reiteradamente perdendo seus territórios:

Um dos problemas que se discutiam naquela época [décadas de 1960 e 1970] era o desaparecimento de terras disponíveis. Cada vez mais áreas de terras devolutas vinham sendo tomadas por grileiros e cercas de arame começavam a aparecer ao redor das áreas às quais os posseiros tinham acesso anteriormente. Sabia-se também de planos do governo para converter uma porção do interior da ilha no cinturão industrial do Maranhão.

Seguindo esta lógica de controle e gestão do território e da população, em agosto de 2015, com uma série de quinze audiências públicas, com a suposta finalidade de consultar a população, a prefeitura de São Luís pretendia realizar revisão parcial do Plano Diretor da Cidade. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, pretendia realizar também a revisão completa da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. O documento que subsidiou as discussões foi a “Minuta de anteprojeto de lei: estabelece normas para o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo no município de São Luís”, o qual prevê, dentre outras mudanças, o aumento do gabarito das edificações fazendo com que os prédios comerciais e

⁸⁵ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>. Acesso em: 06 dez. 2016.

residenciais possam atingir até 31 andares em algumas áreas da cidade; a ampliação dos tipos de uso e das áreas destinadas a indústria, o que acarretaria fatalmente no aumento de emissão de poluentes na atmosfera, nas águas e nas florestas; o estabelecimento de zonas portuárias e de retroporto, legalizando ações em andamento, como a tentativa de construção do Porto da WPR/WTorre na comunidade Cajueiro.

Desse processo, o jornal Vias de Fato fez um questionamento

É fato que o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento carecem de revisão para atender ao crescimento da cidade, que aconteceu de forma desordenada. A questão é: a quem deve atender essas alterações? A uma população carente de serviços e equipamentos urbanos básicos e de proteção ambiental, ou a um conjunto de especuladores que avalia estar perdendo dinheiro e que é preciso avançar sobre as reservas ambientais da Ilha e concentrar a população ainda mais em grandes torres sem serviços urbanos ao redor? (Plano Diretor de São Luís e suas Audiências nada Públicas, Vias de Fato, Ano 5, nº 60, p. 6-7, ago. 2015).

Do mesmo Jornal temos que:

“Isso aqui já está atrasado. Estou perdendo dinheiro com essa demora”. A frase, dita por um dos engratados que no dia 18 de junho assistia a uma prévia do que seriam as audiências públicas para a revisão da Lei de zoneamento, uso e ocupação do solo e do Plano Diretor de São Luís é emblemática da parcela que espera se beneficiar com a alteração dessas importantes leis (Plano Diretor de São Luís e suas Audiências nada Públicas, Vias de Fato, Ano 5, nº 60, p. 6-7, ago. 2015).

Guilherme Zagallo (2015, p. 5) em entrevista ao Jornal Vias de Fato enfatiza que:

Sem querer ser leviano, acho que os principais beneficiários da proposta apresentada pela Prefeitura são as indústrias e as empresas de construção civil. Nas audiências já realizadas ficou evidenciado que não houve nenhuma preocupação com fatores importantes como saneamento e mobilidade urbana, por exemplo. [...] A cidade desenhada pela prefeitura com essa proposta empurrará a população pobre cada vez mais para bairros da periferia, com pouca ou nenhuma infraestrutura. [...] A cidade não existe apenas para que uma pequena casta ganhe dinheiro, mas para que todos nela vivam com dignidade.

E em reunião no Ministério Público Federal, Zagallo concluiu que:

Se a leitura feita pela Prefeitura e pelo INCID⁸⁶ estiver certa, que se pode aumentar o gabarito dos prédios, a extensão e tipos das indústrias, a diminuição da área rural, então só falta a Prefeitura completar seu trabalho, propondo um plano de evacuação da cidade, sim, porque vai ficar inviável viver em uma cidade com essas características e esses índices de poluentes (informação verbal, anotado no Caderno de Campo⁸⁷).

Após muita mobilização e participação efetiva da população e dos movimentos sociais urbanos e rurais nas audiências públicas e formalização de denúncias via CPT, o Ministério Público Federal no Maranhão (MPF-MA) e o Ministério Público Estadual (MPE-MA) recomendaram a suspensão de todo o processo (MENDONÇA; MARINHO, 2016).

⁸⁶ INCID (Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural).

⁸⁷ Guilherme Zagallo, em reunião do dia 29 set. 2015, no Ministério Público Federal do Maranhão (MPF-MA).

A revisão do Plano Diretor de São Luís está sendo interpretada pela maioria das lideranças das comunidades da área rural, diretamente afetadas, pelos movimentos sociais, por vários pesquisadores e intelectuais e outros setores da sociedade que defendem o bem comum dos escravos da república como sendo mais uma ação do par Capital-Estado contra a população, pelo que Mendonça e Marinho (2016, p. 88) afirmam:

O que temos é um processo longo, de décadas, que se apresenta agora como novidade. A mudança dessa lei cumpre consolidar o projeto da elite política e econômica local, coligada com grandes empresas da construção civil e de outras áreas da indústria, em exterminar os territórios rurais e criar um “ambiente de negócios” favorável aos grupos empresariais, sem qualquer cuidado com a vida das pessoas.

Esse emaranhado de situações que acoçam os escravos da república nos faz lembrar uma vez mais da fala de d. Máxima: “se não é pelo governo estadual é pelo federal, se não é pelo federal é pelo municipal, é lei de zoneamento, é plano diretor, é licenciamento de empresas, é jagunço se instalando em outra comunidade...” (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016).

Da década de 1970 para cá a Ilha Upaon-Açu presenciou uma nova onda de colonização (= modernização) imposta pelos grupos autoritários, chefiados pelos generais presidentes, quando vimos os territórios dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana sendo expropriados com o avanço do Programa Grande Carajás que consigo trouxe dois grandes empreendimentos (a ALUMAR e a Vale) que expulsaram milhares de famílias das suas terras e comprometeram a reprodução social de outras tantas; nesse mesmo diapasão os governos estadual e municipal procuraram adequar a Ilha, mediante criação ou revisão de leis, para a nova frente de colonização (= modernização), via expansão do capital industrial, financeiro e especulativo com obras de infraestrutura que beneficiaram a minoria rica e jogaram na periferia, pelas ações de deslocamentos compulsórios, as sobras humanas dos seus projetos de desenvolvimento, resultando no aumento do déficit habitacional, desemprego e supressão dos territórios tradicionais (ENGLISH, 1984; GISTELINK, 1988; FERREIRA, 2014).

As reações foram imediatas e proporcionais aos ataques, o que resultou em vitórias das comunidades como a permanência de algumas delas nos seus territórios e a garantia da sua reprodução social (ALVES, 2014).

Como vimos apontando neste trabalho, são incontáveis, diversas, criativas e vitoriosas as formas de resistências dos povos aos ataques, expropriações, violências dos colonizadores desde a emergência, a partir do século 15, da colonialidade (= modernidade). Neste último período, da década de 1970 para cá, também os escravos da república seguem resistindo na

“peleja do povo” contra as “bestas feras”. Em São Luís, neste período, as primeiras investidas da elite herdeira colonial contra seus territórios, materializadas pelo PGC e seus desdobramentos, enfrentaram diversas formas de reações, sendo as mais robustas, sistemáticas e significativas aquelas impostas pelo Comitê de Defesa da Ilha (anos 1980), Movimento Reage São Luís (iniciado em 2004) e Movimento de Defesa da Ilha (iniciado em 2014), todos eles herdeiros das lutas, do sangue, das histórias, das memórias vivas daqueles que habitavam o lugar social, econômico, político, religioso, cultural dos indígenas e negros dos primeiros tempos da colonialidade (= modernidade)⁸⁸.

Com o avanço da elite herdeira colonial sobre as vidas e os territórios das comunidades da Área Rural II de São Luís, parte Sudoeste da Ilha, estas resolveram se unir para garantia do seu território pela estratégia de criação da RESEX Tauá-Mirim, vez que seus passados, suas histórias de ancestralidade indígena e africana, a despeito de incontestes evidências, foram ignoradas e apagadas pelo Estado herdeiro colonial, estratégia que tem reunido inúmeros povos e comunidades da Ilha e do interior do Estado, além de grupos de pesquisas vinculados às universidades, ONG e setores da sociedade que lutam em defesa do bem comum das comunidades tradicionais; esta coalisão de resistência tem sido a barreira de contenção do avanço da sanha do capital representado pelas elites administradoras da “economia do bem comum”, nas esferas local, nacional e internacional.

Nesse sentido, em trabalho recente de tese intitulado: “Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na Amazônia: rupturas e continuidades no corredor Açailândia - São Luís (MA)”, o professor, do departamento de Economia da UFMA, Welbson do Vale Madeira (2015, p. 210; 218) aponta que o complexo processo em defesa das comunidades, via RESEX Tauá-Mirim, “apresenta uma perspectiva mais ampla, podendo se constituir referência para outras comunidades na Amazônia”, uma vez que ao “lutar pela criação de uma Resex [Tauá-Mirim] apontou uma alternativa a ser explorada na perspectiva de enfrentar a produção capitalista de espaço”.

Ou nas letras de fino trato poético da jovem Rafaela, moradora da comunidade Taim, que denuncia as ações, do par Capital-Estado, de espoliação dos recursos e expulsão das comunidades do território da RESEX Tauá-Mirim, dizendo: “querem nos lançar fora como se fôssemos pragas nas plantas das construções” (GEDMMA, 2014, p. 27).

⁸⁸ Sobre esses processos de resistências veja-se principalmente o trabalho do professor Elio de Jesus Pantoja Alves (2014), “Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA”.

“Nós somos tainos
somos herdade boa de onde só vem dor,
povo humilde, honrado e trabalhador,
o bem é o que nós temos para dar
quem há de me dizer quem somos?
Se nem acaso tu sabes quem és,
quem há de me dizer quem somos?
Querem nos lançar fora como se fossemos
pragas nas plantas das construções,
quem há de me dizer quem
somos? Se nem acaso tu sabes.”
(Rafaela de Sousa Mesquita)

Decerto que o emergir da sistematização da ancestralidade para a luta, nesse caso, pode ser observado nas memórias reconstruídas e selecionadas que circulam no e pelo imaginário coletivo das comunidades cuja função, além de amalgamar o grupo, é também demonstrar que sua existência se inscreve na história universal dos homens e tem tanta importância quanto a de qualquer outro povo ou grupo da elite que se beneficia da história, que se convencionou universal e verdadeira, vez que foi inscrita no imaginário nacional ou mundial pelos atos heroicos e destemidos dos seus guerreiros da conquista e pelas penas de cronistas, catequistas, viajantes e historiadores subjugados voluntariamente ao conquistador.

4 DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E O *CONTINUUM COLONIAL*

Como já amplamente discutido no capítulo 2, o *continuum colonial*, como conceito ou como *modus operandi*, caracteriza-se principalmente por relações assimétricas entre as elites herdeiras coloniais e indivíduos, grupos ou comunidades com menor poder político, jurídico e econômico. As características do *continuum colonial* são todas superpostas e interdependentes, geralmente ocorrem articuladas, entretanto, pela nossa incapacidade de manipular o todo social de uma só vez, para melhor compreensão e para fins esquemáticos, neste capítulo, procuramos focar as relações de colonialidade a partir da análise dos processos de deslocamentos compulsórios, que, à luz do *continuum colonial* ocorrem quando da usurpação dos territórios tradicionais, ou de uso ainda que recente por grupos de escravos da república, ao inviabilizar a reprodução social e material do grupo, mesmo permanecendo em seu território, e ao impor deslocamentos mediante reassentamento, indenizações, ou expropriação direta com uso de violência física ou simbólica empresarial e/ou estatal.

Magalhães (2007, p. 114-130) dá uma valiosa contribuição no tratamento teórico, acadêmico do termo deslocamento compulsório como categoria analítica no fazer ciência. Ao analisar diversos trabalhos sobre a temática, ela enfatiza que muitos outros termos, como “transferência” e “expropriados” (p. 121), “le transfert et reinstallation” (p.122), “assentamento” e “re-assentamento” (p. 129), “expropriação” e “migração compulsória” (p. 130) aparecem como similares ou auxiliares da compreensão dos processos de deslocamentos.

Enquanto que Carvalho Martins (2012, p. 119-120) sugere problematizar as abordagens que apresentavam os deslocamentos a partir do

acionamento das categorias *emigração* e *imigração*, dos quais derivariam outras, correlatas, como *emigrado*, *imigrado*, *imigrante*, que por si só não geravam conceitos derivados, esgotando-se em si mesmos. As análises centravam-se na identificação dos pontos de partida e de chegada e os autores não analisavam as causas e consequências das migrações.

Não sendo nossa intenção discutir mais detidamente essas noções, cabe apenas enfatizar que nossa compreensão de deslocamentos de povos, grupos, populações humanas se vincula àquelas que contestam o caráter espontâneo dos movimentos humanos. Para nossos propósitos, devemos duvidar, assim como fez Carvalho Martins (2012), da ideia corrente de que as migrações humanas são movimentos quase ou plenamente espontâneos.

Como escreveu Aguiar (2010, p. 19-20), boa parte da realidade maranhense da segunda metade do século XX era de movimento populacional, sobretudo no campo, que não tinha nada de espontâneo.

Naquela época as pessoas eram praticamente expulsas dos seus locais de origem, não só pelos entraves naturais, mais também pela própria organização agrária, onde os latifundiários detinham praticamente todas as posses [...] Homens e mulheres de diversas partes do nordeste do país viviam em situação semi-escrava, muitos sobrevivendo apenas da colheita e da quebra do coco babaçu.

E conforme constatou Ianni (1999, p. 21), “a mundialização dos mercados de produção, ou forças produtivas, tanto provoca a busca de força de trabalho barata em todos os cantos do mundo como promove migrações em todas as direções”. Essa indução ao movimento, essa provocação de migrações, nos processos globais de acumulação não podem ser compreendidas como espontâneas.

Seguindo essa perspectiva, utilizaremos as contribuições de Almeida (1996, p. 30) para nos referir ao que seria deslocamento compulsório, em nossos contextos de estudos.

[O] conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.

Os povos e grupos sociais tradicionais, sobretudo os do campo, em regra, constituem um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho), em grande medida adaptado às condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, com um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho (ALMEIDA; CUNHA, 2009; LITTLE, 2002; SANT’ANNA, 2003; ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; SÁ, 2007; ALVES; SANT’ANA JÚNIOR; MENDONÇA, 2007). Esses modos de vida são confrontados historicamente com a expansão dos projetos de desenvolvimento planejados e operados tanto pelo Estado quanto por iniciativas privadas e que resultam em fortes conflitos por controle de territórios e usos dos sistemas ecológicos que, na maioria das vezes, pode desdobrar-se em deslocamentos dos grupos locais.

As justificativas para se efetivar os deslocamentos compulsórios, sejam de povos, comunidades, grupos ou, isoladamente, de indivíduos, têm sido em favor do modelo de desenvolvimento e progresso que apresenta uma espécie de paradoxo, ainda que no discurso retórico, seria necessário excluir estes sujeitos como forma de incluí-los, como também a maneira suficiente de garantir o bem estar de todos.

Almeida (1996, p. 30) ao relatar, mais ou menos, o *modus operandi* dos agentes públicos ou privados nas ações de deslocamentos e as supostas justificativas para deslocar os sujeitos que vivem em áreas pretendidas pelos projetos de desenvolvimento, aponta como o discurso formal e hegemônico tende a naturalizar certas maneiras de sacrificar grupos, comunidades, populações em nome de um projeto “maior”:

Nas situações sociais ora privilegiadas o elemento invariante remete a aparelhos de poder específicos, quais sejam, agências chamadas de “desenvolvimento” que acionam mecanismos coercitivos, impondo aos demais o cumprimento de seus desígnios, invariavelmente apresentados como obras necessárias ao “progresso e à modernização” para melhorar as condições de vida da sociedade como um “todo”. Consoante esta mobilidade de discurso, a execução dos “projetos de infraestrutura” com o **deslocamento forçado** de “alguns” torna-se imperioso para que se possa produzir o “bem estar de todos” (presença de destaques no original).

Esta forma de “governar as populações”,⁸⁹ para atender ao projeto ambicioso do núcleo de poder político e econômico, apresenta-se como uma espécie de herança colonial.

Uma recuperação da história da antropologia, através de textos datados, focalizando tais questões, deixa entrever como etnias e populações camponesas foram compelidas ao deslocamento e efetivamente deslocadas, sobretudo nos capítulos das guerras coloniais e do imperialismo. As armadas coloniais parecem ter sido peritas em remover as populações denominadas “nativas” e “aborígenes”, assim como em limitar suas chamadas “perambulações”, mantendo-as confinadas em “áreas reservadas” ou forçando-as à fixação em domínios delimitados arbitrariamente (ALMEIDA, 1996, p. 33) (ausente de grifos no original).

Marx (1985, p. 295-296) afirma que “ali [na colônia] onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, ele procura eliminar pela força o modo de produção e apropriação baseado no trabalho próprio”. Disso, resulta que esse capitalista, (como “o sicofanta do capital, o economista político da metrópole”), “no interesse da assim chamada riqueza nacional ele procura artifícios para produzir a pobreza do povo”. Manter a massa, o povo pobre é uma das mais antigas e eficazes formas de controle, e se faz com um eficaz governo das populações.

Marx (1985, p. 298-299) ao analisar os fatores necessários para a consolidação do capitalismo nas colônias europeias entre os séculos XVI e XIX, aponta a produção de uma superpopulação como um dos mais importantes, capaz de inviabilizar o trabalho próprio. Mesmo com a injeção, pela metrópole, de trabalhadores assalariados migrantes em suas colônias, em uma realidade de muita terra sem o devido controle da elite colonial, “o trabalhador assalariado de hoje torna-se amanhã camponês ou artesão independente, economicamente autônomo” (p. 298). Segundo Marx, essa constatação de economistas e administradores nas colônias levaram-nos a sugerir medidas capazes de impedir o acesso à terra

⁸⁹ As menções à noção de “governo das populações”, nesse trabalho, referem-se a compreensão de Foucault (2008), demonstrada a seguir, que colocamos em conversa com outros autores e noções que versam sobre formas de controle das populações.

à população em geral. Portanto, é fundamental que o governo colonial adote duas medidas herdadas da metrópole e aperfeiçoadas na colônia, o governo das populações e o controle de acesso à terra, ou seja, população e território devem ser devidamente controlados e separados.

Este novo método de “governo das populações”, segundo Foucault (2008), é historicamente situado e aparece como uma síntese do processo de modernização da forma de governabilidade, que tem como base não mais o território, mas a população. E é “através de seus deslocamentos, de sua atividade, [que] a população produz efeitos econômicos específicos” (p, 288). Nesse sentido

a população aparecerá como o objetivo final do governo... qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc. E quais são os instrumentos que o governo utilizará para alcançar estes fins, que em certo sentido são imaneses à população? Campanhas, através das quais se age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeitos de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual - [...] - e o interesse geral - [...] - como interesse da população, [...] constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população (FOUCAULT, 2008, p.289) (ausente de destaques no original).

Deste novo modo de governo da população, Foucault (1979, p. 291), ainda mostra

[...] a relação histórica entre: o movimento que abala a constante da soberania colocando o problema, que se tornou central, do governo; o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo; e o movimento que isola a economia como setor específico da realidade e a economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo neste campo da realidade. São esses três movimentos - governo, população, economia política - que constituem, a partir do século XVIII, um conjunto que ainda não foi desmembrado.

Para Foucault (2008, p. 472), a partir da análise dos fenômenos naturais de que os economistas falavam, a forma de governo que toma a população como um dado natural, algo que pode ser mensurado, ordenado, classificado, aumentado, diminuído, movimentado, manipulado pelas técnicas de conhecimento, em larga medida dominadas pelo Estado e corporações privadas, tem por base o “aparecimento de uma relação entre o poder e o saber, o governo e a ciência”; e que “esse conhecimento científico é absolutamente indispensável para um bom governo”.

[...] nessa nova governamentalidade [...] a população vai aparecer como uma realidade ao mesmo tempo específica e relativa: relativa aos salários, relativa às possibilidades de trabalho, relativa aos preços, mas também específica, em dois sentidos. Primeiro a população tem suas próprias leis de transformação, de deslocamento, e é submetida a processos naturais tanto quanto a própria riqueza. A riqueza se desloca, a riqueza se transforma, a riqueza aumenta ou diminui. Pois bem, por processos que não são os mesmos mas que são do mesmo tipo ou, em todo caso, que são igualmente naturais, a

população vai se transformar, vai crescer, decrescer, se deslocar. Existe pois uma naturalidade intrínseca à população. [...] outra característica específica da população e que se produz entre cada um dos indivíduos e todos os outros toda uma série de interações, de efeitos circulares, de efeitos de difusão que fazem que haja, entre um indivíduo e todos os outros, um vínculo que não é o vínculo constituído e desejado pelo Estado, mas que é espontâneo. É essa lei da mecânica dos interesses que vai caracterizar a população (FOUCAULT, 2008, p. 472-73).

Esta nova “governamentalidade”, que considera a população e os fenômenos econômicos como naturais, irá precisar instituir “mecanismos de segurança”, que terão “como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população”, e é, justamente, “isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 474).

Considerando as técnicas de deslocamentos de pessoas, grupos, comunidades, populações como parte constituinte da ação oficial estatal sob a rubrica do governo das populações, é possível afirmar que há um plano formal de organizar a geografia onde se dão as relações sociais, de produção, de poder. E se o Estado toma como objetivo o governo das populações, então os deslocamentos compulsórios, operacionalizados pelo Estado ou cancelados por ele, de pessoas, grupos, comunidades, populações atenderiam a um plano de ordenamento da população no espaço a partir da sua classificação, estratificação, segmentação e hierarquização. O Estado seria então aquele que iria classificar quem e porque deverá e quem não deverá ser deslocado. Sendo assim, neste trabalho, a noção de Estado⁹⁰ que acionamos é aquela apresentada por Marx e Engels (2006, p. 47), em o Manifesto do Partido Comunista, quando afirmam que “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa”, e que “o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (p. 67).

Nessa mesma direção, Engels ([SD], p. 184) afirma que

[...] na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com a riqueza, ficando evidente que o Estado pode ser dito claramente tratar-se de um organismo para a proteção da classe possuidora para protegê-la contra a não possuidora. Foi assim nas classes atenienses e romanas, classificadas segundo a riqueza. Foi assim no Estado feudal da Idade Média, onde o poder político era distribuído conforme a importância da propriedade territorial. E é assim no censo eleitoral dos modernos Estados representativos.

Além disso, corroboram para aperfeiçoar nossa compreensão sobre Estado as noções erigidas pelas lideranças d. Máxima, da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA e d. Tida, da

⁹⁰ Cientes de que a teoria do Estado é uma das mais complexas e controversas no âmbito das ciências sociais e humanas, adiantamos que não é nosso interesse fazer maiores discussões sobre a matéria, mas explicitamos que nos acostamos às elaborações de Marx e Engels. Sobretudo à noção de que o Estado, em sua gênese, já emerge como a organização da classe poderosa que o fortalece, cria novos órgãos para ampliar e garantir seus direitos e privilégios (ENGELS, [SD]).

comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA. Para d. Tida “os governantes é tudo de empresa, é governo federal, é governo do estado, é do município, vereador, deputado, todo mundo, eles não dão uma palavra por nós” (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016), e para d. Máxima “o governo não tem autonomia para decidir nada, quem manda são os empresários” (D. Máxima, em entrevista concedida ao autor em 12 out. 2016). Portanto, em acordo com a filosofia política dessas intelectuais dos escravos da república, entendemos que o Estado é governado pela elite política e econômica e que esta faz uso dele para manutenção do seu poder e do avanço contra as vidas, os territórios, a produção e os recursos dos povos e comunidades e ancestralidade indígena e/ou africana.

Destarte, faz sentido quando Harvey (2011, p. 157) enfatiza a importância de se analisar o Estado moderno como uma forma territorial de organização social, ao dizer que

O surgimento do Estado moderno, por exemplo, corresponde ao surgimento do capitalismo, e foram as principais potências capitalistas que dividiram grande parte da superfície da Terra em áreas coloniais e imperiais, especialmente no período de 1870 a 1925. Estas continuam formando a base territorial do poder político organizado no mundo.

E isso cada vez mais rompe as fronteiras nacionais, em uma espécie de governo global dos interesses dos expropriadores, conforme afirma Marx (1999, p. 78) “a dominação de classe já não pode mais disfarçar-se sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado” (ausente de grifos no original).

E no Brasil contemporâneo para se ter ideia, o trabalho de Alceu Luís Castilho (2012, p. 23), “Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”, demonstra que os ocupantes de cadeiras no executivo e legislativo “em geral são muito ricos”, principalmente os suplentes de senadores. E mais, entre prefeitos, governadores, presidentes, deputados, senadores, é assustadora a quantidade de terras por eles apropriadas, “a soma desse território dos políticos [...] com projeção pouco ousada já passamos facilmente dos 11 milhões de hectares - o tamanho de Cuba ou da Bulgária” (p. 19).

Portanto, os territórios das comunidades tradicionais são cobiçados e expropriados por empresas nacionais e internacionais com a ação do poder político do Estado. Entretanto, “as empresas, em busca de mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa tal ou qual firma” (SANTOS, 2001, p.33). Assim, o lugar das comunidades da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA, interessa às empresas de logística portuária, indústria de gusa, alumínio, mineração, termelétrica; o território das comunidades Pode Ser e Salva Terra, em Bacabeira/MA, à Refinaria Premium da Petrobrás; a comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, capitula sob o avanço do complexo siderúrgico da cidade;

e Buriticupu sofreu com a expansão da grilagem e especulação de terras posta em marcha pelo par Capital-Estado.

Os territórios vividos pelos grupos sociais mais suscetíveis de deslocamentos, e seus recursos agregados, em geral, são incorporados à economia de mercado, como também as pessoas que os habitam ainda que sejam como excesso para regular os preços dos salários. Essa dicotomia entre população e território, lugar, espaço que favorece, juntamente com outros fatores, à percepção da população como um dado natural, uma variável independente, tem contribuído para fortalecer a quebra da relação das comunidades e populações tradicionais com os lugares que habitam, significam, vivem.

Vejamos, os índios desprendidos do espaço, vivendo em perambulações, foram forçados à sedentarização pelo aldeamento colonial, as comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana apegadas aos seus territórios são expulsas ou educadas para negar seu lugar; essa equação complexa: população-território, tem sido manipulada pelo par Capital-Estado, no *continuum colonial*, para atender aos interesses da elite herdeira colonial no campo e na cidade, ou seja, população e território devem ser variáveis distintas e independentes, exatamente, porque, só assim, serão unidos ou separados, de acordo com a conveniência e necessidade dos grupos de poder estatal-empresarial.

Escobar (2005) demonstra como o grosso das análises das sociedades, organizadas na lógica da globalização dos capitais, tende a subsumir o lugar e suas populações à lógica da expansão e mundialização do capital, dos mercados de bens e de trabalho, marcando uma explícita distinção entre o local e global, a sociedade e a comunidade. “O lugar e a consciência baseada no lugar têm sido marginalizados nos debates sobre o local e o global” (p. 150).

Para Escobar (2005, p. 150-51),

[...] o lugar é central no tema do desenvolvimento, da cultura e do meio ambiente, e é igualmente essencial, por outro lado, para imaginar outros contextos para pensar acerca da construção da política, do conhecimento, e da identidade. [...], a globalização, no qual o global está associado ao espaço, ao capital, à história e à ação humana, enquanto o local, contrariamente, é vinculado ao lugar, ao trabalho e às tradições, assim como sucede com as mulheres, as minorias, os pobres e poder-se-ia acrescentar, às culturas locais.

Os vínculos, de ordem material e simbólica, que os grupos locais mantêm permanentemente com o lugar, levando à criação de um sistema próprio, embora aberto, de classificação e de conhecimento, nos desautorizam a realizar análises considerando apenas o governo das populações, entendendo estas como um dado natural e desvinculado do território, do lugar.

O que se pretendemos, portanto, é procurar entender como se dá esta gestão das populações nos processos de territorialização. Como se pode pensar os deslocamentos compulsórios sem considerar o lugar, os territórios de onde retiraram e para onde levaram os grupos deslocados? Por que retirar daquele lugar específico aquele grupo específico e levá-lo àquele lugar outro específico? Por que essa população específica deve ser administrada desde o deslocamento? Que forças movem esses processos?

4.1 ALTERIDADE: OU SOBRE O OUTRO NO *CONTINUUM COLONIAL*

O capitalismo não inventou o “outro”, mas por certo fez uso dele e o promoveu sob formas dotadas de um alto grau de estruturação (HARVEY, 2010, p. 101).

Uma hipótese é que os processos de deslocamentos compulsórios atuais são, em grande medida, continuidade do *modus operandi* colonial, que tem como base a classificação e hierarquização da população em grupos subalternizados, que estariam à disposição do uso, de si e de seus recursos materiais e simbólicos pela elite herdeira colonial. Embora com perspectivas e abordagens distintas, Almeida (1996), Foucault (1999) e Elias e Scotson (2000), Harvey (2010, 2011, 2012a, 2012b) apontam para aquilo que Quijano (2005, p. 229) chama de “novas maneiras de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”.

Para Quijano (2005, p. 228-29), a base de dominação do poder colonial foi, e ainda é, o racismo.

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia [de raça], produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. [...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Nessa mesma direção, Parron (2008, p. 24), ao analisar as “Cartas a favor da escravidão”, de José de Alencar, o mestiço que busca justificar a escravidão negra no Brasil, “à maneira da maioria dos estadistas brasileiros do XIX”, afirma que

O próprio vocábulo raça, que reincide no texto, se refere imprecisamente a agrupamentos de humanos, definidos ora conforme a nacionalidade e a geografia, ora conforme a cultura, a cor de pele e as convicções morais. É esse conceito clássico de raça que permite conceber a escravidão como instituição aplicável a todos os povos

(a não só aos negros) e, nos tempos modernos, como estágio social propedêutico, em que o povo dominado se preparava para o exercício competente da liberdade futura.

Seria dessa compreensão de raça e de escravidão que o prestigioso escritor brasileiro cunhou a sentença “a África civiliza a América” (p. 25), na perspectiva de que o africano escravizado salvaria a sociedade colonial indígena indolente e autofágica.

Essa classificação racial hierarquizada da população tem justificado a ação do Estado nos tratamentos distintos dados à diversidade étnica desde a colonização. Foucault (1999, p. 307) afirma que “o racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador”.

Foucault (1999, p. 306) ainda enfatiza que:

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. [...] A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. [...] a importância vital - do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. [...] É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.

Podemos inferir que “os procedimentos administrativos naturalizados pelo poder das concepções colonialistas [...] que não se constituíram em monopólio tão somente de conhecimentos produzidos em instituições militares [...], representam produtos de formas econômicas” (ALMEIDA, 1996, p. 33), e que para justificar as ações de deslocamentos compulsórios que geram “a erosão de culturas minoritárias, o estabelecimento de sistemas econômicos baseados no trabalho servil, migratório e em salários deprimidos”, são ações que se efetivam a partir da “função assassina do Estado”.

A classificação e hierarquização de indivíduos, grupos e comunidades para fins de exploração e expropriação tem, ao longo de séculos de colonização, consolidado uma certa geografia da exclusão, como afirma Jean-Pierre Leroy, no prefácio da obra: “Racismo Ambiental: I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental”: “pobres atraem empreendimentos sujos e perigosos, que atraem mais empreendimentos do mesmo tipo, que atraem mais pobres. Se vêm assim formadas verdadeiras ‘Zonas de Sacrifício’” (LEROY, 2006, p. 8).

Leroy (2006, p. 8), mostra como a formação dessas Zonas de Sacrifício constitui-se um processo histórico que remonta aos tempos da colônia formal portuguesa⁹¹ no Brasil, o que

⁹¹ Considerando que a historiografia mais recente tende a referir-se a esse período como América portuguesa. Quando nos referimos ao período formal histórico da colônia portuguesa que mais tarde será o Brasil Império, utilizando a nomenclatura “Brasil Colônia”, o fazemos para ampliar e facilitar o entendimento para os diversos leitores (a exemplo da opção de Alencastro, 2000). Até porque, “Brasil, Terra de Santa Cruz, Terra dos Papagaios,

nos auxilia uma vez mais em nossas formulações da noção de *continuum colonial*, via gestão das populações pelo par Capital-Estado.

Aí está a “célula tronco” formadora do lado sombrio da sociedade brasileira e que vai se reproduzindo até hoje: uma profunda desigualdade que nasce no tratamento dado aos povos indígenas e aos negros nos tempos do Brasil Colônia, que continua com a mundialização do mercado, uma desigualdade com tintas de racismo.

Para Herculano e Pacheco (2006, p. 21) o mesmo racismo que classifica e inferioriza, é uma espécie de:

“pré-conceito”, isto é, um juízo antecipado, pronto, fixo e negativo a respeito de alguém e que se antecipa ao encontro efetivo com essa pessoa e à tomada de contato com o que ela faz, pensa e é. Trata-se de uma pré-classificação que desqualifica e desumaniza. O racismo impede o encontro, a solidariedade, a fraternidade, a união.

Segundo estas autoras (HERCULANO; PACHECO, 2006), as compreensões mais adiantadas sobre racismo prescindem do conceito de raça, inclusive, elas lembram que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declarou que “não existem [raças]”. Os alvos do racismo podem ser indivíduos, que quase sempre são de um grupo étnico comum, ou de um território comum, que são inferiorizados, seja pela sua constituição, religião, atividade, *status*, origem. Para elas, “uma etnia é um grupo de nascimento. Etnias não se resumem a um tom de pele ou a tipos físicos, mas a uma forma de vida, sobretudo” (p. 21). E, por conseguinte, o racismo ambiental são “as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (p. 25).

Para estas autoras, a compreensão de racismo ambiental só se completa se a ela acrescentar-se a definição de “injustiça ambiental”, que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2001, p. 1) define como sendo

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (RBJA, 2001, p. 1).

E, ao contrário, por Justiça Ambiental, a RBJA (2001, p. 1) entende

o conjunto de princípios de práticas que: a) asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial, ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas, e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b) asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c) asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d) favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem

América portuguesa, ou qualquer que fosse o nome escolhido, designava uma ambivalência, mas também uma certeza: esse local nascera desempenhando o papel de um ‘outro’, fosse na sua natureza ou nos seus naturais” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 33). Enfim, esse imbróglia fica para os historiadores, nossa intenção circunscreve-se em buscar elementos que ajudem a demonstrar os nexos temporais do *continuum colonial*.

protagonistas na construção de modelos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade de seu uso.

A despeito do manifesto da RBJA ainda insistir que é possível, com controle social, domar o dragão do desenvolvimento e do progresso, posto em marcha pelo Capital-Estado, no *continuum colonial*, sua compreensão de Justiça Ambiental constitui-se uma potente chave de análise e um importante argumento nas trincheiras das lutas cotidianas dos escravos da república.

Segundo Herculano e Pacheco (2006, p. 26), o movimento por justiça ambiental teve suas primeiras expressões nas comunidades negras dos guetos dos Estados Unidos, nos anos 1980, que passaram a denunciar o quanto eram seletivamente atingidas por detritos de depósitos de lixo, por gases e outros efluentes tóxicos de indústrias localizadas em seus bairros ou nas proximidades. “[...] a disseminação da denúncia e dos debates culminou com a descoberta de que três quartos dos aterros de resíduos tóxicos da região sudeste dos Estados Unidos estavam localizados em bairros habitados por negros”. As autoras expõem uma longa lista de exemplos de situações de injustiças ambientais que ocorrem no Brasil, no México, na França. E afirmam ser:

[...] uma ilusão restringir ao sul dos Estados Unidos, aos índios da América Latina, à África devorada pela fome e pela AIDS ou aos nossos estados mais pobres a injustiça e o racismo ambientais. A atmosfera de explosão que desde meados de 2005 vem se acirrando na França e nos *banlieues* (periferia) de Paris, principalmente, revela da mesma forma a existência de franceses de segunda classe, descartáveis, sem direitos. Porque isso tudo envolve bem mais que a mera cor da pele, a religião, as tradições ou os valores culturais (HERCULANO; PACHECO, 2006, p. 27).

Em todos esses casos o Estado ou participa diretamente realizando as obras de infraestrutura, ou emitindo as licenças ambientais ou se omite em benefício do empreendedor capitalista que se instala nos territórios das comunidades expropriando suas terras ou inviabilizando sua permanência, como ocorre em Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, onde as toneladas de poluentes das siderúrgicas tornaram insuportável a permanência da comunidade no seu território (ver capítulo 5). Em nosso estudo esse é o caso que se encaixa exemplarmente em termos de racismo e injustiça ambientais pela situação de morte vivida pelos moradores, que respiram por décadas as fuligens das cinco gusarias que cercam a comunidade. Disso inferimos que os grupos sociais locais subalternizados pelo par Capital-Estado, em regra, para a elite, são demais, são sobras de um modo ou de outro, seja para o ambiente, para o mercado, para o Estado, para a sociedade.

Como afirma Bauman (2005, p. 47) “sempre há um número demasiado *deles*. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são as pessoas das quais devia haver mais”.

Para Bauman (2005, p. 54-55), esse *outro* – “eles” - é gerado pelos processos produtivos e políticos, embora nem o Estado, nem o Capital admitam suas responsabilidades em produzi-los. Esse outro sobrando, o chamado “refugo humano”, são as sobras, o refugo das economias de mercado, aqueles indivíduos que não têm mais qualquer utilidade, portanto não comportam mais nenhum sistema de produção. Por isso mesmo podem ser deslocados, assentados, asilados tantas vezes quantas forem necessárias para que se encaixem nalgum sistema produtivo, ou sejam dispensados, descartados de vez dos processos sociais, econômicos, políticos. Para ele (Bauman) “o progresso econômico... [vai] esmagando em seu caminho todas as formas de vida remanescentes que se apresentem como alternativas à sociedade de consumo” (p. 77).

Para que o Estado, em par com as corporações, justifique sua ação de morte, de assassinio dos grupos postos em deslocamento, ou em absoluta incompatibilidade com o entorno tóxico, insalubre, carece justificar, na mesma medida, a partir de uma classificação e hierarquização da população em “superiores/inferiores”, “dominantes/dominados”, “estabelecidos/outsidere”. Então, qual o elemento distintivo que atualmente o Estado utiliza para continuar a “matar”, ou “deixar morrer” certos modos de vida, certos grupos, certos indivíduos? Seria, ainda, o racismo? Qual seria o pecado original destes grupos postos ao deslocamento compulsório? Seria sua indolência em não estar diretamente ligados à lógica econômica da erosão dos sistemas ecológicos, da venda subalternizada das suas forças de trabalho?

Sobre a distinção dos grupos em relação de poder, Elias e Scotson (2000), no clássico “Os estabelecidos e os outsiders”, problematizam quais seriam os elementos que objetivam as diferenças, que justificam as posições de poder, de inferioridade e superioridade e, conseqüentemente, os estigmas e desmandos infringidos sobre os grupos inferiores pelos superiores, naquela relação.

Elias e Scotson (2000, p. 32), procuram pistas para entender o que justifica, o que objetiva as distinções feitas entre grupos, que, em tese, não teriam distinções raciais significativas, para hierarquizar em relações de poder onde um deles é subalternizado.

A aversão, desprezo ou ódio que os membros de um grupo estabelecido sentem pelos de um grupo outsider, assim como o medo de um contato mais estreito com estes últimos possa contaminá-los, não diferem nos casos em que os dois grupos são claramente distintos em sua aparência física e naqueles em que são fisicamente indistinguíveis, a ponto de os párias menos dotados de poder serem obrigados a usar uma insígnia que mostre sua identidade.

Apesar de Elias e Scotson (2000, p. 33) não compreenderem como única, ou como determinante, admitem que aspectos materiais e econômicos constituem uma fração importante na manutenção da superioridade de grupos estabelecidos.

A superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a possuem. Algumas são materiais ou econômicas. [...] a supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual - quando pende mais acentuadamente a favor do grupo estabelecido.

Esse aspecto parece fazer todo sentido no caso dos grupos postos ao deslocamento compulsório ou artificialmente fixados por aqueles que controlam o poder político e econômico. Então, a distinção seria o quantum de reservas materiais e econômicas e capital político que cada grupo possui?

Entretanto, Elias e Scotson (2000, p. 35-36) ainda nos põem a pensar mais além ao indicarem que, “a referência à cor diferente da pele e a outras características inatas ou biológicas dos grupos que são ou foram tratados como inferiores por grupos estabelecidos tem a mesma função objetivadora, nessa relação, que a referência ao estigma azul imaginário *buracumin*”⁹².

Será possível haver grupos, na relação estabelecidos/outsideiros, que realmente são “fisicamente indistinguíveis”? As marcas das condições de classe não ficam como rasuras indelévels nos corpos físicos?

Enfim, provisoriamente, impõem-se a questão: o que faz um grupo ser posto ao deslocamento compulsório, ou impedido de deslocar-se, em favor do atual modelo de desenvolvimento econômico conduzido pelos grupos de maior poder político e econômico, a elite herdeira colonial?

4.2 DESLOCAMENTOS EM FACE DE CONFLITOS AMBIENTAIS E O AVANÇO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Outro aspecto que tem aparecido de modo relevante na literatura sociológica e em nossas investigações dos processos de deslocamento compulsório é a questão ambiental, que emerge objetivada naquilo que se convencionou chamar de conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004).

⁹² Elias e Scotson (2000, p. 31-33) tomam como exemplo os *buracumin*, uma espécie de casta pária japonesa, que, segundo eles, não tendo nada que os distinguisse fisicamente dos demais que justificasse sua condição subalterna, inferior, o sistema de fofocas japonês encarregou-se de objetivar a distinção, afirmando que os *buracumin* possuíam uma coloração azulada nas axilas. Um sinal diacrítico totalmente arbitrário e artificializado.

Leite Lopes (2004, p. 34-36) utiliza-se do neologismo “ambientalização” para sugerir uma análise do processo histórico dos conflitos sociais, em que o meio ambiente apresenta-se como uma nova questão social, uma nova questão pública, política. Assim, a questão ambiental torna-se arena de reivindicações e/ou contestações pelos diferentes sujeitos e grupos sociais, constituindo-se base importante na afirmação de comportamentos e de discursos, tanto dos grupos econômicos e industriais quanto daqueles que resistem ou são incorporados na nova lógica produtiva. Em alguns casos, grupos locais acionam um discurso ambiental como estratégia para constranger ações de deslocamentos promovidas pelos patronos dos projetos industriais ou de infraestrutura.

A rigor, como já vimos, pelo uso do conceito de racismo e injustiça ambientais, há a tendência em “sobrar” as áreas de risco, com contaminação do solo, das águas ou da atmosfera para a ocupação dos grupos subalternizados, ou quando estes ocupam áreas ambientalmente saudáveis tem sido quase regra suas expulsões por empresas ou pelo Estado. Disso tem resultado vastos e diversos conflitos sociais com fortes contornos ambientais.

Os conflitos ambientais, nos quais os grupos sociais locais estão envolvidos em uma trama com os empreendedores em parceria com o Estado, são, consoante Acelrad (2004, p. 26),

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis ... decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc.

Acelrad (2004, p. 7-8) concebe que esses conflitos são decorrentes da própria existência de diferentes projetos de uso e significação dos recursos naturais:

[...] na perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada por capitais biotecnológicos etc. Por outro lado, todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se material e socialmente através das águas, do solo ou da atmosfera.

Como partimos da hipótese de que esses processos de deslocamentos compulsórios são expressões da colonialidade (= modernidade), podemos inferir que a retirada dos grupos sociais subalternizados dos seus lugares de vida habitual compõe a continuidade colonial, o

continuum colonial, de liberar insumos naturais para projetos de grupos hegemônicos em capital e política.

Nessa direção, Coronil (2005, p. 110) afirma que “desde os tempos coloniais, a ‘periferia’ tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato”, ou seja, os estoques de recursos ecológicos dos grupos tradicionais são saqueados, contemporaneamente, pelo mesmo princípio colonialista, pelos grupos de mando político e econômico que controlam a produção e circulação de mercadorias e que passa pelo controle do Estado, o controle da “economia do bem comum” (Fragoso, 2000).

Coronil (2005, p. 110) ainda acrescenta que “a exploração social é inseparável da exploração natural, de sentido distinto, mas de fundamental relevância”. Portanto, ao deslocar grupos sociais compulsoriamente, Estado e/ou capital privado, o fazem para, de um lado, liberar matéria e energia, dos territórios, para a engrenagem produtiva do grupo de poder e, de outro, dispor de força de trabalho “livre” das ditas amarras da tradição dos grupos, sejam camponeses, pescadores, indígenas, quilombolas.

Poder-se-ia afirmar que esses procedimentos capitalistas coloniais (= modernos), herdados das práticas coloniais, configuram-se no que Harvey (2012) chama de “acumulação por espoliação”. Harvey (2012, p. 127) nos lembra, informado pelos ensinamentos marxianos, que “toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais”. Em boa medida, isto é o que vem ocorrendo nos processos de instalação de empreendimentos industriais e de infraestrutura, nas últimas décadas, na Ilha do Maranhão, que expulsam as comunidades tradicionais da RESEX Tauá-Mirim, e do seu entorno, em nome de um suposto desenvolvimento, avalizado pelo Estado, notadamente nos casos de expulsão das comunidades de Vila Madureira, de Pode Ser e Salva Terra, das de Alcântara, das condições insalubres a que está submetida Piquiá de Baixo, em favor da construção de empreendimentos diversos.

Harvey (2012, p. 119;121) exemplifica situações que inspiram pensar a realidade observada nos casos ora estudados:

Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. [...].
A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação.

Uma reportagem do portal uol⁹³, do ano 2012, ilustra a contemporaneidade da face colonial do capitalismo dito moderno e os processos de acumulação por espoliação. Segundo este canal, Gina Rinehart, supostamente a mulher mais rica do mundo, teria afirmado que:

“As evidências são inquestionáveis de que a Austrália está ficando cara demais e pouco competitiva para negócios voltados à exportação”, disse Rinehart em uma rara aparição pública no Clube de Mineração de Sydney. [...] “Os africanos querem trabalhar, e seus trabalhadores desejam trabalhar por menos de US\$ 2 por dia”, disse ela. “Tais números me fazem ficar preocupada com o futuro desse país”, disse. “Estamos nos tornando uma nação de alto custo e alto risco para investimentos”.

Ainda do sítio da uol na internet:

Rinehart pediu que as mineradoras possam levar trabalhadores estrangeiros para a Austrália, e sua empresa Hancock Prospecting conseguiu aprovação, em maio, para contratar pouco mais de 1.700 funcionários de construção estrangeiros para um projeto no oeste australiano. [...] Ela também pediu ao governo que diminua o salário mínimo para atrair mais investimentos.

A exploração da força de trabalho e a expropriação dos territórios tradicionais ou camponeses são marcas que acompanham o par Empresa-Estado. Na sociedade do *continuum colonial*, em que a elite herdeira colonial continua com poder econômico e político absolutos, perduram as explorações e expropriações de que Marx (1985, p. 263) fala acerca da “acumulação primitiva”⁹⁴, quando

grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base do todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas.

A espoliação dos territórios, com os recursos naturais associados, e das condições de reprodução social e material, dos grupos tradicionais, tem sido uma prática centenária do modelo colonial. Seria essa herança que guia as ações estatais e privadas, contemporaneamente, nos procedimentos de deslocamentos de populações, sob a justificativa de desenvolvimento que beneficiaria o conjunto da sociedade?

⁹³ “Mais rica do mundo diz que salário ideal é o africano, de R\$ 4 por dia”. Disponível em: <<http://migre.me/uJfRj.jhtm>>. Acesso em: 28 dez. 2014. Também a Revista Exame publicou, em seu site, matéria sobre Gina Rinehart, com teor semelhante. Disponível em: <http://migre.me/uJfWm>. Acesso em: 21 ago. 2016.

⁹⁴ Marx (1985, p. 263) admite e faz referências às consequências econômicas do processo de grandes navegações posto em marcha a partir do século XV, embora faça sua análise direcionada ao caso inglês por entender que este “mostra-se em sua forma clássica”.

4.2.1 O governo dos povos e comunidades tradicionais no *continuum colonial*

Em grande medida, essas investidas de deslocamentos dos grupos sociais tradicionais, principalmente os do campo, para uso das suas reservas de matéria e energia e, por vezes, da sua força de trabalho liberada, geram sérias mudanças nos hábitos, costumes, modos e meios de vida daqueles que operam com lógicas de organização doméstica e da produção distintas do modelo imposto pelos empreendimentos industriais, logístico ou monocultores; processos já estudados por autores como Cândido (1987) e Gistelinck (1988).

Trabalhos como os de Diegues (1996) e Almeida e Cunha (2009), resguardadas suas diferenças de abordagens, trazem importantes contribuições para a compreensão teórica de grupos sociais identificados ou autoidentificados como tradicionais, descrevendo características que nos possibilitam utilizar teoricamente essa categoria em nossas pesquisas empíricas, para, em primeiro plano, inferirmos que, na maior parte dos casos de projetos de desenvolvimento, são esses povos e comunidades tradicionais que são deslocados compulsoriamente ou são colocadas ao dispor do deslocamento (ALMEIDA, 1996).

Como esses grupos são pressionados historicamente, com ações de espoliação territorial tanto pelo Estado, quanto por grupos privados, uma estratégia que utilizam tem sido relacionar seus modos e meios de vida com os territórios ancestralmente ocupados. Nessa direção, Almeida e Cunha (2009) mostram como vários grupos de pescadores, lavradores, seringueiros, indígenas, quilombolas passaram a reivindicar a condição de tradicionais como estratégia de garantia legal de permanência e defesa dos seus territórios e manutenção das suas práticas produtivas, culturais, sociais; podendo, também, em outras situações, servir de meios para negociar nas economias de mercado, às quais estão cada vez mais interligados, mesmo em condições desiguais, com o propósito de obter algum benefício da relação.

[...] a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a constituir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (ALMEIDA; CUNHA, 2009, p. 300).

Para este trabalho, a categoria população, comunidade ou grupo tradicional importa porque é compreendida como resultado do encontro colonial. No dizer de Almeida e Cunha (2009, p. 278) “termos como ‘índio’, ‘indígena’, ‘tribal’, ‘nativo’, ‘aborígene’ e ‘negro’ são todos criações da metrópole, são frutos do encontro colonial”. E com o contínuo das relações coloniais, postas em marcha pelos herdeiros da colônia, essa categoria passa a ser habitada por grupos descendentes, em áreas rurais ou urbanas, que têm se apossado dessas classificações,

“convertendo termos carregados de preconceitos em bandeiras mobilizadoras”, constituem-se, também, como já vimos, os escravos da república, ou seja, são aqueles grupos que ocupam, hoje, o lugar social, político, econômico que outrora ocupavam os índios reduzidos, aculturados e negros africanos escravizados.

O Caderno de Conflitos no Campo da CPT: “Conflitos no Campo, Maranhão 2015-2016: povos e comunidades camponesas em conflitos”, confirma a atualidade da pertinência das análises das condições de insegurança territorial dos escravos da república pela via da compreensão da categoria “povos e comunidades tradicionais”.

...entre o ano de 2015 e abril de 2016, registramos um total de **345** comunidades em conflito, envolvendo mais de trinta mil famílias. Os dados evidenciam que se trata predominantemente de comunidades tradicionais e, entre elas, os quilombolas correspondem a cerca de um terço do total. Fazendeiros grileiros, madeireiros, mineradoras, hidroelétricas, grandes empresas e o Estado aparecem como as categorias sociais que mais praticam violência contra o campesinato maranhense. Os dados confirmam uma tendência nacional: se no período de 2000-2007 sem-terra e assentados eram as categorias sociais mais envolvidas em conflitos, a partir de 2008, povos e populações tradicionais, com aumentos exponenciais, passam a ocupar o primeiro lugar em todos os estados da União (LAZZARIN, 2016, p. 5).

O padre Flávio Lazzarin, agente da CPT-MA, ao apresentar o Caderno de Conflitos no Maranhão 2015-2016, destacou o aumento do número de povos e comunidade tradicionais que passaram a figurar nos conflitos com o par Capital-Estado, dando substância as suas ancestralidades indígenas e/ou africanas, fazendo com que comparecesse à compreensão das suas identidades as marcas das suas histórias apagadas, afinal sem terra e assentados são seres como que a-históricos, sem lastro de memória. Então, dar substância as suas ancestralidades pela via da tradição, é o que tem figurado como estratégia de inúmeros povos e comunidades que resistem aos ataques aos seus territórios, seja pelo Estado, por empresas e pelo consórcio dos dois.

O recurso à tradição, como acionando aspectos seletivos do passado desses povos, comunidades, grupos que hoje habitam o lugar social, econômico, político, cultural do índio expropriado e do africano escravizado dos primeiros anos de colonização, pode ser compreendido como sugere Hobsbawm (1984, p. 10): “elas [as tradições] são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória”.

Nas negociações entre os grupos sociais tradicionais e o Estado, como também com gestores dos projetos de desenvolvimento, concorrem lógicas confrontantes, que podem resultar em rearranjos territoriais, mudanças nos modos e meios de vida decorrentes dos deslocamentos compulsórios para instalação dos parques industriais, campos monocultores ou bases de

infraestrutura, o que ensejam certa atualização permanente das tradições desses grupos tradicionais.

Essas negociações bastante assimétricas, de um lado grupos tradicionais e de outro Estado e/ou corporações privadas, tem resultado em avanços na garantia de direitos territoriais e manutenção das reservas de matéria e energia a essas populações, ou tem servido como forma de reservar ao capital os estoques ecológicos, temporariamente guardados por esses grupos tradicionais?

São inúmeros os casos, em todo mundo, de deslocamentos compulsórios em razão de instalação de grandes projetos de desenvolvimento, que ampliam ainda mais estes questionamentos acerca de uma suposta celebração ou invenção do “outro não (ou sub) desenvolvido”. Almeida (1996) apresenta onze casos só na Amazônia que foram objeto de estudos socioantropológicos. Mas também aponta, ao nível de exemplificação, tantos outros na América Latina, África e Ásia, todos eles, em maior ou menor grau, desencadearam transtornos de ordem social, econômica, funcional nos grupos deslocados. Almeida (1996, p. 30), ao citar estudos de Gray, mostra a violência com que esse processo se apresentou na Índia.

A crítica do projeto indiano centralizou-se na *forma como o reassentamento da população foi conduzido*, incluindo acusações de crueldade para com as pessoas transferidas do local, indenizações inadequadas, falta de cumprimento, por parte do governo indiano, da pauta do projeto do BIRD⁹⁵ e falta de fiscalização por parte do banco neste ponto.

Também no Estado do Maranhão, diversos casos empíricos de projetos de desenvolvimento podem ser consultados na literatura, os quais constatarem estratégias diversas tanto da parte do Estado e dos empreendedores em consolidar seus planos, como dos grupos locais que resistem ou negociam como se darão os deslocamentos e as conseqüentes perdas territoriais e ecológicas. Os deslocamentos de quilombolas em Alcântara para construção do Centro de Lançamento da Alcântara (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; ALMEIDA, 2006); de diversos grupos sociais para construção da infraestrutura ferroviária e portuária e das fábricas da Vale e ALUMAR em São Luís (GISTELINCK, 1988; FERREIRA, 1997; ADRIANCE, 1996); dos moradores de Vila Madureira, para construção da UTE Itaquí (GEDMMA, 2009; PEREIRA, 2010); dos conflitos e deslocamentos de povoados em Bacabeira para construção da Refinaria Premium I da Petrobrás (SANT’ANA JÚNIOR ET AL., 2012; MENDONÇA; RABELO, 2010), figuram como situações incontestes da ação do par Capital-Estado no *continuum colonial*, mas que tem sofrido a sistemática e imediata reação dos grupos afetados, os escravos da república.

⁹⁵ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

4.3 COLONIALISMO INTERNO: A EXPRESSÃO DA COLONIALIDADE (= MODERNIDADE) NO ESTADO DO MARANHÃO

Os casos de expropriação das terras de comunidades tradicionais, da expulsão de camponeses e da sua conseqüente exposição ao deslocamento compulsório, além da exploração dos trabalhadores, nas fases iniciais da instalação dos empreendimentos públicos e/ou privados, em postos de trabalho temporários e mal remunerados se enquadram, em alguma medida, naquilo que Yves Chaloult (1978), em “Estado, acumulação e colonialismo interno”, ou Mignolo (2005) chamam de *colonialismo interno*. Afirmamos que se enquadram em alguma medida, em razão de que atualmente temos mais condições de afirmar que esse colonialismo interno jamais configura-se totalmente interno, os capitais, investidores internacionais sempre, de algum modo, estiveram envolvidos nas tramas, embora agora possamos perceber mais intensivamente.

Chaloult (1978, p. 36-37) ao fazer uma extensa revisão do conceito de colonialismo interno percebeu o quanto ele pode ser perfeitamente utilizado na realidade brasileira. Demonstra como ocorreu o longo processo histórico da transição do colonialismo para o colonialismo interno. Afirmar que “o sistema colonial moderno amadureceu no fim do século XIX em conseqüência da mudança do capitalismo de competição livre para o capitalismo de monopólio” (p. 37), e que os fatores econômicos cingidos aos políticos são cruciais na identificação do colonialismo interno; conclui que “essas dimensões ilustram como se alterou a dinâmica da situação colonial. Essa mudança inclui a internalização dos canais de poder, preservando a estrutura das relações de dependência” (p. 37).

Para Mignolo (2005, p. 85) o colonialismo interno tem como base a diferença colonial, sendo que “a diferença colonial transformou-se e reproduziu-se no período nacional, passando a ser chamada de “colonialismo interno”. Ele diz que “o colonialismo interno é, assim, a diferença colonial exercida pelos líderes da construção nacional” e ainda acrescenta que “este aspecto da consciência crioula branca é o que transformou o imaginário do mundo moderno/colonial e estabeleceu as bases do colonialismo interno”⁹⁶. Em outro trabalho, Mignolo (2008, p. 299) fala “de trezentos anos (aproximadamente) de regras coloniais diretas e de duzentos anos (aproximadamente) de colonialismo interno (ou seja, da elite crioula / mestiça da pós-independência)”.

⁹⁶ “A consciência crioula negra, contrária à consciência crioula branca (anglo-saxã ou ibérica), não era a consciência herdeira dos colonizadores e emigrados, e sim a herdeira da escravidão” (MIGNOLO, 2005, p. 85).

Nossa história recente segue exaltando o bandeirante e o pioneiro, o desbravador de *novos mundos* no território nacional. Juscelino Kubitschek (JK), o presidente conhecido por erguer a nova capital do país no “meio do nada” e no centro do mapa, sempre foi um admirador dos espíritos desbravadores. Podemos perceber as nuances do colonialismo interno na ambiciosa obra de construção de Brasília e da BR-010, a Belém-Brasília. Mas JK não estava só, muitos bandeirantes e pioneiros se enfileiraram na missão de *descobrir* o Brasil, compreendido por eles como ainda selvagem e incivilizado. A figura mais proeminente fora Bernardo Sayão, a quem foi dada a *missão* de construir a BR-10, sobre o qual JK, entusiasticamente, afirma:

Bernardo Sayão era inquieto como qualquer bandeirante. Mas acusava o ânimo de permanência do pioneiro. A missão que pretendia entregar-lhe seria, na realidade, um misto de descobrimento e sementeira. A selva, que se estendia entre Belém e Brasília, era misteriosa e cheia de insídia. Expedições ali haviam desaparecido. Furadores de mato, habituados aos perigos, tinham sido tragados pelo oceano verde, sem que alguém pudesse saber jamais o que lhes havia ocorrido (KUBITSCHKEK, 2000, p. 98).

Sem a pretensão de afirmar quais seriam as verdadeiras intenções dos pioneiros e bandeirantes, do presidente aos gerentes das obras, ao desbravarem o Brasil, para eles misterioso, mas é certo que a noção que tinham da Amazônia era algo enigmático, um verdadeiro vazio de gente civilizada, de cultura, de economia, de progresso, e, por isso mesmo justificável seu desbravamento, sua colonização, nos moldes imperiais, tanto é assim que JK se inspira em suas viagens ultramarinas para esboçar seu projeto de *fora e para fora*.

Durante minha excursão pelos Estados Unidos e pela Europa, antes de assumir a Presidência, sempre tive em mente uma preocupação de ordem comercial, no sentido de interessar figuras de projeção no mundo financeiro para o desenvolvimento do país. Como resultado desses entendimentos, muitas indústrias se transferiram para o Brasil, podendo citar, entre outras, as do grupo Schneider, da França, a Mercedes-Benz e a Krupp, da Alemanha, a Fiat e a Isota Frachini, da Itália. E não era só o trabalho de trazer essas firmas para o Brasil. Deveria cuidar dos seus diretores. Oferecer-lhes recepções. Mostrar-lhes o país. Convencê-los, enfim. Daí a razão por que, nas viagens que fazia pelo interior, sempre levava embaixadores, capitães de indústria, visitantes ilustres que, por acaso, se encontrassem entre nós, no momento. Ao agir assim, o que tinha em vista era mostrar-lhes as riquezas em potencial do Brasil, de forma a torná-los entusiastas do nosso desenvolvimento (ausente de destaques no original) (KUBITSCHKEK, 2000, p. 103- 104).

O projeto de colonização interna da elite brasileira tem sido pautado na manutenção da subordinação do país ao capital e ao projeto das elites internacionais, no dizer do presidente JK, não se justifica qualquer obra, intensiva em recursos econômicos, se seu objetivo não for, na mesma medida, também econômico, o discurso de desenvolvimento local, das potencialidades dos grupos sociais locais figura como mera retórica. E mesmo demonstrando muito orgulho da deferência do cacique dos índios Carajás, que teria lhe chamado de “grande chefe”, por ocasião da inauguração de Brasília, afirmara que:

A construção prévia de Brasília seria imprescindível para o êxito daquele ambicioso plano. Qualquer estrada deve ter um ponto de chegada, que justifique sua implantação. Não poderia dirigi-la para o interior, fazê-la rasgar a selva, sem um objetivo econômico. Seria insensato despende somas fabulosas apenas para se chegar a uma taba de índios (KUBITSCHEK, 2000, p. 84).

A própria construção de Brasília se deu pela ação de um bandeirante, JK, que fazendo menção à colonização do Brasil comparou sua chegada ao Planalto Central à chegada de “Tomé de Souza, governador-geral do Brasil por nomeação do Rei D. João III, o ‘Povoador’” (KUBITSCHEK, 2000, p. 467) à Bahia.

Esse fato espantoso repetiu-se no dia 2 de outubro de 1956. Não cheguei através do oceano, mas pelo ar, a bordo de um DC-3, e desembarquei igualmente, no espaço vazio - o Planalto Central -, chegando primeiro que meus governados, e construí, no cerrado, a nova capital do Brasil. No dia 21 de abril de 1960 - três anos e cinco meses depois a cidade, já em pleno funcionamento, estava inaugurada. Repetia-se, em pleno século XX, outro exemplo de precedência ontológica do Estado ao povo, muito embora o povo já existisse, mas confinado na estreita faixa litorânea, com algumas penetrações maiores na região Centro-Sul (KUBITSCHEK, 2000, p. 468).

Este modo de operar com o território e de governar a população, como vimos, é textualmente replicado da experiência colonial, são ações de verdadeiros senhores. O Estado Brasileiro reedita permanentemente o *modus operandi* colonial.

Das componentes constituintes da noção de colonialismo interno as que sobressaem entre a maioria dos seus propositores são o capitalismo e o imperialismo. Chaloult (1978, p. 43-43) destaca as contribuições de Hechter, Gunder Frank, Cis LeRoy, Johnson que, embora com abordagens distintas sobre colonialismo e colonialismo interno, convergem para compreensão de que as ações dos grupos dominantes são pautadas pelas heranças da relação colonial e que se expressam nas mudanças econômicas e culturais que favorecem, pela exploração e empobrecimento dos grupos subalternos, o desenvolvimento econômico, social, tecnológico dos grupos dominantes, sendo que “o colonialismo interno não pode ser desenvolvido fora de uma estrutura capitalista e é o produto direto do imperialismo”, como também “uma manifestação interna do sistema internacional de imperialismo” (p. 34). E referindo-se ao sociólogo colombiano, Antonio García, afirma que: “a dependência externa dos países latino-americanos levou à formação de estruturas sociais de dominação interna dentro de cada sociedade” (p.43).

Grosfoguel (2011, p. 99) localiza a existência de colonialismo tanto entre nações, o “colonialismo global”, quanto aquele no interior dos países, sejam eles centros ou periferias, o “colonialismo interno”.

existen zonas del ser y no-ser a escala global entre centros occidentalizados y periferias no-occidentales (colonialidad global) pero también existen zonas del ser y no-ser tanto en el interior de los centros metropolitanos como también dentro de las

periferias (colonialismo interno). La zona del no-ser dentro de un país sería la zona del colonialismo interno.

No caso brasileiro, Chaloult (1978), utilizando-se das concepções da teoria da dependência, sobretudo economias dependentes ou periféricas, demonstra como, a partir da herança colonial, o próprio Estado criou, historicamente, a dependência do Nordeste em relação ao Sudeste. Este autor, compreendendo a acumulação como umas das principais funções do Estado capitalista (p. 50), afirma que: “[...] o Sudeste não só influencia, mas também controla em parte o Estado que, por outro lado, gera características do colonialismo interno, expressadas através da dependência do Nordeste no Sudeste e no Estado e através de uma desigual distribuição regional de recursos” (p. 52).

Inserido neste contexto, o Estado do Maranhão passa a experimentar os resultados de uma estrutura econômica, política, social que reproduz a expropriação de terra, exploração da força de trabalho e geração de massas populacionais desempregadas, com baixa escolaridade e sem acesso a qualquer meio próprio de produção. Como também se consolida uma elite, que de posse da estrutura do Estado, fortalece “o equilíbrio da dupla exploração colonial: interna e externa” (CHALOULT, 1978, p. 40). Tratar-se-ia de uma espécie de sobreposição colonial, uma classe dominante local que, ao expropriar ou tornar-se o braço da elite expropriadora nacional ou internacional, faz coligar práticas de colonialismos, concomitantemente, internas e externas.

No Maranhão, o apego às práticas dos grupos de mando aos métodos coloniais de administrar e aos privilégios da relação colonial ficou inscritos na história. Quando o Brasil negociou sua independência, em 1822, e o filho da coroa portuguesa ganhou um império “pra chamar de seu”, a elite maranhense de então resistiu até que o governo central do novíssimo império apontasse para sua capital, São Luís, as armas do navio *Pedro I*, “sob o comando do almirante britânico lorde Cochrane”, em 26 de julho 1823, data que ficou conhecida como dia da adesão do Maranhão à Independência do Brasil (GALVES, 2008, p. 2).

Os professores Flávio Reis, de ciência política do DESOC/UFMA e Wagner Cabral da Costa, de história do DEHIS/UFMA, estudiosos da cena política maranhense apontam, em seus trabalhos uma espécie de imaginário coletivo que recorrentemente lança mão às narrativas que atualizam no discurso contemporâneo situações de mando, de acordos, de estrutura política que remontam ou atualizam as práticas coloniais.

Reis (2007, p. 49) destaca a “formação do sistema de dominação política no Maranhão”, dividindo-o em dois períodos e que emergiu na década de 1820, ainda no Brasil oficialmente colonial. Sua análise parte da polêmica da “existência de duas concentrações de

poder remanescentes da situação colonial: um centro político de natureza patrimonial e um forte poder privado” (p. 22), a chamada “oligarquia política” que perdura até nossos dias. O autor adverte que a estrutura oligárquica não deve ser “analisada como um entrave (tradicional) à expansão do Estado (moderno), pois ela faz parte da formação da estrutura nacional de dominação” (p. 23), e que “na esfera nacional, os líderes regionais estabeleciam o vínculo entre a província e o governo central, numa relação que envolvia o acesso aos cargos, o trânsito junto à burocracia dos ministérios e ocasionais auxílios financeiros” (p. 50). Qualquer semelhança com o agora é mera coincidência.

De algum modo, Reis (2007) e Costa (1997, 2001, 2002), procuram compreender a formação das oligarquias na historiografia maranhense, para melhor analisar o fenômeno que perdura no Maranhão, notadamente eles descrevem as formas de mando e de governo, do vitorinismo ao sarneísmo, como oligarquias. Durante quase um século de domínio desses grupos, um e outro tanto faziam a mediação entre as instâncias de poder local (municípios) e central (governo federal), como também mediavam os interesses privados (do empresariado), fazendo com que o Estado se convertesse “em fonte de benefícios para o setor privado, por meio de facilidades fiscais, subvenções e outros favores” (COSTA, 1997, p. 2).

Costa (2002, p. 2) descreve a passagem de um grupo oligárquico ao outro.

Hoje [2002], em pleno século XXI, vivemos em uma época que o governo estadual batizou de Novo Tempo. [...].

Até o limiar dos anos 1960, a política estadual era dominada por um outro grupo oligárquico, chefiado pelo senador Victorino Freire. Este comandava com mão de ferro o Maranhão, apoiado nos coronéis latifundiários do interior, nos grandes comerciantes e industriais, além de utilizar a máquina do governo para beneficiar seus aliados, para reprimir com imensa violência as manifestações dos trabalhadores e para praticar a fraude nas eleições, garantindo a “vitória” de seus candidatos. Este foi o tempo da Ocupação, como se dizia na época.

Nesse período, foi organizada uma ampla e heterogênea aliança política chamada Oposições Coligadas, que procurou mobilizar a população contra os desmandos do vitorinismo. Depois de muitos conflitos e embates eleitorais (com destaque para a Greve de 1951), a frente única oposicionista conseguiu eleger José Sarney ao governo do estado em 1965. A vitória das Oposições somente foi possível porque contou com o apoio decisivo da ditadura militar, que se instalara no Brasil em 1964 para reprimir as mobilizações sindicais e populares em defesa das Reformas de Base (reforma agrária, reforma educacional, reforma urbana, controle do capital estrangeiro, dentre outras). Moral da estória: o Maranhão “trocava seis por meia dúzia”, pois saía de cena a oligarquia vitorinista e começava a se formar a oligarquia Sarney, que cresceu e se fortaleceu à sombra dos militares no poder.

E como bem lembra Costa (2002, p. 1) inspirado nos sermões de padre Antônio Vieira:

As palavras do padre Antônio Vieira (no *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma*, pronunciadas no ano de 1654, no começo da conquista e da colonização portuguesa das terras do norte), de certa forma, pressagiavam uma característica das elites políticas e econômicas do Maranhão: o uso constante e sistemático da mentira e da mistificação no exercício do poder, construindo uma realidade falsa e ilusória para sustentar seus desejos de grandeza e de domínio.

A denúncia das práticas da elite herdeira colonial, denunciadas pelo religioso, no caso do Maranhão, juntadas com as demais evidências já descritas acima, corrobora nossa sustentação da tese de que se vive, em muitos aspectos, o *continuum colonial*. Aspectos que abordaremos no capítulo seguinte ao analisarmos as lutas da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, pela garantia do direito básico: a vida, frente à lampana do desenvolvimento e progresso urbano e industrial.

5 PIQUIÁ DE BAIXO: UMA RETIRADA NECESSÁRIA

Neste capítulo nosso objetivo é mostrar como podem ser compreendidos, a partir do *continuum colonial*, os dramas, as lutas, as resistências da comunidade (ou povoado, ou bairro operário) Piquiá de Baixo, localizada no município de Açailândia, no Estado do Maranhão, em razão da convivência forçada com o distrito industrial da cidade, e em consequência disso, com as toneladas de poluentes tóxicos lançados todos os dias na atmosfera, nas águas e no solo.

Imagem 3 - Piquiá de Baixo entre as chaminés das indústrias de ferro



Fonte: Soares (2015)

Eu nasci aqui no Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia interior do Maranhão e vou contar a história desse bairro. Os moradores mais antigos falam que nosso bairro era um lugar bom para morar, o solo era fértil, o ar e o rio não eram poluídos, mas tudo mudou com a chegada da siderúrgica Viena, Simasa, Fergumar, Vale do Pindaré e Gusa Nordeste, essas empresas se instalam aqui no fim da década de 80 e desde então ficou impossível morar aqui (Narração de Yasmim da Conceição, divulgada por Soares, 2015).

Piquiá de Baixo conta aproximadamente 350 famílias (1.100 pessoas) que residem em um povoado cercado por cinco indústrias siderúrgicas de ferro gusa⁹⁷, a Viena Siderúrgica S.A., a Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA), a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a Ferro

⁹⁷ Atualmente a FERGUMAR encontra-se desativada e a Gusa Nordeste e a Viena Siderúrgica foram incorporadas ao grupo Queiroz Galvão. Portanto, as siderúrgicas em operação hoje em Açailândia são a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a SIMASA e a Queiroz Galvão.

Gusa do Maranhão Ltda. (FERGUMAR) e a Gusa Nordeste S.A., além da Estrada de Ferro Carajás, do entreposto de minério da Vale S.A. e, mais recentemente, de uma fábrica de cimento e de uma aciaria.

5.1 AÇAILÂNDIA, MARANHÃO, BRASIL

Para entendimento da realidade vivida por Piquiá de Baixo, carecemos, antes, situá-la em um contexto mais amplo, o que nos revelará informações capazes de comprovar que a atual situação de morte desta comunidade, assim como tantas outras com características semelhantes, resulta, em larga medida, de pelo menos dois aspectos do *continuum colonial*, o governo das populações e a expropriação das terras pelo par Capital-Estado.

Segundo consta da Biblioteca Virtual do IBGE⁹⁸, o município de Açailândia derivou de um acampamento montado pelos trabalhadores da construção da BR-010, rodovia Belém-Brasília, no ano de 1958, junto a um riacho de nome Açailândia, pela predominância de palmeiras de açaí na região, o que depois nomeou o povoado, o distrito, a vila e mais tarde o município, criado pela lei estadual 4.295 de 1981, emancipado do município de Imperatriz. Os trabalhadores da rodovia perceberam que se tratava de terra com abundância de água potável e muito fértil para a agricultura, então logo montaram acampamento naquela altura.

Quanto mais as obras da rodovia avançavam mata a dentro, mais iam desvelando grupos sociais e povos originários que foram incluídos nos planos de desenvolvimento posto em marcha pelo Estado como sacrifícios do progresso, seus territórios eram tomados pelos bandeirantes e pioneiros como ocorrera em Açailândia, o próprio presidente, à época, afirmara que “na região, batizada com o nome de Açailândia, haviam sido encontrados vestígios de três tribos de índios” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 207).

Após o encontro das duas frentes de trabalho da construção da BR-010, a que partira de Belém (PA) e a que iniciara em Anápolis (GO), em 1959, no lugar sugestivamente chamado Ligação no município de Dom Eliseu (PA), a rodovia Belém - Brasília tornara-se realidade, embora até 1962 ainda se verificasse trabalhos de melhoria, adaptação e conclusão de alguns

⁹⁸ <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/acailandia.pdf>. Acessado em: 16 jun. 2016. Além das informações do IBGE, outros sítios eletrônicos, bem como em falas dos moradores de Piquiá de Baixo, a região que atualmente pertence ao município de Açailândia já era conhecida e utilizada por alguns grupos indígenas, como os Curia e Cocranum.

trechos ou pontes⁹⁹. Entretanto, é certo que com a conclusão da rodovia um dos trabalhadores, sr. João Neves de Oliveira, então conhecido como João Mariquinha, “troca de profissão” e, com a sua família, retorna ao lugar Açailândia onde se instala definitivamente.

Açailândia, atualmente, possui uma população de 109.685 habitantes, estimativa IBGE para 2015, é o quinto maior PIB do Estado com R\$ 1.578.986.000, e o quarto em renda *per capita*, com R\$ 12.865,82. Mas a cidade que gera tanta riqueza, por sua vez, gera na mesma medida, conflitos territoriais, desigualdades sociais e pobreza, que se podem observar no seu índice de “incidência de pobreza” do IBGE, que é de 58,66 %, intervalo imediatamente inferior àquele que classifica pobreza severa que é o superior a 59,17%. A cidade, segundo dados do databus, possui 8.540 famílias eletivas para acompanhamento do programa de transferência de renda do governo federal, o Bolsa Família, e, ainda, 22,9% das pessoas com 15 anos ou mais de idade são analfabetas. Estas informações¹⁰⁰, mesmo subestimadas e precárias, apontam para a comprovação da nossa proposição acima, de que o aumento da riqueza econômica em situação de coligação Estado-capital empresarial privado é proporcional ao empobrecimento da população e a precarização dos serviços públicos que deveriam ser fornecidos pelo Estado.

Figura 6 - Localização do município de Açailândia/MA



Fonte: <http://migre.me/ucevm>

Figura 5 - Traçado da BR- 01, Belém - Brasília



Fonte: <http://migre.me/uceuS>

⁹⁹ Somente entre os anos 1967 a 1970 é que a rodovia foi completamente asfaltada.

¹⁰⁰ Obtidas em: (1) PIB - Período 2010 a 2013, PDF. IBGE / IMESC (<http://migre.me/vDPM6>). (2) <http://migre.me/vDPMW>. (3) <http://migre.me/vDPNx>. (4) <http://migre.me/vDPNO>. (5) <http://migre.me/vDPOJ>. Todos acessados em: 12 jun. 2016.

5.2 O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (PGC) E O PROJETO FERRO CARAJÁS (PFC)

O Programa Grande Carajás, que completou 30 anos em 2010¹⁰¹, foi lembrado com ações de reação por parte da sociedade organizada com a realização em cinco etapas (Santa Inês/MA, Imperatriz/MA, Marabá/PA, Belém/PA e São Luís/MA) do “Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental”. A última etapa aconteceu no período de 05 a 09/05/2014, em São Luís, e reuniu mais de 1.200 participantes, entre movimentos sociais, órgãos dos governos, pesquisadores, e representantes de vários países atingidos, sobretudo, pelos impactos das atividades de mineração, com ênfase para as atividades da mineradora Vale S.A.¹⁰².

Figura 7 - Área do Programa Grande Carajás (PGC).



Fonte: Ferreira (1982, p. 32)

¹⁰¹ Tomando como base o ano do decreto de criação nº 1.813, de 24/11/1980. Mas poderíamos evocar 1984, ano da conclusão da EFC (Estrada de Ferro Carajás), ou 1979, ano do início da invasão dos territórios das comunidades tradicionais pelo PFC com a construção da EFC e das logísticas portuárias e administrativas em diversos municípios da área de abrangência do PGC.

¹⁰² Informações sobre o Seminário em: <http://www.seminariocarajas30anos.org/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

São quase incontáveis as informações sobre o PGC, que vão desde notícias em jornais impressos e eletrônicos de circulação diária, passando por material institucional, produções de povos e comunidades diretamente atingidas, até uma imensa quantidade de publicações em periódicos acadêmicos que corroboram com o programa ou que fazem uma avaliação criteriosa e crítica dos impactos nefastos nas economias e comunidades locais. Nesse emaranhado de informações destacaremos, em primeiro plano, aquelas que situam o leitor quanto à conceituação, concepção político-jurídica e objetivos formais e, em segundo, para nossos propósitos, aquelas dimensões que implicam no acirramento e aprofundamento das desigualdades e conflitos sociais ao largo de todo território atingido pelo Programa, com ênfase para o caso de Açailândia/MA.

Gistelinck (1988), ao organizar sua obra “Carajás Usinas e Favelas”, situou o PGC em um contexto propício para o avanço de uma política centralizadora capaz de ampliar e aprofundar as expropriações, explorações e exclusões existentes no Maranhão. Revela um Estado cuja base fundiária se dava na grilagem, na formação de latifúndios e de trabalhadores sem terra, denunciando a desintegração das comunidades rurais que dispersa os camponeses e os colocam à procura de novas terras livres ou submete-os ao desemprego ou aos baixos salários nas fazendas ou nas cidades, isso orquestrado por uma classe política e empresarial ávida por poder, terra e dinheiro.

O sociólogo Cândido Grzybowski (2014, p. 4), na apresentação do livro “Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado”, editado pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), enfatiza o “caráter de negócio de fora e para fora [do PGC], ditado segundo o ritmo e possibilidades de acumulação do capital, contra a própria população e o seu território”. Compreensão totalmente em acordo com Gistelinck (1988, p. 54-55), quando afirma que

A situação explosiva do continente africano, marcada por revoluções nacionalistas na década de 60¹⁰³, colocava em risco o suprimento de minérios estratégicos, como manganês, para os países desenvolvidos. As multinacionais, preocupadas em assegurar o suprimento de matéria prima, procuravam não depender de apenas uma fonte, de um país ou de um continente.

[...] Nessa perspectiva, duas empresas norteamericanas, a *Union Carbide* e a *United States Steel*, iniciaram em 1966 a prospecção mineral na Amazônia, sobretudo à procura de manganês, necessário para a fabricação de pilhas eletrolíticas e para a siderurgia.

Todo processo de identificação, prospecção e, depois, extração minerária em Carajás se deu a partir da mobilização de capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos. A

¹⁰³ Essas revoluções nacionalistas de que trata Gistelinck (1988) correspondem aos processos de lutas pela independência formal de várias colônias africanas na década de 1960, como vimos no capítulo 2 deste trabalho.

empresa estadunidense *United States Steel* que, desde o início dos anos 1949, pesquisava as riquezas do subsolo na Amazônia em busca, principalmente, de manganês, foi quem “descobriu”, em 1962, a imensa reserva de minério de ferro na Serra dos Carajás. A empresa *descobridora* ficou com 70,1% da reserva, e a então empresa pública brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹⁰⁴ seria proprietária do restante. Já em 1977, com a saída da empresa estadunidense da Amazônia Mineração S.A (AMZA), empresa criada da associação entre a CVRD e a *United States Steel*, a CVRD retomou o controle, mas não sem que o governo brasileiro comprasse seu próprio patrimônio pagando à *United States Steel* o valor de 50 milhões de dólares, sob o subterfúgio de indenização pelos investimentos realizados (GISTELINCK, 1988, p. 56).

Segundo Gistelinck (1988), a CVRD, após sua desvinculação da *United States Steel*, resolveu formular “um plano preliminar de desenvolvimento, chamado de Projeto Amazônia Oriental, um projeto voltado para a exportação e regido pelas leis econômicas do mercado mundial” (p. 58). É nesse bojo que o Projeto Ferro Carajás (PFC) teve sua implantação iniciada no ano de 1979 e “o primeiro transporte de minério realizou-se em fevereiro de 1985” (p. 75). Para ele, esse projeto constitui a “‘espinha dorsal’ do Programa Grande Carajás, compreende um sistema integrado: a mineração em Carajás, o transporte pela ferrovia de Carajás/PA à São Luís/MA numa distância de 890 Km e as instalações portuárias, administrativas, operacionais e de manutenção em São Luís” (p. 75).

Em termos institucionais, o PGC foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, em reunião do dia 19/11/1980, com o principal objetivo de exploração mineral para exportação e conseqüente aumento das divisas monetárias para o país. Foi regulamentado por decreto do presidente da República, João Figueiredo, decreto-lei nº 1.813¹⁰⁵, de 24/11/1980, com garantias de financiamentos e renúncias fiscais para os empreendimentos empresariais no âmbito do Programa. O decreto-lei nº 85.387, também de 24/11/1980, criou o Conselho Interministerial do PGC para supervisioná-lo, prevendo sua composição e competência. Já o decreto-lei nº 1825 de 22/12/1980 instituiu uma Secretaria Executiva exclusiva para o PGC.

Importa lembrar que “os decretos-leis foram editados no período imediatamente antes ou durante o recesso parlamentar e aprovado por decurso de prazo” (GISTELINCK, 1988, p. 65).

¹⁰⁴“Fundada em 1943 com o nome de Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), a empresa estatal surgiu como resultado dos Acordos de Washington do governo Vargas”. Foi privatizada no dia 06 de maio de 1997, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), processo até hoje amplamente questionado na justiça por diversas entidades da sociedade civil organizada. Em 1998 a CVRD mudou sua denominação, passando à Vale S.A., amplamente conhecida apenas como Vale (COELHO, 2014, p. 13, 18).

¹⁰⁵“Art. 1º Fica instituído regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás”.

Após todo programa montado e devidamente “legalizado” pelo governo empresarial-militar, ficava institucionalizado o saque e a expropriação dos territórios tradicionais na Amazônia Oriental e a exploração ao máximo da força de trabalho.

Para Grzybowski (2014, p. 5), o

Complexo Carajás é emblemático do modo como o mundo das grandes corporações globalizadas, a elite empresarial e até muitos grupos das classes dominantes do Brasil, respaldadas pelo governo brasileiro, veem a Amazônia. É um território a ser “colonizado” sob diversas formas, extraindo daí os enormes recursos naturais contidos, sejam minérios como ferro, alumínio, manganês, ou energia hidrelétrica ou terra fértil para agronegócio. Sempre atividades econômicas definidas fora e para fora, passando por cima da população local em nome do interesse nacional.

Estes aspectos de dupla colonização (interna/externa) do Brasil salta aos olhos quando analisamos o avanço do PFC da então CVRD, hoje Vale S.A. O projeto iniciou suas operações em 1985 transportando 35 milhões de toneladas de minério de ferro anuais; em 2011 já eram 110 milhões de toneladas/ano, e com a duplicação da EFC em curso e início das operações do Projeto S11D¹⁰⁶, serão 230 milhões de toneladas/ano (COELHO, 2014).

A criação da empresa pública CVRD e a implementação do PFC foi obra do regime político de exceção dirigido pelos militares, com o suposto propósito de gerar riqueza para o país e diminuir a sua dívida pública, o que jamais ocorrera efetivamente. Já com a redemocratização, agora com o negócio da mineração consolidado e lucrativo, chegara a hora de devolver ao controle privado, ao capital rentista nacional e estrangeiro. Ou seja, o plano de negócios dos governos brasileiro ditatorial ou em capa democrática, de esquerda ou de direita tem sido fortalecer a elite nacional e o capital internacional (ou seja, a elite herdeira colonial). Vejamos o que afirma Coelho (2014, p. 18)

Em julho de 1995 o governo federal anunciou seu interesse em vender algumas das empresas estatais. Com a mesma justificativa dos militares quando da criação do Projeto Grande Carajás de que as privatizações iriam diminuir a dívida pública, o governo FHC¹⁰⁷ implantou o Plano Nacional de Desestatização com intenção de vender, entre outras empresas públicas, a CVRD. A CVRD foi privatizada no dia 06 de maio de 1997, por meio de tal programa levado a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

[...] No entanto, assim como com os militares, a dívida pública continuou subindo. Passou de 32,84% do PIB (1997) para 39,40% (1998) e 48,50% (1999).

Não bastasse, como incentivo, e com a mesma justificativa de dinamizar a economia nacional, aumentar as divisas e gerar emprego, o governo brasileiro, segundo Coelho (2014, p.

¹⁰⁶“Na expressão do jornalista Lúcio Flávio Pinto, ‘uma nova Carajás está surgindo’. O Projeto S11D é o novo foco de atividades da Vale. Constituindo uma das maiores reservas ainda inexploradas do mundo e com pureza acima de 66,48%, o projeto S11D tem como objetivo instalar mina e usina de processamento com capacidade nominal de extrair 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro por ano” (COELHO, 2014, p. 36).

¹⁰⁷Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo, ex-presidente do Brasil, que operou várias privatizações de empresas estatais com sua política de estado mínimo de base neoliberal.

37), por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aprovou, entre 2008 e 2014, financiamentos de crédito para a mineradora de capital privado e das mais ricas do mundo, a Vale S.A., no valor de R\$ 17,382 bilhões de reais. Além disso, “o Estado brasileiro” que “se coloca como principal parceiro da Vale [...] financiará 52,3% do projeto” S11D. O Projeto S11D é a continuidade do PFC, do regime empresarial-militar em capa democrática, e toda área de abrangência do PGC, permanece como uma grande colônia da elite herdeira colonial nacional e estrangeira.

Como já vimos nos capítulos anteriores, na mesma proporção que aumentam os lucros da elite herdeira colonial, duplicam-se as expropriações, explorações e a pobreza absoluta da maior parte da sociedade. Coelho (2014, p. 103) apresenta os principais impactos nefastos do avanço das atividades minerárias na província mineral de Carajás. Ele afirma que

Tudo em Carajás é grandioso, principalmente a tragédia humana. A Serra Pelada, retirada dos garimpeiros, é hoje explorada pela Vale e pela empresa canadense Colossus. A maior floresta tropical do mundo já não existe no sudeste paraense devido ao desmatamento contínuo promovido pelo agronegócio, pelas mineradoras e pelas madeireiras. A mais rica província mineral do planeta testemunha a depleção da rica hematita, fonte da acumulação privada e da pobreza da maioria.

São crescentes os impactos negativos na organização das comunidades atingidas, na economia local, nos sistemas ecológicos.

Toda região de Carajás, que se tornou dependente do enclave econômico mineral (GARZON, 2010), padece, em maior ou menor grau, com o avanço das formas contemporâneas de colonização. Como exemplo, Coelho (2014, p. 80) demonstra que para o município de Parauapebas (criado em 1988), uma região considerada, na década de 1970, pelos planejadores do PFC um vazio humano, com o início das obras na mina e da EFC em 1979, pelo menos 14 mil trabalhadores se deslocaram em busca de empregos. Em 1991, a população, do então recém criado município, já era de 36.498 habitantes, em 2010, contava com 153.908 habitantes, crescimento superior a 400%, alcançando 166.342, no ano de 2012, e a última estimativa do IBGE previa para 2015, uma população de 189.921 habitantes.

Parauapebas, um pedaço da terra dos povos originários, os Carajás, foi invadida por grileiros, especuladores, mineradores famintos por poder, terra, dinheiro e 14 mil trabalhadores sedentos de dignidade, negada ou expropriada nos seus lugares de origem, que passam a compor força de trabalho disponível e barata, ou no dizer de Marx (1985) um faminto exército industrial de reserva. A acumulação primitiva e a por espoliação deram-se as mãos, grileiros, especuladores e mineradores cercaram as terras e aplacaram aos trabalhadores falta de trabalho próprio e mesmo de empregos. Mesmo analisando apenas Açailândia/MA e Parauapebas/PA, e inferindo para os demais municípios com histórias parecidas ao longo do corredor do PGC,

temos a dimensão de como foi a explosão populacional nas terras dos Carajás, um processo que contou com o planejamento, apoio e incentivo do Estado, uma verdadeira gestão da população sobrando, em que, desde a década de 1970 até hoje, algumas centenas de milhares de trabalhadores sem terra e sem esperança foram levados a procurar terras livres e, uma vez mais, enquadrados como reserva de força de trabalho.

Uma das tecnologias sociais mais avançadas da colonialidade (= modernidade) tem sido a gestão das populações mediante deslocamentos induzidos ou forçados de indivíduos, grupos, populações inteiras, a exemplo da escravização, do aldeamento e dos grandes projetos de desenvolvimento o PGC na Amazônia Oriental brasileira.

Os indicadores de riqueza concentrada são impressionantes, Parauapebas, nos últimos meses de 2013 e começo de 2014, superou todos os demais municípios brasileiros em volume de exportações, movimentando US\$ 7,905 bilhões, e, naquele último ano, teve o maior superávit comercial, com US\$ 7,727 bilhões (COELHO, 2014, p. 81). Na mesma medida, Parauapebas, apresenta enormes déficits sociais, apenas 8,1% das famílias são atendidas com rede de coleta de esgotos, pelo menos 50 mil pessoas vivem em ocupações irregulares com insegurança da posse (p. 84).

Frente a essas ameaças objetivas, surgem e se fortalecem os movimentos de resistência que se articulam em âmbito local, nacional e internacional. Para Coelho (2014, p. 103)

A resistência é composta por membros de movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores, quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais e urbanos, sindicatos e pequenos agricultores. É de suma importância a aliança estratégica entre atingidos e explorados, que já vem acontecendo através do MTM¹⁰⁸, da rede Justiça nos Trilhos e do MAM¹⁰⁹. O MST e a CPT também têm papel fundamental na mobilização popular.

É nesse contexto que a performance econômica positiva do município de Açailândia está diretamente relacionada com sua filiação ao PGC, no âmbito do qual se desenvolveu o PFC. Para Açailândia, a 562,4 km da capital do Estado, São Luís, o PGC reservou como plano de negócios a produção de ferro gusa, um processo com altos custos sociais e ambientais.

Conforme apreendemos de Evangelista (2008, p. 18; 45-46), as primeiras indústrias siderúrgicas implantadas no município de Açailândia foram a Viena Siderúrgica e a Companhia Vale do Pindaré, no ano 1988; nos anos seguintes foram “instaladas as empresas Gusa Nordeste, Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMASA) e Ferro Gusa do Maranhão S/A (FERGUMAR)”, transformando “uma cidade e um bairro formados a partir do deslocamento de camponeses [...],

¹⁰⁸ Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM).

¹⁰⁹ Trata-se do Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Antigo Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM).

com o advento da Estrada de Ferro Carajás, em um importante pólo industrial da Amazônia Oriental”.

Destarte, o município passa, efetivamente, a ser incorporado no plano de negócios do PGC e PFC após ter sido incluído como “beneficiário” da construção da BR - 010. Esta estrada foi idealizada e executada pelo governo de Juscelino Kubitschek como forma de integração nacional e com a concepção de que a área da região amazônica era um imenso vazio humano¹¹⁰ e rica em recursos naturais, desconsiderando as populações indígenas originárias e os camponeses ribeirinhos que aí se instalaram fugindo do avanço do latifúndio. Tanto a rodovia quanto o PGC, com o PFC e a EFC, integram o plano de colonização interna/externa do país na Amazônia Oriental.

Vejamos: a chamada “Marcha para o Oeste” (ASSELIN, 2009) se consolidava com a abertura da BR-010, a Belém-Brasília, e com o início dos primeiros projetos do PGC, principalmente a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Esses projetos rodoviários, ferroviários, portuários e de logística urbana e industrial pomposamente propagandeados pelo Estado com o objetivo de integrar e desenvolver a região da Amazônia Oriental, após três décadas conseguiram deixar os dois principais Estados envolvidos com os piores índices sociais e econômicos. É nesse cenário que Piquiá de Baixo resiste.

5.3 PIQUIÁ DE BAIXO: DESLOCADOS NO SEU PRÓPRIO LUGAR

Piquiá de Baixo, hoje, é uma comunidade/bairro industrial a 12 km da sede do município de Açailândia, que sofre com as nefastas violações de direitos por parte da cadeia da mineração instalada no seu quintal, poluição da terra, das águas, do ar, ruídos, doenças respiratórias. Enclausurado entre a EFC, a BR-222 (rodovia federal que liga Açailândia a Santa Luzia), e um complexo industrial onde operam cinco indústrias de ferro gusa, desde a década de 1980, essa comunidade faz parte de um dos capítulos mais violentos da história do estado do Maranhão, assentado na expropriação e grilagem de terras, no latifúndio, na intensiva

¹¹⁰ Juscelino KUBITSCHKEK, em *Por que construí Brasília*, escreveu: “Lançadas as bases de Brasília, era tempo de estender o olhar pelo mapa e visualizar, mais uma vez, a presença do grande cruzeiro de estradas, que faria a integração nacional. [...] quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília a Belém. Seria uma linha, rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de transformar a obsessão em realidade. Ia surgir a Belém-Brasília” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 97) (ausente de grifos no original).

extração mineral, na exploração da força de trabalho, no avanço do capital estrangeiro, na coligação do Estado com as elites locais, nacionais e internacionais (EVANGELISTA, 2008; ASSELIN, 2009; FIDH, 2012; ALMEIDA, 2012; COELHO, 2014).

Imagem 4 - Complexo Industrial de Piquiá. 1 EFC. 2 Piquiá de Baixo. 3 BR-222. 4 Indústrias de ferro gusa.



Fonte: Foto Marcelo Cruz. Adaptado pelo autor.

Piquiá vive hoje sob o modelo mundial de exploração mineral que, além de ecologicamente predatório, ao longo de décadas, ceifa vidas de comunidades tradicionais em todo o Brasil. “O sistema, que se vale de muitos incentivos fiscais e tributários, gera lucro apenas para as grandes empresas transnacionais do setor - principalmente na Amazônia. Às populações das regiões ricas em minérios sobram apenas desastres, miséria e contaminação” (INESC, 2016, s/p).

Entretanto, quando as primeiras famílias de posseiros se estabeleceram em Piquiá de Baixo, segundo recorda o sr. Joaquim, o fizeram porque encontraram áreas férteis e livres para desenvolverem suas atividades agrícolas, sendo que a sua família

[...] trabalhava de roça, a renda de vida nossa aqui era a lavoura, a gente tinha muita saúde, muita força, os matos era bom de trabalhar, aqui era só mato daqui pra Açailândia não tinha benefício de nada ... prá cá também até nesse mundão aí era só mata ... aí o povo foi chegando, *pussiando*, daí *pussiô* da beira do rio Açailândia, que é aqui o Piquiá até na cabeceira, tudo cheio de gente de um lado e outro, aí os posseiros, uns tem 200 alqueires, outros tem 30 alqueire, outros tem 20, conforme a condição da pessoa (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

Os relatos dos moradores mais antigos, a exemplo do sr. Joaquim¹¹¹, mostram que eram terras livres e que todos que chegavam à procura de terrenos férteis e com abundância de água vinham em busca de garantir sua produção de modo autônomo como camponês.

O sr. Joaquim rememora o processo de fixação da sua família naquele lugar.

Olha nós chegamos aqui, eu mais meu pai, meus irmãos em 1964, tá com 52 anos, isso aqui tudo era mato daqui para Açailândia [...] nós somos da Bahia, chegamos em 1962 em Açailândia, quando foi em 64 eles descobriram esse rio aqui, descemos pelo rio Açailândia, descobriu aqui, aí meu pai tirou essa posse aqui [...] aí nós ficamos lá em Açailândia mais vindo pra cá trabalhar, fazia uma *varedeinha*, não vinha nem animal [...] daí nós começamos fazer plantio, lavoura, daí fez estradinha que vai animal, daí os tropeiros, as tropas de burro vinha pegar a lavoura aqui, o arroz, o milho [...] quando foi em 69 chegou a Mendes Júnior com essa estrada aqui, passando aí a 222 (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

Anterior à chegada da família do sr. Joaquim aquelas terras eram de uso dos povos originários, conforme podemos perceber do trabalho de Almeida (2012, p. 100).

A região em que hoje se situa o Piquiá de Baixo até os anos 1950, de acordo com os relatos dos moradores que residem na comunidade, era conhecida apenas por grupos indígenas. Na década de 1960, em virtude do fluxo migratório para a região, a área começou a ser ocupada por camponeses que chegavam para se fixar, atraídos pela riqueza dos recursos naturais da região: terras livres e férteis, água abundante, além da coleta de frutos, a exemplo do Açaí. O nome da comunidade provém de uma árvore existente comum na região. No histórico da origem da comunidade, de seus ocupantes, de seu nome, percebe-se a relação do homem e da terra, da origem camponesa de seus moradores.

Da área de perambulação indígena à “estradinha que vai animal” dos primeiros posseiros camponeses até à abertura da BR-222, à construção da EFC da, então, CVRD, até a fixação das cinco indústrias siderúrgicas, os camponeses passaram por um longo processo de transformação dos hábitos e costumes, no dizer de Cândido (1987), de mudanças nos modos e meios de vida. São sucessivos e diferenciados processos de colonização da terra, dos recursos e dos grupos que nela vivem.

A sra. Francisca Sousa Silva, conhecida como D. Tida, 70 anos, veio do município de Barra do Corda com a família, marido e filhos, vive em Piquiá de Baixo há 35 anos, ela lembra que

Tem 35 anos que eu cheguei em Piquiá de Baixo, quando eu cheguei já tinha muitas residências, muitos moradores já moravam lá, já tinha colégio com cinco salas de aula [...] era um lugar bom pra se morar, meu marido trabalhava na agricultura, não tinha empresa, não tinha nenhuma empresa, era um lugar maravilhoso pra gente morar, um lugar calmo, as famílias tudo unidas [...] não tinha estrada, tinha uma *carroçal* que passava madeireiro que ia só até o Córrego Novo, não tinha estrada até São Luís não, não tinha essa estrada de ferro aí, também não tinha (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

¹¹¹ Sr. Joaquim Amaral de Sousa, morador de Piquiá de Baixo desde os 7 anos, hoje tem 68 anos de idade, filho do homem que primeiro teria se situado no lugar, sr. Genésio Amaral de Sousa.

São esses camponeses, vindos das mais diversas partes do país, que primeiro chegam e “amansam a terra” (SILVA, 2015), os desbravadores em busca de um lugar para produzir e viverem livres do cativo da terra.

No bojo do governo das populações, o Estado, em cooperação com as elites locais, nacional e internacional, e sob o argumento de beneficiá-las, classifica, a cada tempo e espaço, quem deve e pode permanecer ou sair do lugar. Os indígenas, camponeses, quilombolas, ao longo dos séculos, são os grupos étnicos compelidos ao deslocamento compulsório ou a uma fixação artificial para servir de força de trabalho ou tão somente para regular os preços dos salários.

Os projetos oficiais dos governos estaduais e federal, a partir da década de 1940, principalmente, teriam como objetivo “reorganizar”, no país, a relação território - população, calcados em noções de modernidade, desenvolvimento e progresso, nos termos em que abordamos nos capítulos 2 e 4. Foram inúmeros programas com a finalidade de aproximar “os homens sem terra às terras sem homens”, fruto de uma visão de vazio humano, principalmente na última fronteira, a Amazônia. Para isso, foi posto em prática um audacioso projeto nacional, que contava com apoio das mais diversas colorações políticas, de unificação de todo o território brasileiro, o que permitiria, em tese, o retorno à terra da enorme população excluída, expulsa de diversos territórios. Dessa suposta “ajuda”¹¹² aos sem terra, derivaram os projetos de rodovias, hidrovias, ferrovias que facilitariam o acesso às terras da Amazônia. Foi daí que, em grande medida, surgiu Açailândia e inúmeros povoados como Piquiá de Baixo (ASSELIN, 2009; CARNEIRO, 2013; COELHO, 2014).

Desse contexto, ao largo dos anos, Piquiá de Baixo foi sendo ilhado no longo processo de expropriação e exploração até que sua gente, seus moradores, ficassem sem função no *continuum colonial* posto em marcha pelo Estado em consórcio com a Vale, as indústrias de gusa, os especuladores e grileiros, funções que se confundem na permanente cadeia de expropriação. É nesse quadro que as 350 famílias que vivem hoje em Piquiá se mobilizam para evitar ser a vítima imolada da modernidade/colonialidade (DUSSEL, 2005).

A comunidade Piquiá de Baixo, atualmente, é reconhecida como bairro industrial, mas sem operários, são poucos os moradores efetivamente vinculados às indústrias locais. Mas

¹¹² Ajuda aqui nos termos de Gronemeyer (2000). Percebamos que esses sem terra são produto deste mesmo Estado coligado com a elite herdeira colonial, portanto é lógico que os tais programas de integração nacional teriam qualquer outra finalidade, menos a de reinserir na terra aqueles expulsos pelos que agora supostamente criariam as condições de acesso justo à terra e aos meios de trabalho próprio.

fazendo uma breve digressão podemos entender como os camponeses passaram a essa condição de operários de baixa qualificação, ou em postos de subempregos, ou desempregados.

Como vimos, ainda na década de 1960, a família do sr. Joaquim, vinda do Estado da Bahia, após se instalar em Açailândia, então o núcleo mais povoado, passa a procurar terras livres para cultivar, chegando ao que hoje é o Piquiá de Baixo em 1964. Segundo o sr. Joaquim, seu pai e os irmãos mais velhos “tiraram uma posse” e se estabeleceram, primeiramente, como local de trabalho e, posteriormente, também como lugar de moradia. Durante anos seguidos, pelas notícias de que as terras eram vastas, abundantes em água e muito férteis, várias famílias chegavam, dos mais diversos municípios e mesmo de outros estados para trabalhar na lavoura. Um elemento importante nessa história é que o sr. Genésio, pai do sr. Joaquim, dono de uma extensa faixa de terra, passa à autoridade do lugar, embora a deixasse livre para “quem quisesse trabalhar”.

O sr. Joaquim disse que o domínio da família era de uma área de 50 alqueires (cerca de 500 hectares) e boa parte dela era utilizada na produção agropecuária. E ainda acrescentou que, com a abertura da BR-222, as terras ficaram divididas.

O caso das terras que circundam o Piquiá seguiu, em menor escala, a mesma lógica da fronteira aberta pela estrada: algumas famílias mais experientes em manejo de quantidades de terras um pouco maior¹¹³ foram se aventurando e cercando áreas médias e, dependendo da percepção de cada posseiro, abria ou não sua posse para os lavradores sem terra que iam chegando.

Como a área de 500 hectares era de domínio da família Amaral de Sousa, o patriarca tratou de regularizar a documentação de propriedade, mas segundo sr. Joaquim o seu pai não incluía a “área do povoadinho”, essa área ficou livre.

A lógica da propriedade privada esteve presente desde a gênese do povoado agrícola, disso resultou que toda a área ao redor do núcleo residencial Piquiá de Baixo foi posto no sistema de mercado de terras, deixando o povoado ilhado, e as famílias que ali residiam despossuídas de terra, apenas donas da sua força de trabalho, tornando-se no dizer de Carneiro (2009, p. 33), moradores das “chamadas ‘pontas de rua’ das sedes municipais”.

Na fala de d. Tida fica evidente que as famílias de Piquiá não possuíam terras, trabalhavam naquelas cedidas pelos fazendeiros e, conforme relatou o sr. Joaquim, moravam

¹¹³ Para o tamanho das terras dos latifundiários no Brasil, e em particular no Maranhão, que vai de 100 mil e milhões de hectares (ASSELIN, 2009; ALMEIDA, 2012), essa quantidade de terra é praticamente irrisória, portanto quando nos referimos a posse da família do sr. Joaquim como sendo grande tomamos como referência o módulo rural médio das propriedades da agricultura familiar, sobretudo naquela região, que é entre 30 a 50 hectares. No capítulo 7 abordaremos essas questões relacionadas a assentamentos.

no “povoado” e, por isso mesmo, mais vulneráveis aos efeitos desagregadores da implantação das indústrias de ferro gusa.

[...] meu marido trabalhava na roça ... plantava arroz, milho, feijão, mandioca, essas coisas tudo, só que era no terreno dos fazendeiros, porque nós não tinha terra, mas era bom porque a gente tinha muita fartura, era bom. Depois das gusarias, aí eles foram comprando a terra e plantando eucalipto e acabando tudo... quando chegou a Gusa Nordeste, que ela comprou uma fazenda que tinha no fundo dos nossos quintais¹¹⁴ ... e montou a empresa dele, né? Que é a Gusa Nordeste ... a diferença que tem é só o muro ... eles passaram o muro, porque eles passaram ainda dois ou três anos usando a mesma cerca da fazenda ... era 28 famílias que moravam ligadas ao forno da gusa (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

Já na década de 1980 as terras foram vendidas e incorporadas às fazendas maiores ou revendidas para os empreendimentos industriais.

[a terra] aí é titulada, que essa terra aí era do meu pai. Ele vendeu para o fazendeiro Olindão Chaves, daí Olindão vendeu pra Rodomina, daí a Rodomina vendeu pra Gusa, mas só dali pra lá [muro que separa Piquiá da área da gusaria], prá cá não, mas nós tudo estava morando aqui ... meu irmão vendeu do outro lado pra outro fazendeiro, que é o Alberico, o Alberico vendeu pra Gusa Nordeste, mas só do muro prá lá, mas nós já tava tudo aqui ... (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

Entretanto, o sr. Joaquim afirma que sua família não sabia que a área seria usada para indústria e que iria poluir as terras, as águas e o ar, e mesmo restringir tanto o uso da terra. “As empresas chegaram aí e plantou só eucalipto... aqui não tem mais uma matinha para pessoa plantar nem um pé de milho mais...” (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

As terras do vale do rio Piquiá, em Açailândia, são reconhecidamente férteis e surpreenderam os retirantes baianos, a exemplo do sr. Joaquim que ainda hoje fala com espanto e entusiasmo das terras do Maranhão, “ô terras boas essas terras aqui do Maranhão [...] quando chegamos aqui, aqui tudo que nós plantava... o arroz, o feijão, o milho, tudo... é bom demais essas terras aqui do Maranhão” (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

A essas terras férteis onde tudo que se planta dar, no plano de desenvolvimento do Estado Brasileiro coligado com o grande capital nacional e internacional, se impôs uma vocação industrial, desconsiderando toda organização social que fora se formando ao longo das décadas em torno da agricultura. Como já mencionamos acima, trata-se, conforme expressou Grzybowski (2014, p. 4), de um “negócio de fora e para fora, ditado segundo o ritmo e possibilidades de acumulação do capital”.

¹¹⁴ Trata-se das terras do irmão do sr. Joaquim.

Uma vez definido o projeto exógeno, o modo de implementação mobiliza ações e métodos próprios da colonialidade (= modernidade), nesse caso ganham relevo a expropriação do território e o governo das populações. Ainda sob o regime empresarial-militar, as terras foram definidas como de uso industrial e a população do entorno como sem terra e desqualificada, conforme podemos observar na fala de um funcionário de nível gerencial de uma das siderúrgicas, colhida por Evangelista (2008, p. 47).

“Quando chegamos aqui precisávamos maciçamente de mão de obra, porém, aqui, os indivíduos eram analfabetos e não sabiam o ofício de operário metalúrgico, apenas com o tempo, o passar dos anos, com a introdução de alguns trabalhadores como serventes gerais, limpando o pátio das fábricas e descarregando carvão, foi que conseguiram aprender a base da metalurgia, ai transmitindo de um para o outro pouco a pouco foram sendo inseridos, mas nos primeiros anos, trazíamos de Minas Gerais e Bahia”. (Aparício, encarregado da Viena, em entrevista concedida a Evangelista, 2008, p. 47) (ausente de destaque no original).

Essa mesma percepção sobre a população local, analfabeta e desqualificada, pode ser observada ainda hoje, em um documento/exposição elaborado pela empresa Diagonal Urbana, de um estudo encomendado pela Fundação Vale, no ano de 2011, com o objetivo de apresentar “o resultado das pesquisas Censitária Socioeconômica e Qualitativa da Vocação Produtiva da Comunidade Piquiá de Baixo” (DIAGONAL URBANA; FUNDAÇÃO VALE, 2011, p. 1).

Desse trabalho, a consultoria da Funda o Vale constatou que a popula o do Piquiá de Baixo, situada em uma das áreas em que mais se gera riqueza no município de Açailândia, inclusive com a participa o direta da Vale, vive em situa o de vulnerabilidade social.

Considerando o acesso   serviços básicos de saneamento–abastecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário – **170 famílias** são classificadas como vulnerável.

São consideradas em situa o de pobreza as famílias que possuem renda mensal per capita inferior   R\$ 140,00. No Piquiá de Baixo, **102 famílias** estão em situa o de vulnerabilidade social. Cabe destacar que o dado de renda inclui o Bolsa Família que beneficia 41,5% das famílias do Piquiá, mas que, no entanto, não contribui de forma efetiva para que as famílias saiam da margem de vulnerabilidade.

Com o aumento da expectativa de vida da popula o brasileira, houve o aumento da propor o de pessoas com mais de 60 anos responsáveis pela manuten o dos domicílios, tendo a aposentadoria e a pensão como as principais fontes de renda. Com base neste indicador, **34 famílias** são vulneráveis (DIAGONAL URBANA; FUNDAÇÃO VALE, 2011, p. 19) (presença de destaques no original).

Além desses indicadores de vulnerabilidade social, acesso a saneamento e abastecimento de água, situa o de pobreza e famílias chefiadas por pessoas maiores de 60 anos, considerados pela consultoria da Funda o Vale, ainda segundo esse mesmo estudo, 20,1% dos chefes de família são analfabetos, 26,8 % têm até a 4  série do ensino fundamental e 24,4% até o 9  ano deste mesmo nível de escolaridade. Somente 19% dos chefes de família têm emprego formal, sendo que 72,3% das famílias têm renda média mensal de até um s l rio mínimo e a renda média per capita   de R\$ 220,07 reais; a insegurança da posse, ainda segundo

o estudo, atinge quase a totalidade dos moradores, sendo que “apenas 1 entrevistado declarou ter documento que comprove a propriedade” (DIAGONAL URBANA; FUNDAÇÃO VALE, 2011).

Frente aos dados gerados pela consultoria da Fundação Vale, a instalação e o modo como as empresas de mineração e siderurgia, incluindo a Vale S.A., se relacionam com a comunidade Piquiá de Baixo revela incontestemente situação de racismo ambiental. É no território das pessoas mais vulneráveis, em praticamente todos os indicadores, que o grande capital incentivado pelo Estado expõe centenas de famílias a toda sorte de poluição ambiental e discriminação social e cultural, famílias em situação de exclusão e expropriação geradas pelo mesmo par Capital-Estado.

No dizer de Acsegrad, Herculano e Pádua (2004, p. 14).

Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. Trabalhadores e população em geral estão expostos aos riscos decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico, de moradias em encostas perigosas e em beiras de cursos d'água sujeitos a enchentes, da proximidade de depósitos de lixo tóxico, ou vivendo sobre gasodutos ou sob linhas de transmissão de eletricidade. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária.

Ou, como afirma d. Aldenir, moradora do Piquiá de Baixo a quarenta anos, “aqui a gente vive porque Deus tem misericórdia... você veja só, a poluição é tão forte que até o peixe das águas ela já comeu, peixe aí nessas águas não tem, é algum perdido... essa poluição que cai aqui, nós respira ela, come ela, bebe ela” (D. Maria Aldenir, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

A certeza da primazia do poder do capital, da empresa, com a conivência do Estado, sobre a comunidade de Piquiá pode ser percebida ao largo dos anos, desde os 1980 com a instalação das primeiras indústrias siderúrgicas, até os dias atuais, tanto na fala de d. Tida, quanto na do sr. Joaquim.

Depois que a gente chegou, que passou um tempo, aí começou a chegar as empresas, as empresas começaram a chegar, começou a atingir o povo, o pessoal foi ficando desanimado [...] quando chegou a Gusa Nordeste, que ela comprou uma fazenda que tinha no fundo dos nossos quintais ... e montou a empresa deles ... eles passaram ainda dois ou três anos usando a mesma cerca da fazenda, que foi o tempo que eu sofri muito, porque tudo da empresa caía no meu quintal, a gente reclamava, mas eles achavam que eles eram poderosos, que nem eles acham até hoje ... lá da minha casa, do fundo do quintal, antes deles fazerem o muro alto eu via a corrida do ferro lá dos fundos... a corrida do ferro que vinha do forno corre igual água do brejo, do rio, é vermelhinho, eu via tudo lá de casa (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

O sr. Joaquim, ao falar da recém instalação da aciaria AVB (Aço Verde do Brasil), da empresa Gusa Nordeste S.A., revela que a empresa transporta ferro líquido a 1400° pela própria BR-222, no trecho entre Piquiá de Baixo e Piquiá de Cima, expondo toda população ao risco de acidentes fatais, para diminuir os custos de produção do “aço verde” “tem dois caminhão dia e noite aí, quando passa pela gente como aí, a pessoa falta assar o couro, *quinturão* medonho aí, se pingar um pingo no chão derrete até o asfalto, é quente, é dois caminhão que tem puxando dia e noite a aciaria é ali no Piquiá de Cima” (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

Imagem 5 - BR-222, na altura de Piquiá de Baixo. Placas indicando recusa fiscal e financiamento do Estado. E casas adjacentes ao muro da Gusa Nordeste S.A.



Fonte: Autoria própria. Trabalho de campo em: 08 mai. 2016.

Como bem lembra o sr. Joaquim, os conflitos entre os moradores de Piquiá de Baixo com as empresas de ferro gusa do entorno surgem concomitantemente à instalação do complexo industrial de base de produção do ferro gusa no âmbito do PGC em Açailândia. “[...] eles podiam ter chegado aí, via que ia atacar nós aqui com essas doenças... podia ter dito olha gente aqui vai ser perigo pra vocês, tinha indenizado a gente, a gente tinha saído... só disseram que vinha benefício, mas aqui pra nós nada, só ruindade” (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

Desde então, cada ínfima mudança na gestão, na tecnologia de controle de emissões de poluentes, ou mesmo a construção de um muro separando a indústria dos quintais dos moradores, somente se deram mediante absoluta resistência e reivindicações da comunidade.

Evidentemente a elite herdeira colonial, materializada pela Vale S.A., pelas empresas siderúrgicas, os governos municipal, estadual e federal, não se acha responsável pela situação de morte em que foram colocados os camponeses de Piquiá de Baixo, em verdade ninguém se responsabiliza, é como se o atentado contra essas vidas fosse um simples efeito colateral do desenvolvimento e do progresso, de um ato eminentemente impessoal, sem responsáveis.

Nos termos de Bauman (2005, p. 54)

...ninguém planeja as baixas colaterais do progresso econômico, e muito menos traça por antecipação a linha que divide o condenado do salvo... Ninguém dá as ordens, ninguém assume a responsabilidade... a produção de refugio humano tem todas as marcas de um tema impessoal, puramente técnico. Os principais atores desse drama são “termo de comércio”, demandas de mercado”, “pressões competitivas”, padrões de “produtividade” e “eficiência”, todos encobrando ou negando de modo explícito qualquer conexão com as intenções, a vontade, as decisões e as ações de pessoas reais, dotadas de nomes e endereços.

O drama de Piquiá de Baixo ganha notoriedade quando é percebido como caso emblemático de resistência criativa à ação de acumulação por espoliação e pela manutenção das condições de relação colonial com o centro econômico, político e social da sociedade capitalista globalizada, objetivado na luta direta contra os responsáveis pela geração da situação de morte da comunidade – Vale S.A., siderúrgicas, governos municipal, estadual, federal.

5.3.1 A luta por direitos, pela vida e contra as expressões da colonialidade (= modernidade) em Piquiá

Assim como os processos de expropriação e exploração postos em movimento pela elite herdeira colonial se globalizam, também as resistências, as pelejas, as denúncias da lubricidade e desfaçatez do núcleo colonial global, inevitavelmente, tornam-se globais (IANNI, 1992, 2000; SANTOS, 2001).

Por mais que intelectuais filiados ao e comprometidos com o modelo de exploração contemporâneo não meçam esforços, mediante todo aparato de tecnologias sociais, para falsear a realidade, classificando os eventos de atentado à vida de comunidades tradicionais invitado pelo modelo de desenvolvimento empresarial-estatal como de âmbito local, com a minimização do sentido e dos resultados nefastos à organização das comunidades, dos grupos, indivíduos vítimas do *continuum colonial* teimam e tem tido relativo êxito na contraposição ao avanço do controle nas e das últimas fronteiras livres (IANNI, 2000).

As resistências dos moradores de Piquiá de Baixo às empresas de ferro gusa, à Vale S.A e ao Estado ao longo de quase três décadas, prestam-nos como exemplares de lutas contemporâneas dos escravos da república contra o avanço das relações coloniais na sua versão capitalista flexível. Cada vez mais, os empreendimentos intensivos em terra, recursos naturais, força de trabalho barata, com financiamento público e incentivos fiscais procuram os territórios classificados pela elite herdeira colonial como atrasados e pobres.

A trajetória de resistência do povo de Piquiá de Baixo, confunde-se com as demais lutas em Açailândia, por melhoria no transporte público, no sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos, melhorias das vias de acesso aos assentamentos da agricultura familiar: são inúmeras as trincheiras.

Em Piquiá de Baixo, as resistências intensificaram-se na medida em que os moradores perceberam que as promessas das empresas que chegavam não se cumpriam.

[...] só disseram que vinha benefício, mas aqui pra nós nada, só ruindade... esperava correr muito dinheiro, dar emprego e trazer um melhoramento... antes dessas empresas chegar aí, aqui nós tínhamos muita saúde, muita força pra trabalhar, depois que essas empresas chegaram aí acabou com essa comunidade aqui, só trouxe doença... a nossa espera aqui foi errada porque não veio pra nós foi nada (Sr. Joaquim, em entrevista concedida ao autor em 09 mai. 2016).

D. Tida também relembra as expectativas frustradas dos moradores em relação à implantação das empresas guseiras.

a gente não conhecia, esse negócio de gusaria, ninguém conhecia. Eles diziam assim, os prefeitos, os vereadores diziam que não, que ia ser bom, porque ia dá muitos empregos para os pais de família, e no fim prejudicou as famílias, morreu muitas pessoas, teve muitas vítimas com câncer de pulmão, pessoas que perderam a metade da visão por causa do pó do ferro, crianças que morreu queimada, e foi tudo da gusa...

quando ela começou a fazer a terraplanagem já começou a prejudicar as famílias, porque a poeira era tão forte que entrava nas nossas casas que ninguém nem podia fazer janta, eles só trabalhavam o dia, a gente só fazia comida à noite, porque de dia não tinha quem ficasse dentro de casa, porque era muito perto... até que um dia eu disse para meu esposo: olha rapaz, quer saber de uma coisa, vamos sair daqui e vamos para o Piquiá de Cima... porque aqui nós vamos morrer todo mundo de gripe, porque a poeira aqui é muito forte. Ele disse assim: não mulher, não vamos não, porque essa empresa aí o povo tão dizendo, nós não conhecia, ninguém não tinha conhecimento, que vai fichar o povo, botar o povo para trabalhar, que tô aqui pertinho, já tô quase dentro da empresa. Aí, no fim, eles não ficharam foi ninguém... eles montaram mais uma termoelétrica... um barulho que começa a funcionar às seis horas da tarde só termina seis horas da manhã ninguém dorme de noite... agora também montaram uma fábrica de cimento, que o cimento... junta o pó do ferro, o barulho da termelétrica e o pó de cimento só Deus pra ter compaixão do povo... já saiu muita gente de lá, da rua mesmo que eu moro tem alguns que não saiu ainda, muitas casas já caíram... o pessoal foram abandonando porque não aguentaram (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

O relato da d. Tida descreve uma cena típica de terra arrasada, a herança do progresso, do desenvolvimento prometido para o povo de Piquiá de Baixo veio na forma do pior pesadelo: invasão das terras de cultivo, desemprego, poluição, doenças.

Uma das primeiras formas de resistência coletiva foi a solicitação de indenizações de 21 das 28 famílias que residem em casas adjacentes ao muro da Gusa Nordeste, primeiro diretamente à empresa, depois, em razão do insucesso, via processo judicial¹¹⁵. D. Tida reclama que a empresa, achando-se mais poderosa, comporta-se como se não tivesse que cumprir qualquer responsabilidade, até a construção do muro e o plantio de árvores para separar os quintais das casas do pátio operacional da indústria só se cumpriram após anos de muitas reivindicações e denúncias.

A história desses trinta anos de lutas e resistências de Piquiá de Baixo está inscrita, principalmente, nos corpos e espíritos de cada morador, mas também em um sem número de atos, reuniões, seminários, manifestações, peijas judicias e políticas, intercâmbios no país e no exterior, notícias dos mais diversos formatos, relatórios e perícias técnicas, nas interpretações de jornalistas, cineastas, intelectuais e nas produções artísticas. Definitivamente, não cabe em apenas um capítulo de tese¹¹⁶. Pelo que apenas pinçaremos algumas cenas que entendemos suficientes, provisoriamente, para nosso propósito de comprovação da tese de que Piquiá de Baixo resiste às investidas de ações de colonialidade (= modernidade), no *continuum colonial*.

Daremos ênfase, portanto, às primeiras ações individuais dos moradores, ao processo de organização da comunidade e formação de um arco de alianças com diversas entidades locais, nacionais e internacionais e à conseqüente passagem de caso de luta particular para uma totalidade de resistência frente ao modelo de desenvolvimento com base nas *commodities* minerais.

Alves (2014, p. 69), ao abordar o movimento de resistência à instalação de um pólo siderúrgico em São Luís entre 2003 e 2004, na ponta do PGC, no Maranhão, mobiliza um *hall* de autores, dentre eles Charles Tilly (1996, 1978) e Boltanski (1990), para compreender conceitualmente a organização e mobilização das comunidades atingidas e a articulação com várias instituições, a partir das noções de “ação coletiva”, “capacidade crítica” e “dessingularização”. Pelo que o autor sustenta o argumento de que a “perspectiva sociológica pragmatista parte do entendimento de que no cotidiano as pessoas têm a capacidade de formular

¹¹⁵Processo nº. 2305-62.2005.8.10.0022, que tramita desde 2005, na Segunda Vara Judicial de Açailândia. Decisão de primeira instância. “Do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos da parte autora, para condenar a parte ré: a) a título de dano moral [...]. b) a título de dano material, ao pagamento do valor do imóvel [...] e c) ao pagamento das custas processuais e dos honorários do advogado da parte autora”. E em maio de 2015, a Quinta Câmara Cível do TJMA, pelo Acórdão N° 165564/2015, manteve a decisão de primeira instância. Entretanto, a empresa segue questionando o método e os valores cobrados pelas famílias.

¹¹⁶Para uma compreensão mais ampla da causa de Piquiá de Baixo sugerimos, dentre outros, os trabalhos de Soares (2015), Almeida (2012), Evangelista (2008), Cancela (1992).

criticamente questões relativas às suas vidas. Assim, elas identificam problemas que devem ser solucionados”, levando essas mesmas pessoas a “dessingularizarem” as lutas, sendo que

este processo ocorre quando uma pessoa motivada por um sentimento de injustiça decide se manifestar, num primeiro momento, uma ação isolada, mas que poderá ser ampliada aos outros que podem estar passando pela mesma situação. Para isso, são necessários os “recursos críticos” que unificam as pessoas e/ou instituições mobilizadas em torno de um “bem comum” (ALVES, 2014, p. 71).

Em Piquiá de Baixo esse processo teve início com as ações isoladas de alguns moradores, a exemplo de d. Tida e do sr. Edvar Dantas.

D. Tida, tendo o fundo do terreno da sua casa estremando com a cerca da fazenda e depois com o pátio operacional da Gusa Nordeste, diversas vezes demandou, individualmente, da empresa que resolvesse o problema, construindo um muro ou indenizando sua posse, até reunir-se com os vizinhos acometidos do mesmo mal.

A gente entrou na justiça com a Gusa Nordeste, porque a gente queria que eles comprasse nossa rua de casas, porque eram 28 família que moravam ligado ao forno da gusa, aí a gente foi lá conversou com eles, pra eles comprar a casa da gente, eles prometeram que iam comprar, se a gente fizesse um orçamento, a gente fizesse a metragem das casas, frente, lateral e fundo, colocasse um preço, levasse lá para eles, que eles iam comprar aquela rua ali, pra não prejudicar a gente, a gente fez tudo isso... quando a gente entregou tudo para eles, eles olharam, ficaram calados, engavetaram pra lá, a gente ainda esperou um ano... isso tá com uns 13 anos ou mais... quando tava com um ano a gente foi lá no escritório, se juntou o pessoal da rua e foi lá, chegou lá conversamos com o chefão, o que ele respondeu pra gente foi o seguinte: olha eu não vou comprar a casa de vocês não, porque vocês botaram um preço muito alto... olha o preço que a gente pediu naquela época, 15 mil, vinte mil, o preço maior que tinha lá era de um pessoal que tinha a casa mais próxima que pediu 40 mil... aí a gente se reuniu e entrou na justiça, até hoje tá pra eles pagar a indenização, até hoje, tem 12 anos, eles nunca pagaram (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

Do mesmo modo, o sr. Edvar Dantas Cardeal, que se deslocou do estado da Bahia a procura de terras livres para exercer a agricultura, que vive em Piquiá de Baixa há 23 anos (ALMEIDA, 2012, p. 99), atualmente presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá (ACMP), iniciou, individualmente, uma luta contra as empresas em favor da vida das pessoas de Piquiá de Baixo. Ele afirma que “caminhei dois anos sozinho, não desanimando; nunca chegou o momento de eu ficar desanimado. Daria meu sangue por esse trabalho. Tinha aquela fé e pronto, ninguém tirava de mim” (entrevista publicada por ALMEIDA, 2012, p. 111). Após ter enfrentado uma situação de desrespeito por ocasião de uma reivindicação junto ao sr. Marcos Quintal, então gerente da Gusa Nordeste S.A., que teria insinuado que se a prefeitura de Açailândia concedesse o terreno para o reassentamento da comunidade, ele disponibilizaria as máquinas da empresa para retirar as casas dos moradores e levar para o lugar cedido.

O sr. Edvar narra esse episódio dizendo que:

Então eu resolvi falar com Marcos Quintal, gerente da Gusa Nordeste, aonde o paredão deles dá com os fundos das casas da gente, aí ele disse que se o prefeito conseguisse uma área para botar esse pessoal, que eles iam arrumar, ele levantou da cadeira, um jeito de levar essas casas para onde o prefeito determinasse, mas eu pude entender que era uma escavadeira pra levantar as casas da gente e levar pra lá, não tem como, não tem condição, aí a partir desse momento eu fiquei horrorizado com aquilo que eu ouvi (Edvar Dantas, em relato divulgado por SOARES, 2015).

Aquele episódio foi tão marcante para o sr. Edvar que ele repetiu inúmeras vezes, nas mais diversas situações, encontros, reuniões, audiências públicas, entrevistas, que passou a ser incorporado como uma afronta e desrespeito à própria comunidade. Na entrevista de d. Tida ela reelabora a situação e diz:

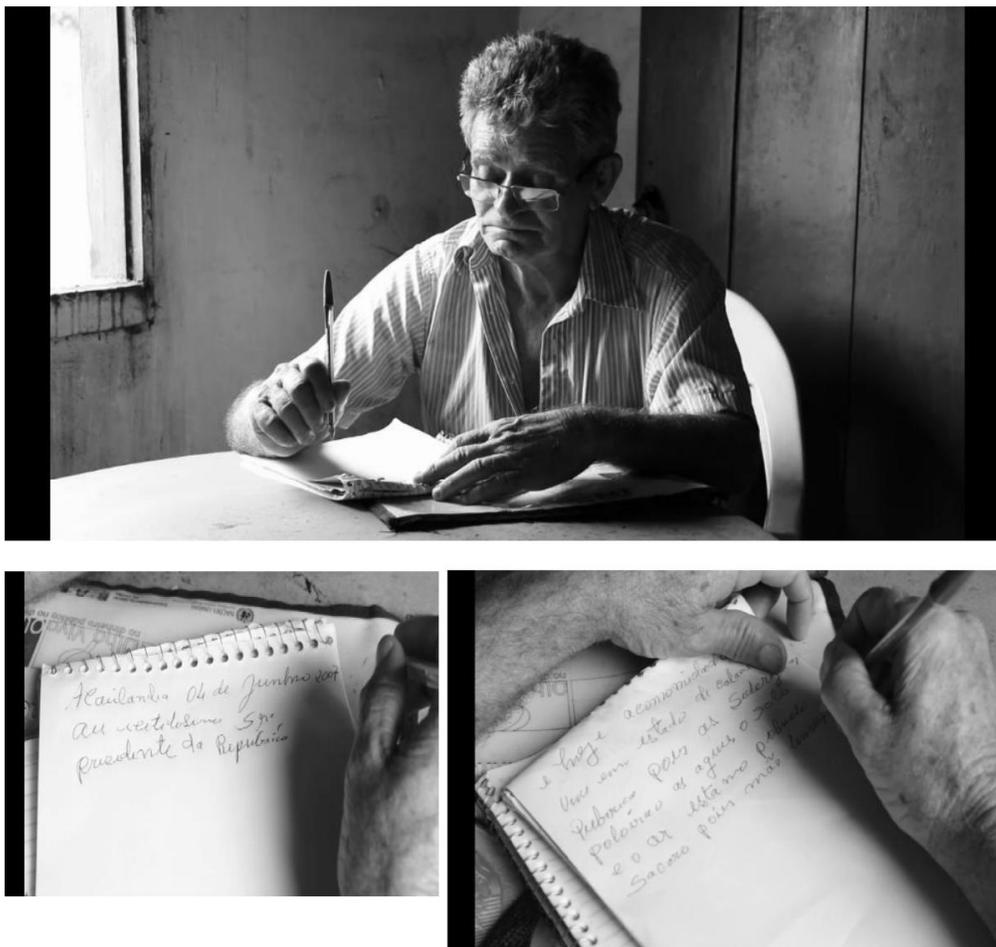
O seu Edvar, que é o presidente da Associação, ele trabalhava quase sozinho, porque a comunidade não acreditava que isso fosse em frente, mas aí um dia ele foi para a Gusa Nordeste, chegou lá conversou com o chefão, conversou toda situação, que a comunidade estava sofrendo, por causa do pó de ferro, ele sabia que aquilo ali era um produto que estava prejudicando a comunidade, ele é o dono e tinha conhecimento, e que ele estava precisando de sair dali, a comunidade estava precisando sair dali, o que eles poderiam fazer, para nos ajudar, comprar um terreno, pra tirar a gente dali. Olha o que o chefão respondeu para ele: “olha, seu Edvar o senhor já conversou com o prefeito?” Seu Edvar disse assim: “ainda não, mas eu posso conversar”. “Pois é, você vá, converse com o prefeito e mande o prefeito comprar um terreno”, veja bem, “peça para o prefeito comprar um terreno para vocês, que quando ele comprar o terreno, eu vou mandar as máquinas da empresa... meter a máquina no chão, carregar as casas de vocês e colocar lá nesse terreno...” ele saiu de lá chorando com a resposta deles, a resposta foi essa e pronto acabou... deu as costas e foi trabalhar (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

Após esse acontecimento, o sr. Edvar toma dois caminhos, uma atitude ainda individual, escrever uma carta para o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e efetivar a organização da comunidade na Associação Comunitária dos Moradores de Pequiá (ACMP). O sr. Edvar afirma que “eu cismeiquei que tinha que me organizar e acionar as pessoas, os moradores, pra eu poder dá o primeiro passo, que foi legitimar a associação que existia há mais de 18 anos que foi criada, mas não saiu do papel. [...] Isso foi em 2005” (Sr. Edvar em entrevista publicada por ALMEIDA, 2012, p. 111).

Quanto à carta ao Presidente, o sr. Edvar resolve, motivado pelo episódio de desrespeito na Gusa Nordeste que teria insinuado retirar as casas, carregando-as em máquinas até o novo terreno, ele diz:

[...] horrorizado com aquilo que eu ouvi, aí eu resolvi escrever pra Lula, Presidente da República, eu refleti em mim que Lula era presidente na época e quando ele saiu do Pernambuco ele saiu num pau de arara, aí eu falei ele vai me ouvir, aí eu fiquei sessenta dias escrevendo a carta, e naquela, pensando, eu vou mandar eles não respondem... quando foi um certo dia eu terminei a carta e mandei, eu pedi na carta até pelo amor de Deus que desse um jeito de tirar nós daqui, que eu fiz uma reclamação denunciando isso aqui que era um horror que tava se passando com nós aqui, ao redor de nosso povoado, de nossa moradia, nossas moradias, eles se instalaram com a siderurgia e um entreposto de minério da Vale aqui a 300 metros, quer dizer, aqui nós estamos no inferno, um caldeirão aqui (Edvar Dantas, em relato divulgado por SOARES, 2015).

Imagem 6 - Sr. Edvar, encena, escrevendo carta ao Presidente da República.



Fonte: Soares (2015). Adaptado pelo autor.

No relato do sr. Edvar a confiança depositada no presidente Lula se dera no fato que ele reconhecia, na história do presidente, capítulos parecidos com aqueles vividos por milhares de retirantes nordestinos. Tendo sido Lula também retirante fatalmente se sensibilizaria com a causa da comunidade Piquiá, imaginou o sr. Edvar. Sendo que a resposta obtida dos órgãos subordinados à Presidência causou grande importância para reanima-lo para a luta e serviu de instrumento de reconhecimento dos direitos das pessoas de Piquiá.

Conforme afirma pe. Dário Bossi:

Creio seja importante ressaltar que a carta foi respondida ao próprio sr. Edvard. Isso o animou muito, pois se sentiu considerado, achou que sua luta valia a pena, que sua denúncia tinha valor, já que foi escutada e respondida “pelo próprio presidente da república” (na compreensão do sr. Edvard). O que havia, à época, é que Edvard não conhecia canais de acesso aos órgãos competentes e não sabia como dar continuidade à primeira denúncia feita para uma instância distante demais. Portanto, Edvard sentiu-

se revigorado, mas ao mesmo tempo também ainda confuso e isolado (Pe. Dário Bossi, em revisão feita ao texto preliminar deste capítulo em 9 jul. 2016).

A carta-apelo do sr. Edvar foi devidamente recebida e encaminhada para os “órgãos competentes”, entretanto, a despeito de motivar para continuar a luta, já com quase uma década, nem o Planalto resolveu a situação de morte de Piquiá de Baixo, sem esmorecer o sr. Edvar resolveu ampliar a resistência buscando aliados:

[...] lá eles receberam a carta, encaminharam para os órgãos competentes, que é o IBAMA¹¹⁷, o Ministério da Saúde, encaminharam e esses órgãos responderam essas cartas para o governo do Maranhão, para o Secretário de Meio Ambiente de Açailândia, quando eu recebi as cartas eu fui levei pra eles, mostrei a eles, eles tiraram cópia das cartas, e nada foi feito, e aí foi onde eu resolvi arrumar parceiros igual ao centro de defesa, a paróquia dos padres combonianos, que me deram um apoio, e estamos nessa luta até hoje (Edvar Dantas, em relato divulgado por SOARES, 2015).

O sr. Edvar, assim como toda comunidade, percebeu que não se tratava de desconhecimento do caso de Piquiá de Baixo, mas de uma opção em tornar seu território em zona de sacrifício ao desenvolvimento das forças produtivas, do capital nacional e internacional, por que não dizer das relações de colonialidade, daí, para ele, a resistência precisava se ampliar e se fortalecer.

Conforme entende Pe. Dário Bossi¹¹⁸, que acompanha o caso de Piquiá de Baixo, a atitude do sr. Edvar em procurar aliados para a luta, dentre eles os missionários combonianos, “foi quase como uma terceira mudança de estratégia: não, eu não posso agir sozinho, tenho que agir articulado. Aí foi procurar o centro de defesa, do centro de defesa procurou nós da paróquia” (Pe. Dário, em entrevista concedida ao autor em 08 mai. 2016).

Para o pe. Dário, da formação de alianças para a luta no caso de Piquiá de Baixo, surge uma sistematização das estratégias de resistência e definição do caminho coletivo a seguir. De uma primeira reunião entre representantes da ACMP, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia e a Paróquia Santa Luzia. Diz ele:

fizemos a primeira reunião, em que ele [sr. Edvar] sistematizou para nós o nível de sofrimento, de violações que eles sentiam, que estavam recebendo. Começamos a articular, isso foi um processo de meses... Aí foi decidido que, isso foi, creio, em 2008, que se fizesse um referendo popular com todos os moradores de Piquiá de Baixo, perguntando qual fosse, na opinião deles, o melhor encaminhamento... Criamos um grupo de escuta anterior que nos proporcionou aquelas que pareciam ser as opções mais evidentes. Então, depois fizemos uma ficha com respostas fechadas, dizendo: frente a situação de sofrimento que tu tá experimentando aqui no Piquiá, qual que tu acha ser a solução melhor, mais eficaz? 1º continuar a lutar para que as empresas instalem filtros? 2º exigir que as empresas eliminem, retirem o britador e o depósito de dejetos?... 3º a comunidade sair daqui porque a vida está insustentável? 4º resposta aberta... Fomos surpreendidos com a resposta impressionante, mais de 90% optou pela resposta 3, quer dizer, sair daqui, por que, porque ali é uma decepção grande, com

¹¹⁷ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

¹¹⁸ Padre da congregação do Missionários Combonianos, pároco da Paróquia Santa Luzia, em Açailândia, membro do Rede Justiça nos Trilhos (JnT).

respeito à atitude das empresas até então, com respeito à demora na justiça, no processo de justiça. Então a comunidade não acreditava mais nessas oportunidades, então, não, vamos embora nós. Aí, decidido isso, a gente disse: bom, se é isso que vocês querem vamos optar por isso, claramente sem esquecer, porém, que saindo vocês não resolvemos o problema ambiental que... atinge também o Piquiá de Cima, que é muito maior e não pode ser reassentado (Pe. Dário, em entrevista concedida ao autor em 08 mai. 2016).

Os camponeses, transformados em “força de trabalho livre como os pássaros”, e no caso de Piquiá de Baixo, classificados, nos estudos e pesquisas do Estado e das empresas, como “fora de lugar”, sem terra, desempregados, desqualificados, analfabetos, reengendrados como escravos da república pela elite herdeira colonial, mais uma vez são compelidos ao deslocamento forçado, um modo sádico, colonial, perverso de governo das populações.

Frente à situação de morte enfrentada pela comunidade de Piquiá, a decisão mais factível era a de bater em retirada, sair do lugar que já fora o sonho de uma vida livre, em terras livres. Os moradores de Piquiá de Baixo se encontraram deslocados em seu próprio lugar. Muitos já saíram efetivamente, outros procuram criar as condições para sair do “inferno, do caldeirão”, descrito pelo sr. Edvar.

Conforme relata d. Tida, “os governantes é tudo de empresa, é governo federal, é governo do estado, é do município, vereador, deputado, todo mundo, eles não dão uma palavra por nós” (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016). Lúcidos dos objetivos do saque do par Capital-Estado em suas terras, a comunidade Piquiá de Baixo, construiu um arco de alianças com movimentos sociais locais, nacionais e internacionais, grupos de pesquisa, universidades. Na linha de frente da dureza do cotidiano da resistência figuram a Paróquia São João Batista (hoje Paróquia Santa Luzia) e a Rede Justiça nos Trilhos (JnT), com o apoio eventual, mas imprescindível, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia (STTR) e do Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia (ALMEIDA, 2012).

Para o sr. Edvar, “hoje estamos conhecidos no mundo inteiro por causa deles [os aliados]. A FIDH¹¹⁹ tem marcado presença, tem sido muito útil para que esses poderosos já tão tomando conhecimento que nós não estamos sozinhos. É isso que está fazendo, no meu entender, as coisas caminharem” (Sr. Edvar, em entrevista publicada por ALMEIDA, 2012, p. 115).

Cada passo, cada vitória da comunidade de Piquiá de Baixo, este outro na relação colonial (= moderna) classificado como pobre, indigente, analfabeto, desempregado, vítima do

¹¹⁹ FIDH - Federação Internacional dos Direitos Humanos.

racismo ambiental, a vítima inocente da colonialidade (= modernidade), tem sido à custa de muita luta direta, como manifestações, ocupações de órgãos públicos, de estradas, paralização de empresas. Em 2013, a compra do terreno para o reassentamento, além das pejeas administrativas e jurídicas, só se consolidou depois de trinta horas de paralização das atividades das siderúrgicas Gusa Nordeste S.A e Vale do Pindaré, hoje do grupo Queiroz Galvão.

... quando foi a luta de comprar o terreno ... a empresa tinha que comprar o terreno para nós, porque quando eles chegaram no terreno lá no Piquiá de Baixo eles já acharam as casas construídas... foi uma briga, porque eles tinham que comprar o terreno, na época o prefeito Ildemar, ele desapropriou o terreno, com a luta dos padres, dos combonianos, desapropriou o terreno... Aí depois que desapropriou aí o sindicato deles tinha que comprar, o Cláudio Azevedo¹²⁰, aí ele comprou por um preço, entrou na justiça, e comprou por um preço que não valia a terra... Daí pra cá pagaram um pouco e não terminaram o resto do dinheiro, ficou enganchado um resto de dinheiro lá ... aí a comunidade fez uma manifestação em frente a Gusa e a Pindaré... Aí nós tomamos a frente, o pessoal veio ajudar a gente, o MST, era muita gente... Ficamos lá 30 horas, nós chegamos lá umas 3 horas da manhã, com fogão, com feira, com mesa, cadeira e se acampemo com frente a Gusa Nordeste. Ficou os casais com frente a Gusa Nordeste e a juventude, que é bem pertinho, a Pindaré... quem tava lá dentro não saia e quem tava lá fora não entrava na empresa... Ligaram para o Cláudio Azevedo... Ele disse: amanhã oito horas eu tô aí. Sete horas ele bateu na porta, chegou e foi discutindo com a gente, falando alto: "...é d. Francisca, nós vamos resolver isso lá na promotoria". "Pois vamos mesmo", eu disse pra ele... [Já na promotoria] "seu Cláudio... nós somos pobres, mas somos ser humano do jeito do senhor, o senhor é rico, é um empresário, uma gentona, riquíssimo, mas nós somos ser humano e temos o sangue vermelho do jeito de vocês que são rico..." Ele não gostou, ficou com raiva...

ele ficou brigando... que a empresa tava sendo prejudicada, que tava parada... Eu disse: "seu Cláudio, nós vamos continuar lá até ser tudo assinado, ser tudo resolvido aqui na promotoria..." Até que ele resolveu assinar... O que importa pra nós é que ele pagou ... foi muito bom isso, mas nós sofreu ó, nessa manifestação (D. Tida, em entrevista concedida ao autor em 10 mai. 2016).

As diversas frentes de enfrentamento esboçam algumas vitórias na "peleja do povo contra o dragão de Ferro"¹²¹ em Piquiá. A FiDH, a ONG¹²² Justiça Global e rede Justiça nos Trilhos (JnT) acompanham as lutas com o compromisso de dar visibilidade e repercussão nacional e internacional ao caso. A Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá (ACMP), o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH) de Açailândia e a Paróquia Santa Luzia de Açailândia permanecem na linha de frente acompanhando e assessorando a comunidade nas lutas, atos e manifestações frente à mineração e à siderurgia.

¹²⁰ Cláudio Azevedo é empresário e pecuarista, foi presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Maranhão (SIFEMA), também presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), diretor da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e Secretário Estadual de Agricultura do Estado do Maranhão (FIDH, 2011, p. 15).

¹²¹ Trata-se de uma referência a filme documentário dirigido pelo cineasta Murilo Santos, que traz depoimentos dramáticos de moradores das comunidades localizadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás. O filme, que foi produzido em 2014 como uma das atividades do "Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental", mostra as negativas interferências da EFC e da mineração nas vidas das pessoas, na educação, na saúde, no direito de ir e vir e em todas as esferas do viver.

¹²² Organização Não Governamental (ONG).

Imagem 7 - Manifestação na BR-222, em frente às guseiras, em Piquiá de Baixo.



Fonte: Foto de Marcelo Cruz.

Até o momento a comunidade, nesse rito de resistência, avançou ganhando visibilidade e simpatia da opinião pública local, nacional e internacional, tendo vitórias nos tribunais e em negociações mediadas pelo Ministério Público Estadual do Maranhão (MPE) e pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE).

Entretanto, o par Capital-Estado permanece avançando, conforme relata pe. Dário.

Acrescentaria a gravidade do fato que o estado continua emitido licenças ambientais de funcionamento das empresas e confia nos laudos de autoavaliação da emissão, apesar das tantas denúncias em nível nacional e internacional, sem exigir instalação de medidas de mitigação imediata e sem assumir o protagonismo na investigação dos supostos crimes de poluição e na reparação dos danos até agora provocados... (Pe. Dário, em revisão feita ao texto preliminar deste capítulo em 9 jul. 2016).

Os escravos da república em Piquiá de Baixo, seguem expulsos da terra, desprovidos de meios próprios de trabalho, desempregados ou em subempregos, adoecidos pelo progresso e desenvolvimento postos em marcha pela elite herdeira colonial. Os laudos e perícias ambientais e de saúde são tímidos¹²³, o saber local é desqualificado e ignorado, impera a colonialidade do saber (LANDER, 2005a). Embora quase a totalidade dos moradores reclamem de enfermidades decorrentes das atividades da cadeia da mineração, sobretudo das guseiras, e mesmo o poder municipal reconhecendo¹²⁴, por que a ação de morte do Estado se coloca

¹²³ Quase sempre com ressalvas que não se podem afirmar categoricamente os nexos entre a poluição ambiental, as enfermidades com as atividades industriais, sempre carecendo de mais amostras, novos métodos.

¹²⁴ Solange Silveira, Secretária de Saúde Municipal de Açailândia. "O Piquiá, [...] lá é um lugar muito poluído. [...] Reabri o posto de lá com urgência, por conta das pessoas que estão com problemas de saúde, principalmente respiratório. Lá eles têm esse pó de ferro, de poeira. [...] e tem a questão do carvão. [...] Aquele polo tem contaminação do ar, em água, de terra, ele não tem só um tipo de contaminação. Ele tá poluído no geral. A gente

proeminente? Uma resposta possível: porque esse Estado de classe opera nos paradigmas da colonialidade (= modernidade), trata-se, em muitos aspectos, do *continuum colonial*.

Sendo assim, a luta pela garantia de sair de uma atmosfera literalmente mortífera, insalubre faz com que o apelo da comunidade Piquiá de Baixo pelo reassentamento seja uma demanda compulsória.

espera realmente que a justiça obrigue mesmo as empresas a está cuidando da questão social delas, porque elas têm que fazer um investimento naquela região, no social. Porque nós da saúde não aguentamos fazer só o paliativo, tentar ajudar a sobreviver, e ele continuar a viver no lugar contaminado. Estamos ajudando que ele viva melhor, mas ele precisa sair de lá” (Solange Silveira, em entrevista publicada por ALAMEIDA, 2012, p. 103).

6 OS DESLOCADOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO AO CONTINUUM COLONIAL

Neste capítulo argumentamos que foi com o projeto de desenvolvimento da colonização do novo mundo, iniciado com as grandes navegações do século 15 pelos europeus, que se deram as duas primeiras grandes investidas de deslocamentos de consideráveis contingentes de pessoas, como modo de governo das populações (FOUCAULT, 2008), no contexto da América portuguesa com o objetivo de expropriar territórios, explorar a força de trabalho e conseqüentemente garantir a acumulação primitiva e espoliativa de capital (MARX, 1985; HARVEY, 2012). Nos referimos ao tráfico de negros de África para a escravidão nas colônias e os descimentos dos índios para as aldeias construídas e geridas pelas ordens religiosas.

Como vimos, os processos de colonização iniciados no final do século 15 com a Europa sangrando, saqueando, expropriando e explorando as terras e os povos do que se convencionou chamar novo mundo mantêm-se, seja pelo *modus operandi* da elite herdeira colonial, com o avanço do capitalismo global que opera como uma metrópole global gerindo, concomitantemente, local e globalmente, seja pela objetividade político-jurídica da ainda efetiva manutenção de colônias sob o jugo de países poderosos bélica e economicamente.

No caso brasileiro, que opera com uma colonialidade (= modernidade) sobreposta, qual seja, interna e externa, ou local e global, conjugando Estado, elites locais, nacional e estrangeiras, são diversas as formas como ela se encarna no tecido social, desde as permanências no quadro de exclusão das minorias étnicas até a permanente expropriação e exploração da maioria da população, como mostrado acima, no segundo capítulo. Sendo assim, faremos breves anotações sobre as permanências das ações coloniais acionadas e postas em prática pelas atuais elites no que concerne ao governo das populações, mediante deslocamentos compulsórios e expropriação dos territórios das populações tradicionais, acionando o modelo de desenvolvimento com base no capital nacional e/ou estrangeiro e sustentado pelo Estado, que mobiliza de uma só vez vultuosos volumes de capital, trabalho, terra que, invariavelmente, tem, sob o argumento do interesse público, enriquecido meia dúzia de empresários, bancos e grupos políticos e expropriado comunidades tradicionais inteiras, degradado sistemas ecológicos e empobrecido a maior parte da população local ou regional.

Esses chamados projetos de desenvolvimento, cujas lógicas se confrontam com diversos grupos sociais tradicionais, baseiam-se em grande medida na noção de

desenvolvimento que é herdada do campo de conhecimento biomédico. Assim, como um organismo biológico passa por etapas necessárias durante sua vida até alcançar a maturidade, as sociedades consideradas subdesenvolvidas, também, deveriam desenvolver-se e atingir o patamar daquelas civilizadas, cuja referência seria o modelo europeu-estadunidense, que iria exportar tecnologia e ciência aos países classificados como pobres, subdesenvolvidos, a fim de lhes garantir aumento na produção (ESTEVA, 2000, p. 64-65).

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação... A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo de simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. [...]para dois terços da população mundial esse significado positivo da palavra 'desenvolvimento' – profundamente enraizado dois séculos depois de sua construção social – é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna. Para escapar dessa condição, precisam escravizar-se a experiências e sonho alheios.

Os projetos de industrialização com base nessa noção de desenvolvimento trazem consigo algo de messiânico, redentor das supostas condições de atraso dos grupos sociais tradicionais. Os povos, grupos e comunidades tradicionais, os escravos da república, que não aceitam o projeto em pauta, seriam considerados ainda muito imaturos, ignorantes para compreender quão bom seriam os prováveis resultados desses projetos de desenvolvimento. Na maioria dos casos, em razão da resistência dos grupos diretamente atingidos, há uso da força estatal para garantir a continuidade dos empreendimentos espalhados pelo Brasil, como podemos citar as construções das Usinas Hidrelétricas (UH) de Belo Monte no estado do Pará (FLEURY, 2013; VILLAS-BÔAS *et al.*, 2015), e de Estreito, nos estados do Maranhão e Tocantins (PINTO; OLIVEIRA, 2013); a ampliação da logística portuária em São Luís/MA (FERREIRA, 2014) e em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/PE (SOLÁ PÉREZ, 2016), que geraram riquezas para poucos e miséria para a maioria.

Partindo dessa compreensão, os deslocamentos de povos e comunidades tradicionais, promovidos por agências estatais ou privadas, representantes dessa matriz de desenvolvimento, justificar-se-iam também em razão de representar uma ação que emanciparia esses grupos que, segundo essa mesma lógica, vivem no passado, no atraso e que somente seus deslocamentos espaciais e/ou temporais poderiam levá-los à maturidade, à modernidade (= colonialidade), à contemporaneidade humana.

Fleury (2013, p. 143) em seus estudos sobre os conflitos ambientais decorrentes da construção da UH de Belo Monte afirma que

A própria ideia de desenvolvimento, que traz em si um imaginário de progresso e é o centro dos argumentos favoráveis à construção da hidrelétrica, pauta-se por uma

definição sobre o tempo: os lugares a serem desenvolvidos [...] são geralmente apresentados como lugares atrasados, que precisam ser acelerados para se sincronizarem com o moderno, o tempo que se quer presente.

Disso decorre que os deslocamentos dos grupos classificados como primitivos ou inferiores, ou no léxico mais atual, pobres, analfabetos, desqualificados, compõe o modo de governo das populações, que no dizer de Alencastro (2000) trata-se do “trato dos viventes”. Este constitui-se, portanto, um dos aspectos de maior capilaridade na demonstração das relações de continuidade colonial. Afinal, como sentencia Bonnici (1998, p. 12) “uma das características da sociedade colonizada é o deslocamento”.

Segundo Bauman (2005, p. 50-51), os fluxos e direções dos deslocamentos populacionais, tanto das metrópoles quando das colônias, são controlados pelo centro do poder. Para este autor, desde o início da era moderna – para nós, colonial (= moderna) – “foi uma época de grandes migrações”, mas ele compreende que os movimentos populacionais como sendo não espontâneos e, em regra, conduzidos por fatores econômicos, bélicos, ou seja, “os itinerários eram, por assim dizer, sobredeterminados”. Para se ter ideia

Em junho de 1848, os “distritos perigosos” de Paris sofreram uma limpeza em ampla escala que os livrou dos *misérables* rebeldes, enquanto os “grandes imundos” eram transportados em massa, pelo mar, para a Argélia. Esse exercício repetiu-se depois da Comuna de Paris, em 1871, embora dessa vez o destino escolhido fosse a Nova Caledônia (BAUMAN, 2005, p. 50).

Bauman (2005, p. 50-51) ainda acrescenta que “as trajetórias populares e prevaletentes mudaram com o tempo... mas no todo, os migrantes vagaram das partes ‘mais desenvolvidas’ (...) do planeta para as ‘subdesenvolvidas’. E mais,

os países em que se produzia os excedentes populacionais gozavam (mesmo que por um tempo) de uma superioridade tecnológica e militar sobre os territórios ainda intocados pelos processos modernizantes. Isso lhes permitia ver e tratar essas áreas como “vazias” (e torná-las vazias caso os nativos resistissem a serem afastados...) e, assim, prontas para – e clamando por – uma colonização maciça.

Côncios deste entendimento, o que temos mostrado nesta tese é esse processo, movido pelo par Capital-Estado, de tornar “vazios” os territórios dos escravos da república em favor da elite herdeira colonial, mas também a efetiva resistência desses povos e comunidades, sobretudo os de ancestralidade indígena e/ou africana, na luta por seus territórios, suas histórias, seu bem viver.

Dito isso, alguns aspectos do período formal do Brasil Colônia marcado pelo trato dos indígenas e africanos como garantia de força de trabalho à empresa colonial, e no campo da retórica religiosa, a oportunidade de salvar a alma do índio e libertar o escravo pelo trabalho, serão apresentados para mostrar como a gestão dos deslocamentos dos nativos e africanos

marcaram as relações econômicas, políticas, sociais há época e seus desdobramentos naquilo que convencionamos chamar *continuum colonial*.

Partimos da hipótese de que o poder central, precisando de braços para o seu projeto de colônia, engendrou arranjos da força de trabalho realizando os necessários ordenamentos demográficos, fosse pela aldeia ou pela senzala, do que derivaram os contemporâneos processos e estruturas sociais do País, marcadamente assimétricos, hierarquizados, preconceituosos e racistas, com fortes injustiças sociais, econômicas, políticas, étnicas, ambientais.

6.1 ALDEAMENTO: DESLOCAMENTO COMO GOVERNO DAS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS

Cientes da variedade e diversidade de trabalhos que de algum modo abordam os aldeamentos indígenas na América portuguesa, como os de Costa (1998), Alencastro (2000), Almeida (2000), Varga (2002), Freire e Malheiros (2007), Schwarcz e Starling (2015), nosso interesse é apontar alguns nexos dessa prática colonial (= moderna) com nossa proposta de tese: o *continuum colonial*.

E como um dos principais objetivos do empreendimento português na América era fortalecer suas rotas comerciais, para este intento, inicialmente,

A alternativa mais viável e racional para a exploração econômica do Novo Mundo não podia absolutamente prescindir dos povos indígenas: através de relações de aliança e/ou de conflitos os europeus buscavam obter deles as terras, os alimentos e o trabalho necessários aos seus empreendimentos coloniais (ALMEIDA, 2000, p. 61).

Os aldeamentos¹²⁵, como política da coroa portuguesa, posto em prática principalmente por ordens religiosas, a exemplo dos jesuítas, tinham, dentre outros, o objetivo de classificar os indígenas em dois grupos, aqueles dóceis e catequizáveis, que poderiam ser aproveitados como força de trabalho administrável e aqueles arredios, inimigos que deveriam ser exterminados na chamada “guerra justa”¹²⁶, (ALENCASTRO, 2000; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

¹²⁵É bom lembrar a “diferença... entre as *aldeias*, ou, melhor ainda (para os povos tupis), as *tabas* – habitat que os nativos escolhiam por si próprios, antes e depois da Descoberta, consoante os determinantes ecológicos e sociais de sua cultura –, e os *aldeamentos* – sítio de moradia de indivíduos de uma ou de várias tribos, compulsoriamente deslocados, misturados, assentados e enquadrados por autoridade do governo metropolitano” (ALENCASTRO, 2000, p. 120).

¹²⁶“Eram várias as causas que legitimavam a ‘guerra justa’: a recusa à conversão, hostilidades contra os vassallos, e aliados portugueses, a quebra de pactos e a antropofagia” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 41).

Freire e Malheiros (2007, s/p), afirmam que:

Escapavam da escravidão, embora não do trabalho obrigatório, todos aqueles índios que aceitassem abandonar suas aldeias de origem e desistissem do seu modo de vida tradicional, sem oferecer resistência armada. Esses índios, considerados "índios de pazes" ou "índios amigos", eram catequizados, batizados e aldeados em outras áreas, de onde eram periodicamente retirados para prestarem serviço aos colonizadores. Ao sistema colonial, não interessava a dispersão dos índios em aldeias autônomas, espalhadas ao longo do litoral, mas a sua concentração em espaços localizados próximos aos núcleos produtivos sob o controle dos portugueses. Tratava-se de criar "celeiros" de mão-de-obra, de onde pudessem ser retirados os índios necessários para o trabalho e para a guerra.

Devido ao pequeno contingente de colonos europeus na América portuguesa, a política de aldeamento de índios¹²⁷ formalizada pela coroa, pelo menos até o século 18, tinha como principal objetivo garantir a defesa desse pequeno contingente de colonos e do território, agora posse da coroa portuguesa. Com vistas a isso, “as autoridades procuram fazer pactos com tribos do litoral para barrar a ofensiva dos indígenas hostis do interior, por um lado, e proteger os portos contra os corsários europeus, por outro lado”. Disso, Almeida (2000, p. 25) ressalta que no Brasil Colônia, os europeus logo cedo distinguiam dois grandes grupos de índios: “os aliados integrados à colônia ou que permaneciam em suas aldeias colaborando com os portugueses e os inimigos, usualmente chamados de gentios ou índios bravos”.

Notemos que, desde cedo, a elite utiliza-se de um sistema de classificação para definir quem são os seus aliados do projeto de colonização portuguesa na América, ou seja, aqueles que negam seu próprio modo de vida, suas crenças, sua liberdade em favor do projeto do colonizador; bem como os seus inimigos, aqueles que podem arruinar ou pôr em risco a empresa colonial que, no caso dos índios, seriam aqueles “apresentados a partir de características extremamente negativas: eram bárbaros e selvagens, ocupavam os sertões, e falavam uma língua estranha e incompreensível”, portanto passíveis de extermínio na ótica do colonizador (ALMEIDA, 2000, p. 26-27).

Pautada por essa classificação, a elite colonial desenvolveu uma verdadeira engenharia do trato com indígenas, que é fartamente apresentada por Alencastro (2000, p. 119) e que vai além dos interesses de proteção dos colonos e do território conquistado, principalmente quando este apresenta os “três modos de apropriação de indígenas”, pelos colonizadores portugueses, “os resgates, os cativos e os descimentos”.

Segundo este autor os *resgates* eram previstos e disciplinados por lei e ocorria mediante a “troca de mercadorias por índios prisioneiros de outros índios”, desde que estes já

¹²⁷ “Esses povos existiam enquanto grupos numerosos e diversificados e ‘...foi a partir de seu trágico envolvimento com a expansão européia que se tornaram índios’. Em toda a América, aliás, desde 1492, todos os povos nativos passaram a ser chamados índios” (ALMEIDA, 2000, p. 25).

estivessem devidamente “presos e amarrados para serem mortos”¹²⁸, e que segundo esta mesma lei teriam “seu cativeiro limitado a dez anos”; os *cativeiros* eram uma outra forma de garantir a posse de índios pelos colonizadores, que se efetivava mediante aqueles “índios apresados numa ‘guerra justa’ consentida e determinada pelas autoridades régias, por períodos limitados, contra certas etnias”; pela segunda metade do século 17, estas duas modalidades de posse de índios, formalmente permitidas e ordenadas pelo arcabouço jurídico da coroa portuguesa, foram unificadas em uma só pelos jesuítas da Amazônia, o que “abria a via à escravização”; por fim, os *descimentos*, outra categoria de posse de índios autorizada pela coroa, consistia no “deslocamento forçado dos índios para as proximidades dos enclaves europeus”, foi por essa forma de posse que se constituíram os *aldeamentos*: “sítio de moradia de indivíduos de uma ou de várias tribos, compulsoriamente deslocados, misturados, assentados e enquadrados por autoridades do governo metropolitano”. Importa lembrar que, “forros, os índios dos aldeamentos só podiam ser utilizados mediante salário, nos termos da lei” (p. 119-20).

Alencastro (2000, p. 120) ainda ressalta o caráter excepcional e emergencial das normas que previam o uso compulsório dos braços indígenas na produção da empresa colonial. Entretanto, destaca que “na prática a teoria do colonato era outra, e a maior parte dos textos proibindo o cativeiro indígena ficou sem efeito”. Ele apresenta, a partir de estudos de Alcântara Machado, uma sequência de termos “usados nos inventários paulistas do Seiscentos para dissimular o estatuto do cativeiro indígena: ‘peças de serviço’, ‘gente forra’, ‘gente do Brasil’, ‘gente de obrigação’, ‘peças forras’, ‘serviçais’, ‘serviços obrigatórios’, ‘almas de administração’, ‘administrados’”.

Segundo Costa (1998), Alencastro (2000) e Schwarcz e Starling (2015), os colonos e administradores portugueses sempre tiveram dificuldades em manter sob controle a maior parte da força de trabalho indígena, embora utilizassem-na largamente, além de argumentarem que sua produtividade era muito baixa para os propósitos dos negócios do colonizador. Disso, pelos primeiros anos do século 18 a elite colonial paulista, após a descoberta de reservas de ouro, se capitaliza e passa a gozar de condições de comprar mais braços africanos, o que incrementou sua produção e fez movimentar e fortalecer o comércio colonial de escravos africanos.

Vejamos, “mágico e sonoro, o anúncio noturno do ouro permitiu que os paulistas

¹²⁸ Ressalte-se que o progressivo interesse dos índios pelos equipamentos e ferramentas dos portugueses, que eram mercadorias de troca por outros índios aprisionados nas guerras ente as etnias, desempenhava uma espécie de incentivo a mais guerra e a mais prisioneiros para satisfazer os interesses europeus por escravos (ALMEIDA, 2000, p. 38).

enriquecessem. Puderam assim abandonar as correrias atrás de índios e passaram a comprar africanos” (ALENCASTRO, 2000, p. 122).

Podemos inferir, portanto, que havia um esforço da administração colonial de reservar um outro lugar para o índio na colônia, que não dono daquelas terras e tudo mais existente nelas, mas o de súdito, a coroa portuguesa se apossa das terras e de tudo o mais e a maior concessão que poderia fazer aos povos nativos seria lhes reservar o lugar de súditos em vez de escravos. Como afirmam Schwarcz e Starling (2015, p. 28), para a tripulação das embarcações portuguesas “tratava-se definitivamente de um lugar novo, recém-‘achado’. Como diz o ditado, ‘achado não é roubado’, e a ideia era logo registrar a propriedade”.

Almeida (2000, p. 63) também lembra, que para a coroa portuguesa “as populações indígenas deveriam servir à colonização não apenas como mão-de-obra, mas também como súditos responsáveis pela garantia, ocupação e manutenção da terra”. Sem esquecer, é claro, de que para a Coroa e a Igreja os índios eram considerados imaturos e incapazes de dirigir suas próprias vidas, territórios, riquezas, portanto careciam de ser tutelados (ALMEIDA, 2000; ALENCASTRO, 2000; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Podemos perfeitamente perceber que só se passa a ensaiar o abandono da força cativa indígena na empresa colonial quando se materializam as condições, pela descoberta das minas de ouro ou por outros meios, de efetivar a migração da força de trabalho dos escravos africanos, julgados mais resistentes a doenças, mais produtivos e largamente liberados ao cativeiro pela Santa Igreja. Aqueles colonizadores sem as condições efetivas de compra de braços africanos continuavam a utilizar os indígenas, tanto é assim, que, como ressalta Alencastro (2000, p. 121), em toda a área da Amazônia continuou-se a usar os braços indígenas nas lides da produção colonial.

Já no período formal colonial, o governo das populações classificava os grupos entre os que eram livres para vender sua força de trabalho e aqueles que eram cativos¹²⁹. Os indígenas, legalmente, deixaram de ser passíveis à escravidão, sua força de trabalho só poderia ser mobilizada mediante pagamento de salário, mas não podiam ser donos das suas terras nem das suas decisões, uma vez que eram considerados incapazes (ALENCASTRO, 2000).

A busca do equilíbrio da balança da produção colonial a partir do trabalho livre ou escravo remonta aos primeiros séculos daquilo que convencionamos chamar colonialidade (=

¹²⁹ “... uma seqüência de diretivas régias editadas ao longo de três séculos – constituindo o mais denso corpo normativo lusitano referente a uma única matéria colonial – busca coibir a escravização dos índios. Na África, ao contrário, diminuem as dúvidas sobre a legalidade da posse dos escravos, à medida que o comércio negreiro passa a ser objeto de estímulo por parte da Metrópole e do grande capital mercantil mobilizado pelos *Asientos* luso-espanhóis” (ALENCASTRO, 2000, p. 120-21).

modernidade), numa espécie de “dialética da colonização”, no dizer de Bosi (1996). A opção entre uma forma ou outra passou a ser definida pelo quanto de custo cada uma delas incidiria sobre a produção. Houve casos, inclusive, de possessões coloniais substituírem sua organização de produção já assentada no trabalho livre pelo escravo. Conforme demonstra Alencastro (2000, p. 32-33), o caso na ilha da Madeira, “onde a escravidão se impõe” e que

Dada a experiência acumulada pela Coroa, previa-se que as receitas régias e a produtividade dos engenhos aumentariam, tão logo os trabalhadores livres da Madeira fossem substituídos por escravos da Guiné introduzidos pelos fazendeiros e senhores de engenho daquela ilha. Procedendo dessa forma, el-rei deu “lugar e licença” para que se difundisse o escravismo, transformando duradouramente a economia atlântica.

Esta constatação evidencia que é falso aceitar que há uma seta natural de desenvolvimento e progresso, o que faria evoluir o uso da modalidade de trabalho escravo para o trabalho livre, em verdade o que determina qual modalidade será utilizada pela engrenagem produtiva será o quanto de lucros obtidos e segurança da oferta permanente de força de trabalho com o mínimo de custos para os possuidores dos meios de produção. Livre ou escravo figura apenas um detalhe.

6.2 A SENZALA NO *CONTINUUM COLONIAL*: O TRATO DO NEGRO NA PRODUÇÃO DO BRASIL

*Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível.
José de Alencar.*

Com a deliberada opção pelos negros africanos para escravos como força de trabalho no sistema colonial, o Estado (a coroa) e a Igreja precisavam justificar o “que que o negro tem”. Daí são vastas as teorias, normas, bulas, sermões que descrevem esta opção. Dentre as justificativas, as mais conhecidas são a susceptibilidade biológica e social, a econômica e a religiosa. A primeira sustenta a ideia de que os negros eram mais resistentes às doenças e mais adaptáveis à rotina do tipo de trabalho colonial, além do que, as tribos africanas teriam a tendência de vender seus prisioneiros de guerras como mercadoria; a segunda argumenta que os negros eram mais produtivos que os índios, mas também que foram uma opção comercial, já que o comércio negreiro seria mais lucrativo para as coroas coloniais; e, por fim, se argumentava que a retirada do negro do seio do seu continente era uma espécie de sacrifício necessário para que ele merecesse, por expiação, o reino dos céus ou da civilização. Sendo essas

ou outras as razões da predileção pelos africanos escravizados, no sistema produtivo das colônias americanas, o que se pode afirmar é que em torno das chamadas “peças negras” se organizou uma complexa logística de captura, aprisionamento, transporte e comercialização, comportando um quadro especializado de funcionários públicos e privados, com léxico, códigos e leis próprios, um conjunto de acordos comerciais, uma rede de portos, embarcações e rotas marítimas específicas que movimentou incalculáveis riquezas e fez funcionar as engrenagens da colonização nas américas a um ritmo alucinado de extermínio nativo, expropriação, exploração e saque das riquezas dessas terras e dos seus povos pela elite colonizadora (COSTA, 1998; ALENCASTO, 2000; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Nessa direção, Alencastro (2000, p. 30-31) ressalta o caráter de negócio do trato negreiro ao afirmar que “o comércio de escravos se apresenta como fonte de receita para o Tesouro Régio”, tanto que

Apesar da alta registrada no preço dos africanos em Portugal nos anos 1560-70, a coroa não atribui caráter prioritário à demanda metropolitana e estimula as vendas de escravos para a América espanhola. [...]. Escravos das conquistas africanas continuam a ser exportados para o estrangeiro com a finalidade de avolumar as receitas do Tesouro. Estratégia que será consagrada pelos *Asientos* luso-espanhóis entre 1594 e 1640.

A comercialização de negros na América portuguesa se mostrou, na concepção do colonizador, como vimos acima, um bom negócio para todos e, no entendimento de muitos, como é o caso da Igreja, até para os próprios negros e para o bem estar da civilização. Esta justificativa, quase cínica, em favor do trabalho escravo do negro africano na América portuguesa foi defendida e difundida, principalmente, pela Igreja e pelos estadistas representantes da coroa (ALENCASTO, 2000; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Pela concepção hegemônica do Estado e da Igreja, a escravidão seria uma etapa necessária para que o homem escravizado se tornasse homem livre e a sociedade selvagem se transubstanciasse em civilização. É como se houvesse uma equação devidamente equilibrada: se for bom para os negócios também será bom para a civilização e mesmo para o humanismo mais elaborado.

Feita a opção pelos braços negros escravizados, a elite colonizadora passa a mobilizar um imenso contingente de africanos que são deslocados diretamente das suas etnias de origem para fazer girar a roda da empresa colonial, nas próprias terras das metrópoles como nas suas possessões de além mar (Tabela 7).

Tabela 7 - Estimativa do número de africanos desembarcados em cada região (em milhares de indivíduos)

Período	Europa	Ilhas atlânticas	São Tomé	América espanhola	Brasil	Antilhas britânicas	Antilhas francesas	Antilhas holandesas	Antilhas dinamarquesas	América britânica e EUA	TOTAL	Chegadas anuais
1451-1475	12,5	2,5									15	0,6
1476-1500	12,5	5	1								18,5	0,7
1501-1525	12,5	5	25								42,5	1,7
1526-1550	7,5	5	18,8	12,5							43,8	1,8
1551-1575	2,5	5	18,8	25	10						61,3	2,5
1576-1600	1,3	2,5	12,5	37,5	40						93,8	3,8
1601-1625	0,3		12,5	75	150						237,8	9,6
1626-1650	0,3		6,3	52,5	50	20,7	2,5				132,3	5,3
1651-1675	0,3		2,7	62,5	185	69,2	28,8	20			368,5	14,7
1676-1700	0,3		2,4	102,5	175	173,8	124,5	20	4		602,5	24,1
1701-1720				90,4	292,7	160,1	166,1	120	6	19,8	855,1	42,8
1721-1740				90,4	312,4	198,7	191,1	80	3,3	50,4	926,3	46,3
1741-1760				90,4	354,5	267,4	297,8	80	6,7	100,4	1 197,2	59,9
1761-1780				121,9	325,9	335,3	335,8	100	5	85,8	1 309,7	65,5
1781-1790				42,2	181,2	100,2	357,8	12,3	4,6	55,8	754,1	75,4
1791-1800				77,4	233,6	194,3	82,6	5,3	14,5	79	686,7	68,7
1801-1810				85,7	241,3	105,4	17	0	3,3	156,3	609	60,9
1811-1820				177,8	327,7	0	18,8	0	0	10	534,3	53,4
1821-1830				103,5	431,4	0,4	57,9	0,1	0	2	595,3	59,5
1831-1840				207	334,3	10,2	0,6	0	0	0	552,1	55,2
1841-1850				54,6	378,4	0	0	0	0	0	433	43,3
1851-1860				122	6,4	0	12,5	0	0	0,3	141,2	14,1
1861-1870				31,6	0	0	5,9	0	0	0	37,5	3,8
TOTAL GERAL	50	25	100	1 662,4	4 029,8	1 635,7	1 699,7	437,7	47,4	559,8	10 247,5	34,2

Fonte: Alencastro (2000, p. 69)

José de Alencar, gabaritado escritor brasileiro, escreveu romances, peças de teatro, crônicas, crítica literária, textos jurídicos e políticos, foi ministro da justiça e, por duas vezes, deputado no Brasil Imperial. Em uma das suas últimas obras políticas: “Novas Cartas Políticas de Erasmo, de 1867-68”, organizadas por Tâmis Parron (2008) que mudou o título para “Cartas a Favor da Escravidão”, traça argumentos para justificar a escravidão como necessário remédio para civilização.

Alencar (2008, p. 66), compreendendo a América como um continente selvagem e habitado por homens igualmente selvagens, afirma que

A América desconhecia a escravidão. O vencido era um troféu para o sacrifício. No selvagem amor da liberdade, o americano não impunha, e menos suportava, o cativo. No Oriente, ao contrário, a escravidão se achava na sua pátria. A guerra era uma indústria; uma aquisição de braços. O primeiro capital do homem foi o próprio homem.

Todas as vezes que houve necessidade de reparar uma solução de continuidade entre os povos, a escravidão se desenvolveu novamente a fim de preencher sua missão eminentemente social (ausente de grifos no original).

Para o eminente romancista, deputado e ministro imperial, José de Alencar (2008, p. 71), a América carecia da escravidão como instituição para sair da barbárie e entrar na civilização. Para tanto, ele descreve porque a opção, ou por falta dela, pelo negro africano.

Para as possessões americanas, porém, o escravo era um instrumento indispensável. Tentaram supri-lo com o índio; este preferiu o extermínio. Quiseram substituir-lhe o

galé; mas já civilizado, o facínora emancipava-se da pena no deserto, e fazia-se aventureiro em vez de lavrador. Não houve remédio senão vencer a repugnância do contato com a raça bruta e decaída.

Alencar (2008), além de justificar a escravidão como salvação do prisioneiro e da condição de brutalidade e sua posterior evolução no caminho da civilização, ainda exalta o papel da Igreja Católica e da Indústria comandada pela elite burguesa no amassamento do selvagem e construção da civilização nas Américas.

Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível. [...]

Modernamente os povos caminham pela indústria. São os transbordamentos das grandes nações civilizadas que se escoam para as regiões incultas, imersas na primitiva ignorância. O escravo deve ser, então, o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização.

[...]

A salutar influência do Cristianismo adoeceu a escravidão (ALENCAR, 2008, p. 66-67).

Talvez essa compreensão da escravidão como instituição civilizatória libertadora de povos e continentes, seria o que fundamentava e continua fundamentando as convenientes ações coloniais e escravistas de nações inteiras, bem como intelectuais, defensores dos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade forjados nas mais avançadas teorias humanistas.

Nas possessões ultramarinas, porém, e especialmente na América, o tráfico de africanos se desenvolveu em vasta e crescente escala. Não só Espanha e Portugal, já acostumadas com os escravos mouros, como as outras potências marítimas, Inglaterra, França e Holanda, se foram prover no grande mercado da Nigéria, dos braços necessários às suas colônias (ALENCAR, 2008, p. 70).

Alencastro (2000, p. 211) ao apresentar a posição de Maurício de Nassau em relação à pertinência do uso do negro africano como força de trabalho escrava nas Américas, o faz chamando-o de o “príncipe humanista e negreiro”, vejamos:

João Maurício de Nassau-Siegen (1604-79) não trepida em endossar o postulado elaborado no século anterior pelos portugueses: trazer o Brasil até o Brasil era, em boa medida, trazer a Angola, trazer os angolanos até os senhores de engenho do Brasil. No ar livre da sociedade urbana holandesa Spinoza (1632-77) concebeu as teses do humanismo ateu que teriam sido esmagadas no ovo pela Inquisição em Portugal, terra de seus pais. Saído da Holanda, Nassau, o príncipe humanista, se assenhoreia de uma base colonial portuguesa cujo modo de exploração o induz a varrer o “escrúpulo inútil” de seus patrícios e a incorporar o escravismo no cálculo econômico dos burgueses de Amsterdam.

Alencastro (2000, p. 210) ainda afirma que, para Nassau, “não era qualquer ‘gueux’, qualquer maltrapilho de Flandres que servia para ser colono na Nova Holanda. Os candidatos deveriam sobretudo dispor de capital para investir na produção tropical”. Vejamos nas próprias palavras do príncipe humanista, Maurício de Nassau, conforme transcritas por Alencastro (2000, p. 210).

130

“Para mandar fazer a fábrica de que precisam [...] e para comprar alguns escravos, sem os quais nada de proveitoso se pode fazer no Brasil”. [...] “Necessariamente deve haver escravos no Brasil, e por nenhum modo podem ser dispensados: se alguém sentir-se neste agravado, será um escrúpulo inútil [...] é muito preciso que todos os meios apropriados se empreguem no respectivo tráfico na Costa da África”.

São vastos os casos, em toda América portuguesa em que as elites coloniais, não importa se mais ou menos humanistas e nem quais suas razões e justificativas, passaram ao uso da força de trabalho escrava, o que interessa é que estas elites faziam o governo das suas populações para garantir um fim específico: manter sua complexa empresa colonial produzindo a todo vapor para lhes garantir o maior lucro possível. E assim agia essa mesma elite nas suas respectivas metrópoles, com a diferença de que “na metrópole, os europeus não sofriam a falta do escravo, facilmente substituído, e com vantagem, na cidade pelo proletário, na agricultura pelo servo” (ALENCAR, 2008, p. 71).

Alfredo Bosi (1996) na obra “Dialética da Colonização”, traça uma espécie de síntese das relações entre o liberalismo capitalista e a escravidão, demonstrando a total compatibilidade dos mais refinados espíritos liberais humanistas com a prática escravista, desde a França dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, até a Inglaterra que supostamente teria enfrentado incansavelmente o tráfico negreiro em favor do trabalho livre.

Bosi (1996, p. 195-96) destaca a conivência das autoridades brasileiras quanto à prática ilegal do tráfico negreiro.

O tráfico, mais ativo do que nunca, trouxe aos engenhos e às fazendas cerca de 700 mil africanos entre 1830 e 1850. As autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de 7 de novembro de 1831... Os juizes dos distritos em que os escravos eram desembarcados passavam a receber comissões regulares, referidas como sendo fixadas em 10,8% do valor de cada africano desembarcado.

Na mesma direção, o autor (p. 196) mostra como as supostas nações da liberdade, a exemplo da Inglaterra que impôs o “tratado anglo-brasileiro de 1826” que proibia o tráfico negreiro, pouco ou nada faziam nos seus próprios quintais para abolir definitivamente a prática escravista, vez que esta era necessária para a manutenção da própria sociedade civilizada.

O governo britânico só promoveu a alforria geral nos seus domínios em 1833, com indenização plena aos proprietários, o que implicava reconhecimento aos direitos destes. O parlamento holandês decretou a abolição em Suriname a partir de... 1863, pagando aos fazendeiros e “ficando os libertos sob proteção especial do Estado”. Quanto aos escravos da Guiana e das Antilhas Francesas, tiveram de esperar pelo decreto do Conselho Provisório de 27 de abril de 1848 para receberem a libertação coletiva que também importou em ressarcimento aos senhores... Em 1802 Napoleão legaliza de novo a instituição que ainda agüentaria meio século (BOSI, 1996, p. 205).

¹³⁰ Engenhos vendidos pelo próprio Maurício de Nassau.

Em todos os casos o que queriam e conseguiriam os letrados liberais humanistas era o pátrio “direito individual à propriedade de homens” (BOSI, 1996, p. 205). Que no caso do Brasil, o autor recorre a comparação com a colônia emancipada da Inglaterra na América para melhor compreensão. “No Brasil, por míngua de densidade cultural, a apologia do tráfico e do cativo não chegou a assumir formas tão elaboradas como no Velho Sul americano, onde a escravidão foi chamada, um sem-número de vezes, “pedra angular (*corner-stone*) das liberdades civis” (p. 210).

Esse cenário lembra a constatação do professor Florestan Fernandes (1972, p. 117).

O abolicionismo faz parte de uma revolução social tipicamente do branco e para o branco. Em conseqüência, a ordem social competitiva não concretizou, de imediato, nenhuma das esperanças de correção das iniquidades raciais do antigo regime. Agrava-as, inicialmente, de forma extrema e por vezes chocante.

E como diz Bosi (1996, 203), no Brasil pós independência o que se viu foram os vários aspectos da continuidade colonial: “...aninhavam-se o voto censitário, a eleição indireta e o direito inviolável à propriedade escrava”.

Nosso argumento, portanto, é na direção da hipótese de que, assim como a elite colonial, a sua herdeira continua a organizar, agrupar, classificar e hierarquizar a população para manter a maquinaria capitalista a todo vapor. Afinal, a mobilização de mais de 10 milhões de escravos entre os séculos 15 e 18 deixa clarividente que a colonialidade (= modernidade) careceu na sua gênese dos deslocamentos compulsórios, como técnica de garantir terra e força de trabalho para o seu projeto, método amplamente utilizado pelo par Capital-Estado no tempo presente, no que nomeamos *continuum colonial*.

Os jesuítas já no século 17, na América portuguesa, ensaiaram a utilização do trabalho indígena mediado pelo salário, que corresponderia ao dobro do necessário para aquisição do seu alimento diário (ALENCASTRO, 2000). Após abolição, a difícil transição para o trabalho livre foi levada a cabo pela política de migração europeia para o Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015; COSTA, 1998). E o negro, agora “civilizado pelo trabalho”, também passa à categoria de proletário livre, não se trata mais de índios ou negros ou qualquer outro designativo, são todos mercadorias no colonial (=moderno) mercado de trabalho. Mas faz-se necessário lembrar, como já abordamos acima (capítulo 2), que as vítimas diretas ainda são os povos e comunidades tradicionais (notadamente índios e negros) – os escravos da república, vítimas do racismo ambiental, do desemprego, das expropriações e da violência patrocinados pela sanha dessa elite herdeira colonial.

No *continuum colonial*, as relações compulsórias de trabalho mediadas pelo salário são nomeadamente chamadas de trabalho livre. E o salário minunciosamente medido,

calculado, escalonado, testado e legalmente institucionalizado tem como tarefa garantir a ração diária do trabalhador livre e a sua efetiva liberdade de circulação como qualquer outra mercadoria, mas o seu principal, reconhecido e desejável objetivo é garantir o lucro, sempre ascendente, da elite herdeira colonial. Com essa afirmação, não queremos, em hipótese alguma, dizer que se pode tomar um pelo outro em todas as suas variáveis, de certo que a relação de propriedade direta do senhor sobre o escravo funda uma instituição totalmente específica, entretanto, no que concerne às relações de trabalho e a forma de recompensa pela compra/venda da força de trabalho para garantir o lucro desejado e necessário, guardam muitas proximidades nos dois casos. Afinal como afirma Martins (2010, p. 28),

O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária.

A contradição que permeia a emergência do trabalho livre se expressa na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter.

Referimo-nos às modificações que ocorreram para preservar a economia com o advento do trabalho livre. O que se verificou foi uma dissociação entre o senhor e o escravo, agora o senhor não compra mais o próprio escravo – seu corpo, mas tão somente sua força de trabalho – contida no corpo (se isso é possível não sabemos). Em tese, a força de trabalho, expressa em potência, passa a ser de domínio do indivíduo livre, podendo esse dispor da sua venda no mercado mediante contrato, pelo que, nas suas condições e prazos pré-ajustados, passa a ser de direito de quem a contratou, mediante pagamento.

Adam Smith (1996, p. 130) em *A riqueza das nações*, baseado em sua principal tese da mão invisível e reguladora do mercado, afirma que “com base na experiência de todas as épocas e nações, acredito, pois, que o trabalho executado por pessoas livres ao final se torna mais barato do que o executado por escravos”. Essa contundente afirmação do prestigioso economista faz eco às noções das elites coloniais e suas herdeiras desde que as condições sejam favoráveis; entretanto, desde que atenda a um requisito básico: a suficiente e regular oferta de trabalhadores com salários análogos ou inferiores aos custos do escravo. Não nos esqueçamos que, enquanto a elite colonial no Brasil não dispunha de vasto excedente de população sem acesso à terra e outro meio de produção própria, esta não abriu mão da força de trabalho escrava.

Exatamente quando se chega a níveis demográficos ótimos ao governo da população em termos da gestão da força de trabalho, como mercadoria, em um “*mercado livre*”, é que o trabalho livre passa a custar menos que o trabalho escravo. Noutros termos, o chicote, o açoite que faz o trabalho livre em potência se efetivar é o sempre constante e crescente exército de reserva ou sobra de força de trabalho, chegando ao limite, como vimos com Bauman (2005), à geração do refugo humano.

Nestes termos, Smith (1996, p. 130) opera como sendo natural a separação entre os meios de produção e os trabalhadores, e a população teria como principal finalidade servir como força de trabalho no mercado de produção de riquezas. Nessa relação, o salário pago aos trabalhadores, compreendidos como mercadorias, serviria para regular tanto os níveis demográficos, como para estimular a produção e, também, garantir manutenção da própria qualidade da mercadoria, no caso o trabalhador, ou sua força de trabalho.

Tem-se dito que o desgaste de um escravo representa uma despesa que pesa sobre seu patrão, ao passo que o de um empregado livre pesaria sobre ele mesmo. Na realidade, porém, o desgaste deste último pesa tanto sobre o patrão quanto o do escravo. Os salários pagos a diaristas e empregados de todo tipo devem ser tais que lhes possibilitem continuar a procriar diaristas e empregados, conforme a demanda da sociedade — crescente, decrescente ou estacionária — exigir eventualmente. Mas embora o desgaste de um empregado livre também pese sobre seu patrão, geralmente custa-lhe muito menos do que o do escravo. O fundo destinado a substituir ou reparar, se assim se puder dizer, o desgaste de um escravo geralmente é administrado por um patrão negligente ou por um supervisor descuidado. O fundo destinado a reparar ou substituir o desgaste de um homem livre é administrado por ele mesmo (ausente de destaques no original).

Sendo assim, o pagamento realizado pela mercadoria força de trabalho livre, mediante salário, teria, no âmbito das relações de produção capitalista, dentre outros objetivos, o de regular a oferta e demanda de certo tipo de força de trabalho (manual/intelectual, qualificada/desqualificada), ou seja, regularia demograficamente a sociedade, bem como os deslocamentos induzidos/controlados das populações.

Muniz (2009, p. 17) nos faz recordar que o salário ganha relevância na história humana, como forma de pagamento pelo trabalho, quando o homem passa a “possuir uma relativa liberdade para dispor de sua força de trabalho, sem ser ele próprio o titular dos meios de produção”, disso “o salário constitui o principal, quando não, o único meio de subsistência do empregado e de sua família”.

Para Muniz (2009) o salário encerra em si um sentido contraditório, se por um lado é exigido pelo trabalhador em valores justos e suficientes para garantir sua plena inserção e de sua família na sociedade, por outro, ele representa a oportunidade do empresário pagar o mínimo possível e garantir-lhe maior lucro. Nessa dialética maldita, o que se vê é a luta dos

trabalhadores para regular e fixar um salário mínimo e do burguês capitalista para deixar os preços dos salários a sabor do mercado (SMITH, 1996).

Em meio a essa disputa, observa-se a derrota da maioria da população, que se transubstanciou em mercadoria força de trabalho, mediante a aceitação do controle dos meios de produção por uma minoria herdeira colonial, os trabalhadores, depois de inúmeras lutas, avançam ao conseguir fixar um valor mínimo para o trabalho livre remunerado.

Mas vejamos, o caso brasileiro, por exemplo, foi regulado na ditadura Vargas nos anos 1930 e, a partir de um estudo minucioso do que seria o mínimo necessário para manter o trabalhador livre, antes escravo, vivo e apto para produzir riqueza para o seu patrão, antes senhor/proprietário.

No Brasil, os estatutos legais que até hoje regem o valor mínimo a ser pago ao trabalhador são a Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, que instituiu as Comissões de Salário Mínimo e o Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou a citada lei.

Foram desses instrumentos normativos que derivaram os conceitos de “salário mínimo” e de “cesta básica” ou “ração essencial mínima”. Vejamos:

Art. 2º Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 6º O salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que a, b, c, d e e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto (Decreto-Lei nº 399/1938).

Quanto à “ração essencial mínima”, esta é descrita em tabela anexada ao mesmo Decreto-Lei 399/38, a seguir reproduzida.

Tabela 8 - Quantidades diárias de cada produto que compõem a ração tipo essencial mínima diária para o trabalhador adulto, segundo região de abrangência.

Produtos	Região A (gramas)	Região B (gramas)	Região C (gramas)
Carnes	200	150	220
Leite	250	200	250
Feijão	150	150	150
Arroz	100	120	100
Farinha ou massa	50	100	50
Batata	200	-	200
Legumes	300	400	300
Pão	200	200	200
Café	20	10	20
Frutas	3 unidades	3 unidades	3 unidades
Açúcar	100	100	100
Banha	25	25	30
Manteiga	25	25	25

Fonte ¹³¹: Decreto-lei 399 de abril de 1938, adaptado por Ferraz (2007, p. 8).

¹³¹ Região A: São Paulo, Minas Gerais, Espírito, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal; Região B: Estados do Norte e Nordeste, Bahia e Goiás; Região C: Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Lei nº 185/36 definiu em seu texto que o valor do salário mínimo, seria determinado por região e a partir do parecer de cada comissão regional que deveria ser composta por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. Desde a data da sua regulamentação até os dias atuais são vários os trabalhos e notícias antigas e recentes, a exemplo de Ferraz (2007) e Muniz (2009), que denunciam que o salário mínimo é praticamente consumido, em sua totalidade, pelo item “ração essencial mínima”, sendo que os demais componentes do salário mínimo ficam comprometidos.

Ferraz (2007, p. 6), ao realizar seu estudo de doutorado sobre a sazonalidade da ração essencial mínima nas grandes regiões metropolitanas brasileiras destacou que

Segundo o Decreto Lei 399, todo trabalhador adulto tem direito a uma quantia mínima de alimentos, a chamada ração essencial mínima. Para estabelecer os itens que compõem a cesta básica (ração essencial mínima) foi realizado um estudo censitário em diferentes localidades e coletadas informações junto às empresas de várias regiões, por meio das Comissões de Salários Mínimo, criadas antes da instituição do salário mínimo pela lei n. 185 de 14 de janeiro de 1936 (ausente de destaques no original).

É curioso perceber no trabalho de Ferraz (2007) que o Estado fez e faz um esforço imenso para manter um banco de informações atualizado sobre os preços dos alimentos, que o próprio Estado definiu como constituinte da ração essencial mínima, considerando a sazonalidade regional como parâmetro para definir o valor do salário mínimo. Isso faz com que a dieta diária do trabalhador remunerado pelo salário mínimo seja controlada quantitativa, além de qualitativamente, desconsiderando as necessidades, restrições e as susceptibilidades alimentares dos trabalhadores e seus familiares, além da diversidade de gostos e preferências.

Uma das instituições ligadas às organizações sindicais que mais monitora e denuncia o subdimensionamento do valor mínimo do salário pago ao trabalhador brasileiro é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O monitoramento do DIEESE é mensal e é realizado a partir de pesquisas dos valores reais da cesta básica e dos comportamentos da economia na variação dos índices de preços e de inflação.

No seu sítio eletrônico oficial¹³², pode-se observar uma série histórica de pesquisas compiladas que mostra a divergência entre o valor do salário mínimo nominal e o necessário para aquisição da cesta básica nacional.

¹³² Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>>. Acesso 25 jun. 2016.

Tabela 9 - Salário mínimo nominal e necessário segundo DIEESE

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2016		
Julho	R\$ 880,00	R\$ 3.992,75
Junho	R\$ 880,00	R\$ 3.940,24
Maió	R\$ 880,00	R\$ 3.777,93
Abril	R\$ 880,00	R\$ 3.716,77
Março	R\$ 880,00	R\$ 3.736,26
Fevereiro	R\$ 880,00	R\$ 3.725,01
Janeiro	R\$ 880,00	R\$ 3.795,24
2015		
Dezembro	R\$ 788,00	R\$ 3.518,51
Novembro	R\$ 788,00	R\$ 3.399,22
Outubro	R\$ 788,00	R\$ 3.210,28
Setembro	R\$ 788,00	R\$ 3.240,27
Agosto	R\$ 788,00	R\$ 3.258,16
Julho	R\$ 788,00	R\$ 3.325,37
Junho	R\$ 788,00	R\$ 3.299,66
Maió	R\$ 788,00	R\$ 3.377,62
Abril	R\$ 788,00	R\$ 3.251,61
Março	R\$ 788,00	R\$ 3.186,92
Fevereiro	R\$ 788,00	R\$ 3.182,81
Janeiro	R\$ 788,00	R\$ 3.118,62
1995		
Dezembro	R\$ 100,00	R\$ 763,09
Novembro	R\$ 100,00	R\$ 742,41
Outubro	R\$ 100,00	R\$ 729,57
Setembro	R\$ 100,00	R\$ 710,89
Agosto	R\$ 100,00	R\$ 723,65
Julho	R\$ 100,00	R\$ 729,99
Junho	R\$ 100,00	R\$ 735,49
Maió	R\$ 100,00	R\$ 773,18
Abril	R\$ 70,00	R\$ 812,78
Março	R\$ 70,00	R\$ 739,24
Fevereiro	R\$ 70,00	R\$ 701,14
Janeiro	R\$ 70,00	R\$ 723,82
1994		
Dezembro	R\$ 70,00	R\$ 728,90
Novembro	R\$ 70,00	R\$ 744,25
Outubro	R\$ 70,00	R\$ 740,83
Setembro	R\$ 70,00	R\$ 695,64
Agosto	R\$ 64,79	R\$ 645,53
Julho	R\$ 64,79	R\$ 590,33

Fonte: DIEESE

Os cálculos do Dieese, tomando como referência os itens da ração essencial mínima para garantir os níveis nutricionais do trabalhador, embora se insiram na mesma lógica de que ao trabalhador é reservada apenas uma parcela que lhe satisfaça o mínimo, ao mostrar a diferença entre o salário mínimo nominal e aquele que seria realmente necessário (Tabela 9, acima) para garantir alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, nos faz pensar que mesmo o trabalhador, nesse caso, embora não mais questione o controle dos meios de produção pela elite, acena para uma remuneração diferente daquela que lhe deixa em situação a análoga à escravidão.

Como já demonstramos nos capítulos precedentes, há uma hierarquização que marca o *continuum colonial* e que ocorre principalmente manipulando as marcas raciais e étnicas, no caso do referente de pagamento da força de trabalho como mediador do trabalho compulsório, mais uma vez as minorias étnicas são aquelas mais afetadas. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 10 - Rendimento médio recebido, segundo a cor ou raça, entre 2003 a 2015

Tabela 140: Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, segundo a cor ou raça, por região metropolitana (em reais, a preços de dez/15)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Branca							
2003	2220	1926	3146	2072	2231	2327	1748
2004	2201	1901	3013	2064	2213	2313	1756
2005	2254	2019	2827	2129	2310	2365	1734
2006	2323	1973	2949	2194	2346	2472	1795
2007	2416	1996	2974	2290	2500	2548	1883
2008	2492	1987	3182	2434	2632	2602	1927
2009	2571	1984	3192	2533	2713	2681	2003
2010	2663	2256	3234	2617	2948	2690	2142
2011	2716	2164	3367	2777	3096	2688	2202
2012	2795	2258	3489	3004	3120	2786	2243
2013	2838	2216	2936	2973	3199	2846	2354
2014	2893	2252	3060	2927	3426	2843	2422
2015	2774	2139	3013	2760	3287	2722	2364
Preta / Parda							
2003	1075	965	1015	1049	1153	1102	1056
2004	1078	940	1028	1039	1140	1119	1050
2005	1093	935	1058	1052	1149	1141	1051
2006	1160	966	1111	1148	1202	1215	1098
2007	1198	1004	1156	1204	1247	1231	1156
2008	1266	996	1222	1272	1331	1304	1190
2009	1322	1038	1304	1335	1402	1344	1283
2010	1410	1158	1421	1422	1499	1413	1318
2011	1472	1223	1493	1474	1563	1470	1384
2012	1570	1347	1544	1619	1639	1570	1469
2013	1629	1397	1502	1647	1754	1638	1556
2014	1682	1471	1499	1709	1856	1660	1699
2015	1641	1410	1445	1679	1826	1618	1600

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego
* Médias das estimativas mensais

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, 2016.

Observando os dados da Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE (Tabela 10), desde 2003, quando foi incluída a variável cor ou raça, os rendimentos médios mensais dos brancos seguem quase o dobro dos pardos ou pretos e os indígenas sequer aparecem na tabela. Essa diferença tende a se repetir nos níveis de escolaridade, na vulnerabilidade quanto à violência, ao acesso aos cargos públicos e eletivos. O padrão de trato da população, com destaque aos indígenas e negros, pela elite herdeira colonial no Brasil demonstra, incontestavelmente, aquilo que chamamos de *continuum colonial*.

Nessa mesma pesquisa o IBGE demonstra que a desigualdade entre os sexos também se mantém nos níveis salariais, quando comparados os rendimentos de homens e mulheres (Tabela 11).

Como que para seguir uma lógica argumentativa e coerente, fomos expando como a força de trabalho pode ser lida a partir do *continuum colonial*, mas poderíamos nos ater no caso de acesso à educação, aos cargos eletivos ou judiciários, todos eles controlados por uma elite branca que se consagrou desde os idos da colonialidade (= modernidade).

Tabela 11 - Rendimento médio recebido, segundo o sexo, entre 2003 a 2015

Tabela 136: Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, segundo o sexo (em reais, a preços de dez/15)*

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens							
2003	2015	1423	1540	1790	1995	2262	1903
2004	1991	1396	1522	1788	1982	2223	1910
2005	2024	1426	1552	1824	2020	2262	1861
2006	2113	1515	1638	1892	2075	2389	1930
2007	2184	1532	1706	1988	2188	2432	2027
2008	2255	1485	1799	2074	2313	2490	2068
2009	2315	1470	1848	2145	2373	2550	2181
2010	2403	1662	1921	2271	2543	2562	2320
2011	2468	1716	2019	2394	2667	2573	2376
2012	2566	1857	2087	2578	2666	2716	2429
2013	2607	1877	1928	2565	2771	2759	2560
2014	2670	1933	1972	2536	2949	2786	2633
2015	2555	1869	1863	2400	2851	2645	2552
Mulheres							
2003	1427	1040	1131	1184	1432	1606	1351
2004	1415	1005	1090	1180	1407	1596	1375
2005	1440	1060	1113	1216	1446	1604	1400
2006	1491	1085	1182	1274	1493	1670	1443
2007	1540	1147	1185	1296	1591	1706	1489
2008	1602	1163	1284	1367	1662	1756	1539
2009	1674	1155	1345	1441	1744	1842	1588
2010	1739	1278	1425	1519	1862	1855	1698
2011	1786	1290	1496	1568	1954	1876	1751
2012	1867	1382	1525	1692	2012	1972	1813
2013	1919	1387	1445	1746	2096	2028	1912
2014	1981	1471	1465	1774	2230	2069	1984
2015	1927	1442	1476	1719	2119	2023	1939

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, 2016.

Os professores Campos e Machado (2015), em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciência Política com título “A cor dos eleitos”, problematizam a pouca representatividade dos não brancos nos cargos eletivos em todo o país. Apontam a falta de informações oficiais como um dos entraves na elaboração de trabalhos sobre a participação dos não brancos na política. Para se ter ideia “somente nas últimas eleições de 2014 a variável raça/cor foi adicionada aos registros do TSE¹³³”, (p. 122).

Já Carmela Zigoni, pesquisadora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), ao analisar os resultados das eleições de 2014 chegou à conclusão que “Os resultados do 1º turno das Eleições 2014 infelizmente demonstram que o Brasil não avançou na equidade e representatividade na política. Negros(as), mulheres, indígenas e jovens continuarão sub-representados nos próximos 4 anos no Congresso Nacional” (ZIGONI, 2014, S/P).

Considerando então o Parlamento como um todo (540 cargos), as mulheres representam 10,37% [...]. Das mulheres eleitas, 12 se declararam negras, 11 na Câmara e 1 no Senado. [...]. No que diz respeito à questão da auto-declaração quanto ao quesito raça/cor, *nenhum* indígena foi eleito para o Parlamento Federal. [...]. A composição total do Congresso Nacional, portanto, é de 20,5% de negros e 79,5% de brancos. Considerando que a população negra no Brasil representa 52% da população,

¹³³ Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

podemos dizer que o Legislativo não reflete, mais uma vez, a composição étnico-racial da sociedade (ZIGONI, 2014, S/P) (presença de destaque no original).

Do mesmo modo, os não brancos e mulheres permanecem subrepresentados nas instituições do executivo e judiciário¹³⁴. Evidente que todos esses parâmetros são importantes para compor os argumentos da tese de que se vive o *continuum colonial*.

Entretanto, nesse trabalho, como já mencionamos anteriormente, nossa opção se deu por analisar as expropriações territoriais e explorações da força de trabalho, o que ensejam mais explicitamente o governo das populações mediante deslocamentos compulsórios, como bases para a compreensão daquilo que conceituamos de *continuum colonial*, por entendermos que é dessa equação, acumulação territorial e utilização da população como força de trabalho compulsória, que se engendra o quadro social e político tecido naquilo que chamamos colonialidade (= modernidade).

Disso, podemos inferir que as ações de deslocamentos compulsórios de povos e comunidades tradicionais, sobretudo das de ancestralidade indígena e/ou africana, em razão da instalação de grandes projetos intensivos em terra, capital e trabalho derivam, em larga medida, da ação de deslocamento fundante da colonialidade (= modernidade), tanto de negros quanto de indígenas, os negros retirados das suas terras em África e os índios aldeados fora dos seus territórios, isso favoreceu uma desvinculação histórica deles com a sociedade envolvente, ou colonial ou nacional, fazendo com que cada vez mais negros e índios deixassem de aparecer como protagonistas das cenas públicas, sobretudo nas situações de tomadas de decisões políticas e econômicas. Sua cosmovisão e seu conhecimento sequer eram considerados como meios de subsidiar as ações da nova sociedade engendrada pela colonialidade (= modernidade).

No que concerne aos deslocamentos compulsórios, como forma de governo das populações, para expropriação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, notadamente os de ancestralidade indígena e/ou africana, estes ocorrem em razão de os grupos expulsos dos seus lugares de origem não disporem de força suficiente para manutenção de suas permanências em seus territórios frente ao avanço de grupos de maior poder econômico e político (podendo ser compostos pelo Estado, por empresas ou consorciados).

Entretanto, em nossa investigação percebemos, embora em menor número, a ocorrência de casos em que os grupos explorados são mantidos em seus lugares, sendo, no entanto, forçados a deslocarem-se no âmbito social, econômico e cultural, sob pena de não

¹³⁴ Não é objetivo deste trabalho investigar se com as mulheres e não brancos passando a tomar assento nas cadeiras do executivo ou legislativo tenderá a haver uma mudança nas estruturas herdadas da colonialidade. O que se busca demonstrar é que as minorias permanecem fora dos espaços de decisões políticas, econômicas e legais.

conseguirem se reproduzir simbólica e materialmente, como é o caso do povoado Piquiá de Baixo, que apresentamos no capítulo anterior. A essa situação, denominamos de deslocamento sócio-econômico-cultural, em razão das relações assimétricas mantidas entre os expropriadores (o par Capital-Estado) e os expropriados (comunidades tradicionais), de quem se exige níveis de educação formal, renda monetária, organização comunitária impostos pelos próprios expropriadores, como condição de serem inseridos na lógica da produção e circulação de mercadorias. Dissimulam uma técnica apreendida dos seus ancestrais colonizadores: hierarquizar para conquistar, se antes o pecado era o simples fato de ser índio ou negro, na versão atual no *continuum colonial* além de mantê-lo, inclui-se os pobres, analfabetos, desqualificados, desempregados.

A partir desta compreensão, sugerimos que os deslocamentos geohistóricos das populações originárias e das populações cativas africanas fundantes das relações coloniais no Brasil deram base para as ações do governo das populações atualmente, postas em prática pela elite herdeira colonial, sendo que as populações são classificadas como primitivas e inferiores, ou no léxico mais atual, pobres, analfabetas, desqualificadas, fazendo surgir dois tipos principais de deslocamentos: *geográficos* ou *físicos* e os *temporais* ou *históricos*, e, ainda, com possibilidades de casos em que ocorre sua combinação, lembrando ainda que em ambos os casos o que há é uma eficiente forma de governo das populações.

Os deslocamentos físicos são os derivados daqueles experimentados no processo de aldeamento indígena, quando os povos eram organizados em grupos e sedentarizados em um local específico, as aldeias, geralmente sob coordenação de religiosos a serviço da coroa. Esse processo poderia ocorrer tanto pelo recrutamento de índios dispersos e posto em certo local, como já aproveitando de alguma parada do grupo, em certo espaço, para realizar sua fixação definitiva. De qualquer modo, o grupo estava familiarizado com o ambiente.

Pelo que vimos argumentando, não somos autorizados a compreender os deslocamentos compulsórios de comunidades tradicionais em razão de grandes empreendimentos como dissociados do padrão de controle, classificação e hierarquização da população pela elite herdeira colonial. Trabalhadores são mobilizados ou movimentados para regular salários, comunidades para liberar territórios com seus recursos vinculados para realimentar o sistema de produção e circulação capitalista; negros e índios foram, na gênese da colonialidade (= modernidade), vítimas de deslocamentos que ainda hoje resvalam em suas condições e posições nas cenas sociais, políticas e econômicas, os negros africanos foram arrancados não somente do seu território, mas das possibilidade de permanecer no jogo das disputas sociais, políticas, econômicas, culturais das suas sociedades de origem; o índios,

reduzidos numérica e culturalmente, decresceram em número e em diversidade com a política de aldeamento. Disso, negros e índios uma vez deslocados dos seus arranjos sociais e jogados na periferia do sistema colonial até hoje padecem com o mesmo ordenamento nas repúblicas (democráticas?, independentes?, descolonizadas?) administradas pelas elites herdeiras coloniais, a esse padrão que perdura é que chamamos de *continuum colonial*.

A expropriação dos territórios e das suas riquezas, como também o aproveitamento da população expulsa, ou administrada como força de trabalho serviu, dentre outros elementos, foi o que fundou a colonialidade (= modernidade), e por isso mesmo é que procuramos compreender, nos casos empíricos nos capítulos 3, 5 e 7, os deslocamentos de comunidades tradicionais, como parte da gestão da população, realizada pelo par Capital-Estado, para garantir o funcionamento da empresa colonial que ficou como herança para a elite herdeira colonial tocar seus negócios. Para isso, partimos da hipótese de que o deslocamento compulsório se constituiu em método de expropriação e exploração, com sua gênese no alvorecer da colonialidade (= modernidade), e teve como espectro fundante o tráfico de escravos africanos e os aldeamentos indígenas.

O capítulo seguinte, o último desta tese, procura evidenciar a grilagem das terras dos camponeses de Buriticupu/MA, como caso exemplar do avanço do par Capital-Estado sobre os territórios dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, além de outros despossuídos política e economicamente, que procurou liberar terra, recursos e braços para os negócios da elite herdeira colonial, intento que fracassou frente à resistência dos escravos da república, na chamada “guerra de Buriticupu”.

7 BURITICUPU: A COLONIALIDADE (= MODERNIDADE) DA COLONIZAÇÃO; GRILAGEM, EXPROPRIAÇÃO E A LUTA PELA TERRA

A grilagem é um instrumento oficialmente assumido para incorporar as terras públicas às mãos dos grandes proprietários. A propriedade da terra no Brasil, passa, em sua maioria, por esse processo violento, ilegal.

D. Moacy Grechi - Bispo de Acre-Purus / Presidente da CPT

Buriticupu, que derivou do Projeto Pioneiro de Colonização, do governo do Estado do Maranhão iniciado em 1973, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.162, de 10 de novembro de 1994, com área total de 2.720 Km², desmembrado do município de Santa Luzia. Localiza-se na Mesorregião do Oeste Maranhense, a mesma de Açailândia, e na Microrregião do Pindaré. Sendo que a leste o município faz fronteira com o rio Presa de Porco, que o liga ao município de Alto Alegre do Pindaré, limitando-se ao sul com o município de Santa Luzia do Tide. Na porção norte/leste margeia os rios Buriticupu e Pindaré, que o une aos municípios de Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim; e na porção sul/oeste, tem como limite o rio Zitíua que o liga aos municípios de Arame e Amarante do Maranhão (AGUIAR, 2005; SILVA, 2015). No âmbito do PGC planejou-se instalar duas usinas siderúrgicas, mas que não se efetivaram, sendo que, para o PFC, ao município ficou reservado o monocultivo de eucaliptos que alimentam a cadeia do carvão vegetal para aquecer os fornos das siderúrgicas de Açailândia/MA (GISTELINCK, 1988).

Dessa Mesorregião, os municípios mais antigos são respectivamente Imperatriz e Santa Luzia do Tide, também conhecida apenas por Santa Luzia. Como vimos, com a passagem da BR-010 no ano de 1958 alcançando a localidade que hoje é o município de Açailândia, uma imensa área de terras abundantes em água e muito férteis passaram à cobiça de especuladores, grileiros, empresários de toda parte do País.

Musumeci (1988, p. 15), calçada pelos trabalhos de Octávio Guilherme Velho, ao escrever sobre as frentes agrícolas na região de Marabá que recebiam grandes levas de lavradores maranhenses no final da década de 1960 e início da 1970, oriundas principalmente do vale do rio Mearim, observa

a conversão dessas áreas em “expulsoras” do campesinato, por efeito de um movimento acelerado de privatização da propriedade da terra, concentração fundiária e pecuarização, que estava ocorrendo em larga escala nas zonas de ocupação recente do Maranhão e tendia a disseminar cada vez mais por todo o leste amazônico.

As extensas terras do vale do rio Pindaré, que englobam o município de Buriticupu, que eram relativamente isoladas, também garantiam a habitação de diversos povos indígenas expulsos do litoral que conviviam de modo pacífico ou em constante conflitos com grupos de camponeses e ribeirinhos situados na região depois de perderem suas terras nas áreas onde o latifúndio avançava, principalmente na região do Mearim (ASSELIN, 2009; SILVA, 2015; AGUIAR, 2005; 2010).

Figura 8 - Estado do Maranhão - Região de Buriticupu



Fonte: Silva (2015, p. 50)

Como vimos, o atual município de Buriticupu, bem como a larga região do vale do rio Pindaré e seus afluentes, ou mesmo a Amazônia Maranhense, está imerso em um emaranhado de ocorrências espaço-temporais quase impossíveis de serem reconstituídas, mas que sua

compreensão mínima se faz necessária para entender sua ligação com aquilo que chamamos de *continuum colonial*. É o que faremos a seguir.

7.1 ENTENDENDO O CONTEXTO: OU SOBRE O *CONTINUUM* DA EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL E DA FORMAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL

Para propósitos de demonstração da nossa tese: o *continuum colonial*, faz-se necessário mostrar que o Estado do Maranhão, em geral, e a porção em que se situa o atual município de Buriticupu (Mesorregião Oeste Maranhense), em particular, no que diz respeito ao avanço das fronteiras de expansão dos negócios da elite, remonta os idos da nascente colônia portuguesa na América, mobilizando terras e força de trabalho ao longo do avanço da empresa colonial, fenômeno que jamais sessou em praticamente toda região amazônica e também na Amazônia Maranhense¹³⁵ (ou Pré-Amazônia), e que a partir das primeiras décadas do século 20 ganhou novos contornos nas ações das elites herdeiras coloniais que desejavam levar a cabo o controle das terras e o governo das populações, mas não sem enfrentar a resistência dos grupos indígenas, quilombolas, camponeses, desempregados, desqualificados, analfabetos – os escravos da república.

Para se ter ideia do avanço das frentes de expansão ainda nos primeiros tempos da colônia portuguesa na América, com o propósito de ampliar os negócios da metrópole, controlar o território e governar as populações indígenas e afro-brasileiras, Alencastro (2000, p. 337) recobra o contexto da

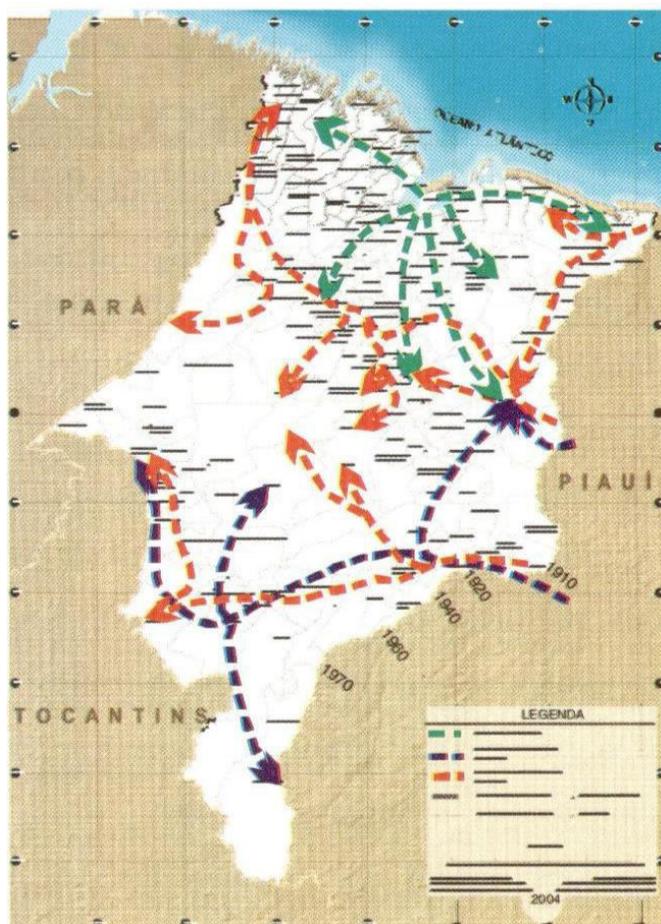
chamada “guerra dos bárbaros” (1651-1704) [...]. Trata-se do ciclo de hostilidades intermitentes que dizimou os povos indígenas na fronteira pecuária que Capistrano de Abreu denomina “sertão de dentro”, indo do interior da Bahia até o Maranhão, e “sertão de fora”, entre o planalto de Borborema, na Paraíba, e a serra Grande, na divisa do Ceará com o Piauí.

[...] paulistas práticos na caça de índios para o cativo convertem-se em exterminadores de comunidades indígenas e afro-brasileiras. [...] Na transformação do bandeirante em bugreiro, o objetivo principal vem a ser o aniquilamento das tribos para abrir passagens de gado ao abrigo das flechas. A preação de índios passa a ser subsidiária e os sobreviventes do massacre são vendidos ao acaso.

¹³⁵ “Independentemente, portanto, da real posição de suas atuais fronteiras ecológicas, no constante recuo imposto pela devastação, a delimitação econômica e social da Amazônia maranhense (também chamada de Pré-Amazônia) abarca, além do oeste, todo o centro-sul do estado, onde se verifica um panorama ecológico, econômico e social que testemunha os resultados da interação de dois cenários, típicos e complementares, das políticas fundiárias praticadas no país: a tradição dos latifúndios monocultores e da pecuária extensiva do nordeste, e a modernidade do assalto predatório à Amazônia, em escala industrial, por grandes empresas do Sul e do Sudeste” (VARGA, 2002, p. 18).

Em estudos mais recentes, mas derivados de obras que se tornaram clássicas (ANDRADE, 1974; VELHO, 1981; TROVÃO, 1989; CABRAL, 2008), o professor do Departamento de Geociências (DEGEO) da UFMA, José Ribamar Trovão (2008) apresenta o processo de ocupação do território maranhense, classificando as frentes de expansão em “Frente Litorânea” (p. 13), “Corrente Pastoril” (p. 17) e a “Frente de ocupação dos migrantes da seca e dos expropriados do Nordeste” (p. 24).

Figura 9 - Frentes de Ocupação



Fonte: Trovão (2008, p. 13)¹³⁶

Trovão (2008, p. 13) mostra a importância da Frente Litorânea no processo de colonização do Maranhão.

Tanto o processo de conquista francesa, como a posse definitiva portuguesa, se desenvolveram inicialmente pelo litoral espalhando-se timidamente no sentido oeste e leste, e depois, com maior evidência, pelos vales inferiores e médios dos rios genuinamente maranhenses.

¹³⁶ Setas verdes: Frente Litorânea. Setas vermelhas: Frente dos Migrantes da Seca. Setas azuis: Frente Pecuária.

Formada pelos portugueses, seus descendentes e pelos índios domesticados, um dos objetivos da frente litorânea foi garantir a ocupação do espaço, e uma de suas tarefas mais árduas foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra - os índios (ausente de destaques no original).

Também as expansões das fronteiras rumo à Amazônia e Pré-Amazônia no século 20, segundo alguns estudiosos (ANDRADE, 1973; MARTINS, 1991; VARGA, 2002; ANDRADE; SANTOS, 2009), se deram em razão da busca de terras livres pelos camponeses, indígenas, quilombolas expulsos das áreas de maior avanço industrial e/ou agropecuário em par com o latifúndio; e pelo próprio avanço das frentes agropecuárias em expansão.

Vários estudos, dentre os quais os de Andrade (1973), Martins (1980), Musumeci (1988), Alencastro (2000), Varga (2002), Cabral (2008), Trovão (2008), Andrade e Santos (2009), guardadas suas singularidades, mostram que a Amazônia, bem como o Maranhão, notadamente a Amazônia Maranhense, passaram por um largo processo de ocupação efetiva após a conquista portuguesa. Estes autores, com abordagens e finalidades específicas, argumentam que foram as frentes ou correntes de ocupação ou expansão, como a “frente litorânea”, a “frente de migração nordestina”, a “frente maranhense”, a “frente agropecuária”, a “corrente pastoril baiana”, a “corrida para o oeste”, envolvendo bandeirantes, empresários, pecuaristas, governos, indígenas, quilombolas, camponeses, em um quase indestrinçável labirinto de possibilidades, arranjos e rearranjos, ora conflituosos, ora de cooperação, que ao largo dos séculos formaram a disposição territorial nessa grande região.

Desses diversos povos, grupos ou segmentos sociais envolvidos nas tramas das expansões das fronteiras na Amazônia Maranhense, o trabalho de Andrade e Santos (2009, p. 73) aponta que os camponeses foram premidos a avançar para fronteiras das florestas em razão do avanço da expropriação das suas áreas de uso pela agropecuária, pelo latifúndio, pela violência.

As famílias camponesas que ocupam a Pré-Amazônia Maranhense, transferiram-se espontaneamente¹³⁷ de áreas de colonização antiga do Estado. Tais famílias foram movidas pela alta dos preços dos aforamentos; pelo monopólio da comercialização dos produtos de suas lavouras pelo proprietário da terra; pela invasão de seus roçados pelo gado daquele. Assim, foram se deslocando em busca de áreas disponíveis a Oeste do Estado, onde pudessem cultivar livremente. Ao penetrar na Pré-Amazônia Maranhense, passaram a fundar os denominados *centros*, agrupamentos de moradias nos locais de trabalho, no interior da floresta.

¹³⁷ Note-se que estes autores utilizam os deslocamentos de grupos sociais expropriados e explorados como sendo espontâneos, pelo fato de não haver ação direta do Estado ou de entes privados que conduzam o “planejamento” dos deslocamentos, o que fazem distintamente do nosso uso, uma vez que para nós as pressões econômicas e violências impedem que os classifiquemos como espontâneos, pelo que sugerimos seu caráter compulsório.

Vejam os relatos de camponeses, apresentados por Andrade e Santos (2009), que demonstram a inviabilidade da permanência do camponês nos lugares em que a terra passa ter proprietário legalmente constituído.

Entonce, aí apareceu um comprador de terra que diz que tinha comprado um terreno que nós tava trabalhando, entonce comprava e era prá nós ficar trabalhando nos terreno que não cobrava nada, toda vida era cuma era. Nós passávamos aquele primeiro ano, nós diz: tá muito bem. Quando foi no outro ano, lá apareceu este homem cobrando um alqueire de arroz por linha. Um alqueire de cincoenta e cinco litros de arroz por linha. Nós dissemos: ainda está bom assim mesmo, a gente ainda vai passando. Quando deu no outro ano, apareceu a renda de receber dois alqueires por linha. Certo é que quando foi com três anos, nós estava pagando três alqueire por linha, era três alqueire por linha, entonce eu fiquei em condição que eu disse: aqui não dá mais prá mim viver (Morador do *centro* do Bala, em entrevista publicada por ANDRADE; SANTOS, 2009, p. 40-41) (presença de destaques no original).

Um outro morador do mesmo centro conta o que motivou sua arribada d'onde morava anteriormente.

Saí de lá por causa de dono de terra... Lá o gado começou entrar dentro de minha roça, um dia de terça-feira santa eu matei sete reis, fui preso. Adespois me soltaram, vim prá casa novamente. Quando passou uns tempos tornaram, o dono da terra que justamente comprou o sítio do meu avô, ficaram lá aí tavam me cobrando renda de terras nesse ano eu panhei 50 latas de feijão e tinha que dar 30 pro Nelton numa vaca que eu tinha comprado, aí o dono da terra veio me alcançar no caminho, veio me abusar, eu panhei a faca, corri atrás dele, ele entrou dentro da casa e eu entrei junto com ele... saiu lá na cozinha e eu sai junto com ele, ele entrou dentro do bananal, eu voltei. Aí, eles correram foram dar parte de mim. Tornaram me dar outra prisão (Outro Morador do *centro* do Bala, em entrevista publicada por ANDRADE; SANTOS, 2009, p. 43) (presença de destaques no original).

Desses relatos os autores inferem, que em alguns casos, o controle da terra pode estar ligado à prática de grilagem e que os proprietários, ao comprarem o terreno, buscam expulsar os trabalhadores por diversos expedientes.

O trabalho de Andrade e Santos (2009) revela um certo padrão de deslocamento de famílias camponesas que perderam reiteradamente suas terras de cultivo e de moradia que, por isso mesmo, passaram a avançar rumo à Amazônia Maranhense. Este padrão é o mesmo utilizado pelas famílias camponesas que se encontravam na região de Santa Luzia quando do início do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu em 1973.

Silva (2015, p. 75-76), ao analisar os sucessivos deslocamentos das famílias camponesas antes de se fixarem no Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu, observou que vários chefes dessas famílias, em busca de terras próprias para trabalhar, “percorreram 7, 6, 5, 4 deslocamentos. Nessa migração forçada a maioria fez entre 2 a 4 paradas entre a terra que nasceu e a morada atual”. Sendo que desta constatação o autor concluiu que essas migrações, na maior parte dos casos não eram intencionais, mas respondiam a uma situação de precarização das suas condições de trabalho e de vida da família.

Os resultados da pesquisa de campo realizada pelo professor István van Deursen Varga¹³⁸ junto aos camponeses do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu e aos indígenas da Terra Indígena (TI) Araribóia, apresentam-se bastantes úteis para nosso intento, não só, mas sobretudo os capítulos 5 e 6, respectivamente, “Políticas coloniais, ‘colonos’, escravos e índios: relações interétnicas no Maranhão dos séculos XVII e XVIII” e “Políticas de colonização, ‘colonos’, escravos e índios: relações interétnicas no Maranhão do século XIX”.

Nestes dois capítulos o autor, dentre outras coisas, faz dois destaques que nos interessam; primeiro, que o Estado do Maranhão e, conseqüentemente, essa região em que se localiza, atualmente, o município de Buriticupu, tem se configurado como fronteira de expansão desde a emergência dos tempos coloniais, fossem de indígenas fugidos do cativoiro ou do extermínio das companhias religiosas ou civis, fossem de escravos africanos fugidos das *plantations*, fossem dos próprios produtores colonizadores, principalmente portugueses, mas também em alguns períodos franceses e holandeses, para expandirem seus negócios; segundo, que os grupos de quilombolas e vários povos indígenas, ao largo desse vasto período, tiveram várias experiências de convivência amistosa e cooperativa, e que essa aliança favorecia suas resistências às investidas da sociedade envolvente contra si e seus territórios.

Nessa mesma direção, Alencastro (2000, p. 245) observa que os projetos de integração nacional, independentemente de quem estivessem representando o poder político brasileiro (a metrópole ou seus herdeiros), ocorreram, na experiência colonial formal, via expansão econômica. Senão vejamos: ainda no século 15, “os paulistas e seus índios já estavam sendo empregados para abrir pelo sertão cearense outra via estratégica: o caminho terrestre entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil isolados um do outro por ventos e correntes bloqueando a navegação entre as duas regiões”. Disso resulta que, segundo esse mesmo autor, “inaugura-se no interior da Colônia um *seller’market*, um mercado onde os vendedores de ouro são dominantes. [...] Abrindo novas possibilidades à pecuária e a cultura de gêneros alimentícios” (p. 245).

O projeto de expandir as fronteiras para garantir, de algum modo, o lucro da elite, com a justificativa de integração do território, a despeito das suas singularidades, tem sido um empreendimento que perpassa a colônia e vai até a última experiência de república. Nesse empreendimento, a Amazônia aparece como última fronteira, e “o Maranhão desempenhou,

¹³⁸ István é médico e professor do Departamento de Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Maranhão (DESOC/UFMA). Defendeu, em 2002, a tese, “Pelos fronteiras e trincheiras do indigenismo e do sanitário: a atenção às DST em comunidades indígenas no contexto das políticas e práticas indigenistas e de saúde, na Pré-Amazônia”, na Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo (USP).

desde o início da colonização (sec. XVI) o papel de ‘porta de entrada’ de várias frentes de expansão da sociedade nacional em formação sobre a Amazônia” (VARGA, 2002, p. 50).

Para Alencastro (2000, p. 57-60) as dificuldades naturais de integração do litoral norte ao sul fizeram com que as terras da América portuguesa fossem divididas em dois estados:

“Estado do Grão Pará e Maranhão” e o “Estado do Brasil” (Figura 10).

Correnteza mais rápida de todo o litoral brasileiro, atingindo velocidades de 25 nós¹³⁹ no costão que vai do cabo de São Roque (Rio Grande do Norte) ao cabo Orange (Amapá), a corrente das Guianas facilitava grandemente a navegação para o Norte...

Em contrapartida, a corrente representava um obstáculo quase intransponível à navegação a vela no retorno do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil...

Missionários e autoridades civis despachadas da Bahia para São Luís e Belém deveriam primeiro ir fazer baldeação me Lisboa, para depois viajar até o Maranhão e o Pará (p. 58-59).

Dáí Alencastro (2000, p. 59) afirmar que “a separação entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (1621)... responde ao quadro de ventos e marés predominantes na costa sul-americana” o que levou “à criação de duas colônias distintas no espaço da América portuguesa”.

Figura 10 - Primeira divisão política do Brasil



Fonte: Trovão (2008, p. 12)

¹³⁹ “Um nó é igual a uma milha marítima, ou 1852 metros, por hora: 2,5 nós = 4630 metros por hora, 111 quilômetros por dia” (nota do próprio autor, Alencastro, 2000).

Mesmo com a decisão geopolítica, imposta por imperativos naturais, de dividir as terras da coroa portuguesa em duas colônias distintas, desde os primeiros anos de colônia buscaram-se caminhos por terra que garantissem os fluxos econômicos, políticos, administrativos, religiosos entre o que hoje é a Amazônia e restante do território. Conforme narra Alencastro (2000, p. 60), “a via pelo sertão paraense propiciou a primeira rota ligando o Norte amazônico ao restante da América portuguesa”. Este mesmo autor ainda relata que:

Na sua crônica sobre o Estado do Maranhão, o padre Bettendorf assinala um evento surpreendente ocorrido em 1696: a chegada a Belém “dos homens do Brasil”, baianos vindos a cavalo pelo sertão para pedir ao governador do Pará pastagens destinadas ao gado. No seu retorno “para o Brasil, os fazendeiros baianos foram acompanhados pelo ouvidor-geral do Pará, já nomeado desembargador da cidade da Bahia. Manuel Nunes Collares, assim se chamava o desembargador, preferiu cavalgar mais de 2 mil quilômetros pelo sertão bravo, semeado de índios hostis, a esperar um hipotético transporte marítimo entre Belém e Salvador. Muito provavelmente teria de ir primeiro a Lisboa e de lá viajar para a Bahia (p. 59-60).

Trovão (2008, p. 12), também, ao apresentar a primeira divisão política do Brasil, o “Estado do Grão Pará e Maranhão” e o “Estado do Brasil” (Figura 10), enfatiza o avanço dos grupos econômicos no Maranhão, prática que remonta à Colônia, pautados na agro-exportação e na pecuária.

A ocupação do espaço maranhense e a sua colonização desenvolveu-se através de duas frentes de expansão, em áreas geográficas distintas, uma pela planície do litoral, tendo como ponto de partida o Golfão Maranhense, e a outra pelo sertão, no planalto, tendo como via de penetração o médio vale do rio Parnaíba (sertão de Pastos Bons). Aquela tendo como principal elemento econômico a agro-exportação e esta a pecuária.

Historicamente, a expansão da empresa capitalista colonial, imperial ou republicana, sob a justificativa de integração nacional tem mobilizado vultuosos volumes de capital, de terra e das populações mais vulneráveis para servir de mão de obra cativa, seja sendo submetida diretamente aos açoites do patrão, seja mediada por salários que cumprem a função de garantir a ração diária mínima do trabalhador. Pós chegada da coroa portuguesa colonial, os vários povos indígenas, em regra, procuram refúgio distantes dos colonizadores para se livrarem das doenças, da chibata e do trabalho servil.

Os vários grupos indígenas com que os colonizadores portugueses se depararam, em curto espaço de tempo se apercebiam de suas intenções de conquistar a terra, dominá-los e utilizar sua força de trabalho, e buscaram fugir, afastando-se dos núcleos de colonização, frequentemente optando, para isso, por subir o curso dos rios, em direção a suas nascentes. Passou, assim, a denominar-se “descimento” ao procedimento, a cargo das missões religiosas, de trazê-los de retorno à foz desses rios, no litoral, para a proximidade dos núcleos coloniais, onde eram assentados nos chamados “aldeamentos”, para servir-lhes de mão-de-obra (os chamados “índios públicos”) (VARGA, 2014, p. 47).

Estas fronteiras abertas com a emergência da colônia portuguesa na América vão se reordenando e ganhando novas feições ao longo dos séculos, mas mantêm uma característica

importante: o avanço das elites coloniais, e depois das suas herdeiras, com o objetivo de expropriar e explorar as terras (com todos os seus recursos associados: água, madeira, solo fértil, minerais) e a força de trabalho das populações humanas já existentes e por eles induzidas a fixarem-se nas fronteiras de expansão.

A expansão contínua da expropriação das terras de comunidades tradicionais tem sido uma forma de garantir reservas de terras e recursos para a elite colonial. O exemplo do Tratado de Tordesilhas (1494) é fundante. Nesse caso as reservas de terras se deram mesmo antes da coroa portuguesa ter conhecimento efetivo da sua futura colônia na América. Vejamos:

O reinado de Portugal, antes mesmo de “descobrir” essas terras em 1500, na figura de Pedro Álvares Cabral, já assinara um tratado com o Reino da Espanha, o tratado de Tordesilhas em 1494, nesse sentido demarcou-se uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste das Ilhas do Cabo Verde. As terras descobertas a leste dessa linha pertenceriam a Portugal e o restante, a oeste, pertenceria à Espanha. Contudo, devido a não precisão das áreas demarcadas o tratado não entrou em execução. Para solucionar o problema foi assinado em 13 de janeiro de 1750 o Tratado de Madri, no qual significou a nova configuração territorial brasileira, com base no *uit possidets* (...) (ROMÃO ET AL, 2011, p. 3) (ausente de grifos no original).

A operação de reserva de terras e tudo quanto nela existir tem sido uma constante da elite colonial, do Tratado de Tordesilhas às leis coloniais, imperiais e republicanas. As reservas de terras são operações realizadas sempre distante da realidade de quem realmente mantém relação direta com ela, os indígenas, quilombolas, camponeses. Por decretos, leis, acordos, escrituras cartoriais ou mesmo pela resolução de expropriação pela força, há no imaginário da elite herdeira colonial, assim como daqueles que redigiram Tordesilhas, a certeza de que a terra e tudo nela existem para lhes servir, e movidas por essa convicção assim agem.

7.1.1 O Estado e a lei a serviço do *continuum colonial* no Maranhão

Guiada por essa concepção herdada da colônia, a elite herdeira colonial do Maranhão, estado que no final da década 1960 e durante toda a de 1970 ainda possuía a maior extensão de terras devolutas da região Nordeste do País, põe em curso mais um projeto de ocupação dessas terras, para tanto iniciou-se a construção de infraestrutura rodoviária na região, com a intenção de atrair, assim como no passado, investidores capitalistas, grandes grupos empresariais nacionais e internacionais. Para dar conta do intento, foi iniciada, em 1968, a construção da rodovia MA-74, ainda no governo de José Sarney, com o objetivo de ligar a BR-010 à rodovia Pará-Maranhão, que também interligaria Açailândia, então povoado de Imperatriz, ao

município de Santa Luzia, a obra só foi concluída em outubro de 1974, imediatamente passando ao domínio do governo federal denominando-se, a partir de então, BR-222 (ASSELIN, 2009; AGUIAR, 2005; 2010).

José Sarney que estava deixando o Governo do Estado, deflagrava uma série de publicações jornalísticas sob o título: “O Maranhão é a passagem para a ocupação”. A publicação daquelas matérias contando as “excelências” do Estado deixava bem claro que a sua atuação visava primordialmente a ocupação das terras ociosas do Estado. Para isso, ele agiu em tempo recorde, criando os mecanismos legais. Sarney havia criado em dezembro de 1968, pelo Decreto 3.831, a Reserva Estadual de Terras e seus órgãos e a Delegacia de Terras no interior do Estado. No ano seguinte, o Decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969, facultava a venda das terras devolutas sem licitação a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios podendo requerer cada um até 3 mil ha (AGUIAR, 2010, p. 17).

Para entender essa expropriação (“grilo”¹⁴⁰) das terras no Maranhão, posta em marcha pelos governos local e federal, Asselin (2009) amplia o foco e analisa a rede de rodovias do País, tomando as estradas Belém-Brasília e Transamazônica como linhas mestras. Para ele, esta última, nos anos 1970, foi responsável por intensificar “a penetração das grandes fazendas na Amazônia, vinculadas aos grupos paulistas e às multinacionais” (p. 29). Enquanto na BR-010, a Belém-Brasília, “os grileiros seguiram a abertura da estrada” (p. 28).

A bem dizer, seria a estrada Belém-Goiânia. Isto terá importância na compreensão da grilagem maranhense, pois de Goiânia já existiam as estradas de São Paulo, via Triângulo Mineiro, e, de São Paulo, em linha reta, para Londrina (PR), lugares de origens dos “novos bandeirantes” e das raízes explicativas da grilagem (ASSELIN, 2009, p. 27).

A forte presença de grileiros paranaenses, goianos e paulistas em terras maranhenses, fez com que Asselin (2009, p. 57), falasse na atuação do “grupo sulista” em termos de formação da *escola da grilagem*. Para ele, “a escola do Paraná’ tinha formado seus discípulos e tivemos já alguns ecos nos grilos *Gurupi, Serra Grande, Campo Alegre, Frades* e outros”.

Embora extensas, as descrições feitas por Asselin (2009), dos perfis políticos de alguns grileiros do “grupo sulista”, nos ajudarão a compreender as relações entre as elites locais e a de outros Estados no caso da expropriação das terras maranhenses na pisada da BR-010. Transcreveremos o perfil e as relações de um dos grileiros, dentre dezenas descritos por Asselin (2009, p. 81-82), para se ter ideia das influências políticas nos legislativos, executivos e

¹⁴⁰ Para compartilhar a compreensão do que seja “grilo” ou “grilagem” e os seus criadores - os “grileiros”, neste trabalho, optamos pela leveza dos contos de Monteiro Lobato (1922, p. 16) - “O ‘Grillo’”. “‘Grillo’ é uma propriedade territorial legalizada por meio de um título falso; ‘grileiro’ é o advogado ou ‘águia’ qualquer manipulador de ‘grillos’; terras ‘grillentas’ ou ‘engrilladas’, as que têm maromba de alchimia forense no título. [...] As velhas fidalguias de Europa entroncam no banditismo dos cruzados. Ter na linhagem um facinoroso encorcorado de ferro, que saqueou, queimou, violou, matou á larga no Oriente, é o maior padrão de gloria de um marquez de França. Ter entre os avós um ‘grileiro’ de hoje vae ser o orgulho supremo dos nossos millionarios futuros. Matarás, roubarás, são os mandamentos de alto bordo do decálogo humano, eternos e irreductiveis, que a ingénua lei de Moysés tentou inverter, antepondo-lhes um innocuo ‘não’”.

judiciários da “escola do Paraná” nas ações de expropriação de terras no Maranhão, trata-se de Joel Santana Braga.

Joel é natural de Santa Branca (SP). Chegou a Goiânia em 1967, já como Promotor de Justiça. Teve sua ascensão política no governo Leonino Caiado (1971-75) e é ligado aos órgãos de segurança, que lhe dão respaldo. Foi secretário da prefeitura de Goiânia, chefe do Departamento Jurídico da Caixa Econômica de Goiás - Caixaego (cujo presidente era então Índio do Brasil Artiaga) -, procurador de justiça, e é atualmente procurador substituto do Estado no governo Ary Valadão. É ligado a Manoel dos Reis e ao deputado federal Francisco de Freitas Castro.

E quem é Manoel dos Reis? O principal porta-voz dos latifundiários de Goiás, antigamente do PSD, que formou um dos grupos mais reacionários por ocasião do golpe de 1964, mantendo ligações com o CCC - Comando de Caça aos Comunistas. Foi quem liderou quase todas as denúncias contra a Igreja, na região, e quem encabeçou o telegrama que foi enviado ao presidente Figueiredo em 1980, aplaudindo a expulsão do padre Vito Miracapillo e pedindo a mesma medida contra Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT).

Nos processos de grilagem, em praticamente todo território nacional, Asselin (2009) denuncia a participação direta ou indireta de governadores, prefeitos, senadores, deputados, secretários de governo, juízes de direito, promotores de justiça, advogados, empresários, escriturários, é uma verdadeira organização que se apossa dos órgãos estatais e passa a usá-lo para efetivar a expropriação das terras de povos originários, camponeses, ribeirinhos, quilombolas.

No caso maranhense, para Asselin (2009), a grilagem aparece como uma espécie de política de Estado. Os grilos ocorreram sob o beneplácito dos governos de José Sarney, 1966 a 1971 (p. 151-56); de Pedro Neiva de Santana, 1971 a 1975 (p. 156-65); de Osvaldo Nunes Freire, 1975 a 1979 (p. 165-70) e de João Castelo, 1979 a 1982 (p. 170-74) e, por fim, com a participação de órgãos do governo federal, como o INCRA. Por isso mesmo, ao estudar detidamente o “Grilo Pindaré”, concluiu que a expropriação foi realizada pelo próprio Estado.

A consequência de todo esse quadro foi a desmoralização dos órgãos que deveriam estar a serviço do povo e que foram tantas vezes apontados como os responsáveis pela situação. De fato, foi sobejamente demonstrado que eles não passam de instrumentos a serviço do poder estabelecido, que contribuem, sem medir esforços, para manter a espoliação. Seus quadros são preenchidos por fiéis executores, que formam os “destaques da sociedade”. O Judiciário foi castrado, a Polícia corrompida, os cartórios aliciados, e assim por diante. O juiz José Ribamar Fiquene, de Imperatriz, recebeu, na época, Cr\$ 160 mil para esquecer a questão do Pindaré (ASSELIN, 2009, p. 172).

Em meados da década de 1960, a inauguração da estrada da grilagem, a BR-010, para Asselin (2009, p. 39) foi o que propiciou

a penetração no interior maranhense, seguindo o rumo Grajaú-Barra do Corda, através de Porto Franco, e pela antiga estrada Imperatriz-João Lisboa; abriram-se novas fronteiras na parte oeste do Estado com a abertura inicial de Imperatriz-Coquelândia substituída depois, pela linha Imperatriz-Trecho Seco-Cidelândia-São Pedro d’Água Branca e, enfim, indo para o leste, construindo-se a BR-222 (Açailândia-Santa Luzia).

Não custa lembrar, uma vez mais, que o plano de construção de estradas no Maranhão situa-se em um programa mais amplo de escala nacional e com objetivos coloniais. O presidente bandeirante JK, em seu plano audacioso “50 anos em 5”, afirmava que “não se conquista uma terra se não se tem acesso a ela. E a estrada é um elemento civilizador por excelência. Concebi, pois, o plano das grandes longitudinais, cortadas, quase na perpendicular, pelas grandes transversais” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 84). O Maranhão insere-se na rota nacional da conquista da terra pela elite herdeira colonial, ou no dizer de Asselin (2009), na rota da grilagem.

Como também vale lembrar, como já vimos no capítulo 4, que José Sarney, o *mandachuva* da oligarquia que, embora enfraquecida, ainda opera no Maranhão desde a década de 1960, idos de quando “Santa Luzia já era ‘a pupila dos seus olhos’”¹⁴¹ (ASSELIN, 2009, p. 152). Este autor ainda afirma que o “seu plano de governo [de José Sarney] não nasceu das necessidades do Estado e menos ainda expressou os anseios do povo trabalhador” (p. 152), mas do alinhamento com as políticas do plano nacional que projetou o PGC, de modo que a “política nacional encontrou sua realização no Maranhão, encaixando-se medidas estaduais no propósito federal” (p. 152). Como vimos no capítulo 4, esse argumento de Asselin tem total acordo com o de Reis (2007, p. 23) que, se referindo à estrutura oligárquica no Maranhão, afirma que “faz parte da formação da estrutura nacional de dominação”.

Para se ter ideia da relação do poder local com o central, a Delegacia de Terras, braço da Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão (SAGRIMA) na região de Imperatriz, criada pelo governo Sarney em 1968, com propósitos de “disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo o domínio público para o domínio privado [...] efetivou também a transferência das terras da região ao domínio federal. Surgiu então o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que ali substituiu a Delegacia de Terras, há tão pouco tempo criada”. Resta evidente que o projeto de usurpação das terras de indígenas, camponeses e quilombolas daquela região atendia aos interesses dos grupos de poder tanto no nível local, quanto nacional (ASSELIN, 2009, p. 37-38). Disso, talvez não seja exagero afirmar, em alguma medida, que a grilagem se trata de um projeto de Estado.

Neste mesmo diapasão, afora a Delegacia de Terras e o INCRA, do conjunto de medidas tomadas pelos governos do Maranhão e Federal, para atração de capital externo com o propósito de colonizar as terras devolutas do estado, durante o segundo quartel do século 20,

¹⁴¹ “No fim de 1969 e começo de 1970, abriu-se a primeira picada de Açailândia a Santa Luzia, [...]. Há quem tenha ouvido, naquela época, o então governador José Sarney, mostrando o mapa da região, dizer: ‘Quero uma estrada, custe o que custar, a Açailândia-Santa Luzia’” (ASSELIN, 2009, p. 38).

destacam-se a Lei 2.979 de 17 de junho de 1969, a chamada Lei de Terras¹⁴², também conhecida como “lei de terras do Sarney”; a criação da Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), em abril de 1979, substituída dois anos depois pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA); e, da parte do governo Federal, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para atrair, com financiamentos e ofertar subsídios, os projetos agropecuários de empresários de fora do Estado e mesmo de fora do País, sob alegação de que com isso iria dinamizar, diversificar e ampliar esse setor produtivo; além do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), criado em 1980, que complementaria os trabalhos do INCRA no Estado (ASSELIN, 2009; AZAR, 2011; SILVA, 2015; PEDROSA, S/D).

7.1.2 A herança colonial da usurpação de terras

Embora Oliveira (1999, p. 3), no seu trabalho “Fases da dominação da terra”, tome a usurpação do território dos povos originários pela Coroa Portuguesa como natural, chamando o evento de “descobrimento”, sua compreensão nos é útil para análise do caso em tela. Ela enfatiza que as terras foram “incorporadas aos bens da Coroa” e que o objetivo era o lucro pela exploração econômica. Vejamos:

Com o descobrimento, o território brasileiro foi incorporado aos bens da Coroa Portuguesa. Assim, a obtenção legal da terra se viabilizava por uma concessão do monarca ao interessado, a chamada doação de sesmarias. O princípio da ocupação era a exploração econômica tendo por objetivo o lucro.

O Brasil Colônia, ou América Portuguesa, se constituiu da usurpação das terras dos povos originários e de lá para cá toda estrutura fundiária se assenta nessa primeira usurpação, sustentada pela elite herdeira colonial. Vejamos: o Brasil Império reconheceu, o sistema de Sesmarias¹⁴³, a estrutura fundiária da Colônia, com a lei de terras de 1850, que se manteve vigente mesmo após a chamada proclamação da República, em 1889.

¹⁴² A lei de terras do governador José Sarney (1969), assemelha-se àquela lei de terras do Império, que preceituava no seu artigo primeiro: “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850).

¹⁴³ “A monarquia portuguesa, nessa tarefa de povoar o imenso território, encontrou nas bases de sua tradição um modelo: as sesmarias. As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Monarquia portuguesa, desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido. Uma sesmaria media aproximadamente 6.500m². [...] Esta medida vigorou em Portugal e foi transplantada para as terras portuguesas ultramar, chegando ao Brasil” (DINIZ, 2005, p. 2).

O jurista e professor Fábio Konder Comparato (2008, p. 10), ao analisar, com base nos estatutos legais, as continuidades da política agrária brasileira desde “o tempo das sesmarias” até a “era republicana”, chega à enfática conclusão de que “nenhum país mantém inocentemente, durante séculos, o seu sistema agrário fundado no latifúndio e na escravidão”.

Comparato (2008, p. 2) afirma que, logo no alvorecer do Império, “uma Resolução do Príncipe Regente, baixada em julho de 1822, suspendeu em todo território nacional a concessão de sesmarias. Entretanto, sua substituição oficial por outro sistema agrário ainda demorou mais de dois decênios”. O estatuto do Império que disciplinaria o sistema agrário seria a Lei de terras de 1850 (Lei nº 601), que não só reconheceu, como aperfeiçoou o sistema agrário colonial. Vejamos, no seu artigo 3º, que dá o conceito jurídico de “terras devolutas”¹⁴⁴, principalmente o § 2º, reconhece indubitavelmente as propriedades do suposto antigo sistema agrário colonial.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei (BRASIL, 1850).

E mais, ao destacar no seu primeiro artigo que: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra” (BRASIL, 1850), não suplanta, mas aperfeiçoa o sistema agrário colonial, uma vez que, como escreve Comparato (2008, p. 2), “tudo isso explica o fato de que a Lei de Terras promulgada em 18 de setembro de 1850, quatorze dias apenas após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz”¹⁴⁵, que aboliu - desta vez efetivamente - o tráfico de escravos africanos”. Ou seja, a elite colonial organizada no Estado Imperial, captura uma vez mais o Estado, e por decreto impede que os homens “livres como os pássaros” tenham acesso à terra. Ocorreu o que Rolnik (2015) observou ao analisar a colonização da terra e da moradia na era das finanças, quando os senhores resolvem “libertar” os escravos do seu julgo, impõe a terra ao julgo da propriedade, buscando equilibrar a equação: pessoas separadas da terra.

¹⁴⁴ Para o historiador José Luís Cavalcante (2005, p. 4), professor do Arquivo do Estado de São Paulo, “no período colonial, o termo ‘terra devoluta’ era empregado para designar a terra cujo concessionário não cumpria as condições impostas para sua utilização, o que ocasionava a sua devolução para quem a concedeu: a Coroa. Com o tempo, esse termo passou a ter o significado de vago”.

¹⁴⁵ “O ano da criação da Lei de Terra coincide com o da Lei Eusébio de Queirós, que determinava a proibição do tráfico de escravos em território brasileiro. É importante destacar que essa lei não causou impacto imediato na disponibilidade da mão-de-obra cativa, pois entre 1840 e 1850 entraram no país cerca 500.000 escravos” (CAVALCANTE, 2005, p. 4).

Conforme aponta Varga (2014, p. 70), a organização política que seguiu o período imperial no Brasil resultou de “um golpe militar [que] proclamou a República em 1889, dando início a uma sequência de governos militares, de forte influência positivista”. A chamada república Brasileira, instaurada por um golpe de generais militares que serviam ao Império, que, depois, se subdividiu em vários períodos (república velha, primeira, segunda, terceira republicas, nova república) aparece como uma espécie de último corolário da elite herdeira colonial em termos de controle territorial e governo das populações.

Como ato final, essa mesma elite colonial, agora transubstanciada em republicana, mantém na primeira Carta Magna da República, *proforme*, a de 1891, o disposto na Lei de Terras do Império (Lei nº 601 de 1850). Vejamos,

a mesma Constituição [a de 1891] dispôs que continuariam em vigor, “enquanto não revogadas as leis do antigo regime, no que explícita ou implicitamente não for contrário ao sistema de governo firmado pela Constituição e aos princípios nela consagrados” (art. 83). Com base nesse dispositivo, entendeu-se que a Lei de Terras de 1850 continuaria a vigorar, até que cada Estado decidisse, em lei própria, alterar o sistema agrário por ela regulado (COMPARATO, 2008, p. 3).

Então, a Lei de Terras de 1850, a lei do Império, dos colonizadores, segue livre e vigorosamente pelas largas vias (estradas, ferrovias, portos) do tempo republicano, com todo seu potencial expropriador. Os estatutos constitucionais seguem controlados pela elite herdeira colonial, as cartas magnas seguintes mantiveram o acesso às terras devolutas mediante compra, e foi somente com a sua face mais autoritária, a ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985, que essa mesma elite editou outra lei de terras, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que “dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências”, lei “que permanece em vigor até hoje, embora com várias ab-rogações” (COMPARATO, 2008, p. 5). A elite herdeira colonial mantém suas leis, seus métodos, pouco importa se sob colônia, império ou república.

E sobre a chamada Constituição Cidadã, a de 1988, pós regime de exceção, com a retomada da vida republicana da elite herdeira colonial, temos que

Em termos formais e abstratos, as disposições da atual Constituição sobre política agrária representam, indubitavelmente, um aperfeiçoamento em relação ao passado, no sentido de se buscar atingir um nível mais elevado de justiça social. Na realidade, contudo, esse avanço é mais declaratório do que efetivo. Os próprios redatores da Constituição traíram a sua mentalidade conservadora, ao colocarem os artigos sobre política agrícola e fundiária e reforma agrária como capítulo do Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira, e não do Título VIII, Da Ordem Social. Ou seja, para os autores da Constituição em vigor, a questão fundiária diz respeito exclusivamente à vida econômica, nada tendo a ver com a desigualdade social (COMPARATO, 2008, p. 5).

Como bem escrevera Marx (1985, p. 269), “o progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes

arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados”.

Para exemplificar a atuação dos republicanos coloniais, em meio às intensas campanhas de redemocratização do país, no ano de 1985, o então governador do Paraná, sr. José Richa¹⁴⁶, um fervoroso defensor do retorno das relações republicanas no país, mantinha a fazenda Capoema, em Buriticupu, “comprada” do governo do Maranhão a preço simbólico, sob forte vigilância de jagunços e que nesse mesmo ano dois trabalhadores rurais foram mortos dentro de sua propriedade. A elite herdeira colonial se veste do que for necessário para, com a mais profunda mudança que promovam, mantenham tudo como antes.

É, exatamente, nesse contexto de impedimento legal e político, e outros métodos privados, de acesso à terra que inúmeros grupos sociais (indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, extrativistas) em todo território nacional têm organizado resistências e ações efetivas de lutas pela terra (MARTINS, 1991; ASSELIN, 2009).

E o caso da peleja dos trabalhadores camponeses pela terra em Buriticupu/MA, aparentemente localizada, assim como no caso de Piquiá de Baixo (Capítulo 5), também precisou dessingularizar-se, para resistir às investidas de colonização do território pela elite herdeira colonial, fazendo com que as fronteiras entre local e global parecessem praticamente insignificantes.

A letra da música escrita por Luiz Vila Nova¹⁴⁷, transcrita abaixo, para animar a luta dos grupos expropriados na região do Pindaré ganhou o país inteiro nos encontros, celebrações, assembleias, ocupações. Ela traduz a percepção da continuidade dos métodos de expropriação e espoliação da elite herdeira colonial, mas também marca a tomada de consciência para a resistência dos grupos expropriados.

DE JOELHO NUNCA MAIS

Ô de joelho nunca
mais A não ser para
atirar Levanta a cabeça
Não é hora de capinar

¹⁴⁶Veja esse caso mais abaixo, neste mesmo capítulo, no item 7.3 “O risco que corre o pau, corre o machado”: a luta pela terra em Buriticupu.

¹⁴⁷Vila Nova é Luís Soares Filho, nasceu em Amarante/PI em 1947, participou da Juventude Agrária Católica (JAC), da Ação Católica Rural (ACR), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e foi líder sindical no Piauí e no Maranhão, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), integrou o grupo que liderou a luta dos camponeses pela retomada da terra expropriada pelos latifundiários na Região de Buriticupu de 1984 a 1986, foi presidente do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), no Estado do Maranhão, foi duas vezes Deputado Estadual pelo PT (1991-1994 e 1995-1998). Vive no Maranhão desde 1972, onde ficou conhecido como Luiz Vila Nova ou somente Vila Nova. As memórias narradas por Vila Nova ganham importância em razão de ter participado de várias frentes do processo de luta, desde a organização dos trabalhadores até sua representação no parlamento estadual. Atualmente, beirando os 70 anos vive em um pequeno sítio às margens do rio Pindaré, em Buriticupu.

Trouxeram uma cruz
 Nos ensinaram a rezar
 Grilaram nossas terras
 Pró reino de Portugal

Getúlio Vargas
 Prometeu nos libertar
 Mais o nosso sindicato
 Ele fez foi atrelar

No ano sessenta e quatro
 Nos fizeram ajoelhar
 Baixaram nossa cabeça
 Com o regime militar

A Nova República
 Prometeu de renovar
 A nova ficou velha
 E só fizera nos enganar
 (Luiz Vila Nova)

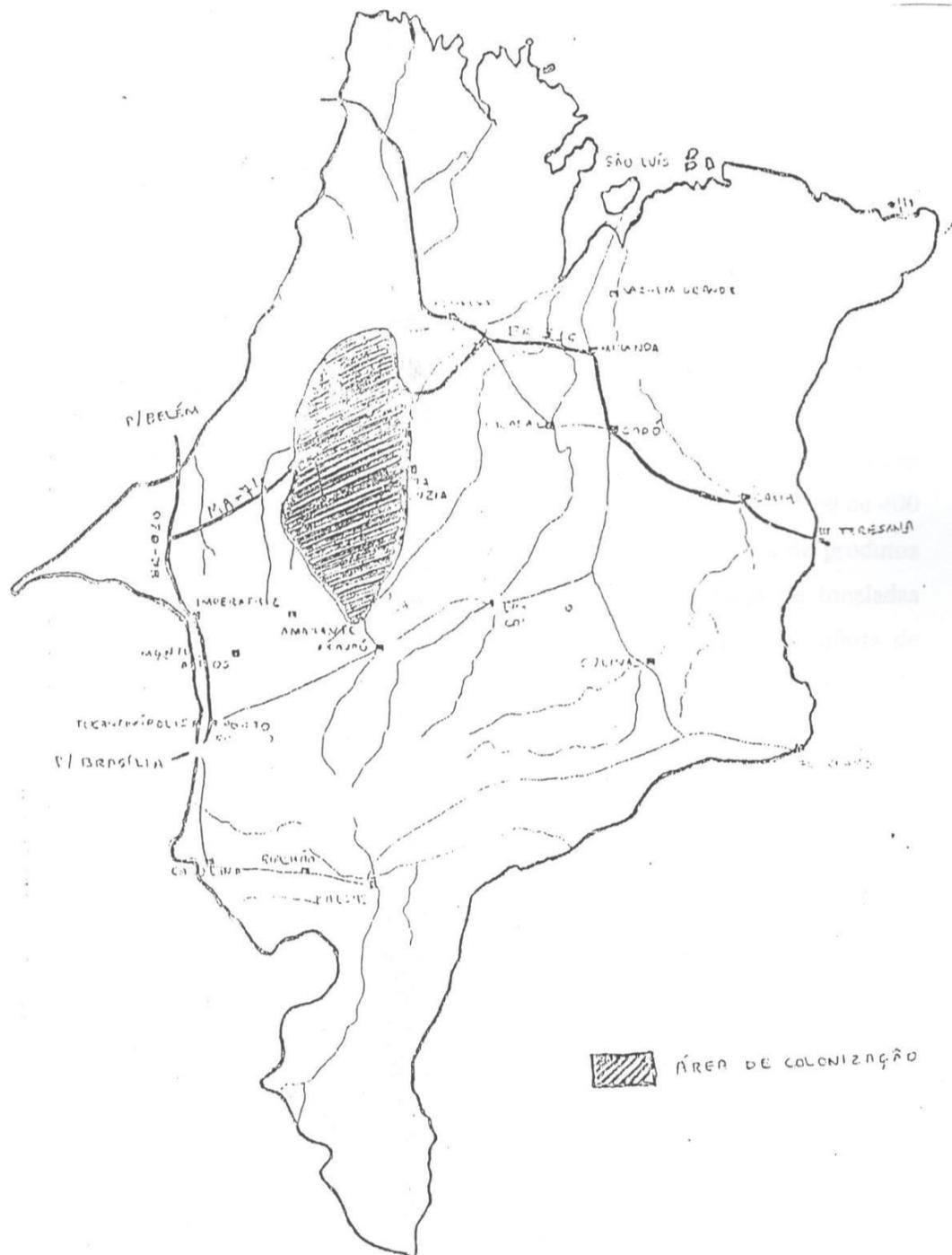
7.2 PROJETO PIONEIRO DE COLONIZAÇÃO DE BURITICUPU: A EXPRESSÃO DO *CONTINUUM COLONIAL* NA REGIÃO DO PINDARÉ, MARANHÃO

Como vimos acima, o governo maranhense, seguindo a tradição colonial, ainda no final da década de 1960, por força de lei, criou uma enorme reserva de terras devolutas para o Estado do Maranhão, que deveria ser entregue aos grupos empresariais para exploração madeireira e aumento da produção agropecuária. Para tanto, providenciou-se a construção de rodovias e a criação de órgãos e incentivos fiscais e financiamento dos projetos. Entretanto, como bem lembrou Aguiar (2010, p. 17), “mas como favorecer essa ocupação pelos grandes grupos sem garantir a oferta de mão-de-obra? O Projeto de Povoamento do Maranhão, financiado pela SUDENE, visava resolver esse problema”.

Esta providência foi tomada pelo governador Pedro Neiva de Santana (1971-1975), que, logo no primeiro ano à frente do executivo estadual, tratou de criar a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), pela Lei Estadual 3.230, de 06 dezembro de 1971, entidade de sociedade anônima e economia mista, e ao seu patrimônio incorporou a enorme quantidade de 2.100.000 ha (dois milhões e cem mil hectares) de terras, que abrangia os municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Santa Luzia, Amarante e Pindaré-Mirim, para execução de dois projetos de colonização, um em Buriticupu (Figura 11) com reservas de 1.700.000 ha (um milhão e setecentos mil hectares) da Gleba Buriticupu, no município de Santa

Luzia e outro, com restante das terras, no município de Zé Doca (LUNA, 1984; ARAÚJO, 1996; ASSELIN, 2009; AGUIAR, 2005; 2010).

Figura 11- Mapa de localização do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu/MA



Fonte: Araújo (1996, p. 40)

Faz-se necessário lembrar que meses antes, em abril de 1971, o governo federal (empresarial-militar) já havia feito sua própria reserva de terras na fronteira da Amazônia, quando, pelo Decreto Lei 1.164, declarou que a faixa de 100 quilômetros que ladeava as rodovias federais seria considerada “área de segurança nacional” e que as terras seriam “utilizadas de acordo com projetos aprovados pelo Conselho de Segurança Nacional” (ASSELIN, 2009, p. 156).

Pelos planos da recém criada Comarca, da reserva de terras incorporada ao seu patrimônio pelo governo do Estado do Maranhão, o total de 1.700.000 ha, da Gleba Buriticupu, deveria ser distribuída do seguinte modo:

800.000 ha, para grandes projetos agropecuários; 600.000 ha, para a ordenação de terras (demarcação e titulação de posseiros), e 300.000 ha, reservados ao Projeto de Colonização Pioneiro, cuja meta era assentar, em um tempo de 10 anos, 10 mil famílias de agricultores, cada uma com direito a receber um lote urbano de 1000m² e um lote rural de 25 ha, devidamente documentados (SILVA, 2015, p. 70).

Para Azar (2011, p. 5), a Comarca

utilizava o discurso de uma “ocupação racional e ordenada das terras livres” e a modernização do setor primário com a implantação dos grandes projetos agropecuários, os quais receberam investimentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esses grandes projetos agropecuários, na verdade, eram grandes corporações nacionais e estrangeiras que tiveram sua vinda para o Maranhão viabilizada através de consideráveis incentivos fiscais concedidos pelo governo, principalmente estadual.

Como vimos, a “*metrópole*” já acalentava o desejo de ocupar efetivamente as terras amazônicas e delas obter lucros. Já nos anos seiscentos, os colonizadores portugueses se ressentiam do nomadismo indígena na Amazônia, por dificultar o uso da sua força de trabalho de modo regular, o que foi parcial e temporariamente resolvido pela habilidade de catequese da Companhia de Jesus em “domesticar” e fixar em aldeias alguns povos indígenas (ALENCASTRO, 2000, p. 139).

As demandas da elite, por terra e força de trabalho, remontam ao período formal da colônia portuguesa. Nessa direção, Alencastro (2000, p. 41) enfatiza que

Se é certo que os colonos se queixam da “falta de braços” desde o século XVII, também é verdadeiro que eles protestam já na mesma época – coisa bem mais surpreendente – contra a “falta de terras”. Terra e trabalho não se apresentam aqui como dados independentes, mas como variáveis que são resultantes das forças motrizes do capitalismo comercial.

Essa mesma equação: controle da terra e da força de trabalho fazia necessário se reproduzir na mais nova investida de conquista da Amazônia Maranhense.

Os diversos estudos sobre a questão agrária no País, já largamente citados neste trabalho, sobretudo aqueles que envolvem conflitos entre grandes empresas agropecuárias e

latifundiários com grupos indígenas, quilombolas e camponeses tendem a utilizar o termo *colônia* e seus derivativos, como *colono*, *colonização*, como autoexplicativos. Embora não seja nossa intenção fazer uma discussão sobre a polissemia desses termos, precisamos, entretanto, explicar como compreendemos e de que modo utilizamos as noções de *colônia*, *colonização*, *colono*, *colonizador*.

Um dos aspectos essenciais para definir um território como *colônia* de outro é a expropriação e a anexação de um pelo outro e a consequente classificação tanto do território conquistado, quanto dos indivíduos que nele habitam como inferiores ao conquistador. A *colônia* é, portanto, digamos, por natureza, em algum ou muitos aspectos, inferior à metrópole, ao conquistador ou colonizador, mas, na mesma medida, necessária para manter ou ampliar seu poder, sua riqueza, sua superioridade. Sendo que o *colonizador* é tanto o grupo que controla o território conquistado, quanto quem, vindo em nome dele, opera a colônia para garantir-lhe o lucro, seja ele econômico, político, cultural. Já o *colono*, embora também vindo da metrópole, ou de outro território, a seu mando, trata-se daquele que é utilizado pelo grupo colonizador para operar as atividades cotidianas da produção do lucro, esse grupo, desde as experiências primeiras da presença colonial portuguesa na América, é constituído de indivíduos também subalternizados nos seus lugares de origem, são pequenos produtores expropriados, trabalhadores desempregados, homens condenados por crimes; para o colono, ir para a colônia, conforme o caso, seria uma oportunidade, uma segunda chance, dada pelo grupo colonizador para reaver sua terra de trabalho, melhorar de vida, enriquecer, espisar seus crimes, um lugar novo, onde se sente, de qualquer forma e em regra, superior aos colonizados.

No caso do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu, a *colônia* seria uma faixa de terra de 300.000 ha, localizada no então município de Santa Luzia, na Amazônia Maranhense, que antes era habitada por indígenas já refugiados naquelas matas do avanço das frentes agropecuárias que alastravam a partir do litoral (AGUIAR, 2005; SILVA, 2015).

Tratava-se de índios primitivos das tribos Tupi-Guarani e Guajá, que haviam fugido do litoral maranhense para o interior do Estado, aproximadamente no ano de 1650 [...].

Sem outros refúgios, esses primitivos¹⁴⁸, depois de longas caminhadas, chegaram a essa região pré-amazônica, onde escolheram a citada área, por ter grandes reservas florestais (AGUIAR, 2005, p. 14).

Vejamos mais esta descrição feita por Aguiar (2005, p. 15), abaixo:

¹⁴⁸ Alguns trabalhos que utilizamos como fonte de informações específicas sobre Buriticupu e o Projeto Pioneiro de Colonização, a exemplo de Aguiar (2005), tendem a referir-se aos povos indígenas, aos grupos quilombolas e às comunidades camponesas como sendo primitivos e atrasados. Advertimos que não compartilhamos dessas abordagens e que quando citamos seus trechos na íntegra o fazemos com o propósito único de exemplificar a presença desses grupos ou a forma como esses autores os compreendem e os classificam.

O Dr. Kilmer Freitas Costa, homem de relevantes serviços prestados durante o período da colonização como superintendente da COMARCO, conta que, na época da implantação do projeto de colonização, no ano de 1973, aconteceram vários fatos estranhos, por ocasião das construções das estradas vicinais da colônia. Seus depoimentos dão conta de que, por várias vezes, quando os tratoristas iam apanhar as suas máquinas, que haviam pernoitado no local do trabalho, encontravam-nas totalmente amarradas de cipós, inclusive com os cipós mais resistentes encontrados naquelas imensas florestas. Parece que a intenção dos autores desse feito era mesmo deter aquelas barulhentas e pesadas máquinas que haviam feito um incômodo barulho durante o dia todo.

Diante das inúmeras ocorrências noturnas, às vezes em locais distantes de qualquer lugarejo, supõe-se que os autores dessas façanhas eram os índios da tribo Tupi-Guarani. Irritados e talvez amedrontados com aquelas máquinas, esses índios tratavam os tratores como animais barulhentos e ferozes, que representavam para eles uma forte ameaça e que só à noite, enquanto dormiam, podiam ser dominados. O que corrobora a hipótese que eram mesmo os índios Tupis-Guaranis que amarravam os tratores é o fato de insistentemente amarrarem aqueles com tantos e complicados nós, mesmo em noites chuvosas e frias. Na verdade, somente pessoas de outra cultura podia chegar a tal ponto.

A narrativa acima se assemelha aos relatos dos viajantes dos tempos da América portuguesa admirados com as ações dos nativos bem distintas daquelas dos colonizadores.

No âmbito do Projeto Pioneiro, assim como os nativos eram descritos como exóticos e primitivos, também os *colonos* o são. Os colonos foram recrutados dentre lavradores que perderam suas terras para a grande empresa rural e o latifúndio ou estavam pagando preços muito além das suas condições pela renda da terra, mas até trabalhadores urbanos que tivessem a intenção de migrar para o trabalho rural eram admitidos. “O recrutamento de colonos era necessário, e assim se fez. Os candidatos vinham de todos os cantos do Maranhão e possuíam níveis culturais e tecnológicos bem primitivos” (AGUIAR, 2005, p. 20).

A elite herdeira colonial, representada pelo par Capital-Estado, aqui materializada nas empresas rurais e nos governos Federal e Estadual, figura os *colonizadores* das terras da Amazônia Maranhense e foi também quem executou o Projeto Pioneiro. Entretanto, faz-se necessário advertirmos que, no caso em tela, a colonização planejada pela elite herdeira colonial, não está circunscrita ao Projeto Pioneiro. Vejamos, a tirar pela Lei de Terras do governo Sarney (MARANHÃO, 1969), juntamente com toda estrutura administrativa montada para “leiloar” as terras maranhenses, e mais os incentivos fiscais e financeiros com uma forte propaganda para atrair “investidores”, o plano dessa elite era colonizar o conjunto das terras devolutas remanescentes no Estado do Maranhão. Advogamos, portanto, que houve no último quartel do século passado mais uma ação de colonização do território maranhense, mediante violência, saques, expropriação, exploração dos povos indígenas, grupos quilombolas e camponeses.

7.2.1 Dez anos de colônia: os desdobramentos do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu

Muito bem adequado o nome: *Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu*, do governo do Estado do Maranhão, executado pela Comarca, que dizia ter o objetivo de fixar 10 mil famílias de trabalhadores, em um período de 10 anos, em uma área de 300.000 hectares entre Açailândia e Santa Luzia, sendo que cada família teria direito de receber um lote urbano de 1000m² e um lote rural de 25 ha, devidamente documentados (SILVA, 2015, p. 70).

Silva (2015, p. 71) acrescenta que

É de bom alvitre informar que paralelamente à implantação da colonização, a empresa colonizadora vendia terras para grandes projetos, muitos dos quais penetrando na área dos colonos, o que cada vez mais vulnerava a credibilidade da empresa colonizadora junto aos colonizados.

Tal situação levou a COMARCO a promover uma reformulação do Projeto Pioneiro, ainda nos primeiros momentos da fase de fixação de famílias. Aprovado pelo órgão fiscalizador [...] os 300.000 hectares iniciais, destinados à colonização, encolheram para 215.000; o número de famílias de 10.000, para 3.100, e os lotes alteraram suas dimensões 25 para 50 hectares. [...] O resultado dessa formulação é que as propostas contidas na Portaria não foram incrementadas e tudo ficou no papel. [...]. O dito ficou pelo não dito, e o projeto continuou na mesma linha de atuação.

Em 1976, três anos após a chegada dos primeiros trabalhadores rurais no Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu, Silva (2015, p. 74) deu conta de que ainda permaneciam 607 famílias, de um número bem maior inicialmente fixado pela Comarca, organizadas em 2 núcleos administrativos, distando entre si 30 Km, e distribuídas em 12 povoados (com 40 a 60 casas cada um), separados entre si por uma distância de 5 Km. Sendo que “centenas de famílias de colonos já haviam abandonado a colonização. Morando como agregadas, sem nenhum direito, permaneciam 90 famílias”.

Ainda segundo Silva (2015, p. 75), a grande maioria das famílias é oriunda de “Santa Luzia do Tide, Bacabal e Imperatriz; a menor parte de São Luís, São José de Ribamar, Chapadinha, Timbiras, São Bernardo, Primeira Cruz, Açailândia, Viana, e Cajari, entre outras”.

Vejam os que acrescenta autor:

Os colonos, como passaram a ser denominados, possuíam em comum uma uniformidade de situações e experiências, embora cada qual fosse dono de uma longa história com milhares de pequenos eventos específicos, mas com milhares de grandes eventos comuns. Vinham de povoados, municípios e estados diferentes, fazendo parte do mesmo movimento migratório no interior e para o interior do Estado do Maranhão; e configuravam a frente pioneira de penetração, que desde 1920 procurava os vales úmidos do Maranhão, em busca de terras e de segurança. Dessa forma atingiam os vales dos rios Itapecuru, Mearim, Gurupi e Tocantins, espalhando-se pela Pré-Amazônia Maranhense em busca do bem essencial de suas vidas: a terra para o cultivo

da colheita anual, formação de sítios com plantações perenes e a construção de pequenos criatórios de caça e pesca (SILVA, 2015, p. 76).

Asselin (2009, p. 175-180), com base no documento elaborado pela Contag/CPT/Fetaema¹⁴⁹, em 1979, desvela o outro objetivo da Comarco ao incluir no seu portfólio o assentamento de 10 mil famílias de lavradores. A compreensão dessas entidades é a de que as ações da Comarco eram baseadas na noção de que os grupos capitalistas estariam em condições de desenvolver o Estado, pois o camponês do Maranhão seria rudimentar e atrasado, que não sabia plantar e aproveitar racionalmente os recursos da floresta.

Porém, como não podiam entregar a terra inteirinha às empresas, porque as empresas sem mão-de-obra não são nada, eles elaboraram o projeto, no qual se dizia que o pequeno lavrador finalmente teria vez. [...] Essa área foi localizada quase no centro do projeto, uma ilha no meio das empresas. [...] Em 1974, estavam 1035 famílias... quando já deveria estar umas sete mil. [...] em 1978, restavam apenas 600. Por outro lado, foram surgindo os “encostados”, que são quase 350 famílias, sem lotes, sem terra (Contag/CPT/Fetaema, 1979 citado por ASSELIN, 2009, p. 179-80) (ausente de grifos no original).

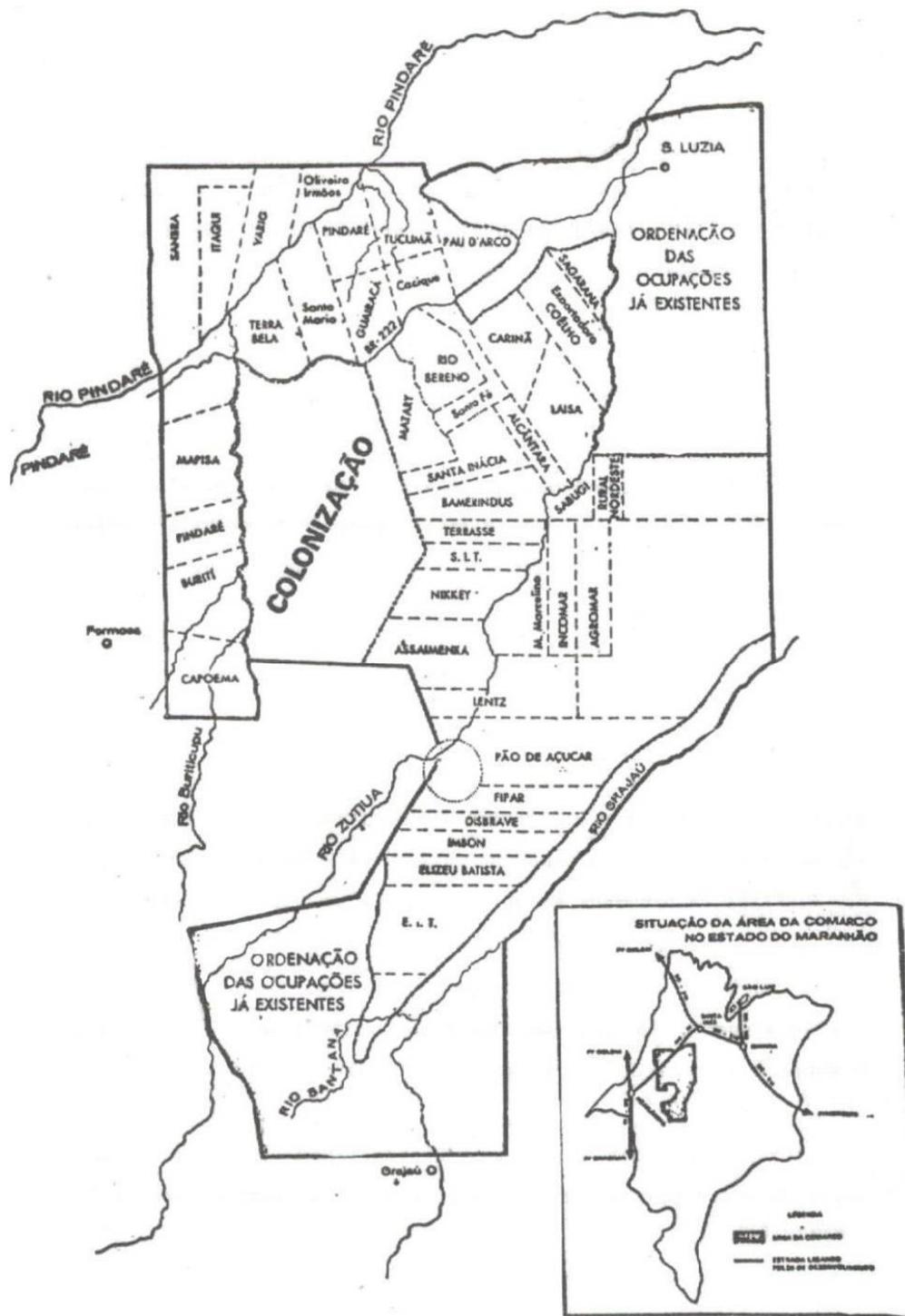
Por outro lado,

Lourenço Vieira da Silva, então secretário da Agricultura, e Jaime Neiva de Santana, secretário da Fazenda e filho do governador Pedro Neiva. Saíram pelo país afora, oferecendo as terras do Maranhão, no Paraná, em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais.

Nos jornais de Pernambuco havia anúncios das terras baratíssimas do Maranhão. Quem vendesse um hectare no Sul ou em Pernambuco, poderia comprar 200 na área da Comarco. Quem vendesse um hectare em São Paulo, compraria mil em Santa Luzia (Contag/CPT/Fetaema, 1979 citado por ASSELIN, 2009, p. 178).

¹⁴⁹ Contag/CPT/Fetaema. **Estudo preliminar, município de Santa Luzia, MA.** Mimeo, 1979, 40 p. Anexo A, ABC da grilagem em Santa Luzia. 19 p.

Figura 12 - Empresas e fazendas localizadas ao redor da área do Projeto Pioneiro



Fonte: “Mapa oficial da Comarca”. Publicado por Almeida (2015, p. 138).

Ao final de 10 anos, a Comarca, representando os interesses da elite herdeira colonial, cumpriu seus objetivos. Devastou milhões de hectares de florestas, dizimou inúmeras espécies de animais, com o favorecimento das empresas rurais. E ao final do decênio, “somente 1035

famílias haviam sido assentadas (quando o previsto eram 10 mil), em uma área onde os principais problemas eram em decorrência da falta de água. Apenas 300 posseiros tiveram suas ocupações regularizadas. Em contrapartida, 61 empresas negociaram áreas de 20 até 80 mil hectares com a Comarco (ARAÚJO, p. 42). E dos 300.000 ha previstos para o Projeto Pioneiro, apenas 45.000 foram efetivamente utilizados (Quadro 11), o restante foi tragado pelo latifúndio incentivado e operacionalizado pelo Estado (ASSELIN, 2009; SILVA, 2015).

Quadro 11 - Evolução da distribuição de terras, em Buriticupu, pela Comarco

Quadro da Situação da Gleba de Buriticupu de 1972 a 1983

Gleba Buriticupu	Projeto Inicial (*) 1972	Projeto Reformulado (**) 1977/1978	Projeto Atual (***) 1983
Colonização	300.000 hectares	215.000 hectares	45.000 hectares
Ordenação de Terras	700.000 hectares	600.000 hectares	Grilagem e conflitos
Empresas Agropecuárias	885.000 hectares	885.000 hectares	946.574 hectares

Fonte: (*) dados do Projeto Pioneiro de Buriticupu; (**) dados do Projeto Pioneiro Reformulado e aprovado em 1977 pelo INCRA; (***) dados apresentados aos colonos no Seminário e da COMARCO.

Fonte: Silva (2015, p. 136)

Para o sr. Raimundo França¹⁵⁰, um lavrador que chegou ao Projeto Pioneiro desde o início, o objetivo do projeto era vender as terras a preços irrisórios para grupos empresariais e assentar famílias para servir de força de trabalho para essas empresas. Vejamos.

Certamente o latifundiário que comprou essas terras, comprou não, que adquiriu a troca de banana, grilou... eles colocaram algumas imposições para o governo do Estado... isso era o projeto do Sarney, que achava que... o pequeno produtor tinha que ser mesmo era mão de obra... eu vou fingir que vou botar 10 mil famílias, boto mil que serve muito bem para servir de mão-de-obra pra vocês lá, né?... E não deu outra porque desde esse período aí... muitos companheiros não tinha como tocar o lote, porque não tinha água e botava uma *tuba* nas costas e ai trabalhar nas fazendas, derrubar, fazer cerca (Raimundo França, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Nessa mesma direção, Vila Nova é enfático em afirmar que

¹⁵⁰ Raimundo França Cruz, nasceu em Pedreiras/MA. Onde trabalhava no cultivo de Banana com o pai. Depois da estagnação da comercialização da espécie de banana que a família cultivava em razão da concorrência Baiana, viveu em São Luís, onde trabalhou como motorista de taxi, e em 1974, atraído pela propaganda foi para Buriticupu, como colono. Participou das CEB na Paróquia de Santa Luzia, foi delegado sindical e filiou-se ao PT em 1982, pelo mesmo partido foi por três legislaturas vereador, participou da luta pela retomada da terra, principalmente na ocupação da fazenda Terra Bela em 1987/88. Hoje, com 74 anos, vive em Buriticupu/MA em um lote de 10 alqueires, na antiga fazenda Terra Bela, no assentamento de mesmo nome.

Pra começar... eu quero adiantar que esse projeto tinha um objetivo, não era assentar ninguém, não era assentar pessoas, fazer as pessoas melhorar de vida, esse projeto era um projeto para que o campo, principalmente essa região fosse desenvolvida à custa da mão-de-obra, eu não vou nem dizer mão-de-obra barata, eu vou dizer mão-de-obra escrava, porque quando o governo Sarney colocou essas terras à venda, vocês sabem essa história, pra esses grandes grupos a intenção era de fazer o desenvolvimento concentrando... pessoas com muito lucro... trazia pra cá os fazendeiros, os latifundiários... e ao mesmo tempo... criava... uma espécie de colonização que trazia pra cá, para o centro desse projeto... uma quantidade enorme de mão de obra escrava, que no projeto diz: barata, mas na verdade era mão-de-obra escrava... que essas famílias era pra trabalhar nessas fazendas... ele colocou as fazendas nas melhores terras, com água, e colocou... os colonos na área seca... esse era o projeto (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Vila Nova afirma que todas estas terras foram griladas e vendidas para grandes grupos econômicos (Quadro 12), alguns deles até do exterior, que na maioria delas morava muita gente, muitas tinham “até povoados, para limpar a área fizeram um verdadeiro massacre, queimaram povoados assassinaram dezenas de lavradores, um local hoje chamado como Novo Bacabal, às margens da BR-222 era onde eles despejavam carradas de lavradores” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Abaixo relacionamos as fazendas que, segundo Vila Nova, foram “compradas” mediante grilo.

Quadro 12 - Fazendas compradas da Comarca, em terras devolutas na Gleba Buriticupu/MA

	Nome da Fazenda	Proprietário / procedência	Tamanho / ha ¹⁵¹
01	Armazém Paraíba	Grupo João Claudino (comprou vários lotes, resultando em uma grande área)	Indefinida
02	Boa Esperança	Sílvio Roberto de Moraes Coelho, sobrinho do ex-governador de Pernambuco, Nilo Coelho	2.311
03	Bom Pastor	Coronel Portugal	48.440
04	Buriti	João da Conceição Silva e Francisco Damião, de Londrina	22.000
05	Cacique	Ligado à indústria de café solúvel de São Paulo	20.716
06	Cirac	Grupo Cearense Beira do Rio Pindaré	Sem informação
07	Citusa	Sem informação	24.393
08	CVS	Companhia Vale Sereno / Grupo Meira Lins	20.672
09	Entre Rios ou Pindaré	Sem informação	19.478
10	Faisa	Luciano Guedes Pereira Diretor da SAMBRA	24.317
11	Fazenda do Cição	Morador do Povoado Nova Vida	2.400
12	Fazenda do Zé Farmacêutico	Sem informação	4.300
13	Fonteneles Agropecuária	Sem informação	10.350
14	Frechal	Companhia Agrícola do Zutúia	45.000
15	Guairacá	Ligado à indústria de café solúvel de São Paulo	20 809
16	Karina	Sobrinho de Carvalho Neto, gerente do Banco Mercantil	2.991
17	Laisa	José Cavalcante Júnior, filho do ex-ministro Costa Cavalcante	24.585
18	Leão do Norte	Sem informação / Povoado Nova Vida	16.000
19	Maguari	“Área grilada por testa de ferro do José Sarney”	3.000
20	Mapisa	Grupo Meira Lins, do Recife	25.000
21	Mesbla	Mesbla	18.658
23	Norma e Santhl	Grupo Matos Leão / Paraná	Sem informação
24	Pão de Açúcar	Grupo Santos Dinis S.A	25.000
25	Pau D’ Arco	Coronel Português	20.000
26	Pedesa	Jurgen Klaus Adolf Kuch	Sem informação
27	Pindaré	Ligado à indústria de café solúvel de São Paulo	22 000
28	Quinha	Sem informação	1.440
29	Rio Bonito	João da Conceição e Francisco Damião, de Londrina	Sem informação
30	Sagarana	Paulo Mineiro	75.000
31	Sambra	multinacional	37.400
32	Santa Fé	Gilson Machado / Caruaru Pernambuco	17.319
33	Santa Helena	Júlio Mota / Pernambuco	3.000
34	Santa Inácia	Grupo Meira Lins	28 000
35	Sapucaia	Sem informação	14.566
36	SIT	Grupo da construção Civil de Brasília	16.174
37	Sítima	Companhia Industrial Técnica do Maranhão	24.000
38	Soberanas Empreendimentos Agroindustriais	Empresas Soberanas	Sem informação
39	Temasa	Companhia Industrial Técnica do Maranhão	9.117
40	Terra Bela	Fernando Brasileiro / Pernambuco	24.875
41	Triângulo da Prata	Goianos (dentro da área da Colônia)	Sem informação
42	Tucumã	Ligado à indústria de café solúvel de São Paulo	20.481

Fonte: Informações concedidas por Vila Nova, em 11 mai. 2016.

¹⁵¹ Segundo informações de Vila Nova, “estes tamanhos de terras eram só a parte legalizada, mas todas elas circulavam uma grande parte sem documentação”.

Os indígenas, quilombolas e camponeses, em diversos momentos da história da América portuguesa, foram acionados como reserva de força de trabalho para levar a cabo seus projetos com finalidades mercantilistas. No caso de colonização da Comarca, a alternativa de força de trabalho foi mobilizar os camponeses dispersos e sem terra para trabalhar em um projeto no centro dos grandes empreendimentos agropecuários incentivados pelo Estado. Coincidência ou não, o Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu fica exatamente no meio das grandes fazendas vendidas a preços simbólicos pelo governo do Estado do Maranhão (Figura 12) a empresários, na sua maioria, do sul e sudeste do país, como do exterior (ARAÚJO, 1996; AGUIAR, 2005; ASSELIN, 2009; SILVA, 2015).

Sobre isso José dos Santos Costa, técnico da CPT, no “Seminário sobre a posse da terra: os desafios de Buriticupu”, coordenado pelo professor Antônio Rafael Silva, realizado em Buriticupu no ano de 1983, afirmou que:

O Projeto de Colonização de Buriticupu, localizado entre os grandes projetos e empresas e em áreas desprovidas de água, não passou de uma manobra da Comarca conseguir recursos financeiros junto ao governo federal e organismos estrangeiros, e de criar um campo de mão-de-obra para os grandes projetos (João José dos Santos, em apresentação publicada por SILVA, 2025, p. 137).

Por outro lado, ao admitirmos a hipótese de Asselin (2009, p. 188) de que o Projeto Pioneiro de Buriticupu se insere nos planos de entrega das terras devolutas aos grandes grupos empresariais nacionais e estrangeiros, pelo expediente da grilagem, vale lembrar que esses financiadores do projeto de quem fala o técnico da CPT também eram beneficiários e partícipes diretos.

A verdade... é que a grilagem se constitui num instrumento privilegiado de incorporação das terras devolutas ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista.

Por isso, sempre foi praticada pelos latifundiários, comerciantes, industriais, banqueiros e tantos outros, representantes do capital monopolista nacional e estrangeiro. [...].

O movimento militar de 1964 encampou o projeto da implantação e da internacionalização do capital na Amazônia e, conseqüentemente, a política de incorporação de todas as terras “livres”, favorecendo a grilagem, a partir de projetos do capital monopolista ligado ao imperialismo.

O que procuramos demonstrar, com essas afirmações de Asselin (2009), é que o conjunto do projeto de expropriação dos territórios dos grupos e comunidades tradicionais na Amazônia, bem como da exploração da força de trabalho das suas populações, notadamente, no caso ora em análise, trata-se de um empreendimento da elite herdeira colonial que, como já mostramos, comporta o par Capital-Estado, naquilo que denominamos *continuum colonial*.

Disso, o volume de 2.100.000 ha de terras, dos vales úmidos do Pindaré, acostados ao patrimônio da Comarca pelo governo maranhense, quando da sua criação em 1971, configura-

se como o território a ser colonizado por essa empresa estatal-privada. O que queremos argumentar é que o verdadeiro projeto de colonização da Comarca não se circunscreveu apenas aos 300.000 ha do Projeto Pioneiro, mas a todo o volume de terras a ela incorporado para negociação com empresas locais, nacionais e estrangeiras. Embora neste trabalho partamos do Projeto Pioneiro, pois era por ele que o governo pretendia atender à demanda de força de trabalho dos grupos empresariais, que “compraram” terras devolutas, como, também, foi dele que emergiu a luta dos camponeses pela retomada da terra em Buriticupu na década de 1980, a chamada “guerra de Buriticupu”.

7.3 “O RISCO QUE CORRE O PAU, CORRE O MACHADO”: A GUERRA DE BURITICUPU/MA NA LUTA CAMPONESA PELA TERRA

Como vimos, o estado republicano brasileiro foi instaurado pela ação de generais militares no ano de 1889, e que os primeiros anos da república foram comandados por militares. De lá para cá a elite herdeira colonial, sempre que julga necessário, executa as intervenções para garantir os chamados períodos de estado de exceção, tempos em que a elite herdeira colonial executa seus projetos com plenos poderes.

O Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu foi planejado e executado em pleno regime de exceção, quando o País estava governado pelos presidentes generais e o Estado do Maranhão por governadores por eles indicados.

A citação, a seguir, de Silva (2015, p. 72) nos permite entender como o Projeto Pioneiro era, de fato, um plano da elite herdeira colonial naquele contexto político do país e do Estado do Maranhão.

O Projeto Pioneiro de Buriticupu, promovido por um governo ideologicamente antagônico de uma reforma agrária e que, desde a década de 1960, vinha negociando as terras do Maranhão para grupos oriundos de outros estados, mirava mesmo a melhoria das condições de vida da população e o resgate do débito social do Estado com sua população rural? Ou a Comarca, através de um projeto com a alcunha de Pioneiro, estava utilizando a colonização como pano de fundo para arrebatar recursos e criar as condições legais para pôr em prática seu projeto de venda de terras para empresas interessadas?

O próprio autor ensaia uma resposta:

Um avivar de memória chama a atenção para as contradições que estavam ocorrendo. Era o início da década de 1970, quando se intensificou a repressão aos trabalhadores rurais na região de Pindaré-Mirim, ocasião em que centenas de pessoas foram presas

e outras mortas. Em janeiro de 1972, prenderam o camponês Manoel da Conceição¹⁵², um pequeno grande homem, de consciência afinada com a realidade agrária que viveu e estava vivendo e, por isso, queria evitar que outros vivessem. [...] liderou a luta e a organização dos camponeses no Maranhão. Por essa razão, levaram-no para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em São Luís. Era preciso silenciar essa voz [...]. Coincidentemente, nessa mesma década, o Maranhão viveu um período de entrega de terras a grandes projetos agropecuários (SILVA, 2015, p. 73).

Não só o ambiente político do País e do Estado, mas também as análises feitas pelos próprios camponeses que chegavam às matas do Vale do Pindaré na década de 1970, sobretudo para integrar-se no Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu, fizeram com que, de saída, entendessem que se tratava de mais um plano de exploração da força de trabalho no/do campo.

Vejamos, Aguiar (2005, p. 30) ao exaltar o Projeto Pioneiro descreve a chegada dos agricultores na área do projeto da seguinte forma:

À chegada dos colonos, já estavam a postos quatro assistentes sociais comandadas pela Dra. Euseni. Eram tomadas todas as providências para que os recém-chegados fossem recebidos como em suas próprias casas. Comida farta e bem preparada encontrava-se à sua espera, num ambiente o mais acolhedor possível.

Recepção nestes moldes pode até ter ocorrido, mas, majoritariamente, nos relatos dos agricultores recém-chegados no Projeto Pioneiro aparece na direção oposta, quase de denúncia. Em entrevistas concedidas a Silva (2015), os colonos descrevem como aconteceu sua chegada e a recepção pelos representantes do projeto.

[...] cheguei no dia 16 de setembro de 1973, levando esposa, três filhos, meu pai e um primo. Na chegada, Lourdes [esposa] teve uma péssima impressão. Primeiro porque fomos morar num alojamento com várias famílias em condições precárias: a luz era de lamparina, a comida era pouca e ruim, a água vinha de caçamba, existia muita lama perto do nosso acampamento (Benedito Serra Machado, colono, em entrevista publicada por SILVA, 2015, p. 197).

Era mês de agosto de 1974... ficamos debaixo de uma lona durante dois meses [...]. Confesso, diz dona Rita, que fiquei apavorada com aquela mata, o frio e comecei a chorar. Nisso, veio uma agente social da Comarco e disse que se quisesse voltar era por conta própria, pois a Comarco não levaria ninguém de volta (José Araújo França, colono, em entrevista publicada por SILVA, 2015, p. 193).

[...] quando nós chegemos para receber as casa, fiquemos debaixo de uma lona, 2 famílias, debaixo de cada lona. A lona... fizeram à noite mesmo, os barraco tão baixo, que a gente topava as cabeças (Antônio Fernandes da Silva, em entrevista publicada por SILVA, 2015, p. 203).

¹⁵² Manoel da Conceição Santos, ainda vive em Imperatriz, foi uma das lideranças camponesas do Estado do Maranhão de maior expressão nacional, antes ir para o exílio foi preso e torturado pela ditadura de 1964, quando, sem qualquer cuidado médico, perdeu a perna direita após ser baleado pela polícia militar do Maranhão. Ao retornar do exílio participou do grupo que liderou a luta dos camponeses pela retomada terra na região do Vale do Pindaré. São inúmeros os trabalhos sobre a questão agrária maranhense que trazem alguma referência à sua participação na organização dos camponeses na luta contra o latifúndio. Mas o livro “Chão de minha utopia” de autoria do próprio Manoel da Conceição, organizado por Paula Elise Ferreira Soares e Wilkie Buzatti Antunes, da editora UFMG, de 2010, cuja primeira publicação data de 1970, pela editora Maspero, em Paris, com o título: *Cette terre est à nous*, e no Brasil em 1980, traduzido como: “Essa terra é nossa”, publicado pela editora Vozes. E talvez ainda seja a principal referência para quem se interessa em entender um pouco mais sobre a vida e luta dos camponeses maranhenses.

O sr. Raimundo França Cruz, relata que

Em 24 de outubro de 1974, eu mais 18 famílias saímos de São Luís por volta das 8 horas da manhã, ... os caminhões já dormiam carregados com nossas coisas ... no dia seguinte nós descemos essas 18 famílias para a praça Deodoro, embarcamos ali em dois ônibus da Empresa Primor, e descemos de lá pra cá, chegamos aqui por volta de umas 5 horas da tarde [...] quando chegamos aqui, o pessoal que recebeu nós aqui, disse: “olha, vocês vão ficar num local aqui provisório, porque o local definitivo que vocês vão a gente ainda tá preparando”. Pra você vê o dismantelo, isso em outubro, você lá na sede você escutou que aqui você ia chegar e ia encontrar duas hectare de roça queimada, porque a gente ia chegar já em outubro não dava mais tempo para fazer uma roça... então a gente chega no fim de outubro e nem sequer o local aonde a gente ia ficar eles não sabiam onde era... já era pra gente começar a imaginar que tava tudo errado... aí desceram conosco e foram alojar essas 18 famílias lá no PIV5 que fica a 7 Km da beira da BR-222 ... lá nós ficamos, lá tinha uma área grande... ali nós chegamos a ficar umas 120 famílias debaixo de lona... isso de noite, a mata era muito fria, isso fazia um frio que menino tremia, e de dia a gente não aguentava, que a lona esquentava, era preciso, quem tinha criança, armar a rede debaixo da mata, e nós só mudamos para o povoado pra onde a gente ia em abril do ano seguinte (Raimundo França, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

O sr. Raimundo França ainda relata dois episódios, um no ano de 1974 e o outro em 1982, quando padres, da Paróquia de Santa Luzia, advertiram sobre os rumos do Projeto Pioneiro e da opção do Estado em favor do latifúndio e do capital.

No ano que a gente chegou [1974]... um padre da Paróquia de Santa Luzia, veio nos visitar... era um padre italiano, por nome Afonso, aí ele perguntou para o pessoal: e aí, o que é que vocês estão achando? Todo mundo recém-chegado... “óí tá ruim, mas a gente tá com esperança de que vai melhorar”... Aí ele disse: “olha, o projeto não vai colonizar 10 mil famílias... essa região não é seca como isso aqui é, onde vocês estão, vocês estão próximos aqui de dois rios, o rio Pindaré e o rio Buriti... então tem uma região aqui de bastante água, mas essa região já tá tudo vendida pra latifundiários de vários cantos desse país... e vocês vão começar se topar com gente aí por dentro desses matos fazendo vareda, fazendo trilha aí pra essas grandes fazendas”... Nós tivemos um susto com aquela conversa... ora nós tínhamos chegado ali a menos de dois meses, ter uma notícia ruim dessas... e aí esse padre quando disse isso pra nós... eu comecei a desconfiar... mas pra alguns: “nada... isso é conversa...” Quando foi no outro dia o administrador soube dessa conversa e mandou o Furrupa¹⁵³ ... ele foi disse: “olha, aquele padre é um comunista, quando aquele padre voltar aqui novamente vai ser preso... vocês não podem dar ouvido aquele padre não”... O resultado é que esse padre foi transferido daí imediatamente... esse padre foi levado para o Acre... morreu afogado pra lá, ninguém sabe se morreu ou mataram.

[..]

O padre José... quando ele chegou nessa região em [19]82... ele começou a questionar, a questão da acumulação de terra, e o processo de colonização já estava encerrando o prazo, e ele perguntando, perguntava pra nós: “vocês estão felizes com o que o governo fez em prometer terra pra 10 mil famílias e só colonizou... colonizou não, jogou vocês num amontoado lá onde vocês estão sofrendo?...” Aí já não tinha mais ninguém inocente nessa história não... quem ficava calado era por bem, ou por omissão, mas que ninguém acreditava mais no Estado, tava todo mundo achando que

¹⁵³ Luís Monteiro de Sousa, Sargento/PM, era o delegado de polícia na época, ficou conhecido como “Sargento Furrupa”, muito temido por todos (AGUIAR, 2005, p. 52). E segundo Vila Nova, “o Furrupa... era a figura central para humilhar o colono, era o delegado da época e que veio exclusivamente para uma delegacia criada aqui na colônia, esse Furrupa ele era o terror, todo mundo tinha medo dele, não era porque ele era tão valente, todo mundo tinha medo dele porque ele tinha ordem... ele sabia que qualquer coisa que ele fizesse não tinha repressão sobre ele do Estado, então ele era a lei, ele era o regulamento, ele era tudo” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

tinha entrado era numa roubada mesmo (Raimundo França, colono, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Além disso, os camponeses do Projeto Pioneiro, foram literalmente aqueles que “amansaram a mata”, com os próprios corpos.

O professor Rafael Silva (2015), médico infectologista especialista em doenças tropicais, acompanha a situação de saúde dos colonos desde o ano de 1973, quando iniciou seu trabalho de campo do mestrado em Doenças Infecciosas e Parasitárias que realizou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e sistematizou essa longa experiência em Silva (2015). Sua pesquisa de mestrado teve como objetivo “estudar o comportamento da malária na população, os fatores epidemiológicos e sociais influentes na transmissão” (p. 48), e para ele “a epidemia de malária [foi] a primeira grande dificuldade dos pioneiros” (p. 47). Mas esta não foi a única chaga que acometeu a população de lavradores da área do Projeto Pioneiro, Silva (2015) também descreveu o avanço da epidemia de *leishmaniose tegumentar* a partir de 1975, sobretudo da variedade *Leishmaniose Tegumentar Americana*, mas também com o aparecimento de evidências de leishmaniose provocada pela espécie *Leishmania brasiliensis guyanensis* e preocupou a ocorrência da espécie *Leishmania mexicana amazonensis*, “não somente a raridade dessa forma clínica como sua incurabilidade” (p. 95).

Os descompassos entre as propagandas da Comarco e a realidade encontrada pelos lavradores ao chegarem à área do Projeto Pioneiro, as advertências dos padres no início e já próximo da conclusão do projeto, o progressivo avanço do latifúndio, a polícia a serviço dos grileiros, os descumprimentos das metas do projeto, a dura realidade de escassez de comida e de água, a falta de estrutura mínima de moradia, educação e saúde, tudo isso foi se acumulando em um contexto de governo empresarial-militar, que se acrescentando ao enorme aumento de lavradores que chegavam por ouvir falar das “terras que o governo estava dando” na região do Vale do Pindaré, fez com que o movimento camponês, latente na clandestinidade da ditadura, ganhasse força e iniciasse uma verdadeira guerra de retomada da terra do latifúndio para os camponeses expropriados sem terra.

No dizer do sr. Raimundo França,

Porque isso aqui só veio melhorar de 85 pra cá, porque em 85, depois que tinha vencido o prazo da colonização... que caiu a ficha da mentira deles, que ninguém acreditava mais e isso aqui tava cheio de gente porque, quando ia embora um desanimado, vinha dez, porque a propaganda de que isso aqui ia dá terra pra 10 mil famílias se espalhou e veio muita gente, aquele que veio por conta, esse que veio com vontade de ficar... ele se arranchava no lote urbano de um, o lote era grande... a gente dava uma casa pra ele morar... e nessas beiras de estrada tava arroiado de gente, por tudo quanto era canto, os povoados *vêio* tudo inchado, e aí quando foi em 85, aí começou a luta pela conquista da terra aqui nessa região... aqui foi uma guerra mesmo, guerra que durou de 84, quando começou o movimento, até 96 (Raimundo França, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Essa situação de se acumular famílias de lavradores nas “pontas das ruas”, em razão do avanço do latifúndio na região do Pindaré, já vinha se arrastando desde a década de 1960. Sobre isso Vila Nova, em relato a Araújo (1996, p. 80), afirma que: “do ano de 65 até 82 trabalhador que vivia dentro dessa mata foi jogado para a beira da estrada, para a beira do asfalto da BR 222 e começaram a fazer a sua casa na beira da estrada, entre a cerca de arame da fazenda e o asfalto”.

O que podemos constatar é que quase toda organização do território brasileiro transpira relações coloniais. O controle da terra, o aldeamento e o povoamento com camponeses para uso da força de trabalho, a violência, a classificação desses grupos como primitivos e inferiores.

Essa guerra, de que se refere o sr. Raimundo França, foi tomando forma quando os camponeses que viviam nessa realidade passaram a se organizar e a reivindicar seus direitos.

Vila Nova relata que, a partir 1985, o movimento social organizado na região do Pindaré, com experiência acumulada desde o final da década 1950 e da luta contra o regime empresarial-militar durante as décadas de 1960 e 1970; resolveu organizar um plano de retomada da terra expropriada pelo latifúndio. Para ele “o projeto teria que reverter esta situação, expulsar os fazendeiros e assentar os lavradores, para muitos isto era uma utopia” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

O Manoel da Conceição chegou do exílio fundou aqui no Brasil, o CENTRU nacional, e tinha os CENTRU estaduais... no Maranhão não tinha CENTRU, com essa minha ida lá [em Recife], foi que foi esses companheiros, Laura, Santo, Moacir... um bocado... e aí fundamos o CENTRU estadual... mas foi lá que a gente decidiu tomar essas terras do Vale do Pindaré [...] eu já vim mesmo com o projeto de tomar essas terras do latifúndio e entregar na mãos dos trabalhadores [...] eu não vim para Buriticupu para ser comerciante, pra ser não sei o que, não sei o que... ser deputado, vereador... eu vim para Buriticupu para tomar a terra do latifúndio e entregar para o trabalhador... projeto claro, definido, decidido (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Como parte do plano, o movimento organizou uma espécie de comunidade comunal, chamada de Cantareira¹⁵⁴, em uma área de aproximadamente 200 ha, antiga posse de *Fogoio*¹⁵⁵, que ficava no interior da mata fechada, distante 25 Km de Buriticupu e a 6 Km de Nova Vida, povoado com 20 famílias localizado às margens da BR-222, entre o arame das fazendas e o rio

¹⁵⁴“O local de moradia precisava ter um nome, pois já tinha 5 famílias, juntamos e decidimos botar o nome de Cantareira... Cantareira é uma forquilha triplica, enfiada no chão com um pote em cima, que na simbologia significa local de água para matar a sede” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

¹⁵⁵Trata-se de um homem de nome Antônio, mas todos o conheciam pelo pseudônimo Fogoio, à época tinha 25 anos. Segundo Aguiar (2005, p. 52-56), Fogoio era sujeito exótico, misterioso e muito valente, que, embora não sendo colono, ganhou a confiança e admiração de todos da região por desafiar e até desqualificar o temido sargento Furrupa, mas como resultado dessas contendas foi caçado pela polícia, torturado e obrigado a fugir, precisou até mudar de nome, sua posse que ficou ociosa foi, mais tarde, utilizada pelo movimento para organizar a experiência da comunidade comunal de retomada da terra.

Pindaré. Para Vila Nova, era fundamental “ir morar nesta área e formar uma pequena comunidade que pudesse exercitar uma experiência de vivência coletiva... que pudesse servir de suporte na luta para a tomada da terra dos latifúndios da região... nesta comunidade se faria todas as discussões de estratégia da luta” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016). O núcleo foi organizado, inicialmente por Vila Nova e sua esposa, Laura, que construíram uma casa com paiol e um galpão para reuniões, depois do núcleo formado, e com uma roça de 20 linhas já pronta para colheita, foram mais quatro famílias, totalizando 20 pessoas, dentre elas uma professora que, voluntariamente, passou a alfabetizar as crianças.

Além da organização do núcleo de resistência no interior da mata, foram realizando outras ações para garantir as condições de pôr em prática o projeto de retomada da terra. Uma delas foi a retomada dos sindicatos pelegos, conforme relata Vila Nova

Como as eleições sempre eram fraudadas pelos pelegos, a turma sempre terminava ocupando os sindicatos e ganhando praticamente na marra, este processo demorou um tempo mais foi assim em todos os sindicatos... o primeiro foi Imperatriz, depois Riachão, Loreto, Balsa, São Raimundo das Mangabeiras... em Estreito, o sindicato foi fundado, e a primeira diretoria já foi nossa (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Aliadas às ações mais diretas e localizadas, antes e durante a “guerra de Buriticupu”¹⁵⁶, no cenário estadual e nacional, também muitas movimentações ocorreram que iriam favorecer a luta de retomada da terra: Manoel da Conceição, que acabava de voltar do exílio, e que fundou o CENTRU, em nível nacional, com sede em Pernambuco, optou por morar em Imperatriz, e logo criou o CENTRU-MA; a publicação, em 1982, da primeira edição do livro “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”, do pe. Victor Asselin, pela editora Vozes, o que demonstrava o engajamento da fração mais progressista da Igreja Católica no combate ao latifúndio; a retomada dos sindicatos do controle dos *pelegos*; a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a criação dos seus diretórios no Estado do Maranhão e nos principais municípios como Imperatriz, Balsas, São Luís; a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); a eleição de Vila Nova para o parlamento estadual e a eleição do trabalhador rural, Raimundo França, para a Câmara de Vereadores de Santa Luzia. Eram várias frentes de lutas e muitas alianças firmadas com os movimentos e organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais. Por fim, houve uma aliança entre campo e cidade,

¹⁵⁶ Ao episódio de luta camponesa pela retomada da terra no vale do Pindaré, de 1985 a 1996, em razão de várias referências na literatura (como Azevedo, 2009, Silva, 2015) e nas falas dos lavradores que participaram diretamente, também faremos menção ao episódio como a “guerra de Buriticupu”.

muitos professores e estudantes da universidade passaram a participar da organização e da resistência.

Para Vila Nova, a criação do PT consolidava uma aliança de grande importância para o plano de retomada da terra. A ala progressista da Igreja Católica, com a teologia da libertação; o Sindicato, com a unificação dos trabalhadores em um sentido de classe; o Partido, que alimentava a visão de luta de classe no âmbito do exercício do poder.

Agora a luta com mais firmeza em cima de um tripé: Igreja Católica, Sindicato, e o Partido Político. A Igreja Católica, com a teologia da libertação desamarrava a luta e apontava para a construção de um novo reino, era uma espécie de combustível para que o motor funcionasse. O Sindicato fazendo a unificação da classe e decretando guerra contra a exploração e medindo força contra o capital. O partido político, o centro do debate... a formulação e aprovação das propostas e o poder em exercício (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Raimundo França também reconhece a atuação da Igreja, do Sindicato e do Partido, e alerta para as ameaças e violências que alguns dos seus membros sofreram durante o longo processo de retomada da terra do cativo do latifúndio.

...Pe. José foi um dos principais líderes desse movimento, porque... como era um padre muito trabalhador... ele deu uma mexida muito grande nesse negócio aqui... o padre José... eu acho entre todas essas instituições ele... foi o mais importante, porque quando ele chegou nessa região em 82... ele começou a questionar, a questão da acumulação de terra... isso aqui tudo era paróquia de Santa Luzia, ... fazia reunião lá com 200 líderes de comunidade. Aí, ele começava a questionar... que o latifúndio não ia arredar se o povo não fizesse alguma coisa, e que não esperasse pelo governo... Os sindicatos começaram a ficar assombrados porque dois presidente de sindicatos foram mortos na região... aqueles que levantava a voz acabava perdendo a vida como foi o caso do Zizi e do finado Nonatinho, que perderam a vida ligeirinho aqui, né? Assassinados por latifúndios da região... e que os sócios ficavam só chorando e vestindo luto sem poder fazer nada... E aí, o padre foi corajoso, foi corajoso... começou a sofrer ameaça também... e eu acabei me filiando no partido por muita insistência dele... [ele dizia:] “nós vamos ter apoio do Partido dos Trabalhadores aqui, a igreja só não dar conta dessa luta” (Raimundo França, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

A situação de expropriação, exploração e acumamento em que se encontravam os camponeses era insustentável e a tarefa que o movimento se colocava era perigosa, poderia aumentar mais ainda os riscos de agricultores, lideranças sindicais, religiosas e políticas perderem a própria vida, e perderam. Azevedo (2009, p. 194-96) escreveu sobre a “guerra de Buriticupu”, enfatizando que “ao longo daquele sangrento processo político, somando os dois lados, foram registradas, pelo menos, 54 mortes: 26 lavradores e 28 pistoleiros. [...]. O próprio Vila Nova sofreu três atentados”. Além dos agricultores mortos e inúmeras ameaças a lideranças, sindicalistas, religiosos, foi nessa mesma época que ocorreu “o assassinato do padre Josimo (ex-companheiro de trabalho de padre Victor) ocorrido em Imperatriz, no dia 10 de maio de 1986, quando ele entrava na sede da CPT”.

Foi nesse contexto que Vila Nova compôs a música/poesia: “O risco que corre o pau, corre o machado”, que demonstra a disposição dos camponeses em reagir proporcionalmente à violência, às ameaças que vinham sofrendo. Como lembra João Pedro Stedile (2005, p. 135), “na época dura da repressão, a música mais cantada era a de Luiz Vila Nova, do Maranhão [...] Essa música retratava, fielmente, a violência que vitimava os camponeses [...] e os chamava para reagir, para não se deixar matar impunemente”. Vejamos a música:

O Risco

Refrão:

O risco que corre o
pau Corre o machado
Não há o que temer
Aquele que manda matar
Também pode morrer (3vezes)

I

Nós estamos em guerra
Lado de lá já decretou
Pois já pagou pistoleiro
Para matar lavrador (bis)

II

Eu já tenho machado
Falta só botar a cunha
E fazer à moda gato
Dá o tapa e esconder a unha (bis)

III

É a nossa proposta
Pois a gente quer ganhar
Se matarem um daqui
Dois de lá vamos matar
(bis) (Vila Nova)

Para contrapor a esse avanço da elite herdeira colonial nas terras do Pindaré, os camponeses, organizados com o propósito de tomada da terra do latifundiário, utilizaram o método privilegiado da ocupação e a reação direta ao par Capital-Estado.

O ano de 1985 foi decisivo na “guerra de Buriticupu”, os trabalhadores agora lúcidos da conjuntura, com vários níveis de organizações e uma ampla rede de apoio resolvem pôr em prática o plano de retomada da terra.

Com a chamada redemocratização do Estado Brasileiro, que passou à eleição indireta do Presidente da República no colégio eleitoral do Congresso Nacional, mais uma vez o país experimentava a velha máxima que diz: nada melhor que uma profunda mudança para que tudo permaneça exatamente como antes. E assim como ocorrera da Colônia para o Império e deste para a República, agora a novidade da chamada Nova República passava ao comando do Sr. José Sarney, homem de muitas posses e da mais alta confiança do regime empresarial-militar.

O movimento de retomada das terras do latifúndio da região do Pindaré passa a lidar com essa velha nova conjuntura, e de modo sistemático e criativo buscou reverter a situação ao seu favor. Embora longo, vejamos o que diz o relato de Vila Nova desse processo de fazer da eleição do Sarney um fato favorável para a luta.

O Sarney foi eleito presidente da república, e no dia cinco de maio de 1985 ele fez um discurso baseado num folheto distribuído no Brasil inteiro através do INCRA de que ia fazer a reforma agrária... esse folheto virou a bandeira da luta... aí a gente começou a sair para os povoados, já depois de ter um grupo de quadro, porque sem quadro não se faz revolução... Aí, a gente saiu nos povoados, reunindo o povo e lendo o programa de reforma agrária do Sarney, aonde ele dizia: “olha nós vamos dar terra...”, e aí, depois que a gente lia aquilo, aí a gente abria a discussão dizendo o seguinte: “olha o Sarney é da onde? É do Maranhão, se ele tiver que fazer reforma agrária nesse Brasil, ele vai fazer primeiro aqui”... Olha como era as nossas discussões... “E se ele for fazer reforma agrária no Maranhão, o primeiro lugar que ele vai fazer reforma agrária é no Pindaré, porque foi onde ele vendeu todas essas fazendas por um preço de banana”. Então, caia na cabeça do trabalhador que a gente ia ganhar a terra... só que a gente sabia que o Sarney não ia fazer reforma agrária... essa forma era a forma de começar a conversa, porque sem começo de conversa ninguém ia. Se eu sáísse dizendo que nós vamos entrar nessas terras, tomar elas, eu ficava sozinho... Resolvemos fazer um cadastramento de todo pessoal da região do Pindaré que não tivesse terra, prá receber a terra do Sarney... Ora siô, mas se isso é conversa... E aí, siô, nós marcamos uma reunião ali no Bosque, distribuímos convite pra todo mundo vir fazer o cadastramento... terminou o cara tava cadastrado, no dia que o Sarney desapropriasse a terra aquele companheiro... nós fizemos um projeto pro Sarney de reforma agrária...

E aí, dizendo quais eram as fazendas que nós queria que desapropriasse... e lemos esse projeto lá no público, a negrada votou favorável àquelas fazendas, as fazendas que já tinham sido indicadas por eles mesmos, desde que tivesse condição de assentar 5.000 trabalhadores... E aí, a gente mandou esse documento para o Sarney... E aí, nós marcamos três grandes outros mutirões... Nessas reuniões o povo tinha que vir que era pra saber se o Sarney já tinha desapropriado alguma coisa e como era que tava o andamento, e fazer novos cadastros daqueles que ainda não estavam cadastrados...

Mas quando foi em outubro, a nossa discussão já tava mais avançada, era aquela discussão: “rapaz, mas se o Sarney não der essa terra?... porque nós estamos confiando no Sarney...” A turma da frente, a turma da comissão organizadora, comissão de luta sabia já perfeitamente lá pelo mês de setembro... que o Sarney não ia dar essa terra, mas a massa não sabia. Aí, quando foi na preparação da reunião de outubro, dia 8 de outubro... aí nós organizamos para o Zé do Mamédio falar por último, e que o Zé do Mamédio ia fazer uma interrogação, no discurso dele... perguntar assim pra população: “e se o Sarney não nos der essas terras?” E aí a gente já tinha ensaiado com o pessoal da comissão de luta, quando o Zé do Mamédio disse: “e se o Sarney não der essa terra?” Aí a gente ensaiou uma palavra de ordem entre nós, que ia tomar conta daquelas mais de 500 pessoas... e aí, quando Zé do Mamédio disse assim: “e se o Sarney não nos liberar essas terras?” Aí, a turma gritou: “nós ocupa, nós invade”...

Aí, meu irmão, foi palavra de ordem, mais ou menos uns cinco minutos... “nós ocupa, nós invade...” e a multidão foi formando aquela palavra de ordem... “nós ocupa, nós invade, nós ocupa, nós invade...” Quando nós encerramos, a turma não tava mais pensando em receber terra do Sarney não... Aí, o assunto mudou, né? Cada um tava olhando aonde ele ia tirar o lote dele... (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Percebemos alguns níveis de organização no processo de luta pela retomada da terra, melhor sistematizados por Araújo (1996, p. 85), a partir de entrevista concedida a ela por Vila Nova.

“O movimento tinha três faixas: a massa, os dirigentes e a direção. A massa era aquele povão que discutia a realidade, a situação que nego tá vivendo, a necessidade dos

trabalhos. Os dirigentes eram representantes já dessa massa de cada grupo, já discutia as dificuldades que podia ser enfrentada né, a força do latifundiário, a cobertura política, a polícia de que lado está né, qual a organização deles, a forma que nego tinha que se precaver. A massona lá muitas vezes usava era a Bíblia, era a reza, era o Pai Nosso né... Esse outro grupo aqui (dirigentes) a discussão era maior né, já era uma outra história. A coordenação já tinha uma outra visão, a coordenação já sabia quem era quem no meio dos dirigentes lá, quem tinha coragem, quem corria no primeiro ataque... nós sabia né [...]" (Vila Nova, em entrevista publicada por ARAÚJO, 1996, p. 85).

A ocupação das terras, expropriadas na marra pelo grilo do latifundiário, pelos camponeses na região do vale do Pindaré remonta a uma ação fundante do Brasil, como vimos, desde a primeira bandeira fincada pela Coroa Portuguesa esse tem sido o método de se garantir a posse e a propriedade da terra por parte dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, bem como de outros grupos tradicionais. Entretanto, existem dois tipos de ocupações, aquela realizada pela elite e aquela feita pelos grupos subalternizados. A primeira, que aqui chamaremos *invasão*, muito sutil, quase elegante, feita pela pena da classe superior política e economicamente, foram os donos de capitânicas, os sesmeiros que autorizados pelo rei e pelo imperador invadiram, legal e belicamente legitimados, as terras indígenas; ou, depois, pela pena da república, os latifundiários invadiram as terras de indígenas, quilombolas e camponesas vias escrituras quentes ou frias, pouco importa. A segunda, trata-se da ocupação de retomada, são esses mesmos grupos subalternizados e expropriados que ousam confrontar os arranjos legais do par Capital-Estado para reaver a terra rapinada.

A *invasão* de terras, aqui compreendida, se difere da *ocupação* na medida em que a primeira ocorre mediante o uso da estrutura legal, política e administrativa do Estado para garantir à elite econômica e política, herdeira da colônia, no campo e/ou na cidade, o controle da terra, dos recursos, dos produtos e dos imóveis como meio capital, podendo ser utilizado para explorar a força de trabalho sobrando e/ou como ativo de capital financeiro e especulativo, a exemplo de invasões das favelas nas cidades (ROLNIK, 2015) e das terras dos povos e comunidades tradicionais no campo e na cidade à luz da lei do amparo estatal. Por outro lado, as ocupações se dão, via de regra, por grupos subalternizados que já tiveram suas terras ou imóveis, ou de seus ancestrais, expropriados pela elite econômica e política, via estrutura estatal, e que, pela luta, pela resistência, retomam seus territórios no campo e/ou na cidade.

Ocorre que essa segunda modalidade tem sido criminalizada, mas ainda é o meio que se tem para se garantir a terra para os desterrados. Nessa circunstância, a ocupação como método pressupõe uma condição anterior: a organização do grupo que pretende ocupar.

Para nos ajudar a entender a ocupação como um método dos trabalhadores rurais expropriados, que antes carece de organização, vejamos o que diz Stedile (2005, p. 113-14)

Como diz o professor Plínio de Arruda Sampaio: “A elite pode até aceitar que os pobres peçam favores ou mendicâncias, mas jamais aceitará que eles se organizem para exigir seus direitos”. E a ocupação é uma forma aglutinadora, não é um grito isolado.

[...]

A ocupação dá esse sentido de unidade às pessoas para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança.

[...]

Outro aspecto é que ela desmascara a lei. Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriações quando houve ocupação. [...] A lei só é aplicada quando existe iniciativa social, essa é a norma do direito.

[...] Nenhuma reforma agrária do mundo foi feita com cadastro.

Lançar mão ao recurso da ocupação foi o que restou aos camponeses do vale do Pindaré. Como vimos, os camponeses de todo o vale do Pindaré, sobretudo da região do Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu, formavam uma imensa população sem acesso à terra, ocupando as “pontas de ruas” no campo e na cidade, entre as margens das estradas e os arames das cercas das fazendas, processo que se agudizou com o plano do Estado de vender as terras devolutas, a preços irrisórios, para grupos empresariais nacionais e estrangeiros mediante financiamento e incentivos fiscais.

Os camponeses do vale do Pindaré, agora organizados e com a firme expectativa de reaver suas terras, foram surpreendidos por um episódio que funcionou como centelha às ocupações das fazendas griladas. No dia 15 de novembro de 1985, conforme relatos de Vila Nova, dois trabalhadores rurais, que participavam dos grupos cadastrados pelo movimento de retomada da terra, foram assassinados por jagunços, em uma emboscada, dentro da fazenda Capoema, de propriedade do então governador do Paraná, José Richa, em sociedade com um senhor de nome Chico Rico.

... e no dia 15 de novembro, a gente tava contando os votos quando eu recebi um telefonema... aonde os companheiros comunicavam... que tinham matado dois companheiros dos nossos... Eles iam voltando lá pra região deles e aí foram atocaiados numa fazenda aqui chamada Capoema, do Chico Rico e do Zé Richa... Eu chamei os estudantes da frente lá da campanha, os professores... De imediato eles fretaram dois ônibus... Os corpos ainda estavam no meio da estrada, com mais de vinte e quatro horas... Manoel da Conceição trouxe outro ônibus de gente de Imperatriz. De lá eram só os trabalhadores... E aí foram três ônibus e mais não sei quantos caminhão...

Chegamos lá quase três horas da tarde... chegou lá tava os dois corpos lá, as moscas voando por cima... todo mundo decidiu fazer um buraco ali e enterrar os dois companheiros... (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Desse episódio, somado a toda conjuntura de expropriação, exploração e violência instaurada na região, resultou na ocupação da primeira fazenda pelos trabalhadores rurais.

[...] mobilizar os trabalhadores para invadir a fazenda. E aí, mil e tantas pessoas, com oito dias já tava lá dentro... E aí rapaz, o cara era governador do Paraná... era avião, helicóptero por cima... Eu sei que o governador era Jose Richa, sócio da fazenda com esse Chico Rico... Aí era muito grande as fazendas deles, nós ocupamos uma que era a Capoema, mas depois foi todas, se tomou de conta de tudo... Mas essa foi a primeira,

aí com oito dia tava lá, e aí a Igreja Católica mandou freira pra lá, enfermeira... o povo mandava comida... fizeram muitas campanhas, o CENTRU colocou uma Toyota a disposição só pra carregar comida e gente e remédio... Essa foi a primeira fazenda, aí vem a Terra Bela, que tem toda uma história de organização... de luta, de conflito... (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Com essa ação, a violência e as ameaças de morte de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, religiosas e políticas aumentaram. Segundo Vila Nova, os fazendeiros “soltaram” uma lista constando os nomes dos trabalhadores rurais marcados para morrer, ao que ele chamou de “guerra psicológica”.

A guerra psicológica tomava conta das estratégias de luta... os fazendeiros soltaram uma lista com os nomes dos trabalhadores do nosso lado que ia morrer. Eram 36, o meu nome era o primeiro da lista, a companheirada ficou apavorada quando veio o nome dele na lista... Convocamos uma reunião de urgência para debater o assunto. O anjo da guarda Manoel da Conceição estava presente, o clima de um certo nervosismo era visível, quando o Manoel da Conceição pediu pra falar e sem muita conversa foi logo dizendo: vamos fazer a lista dos que vão morrer do lado deles e distribuir também na região, cada um ia dizendo os nomes. O primeiro da lista era o Goiano, e foi botado 14 nomes, inclusive o nome do Sargento Silveira. A lista foi jogada na rua, a região logo que tomou conhecimento era só o que se comentava (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

No ano de 1986, pistoleiros assassinaram o padre Josimo, coordenador da CPT, mas anos antes, e, também, daí em diante, outros trabalhadores rurais e lideranças sindicais seguiam tendo suas vidas ceifadas, e muitos outros sofrendo ameaças e violências desferidas pelos capangas e pistoleiros dos fazendeiros e da própria polícia do Estado (ASSELIN, 2009; AZEVEDO, 2009).

A ocupação da fazenda Terra Bela, ocorreu nesse clima de hostilidade e de guerra decretada, os trabalhadores estavam convencidos de que “o risco que corre o pau, corre o machado”. A primeira tentativa de ocupação foi no ano de 1987, quando o sr. Raimundo França mais outros vinte e dois lavradores limpam uma área, na fazenda Terra Bela, para fazer uma roça coletiva.

em 87, quando nós nos juntamos aqui e roçamos essa frente... eu vim do Segundinho com 22 companheiros... e metemos a foice aqui e o latifundiário chegou com policiamento, tocou fogo nisso aqui, a roça em pé... e a gente voltou pra trás... porque foi um negócio desorganizado, porque nêgo não ocupou, nêgo ficou vindo pra dentro do serviço e voltando todo dia... e aí não deu certo... A gente vendo aquilo ali, mas a esperança não tinha morrido não... tanto é que no ano seguinte veio a conquista... avaliamos e voltamos mais forte, aí foi feito mesmo a ocupação... (Raimundo França, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

No ano seguinte, 1988, Vila Nova sofre outra tentativa de assassinato em uma emboscada na frente da sua própria casa. Nesse mesmo ano, pelo dia 3 de abril, em clima de muita instabilidade e violência, o pistoleiro mais temido da região, por nome Goiano, foi morto em uma briga em uma festa dançante no Segundinho, um dos povoados do Projeto Pioneiro.

Chegamos no Segundinho uns 15 companheiros, no povoado estava acontecendo uma festa dançante da comunidade. Eu fiquei na casa do Raimundo França, o líder da comunidade, planejando a manifestação em frente à delegacia, quando, de repente, chega a notícia que tinha havido uma briga na festa e já tinha uma pessoa morta. Corremos pra lá, ao chegar vemos que além de uma pessoa morta tinha dois feridos, o morto era o pistoleiro Goiano e o ferido era um companheiro da luta, irmão do Raimundo França, Francisco da Cruz e o lavrador Antônio José, de imediato pegamos os feridos colocamos no carro que agente andava e levamos para o hospital em Santa Luzia (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Dessa guerra, o Goiano era um daqueles constantes da lista feita pelos trabalhadores rurais. Com a sua morte, os demais pistoleiros bateram em retirada.

Com a morte do Goiano, o primeiro da lista dos quatorze que a companheirada distribuiu, os 13 restante sumiram, inclusive o Sargento Silveira, que foi transferido para o município de Bom Jardim. Com esta debandada, ficamos mais despreocupados, agora só corria o risco de pistoleiros desconhecidos, os fazendeiros passaram a contratar jagunços, ou melhor, homens bem armados para vigiar as fazendas (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Isso ocorria *pari passu* à luta de retomada da fazenda Terra Bela, com 11.600 hectares, de propriedade do senhor Fernando Brasileiro, pernambucano, que certa ocasião, dentre tantas formas de intimidação, disse que, com aquela fazenda, eram cinco de sua propriedade e que se necessário fosse venderia as outras quatro para gastar na disputa da Terra Bela, mas ela não ficaria com os trabalhadores rurais. Como lembra o sr. Raimundo França, “que [ele] chegou a dizer pra nós que ele tinha cinco propriedades, que se fosse preciso vendia as outras quatro pra gastar aqui, que a gente sabia que ele não precisava de gastar, porque ele tinha o apoio... aqui ele tinha o apoio do delegado...” (Raimundo França, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Conforme relata Vila Nova, a retomada da fazenda Terra Bela talvez tenha sido a mais tumultuada e violenta, mas foi com a sua efetivação que viabilizou a tomada das demais.

...quando houve o conflito da Terra Bela, que morreram algumas pessoas... e que morreu o primeiro da lista... os fazendeiros de Recife, de São Paulo, os que tinham serraria por aqui abandonou tudo, os funcionários foram embora, os trabalhadores da Terra Bela com três dias não tinha mais um pé de cristão lá dentro... Nêgo que saiu só com a roupa do corpo e deixou até as botas... os fazendeiros foram se amedrontando e os funcionários abandonando tudo e as fazendas desocupadas e, aí, chegava carrada de gente... (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Carneiro (1994) procurou inventariar as fazendas ocupadas pelos camponeses na região de Buriticupu entre 1975 a 1991. Embora com divergências numéricas àquela relatada por Vila Nova, pode-se afirmar que chegam praticamente ao mesmo resultado, já que algumas das fazendas embora com um único nome ou fazendo referência a um único grupo como sendo proprietário tratava-se de mais propriedades.

Quadro 13 - Ocupações de fazendas na região do Pindaré, 1975-1991

ANO	OCUPAÇÕES
1975	FRENASA
1981	SAPUCAIA
1983	SANTA INÁCIA
1985	SIT, PLANALTO, CAPOEMA
1986	KARINÁ, CAPOEMA, LAGO AZUL, UNIÃO
1987	PINDARÉ, FRENASA, CAPOEMA, BREJO SOCIAL, UNIÃO, MIRIL
1988	TUCUMÁ, TERRA BELA
1989	MATARI, CACIQUE, CIKEL, LAGO AZUL
1991	VARIG, INTERNACIONAL, BARRA LIMPA, VALE VERDE

Fonte: Carneiro (1994, p. 31-35), adaptado por Araújo (1996, p. 82).

O balanço da luta pela retomada da terra no vale do Pindaré pelos camponeses, feito por Vila Nova, demonstra que foi uma ação vitoriosa e que abriu novos desafios.

[...] a primeira foi Capoeima, a segunda foi Terra Bela... aí entra as que o pessoal abandonou... que entra Cacique, Santo Antônio... entra umas oito seguidas... entra Pindaré, que é na Presa de Porco... entra a Califórnia, Siquel... olha, das 38 fazendas dessa região que a gente fez o projeto para tomar somente duas não foram desapropriadas... 36 tá entregue para os trabalhadores, tu sai de uma aqui entra na outra... duas que tinha eucalipto... é porque a terra estava inutilizada com eucalipto, o trabalhador queria pra produzir, ele não queria terra com eucalipto... mas não porque a lei dizia que tava produtiva (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Na compreensão de Vila Nova, assim como de Raimundo França, e de tantos outros camponeses que passaram às fileiras da “guerra de Buriticupu”, hoje, na região, não predomina mais o latifúndio, hoje são outros tipos e níveis de preocupações. Como disse Vila Nova: “o que tá tendo aqui é um outro tipo de exploração... hoje tem outras empresas aqui que aluga a terra e que planta soja... aquele trabalhador que recebeu aquele lote... e que hoje já tá velho e que os filhos ele formou, então os filhos se formaram... ninguém quer nada com terra” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

A despeito da emergência de novos desafios e preocupações, os camponeses na “guerra de Buriticupu” criaram estratégias, produziram noções, categorias, conceitos, geraram conhecimento sobre sua realidade que hoje se confronta com o discurso oficial que, quase sempre, busca apagar a memória, as narrativas das lutas e as vitórias dos povos e comunidades que hoje ocupam o lugar social, econômico, político que ocupavam, no passado, os indígenas e africanos, a exemplo do que Vila Nova relata sobre o que se ensina desse período nas escolas:

“o pessoal do governo que não aceita até hoje que isso aqui foi uma reviravolta dos trabalhadores... aqui se diz que quem trouxe a colônia para cá foi Pedro Neiva de Santana e

quem deu a terra para o povo... esse é o discurso das escolas, esse é o discurso oficial...” (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

Assim como, também, avança o discurso do agronegócio, que com a perda das terras para o camponês, agora usa do expediente do arrendamento, aluguel dos lotes dos trabalhadores assentados, vejamos:

Ele [o trabalhador assentado] arrendou pra essas firmas que faz um contrato de arrendamento, por tantos anos, por tantos reais por ano, por meses... e aquela família fica recebendo aquele dinheiro do aluguel ... o Matopiba ... então hoje eles passaram a arrendar... Aí, como é que é, eu tenho esse lote aqui de 10 alqueires, esse outro companheiro arrendo o dele, aquele acolá arrendo, aquele arrendo e a empresa faz uma só plantação de soja arrendando as terras... (Vila Nova, em entrevista concedida ao autor em 11 mai. 2016).

A financeirização tem sido o novo método de controle da terra feito pela elite, favorecida pela falta de políticas de apoio técnico e financiamento da agricultura familiar, agora já não mais precisa de uma escritura de propriedade, apenas de uma de locação por tempo e condições pré-definidas, e ao final o passivo ambiental e a consequente exaustão da terra ficam para o camponês assentado. São os novos métodos da colonialidade (= modernidade), expressões do *continuum colonial*. A cada vitória revelam-se novos desafios.

8 CONCLUSÃO – PARA NÃO CONCLUIR

A conclusão possível desta tese não poderia ser outra: não há conclusão. Pelo menos nos termos de fechar questão, de se chegar a resultados que demonstram que finalmente desvendamos as nuances do longo processo de colonialidade (= modernidade), ao contrário disso, só se pode concluir que ele é contínuo, que se metamorfoseia, se reengendra, se reinventa, num perene *continuum colonial* que, por isso mesmo, *inconclusível*, ainda.

Inspirados no materialismo histórico dialético, em diálogo com as teorias decoloniais, invitamos evidenciar as condições materiais dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, compreendendo o tempo como *continuum* histórico, e a colonialidade (= modernidade) como uma espécie de “mônada” (BENJAMIM, 1987), permanente, até então, no espaço e no tempo, ou seja, avança no tempo pretérito e presente, desconsiderando anacronismos e sincronismos, sobre corpos e territórios ancestrais que, na mesma medida, reagem, resistem, lutam.

As expressões da colonialidade (= modernidade), agora, se dão pelo avanço do capital industrial, financeiro e especulativo, expresso no controle da população (em muitos casos via deslocamentos compulsórios), na espoliação dos territórios e saques dos seus recursos, produtos e saberes associados dos povos e comunidade de ancestralidade indígena e/ou africana, que convencionamos chamar: escravos da república, do campo e da cidade, em uma espécie de *continuum colonial*.

As concepções vigentes dos estudos pós-coloniais centradas na aceitação de que houve uma objetiva descolonização no pós Guerra Fria, mas que ocorrera pela metade, faltando descolonizar aspectos da cultura, dentre eles o conhecimento e a política, são rejeitadas pela proposição conceitual analítica *continuum colonial*, posto que julgamos ser impraticável descolonizar a infraestrutura (base material) e permanecer colonizada a superestrutura (base ideológica)¹⁵⁷.

As metamorfoses da colonialidade (= modernidade) diluídas no *continuum* da história não podem ser reconhecidas como descolonização em nenhuma medida, mas, no máximo, lampejos de resistências vitoriosas ainda embebidas pela colonialidade. O reengendramento da

¹⁵⁷ “O que, convém enfatizar, não representa incoerência, mas, ao contrário, perfeita coerência com a concepção do materialismo histórico enquanto teoria sociológica geral: a concepção segundo a qual a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo e influência retroativa sobre a estrutura econômica” (MARX, 1996, p. 20).

base colonial no mundo de agora, expresso na rearticulação do poder imperial que inverteu o comando da colonização do par Estado-Capital (Coroas Imperiais-Corporações) para Capital-Estado (Corporações-Estados Republicanos), só demonstra a irrefutável pertinência do que chamamos, nesta tese, de *continuum colonial*.

As expressões empíricas da empresa colonial, no tempo presente, que se impõe através de “três grandes vetores...: espaço, população e recursos” (NASSER, 2016, p. 23), podem ser observadas, de modo mais perceptível, na matriz de desenvolvimento posta em marcha pelo par Capital-Estado, com o pêndulo voltado para a força das corporações capitalistas, intensivos em terra, força de trabalho e capital, do que tem derivado toda sorte de invasões e saques dos territórios dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana, ou daqueles que ocupam seu lugar social, político, econômico – os escravos da república.

Os três casos típicos apresentados no âmbito desta tese: a luta pela garantia do território da RESEX Tauá-Mirim, em São Luís/MA; a resistência ao apagamento da comunidade Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA e a “guerra” pela terra, dos camponeses de Buriticupu/MA, testemunham a vívida expressão da ancestralidade indígena e africana (os escravos da república) revigorada, no tempo do agora, contra o avanço da violenta e sanguinária elite herdeira colonial local em conluio com a nacional e a estrangeira. Dito de outro modo, os herdeiros da “história dos vencidos” (BENJAMIM, 1987) ainda tecem lutas expressas na força, na criatividade e na esperança contra a fúria e o ódio da classe dominante – herdeira dos vencedores, cujo núcleo duro é representado, hoje, por 1% (um por cento) da humanidade soberba capitalista (HARVEY ET AL., 2012).

As comunidades da RESEX Tauá-Mirim ao resistirem em seus territórios aos reiterados ataques via ações dos governos federal, estadual, municipal em favor de empresas predatórias ao longo de décadas demonstram ser possível resistir, embora com perdas significativas, ao poder do Capital-Estado. Os filhos de Piquiá de Baixo ao avançar na luta e dar visibilidade internacional e forçar Estado e Empresa reconhecerem o crime que cometeram contra suas vidas, garantir outro espaço livre do veneno das gusarias faz justiça a si e ao seus ancestrais. E, os camponeses de Buriticupu ao se insurgirem contra a máquina da grilagem das suas terras, guiada pelo par Capital-Estado, reassumiram, pela vitória na “guerra” de Buriticupu, seus territórios ancestrais. E juntos, estes três típicos empíricos, somados a uma miríade de outros, constituem um vigoroso movimento de resistência universal à colonialidade (= modernidade), em que o par Capital-Estado investe contra seus territórios, controle das suas populações e espoliação dos seus recursos.

Estes casos típicos, analisados a partir da consolidada teoria crítica, denunciam, por um lado, a atualização do racismo, do preconceito da alienação da “economia do bem comum” (FRAGOSO, 2000), do “colonialismo interno” (CHALOULT, 1978; GONZÁLEZ CASANOVA, 2007; Mignolo, 2003), da exclusão e aumento da pobreza extrema e controlada, e, por outro, a capacidade de reação dos povos e comunidades de ancestralidade indígena e/ou africana frente ao projeto de morte e apagamento dos seus corpos, das suas histórias, narrativas, do seu passado e presente, planejado e executado pelo par Capital-Estado – operador do *continuum colonial*.

Entretanto, a despeito de tais evidências, como bem escreveu Rigotto (2016, p. 96):

um projeto de pesquisa não se conclui com a elaboração de seu relatório final e a publicação de artigos científicos. Pelo contrário, se a pesquisa realmente dialoga com os processos sociais em curso, ela comumente se desdobra, ao longo e após sua realização, em outros processos, novas demandas e compromissos.

Tampouco uma tese. Restam, portanto, além dos desdobramentos e das dívidas com os nossos interlocutores do campo de pesquisa, agendas inerentes à própria continuidade de refinamento da tese ora apresentada, posto que foi preciso tomar alguns atalhos, encurtar caminhos, optar por reflexões e métodos adquiridos e compreendidos aligeiramente, realidade da pós-graduação do nosso país, diretamente perceptível neste trabalho. Cumprir os prazos é tão mais contabilizável para os programas de formação em nível de pós-graduação do que imergir em questões cujo tempo não pode ser mensurado *a priori*.

Portanto, embora convictos de que cumprimos os requisitos mínimos, a autocrítica se impõe. Neste diapasão, então, esta tese operou uma difícil tarefa que foi o abrir de uma porta, por trás da qual se encontra “um mundo novo”, uma nova forma de compreender os processos de exploração e expropriação postos em marcha pelo alvorecer da colonialidade (= modernidade): o *continuum colonial*. Entretanto, do mesmo modo, temos a convicção de que o “novo” desvendado permanece limitadamente apresentado e compreendido, desconhecido, o que carece de permanente e contínuo esforço acadêmico para pouco a pouco desvendá-lo, ainda que parcial e restritamente.

Os capítulos nos quais apresentamos e analisamos os típicos empíricos, pelas suas próprias dinâmicas, carecem de aprofundamentos e atualizações permanentes e a base teórico-metodológica precisa ser ampliada e, constantemente, reelaborada à luz do real/concreto vivido, o que só será possível com novos investimentos de tempo acadêmico-político engajado. A semente foi posta, carece de cuidados.

REFERÊNCIAS

- ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Introdução: A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil - uma introdução. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.
- ADRIANCE, Madaleine Cousineau. **Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.
- AGUIAR, Isaias Neres. **Bom Jesus das Selvas: história e aspectos gerais**. Butitcupu/MA: Gráfica Tauá, 2010.
- AGUIAR, Isaias Neres. **Buritcupu, sua história, geografia e características gerais: do antigo projeto de colonização ao progressista município maranhense**. 2ª ed. São Luís: Gráfica e Editora Tauá, 2005.
- AJZENBERG, Elza. A semana de arte moderna de 1922. **Revista cultura e extensão USP**. USP, São Paulo, Volume 7, 2012. pp. 25-29.
- ALENCAR, José de. **Cartas a favor da escravidão**. [Org. Tâmis Parron]. São Paulo: Hedra, 2008.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGO SOBRE. Pós-modernismo e literatura no Brasil. Disponível em: <<https://www.algosobre.com.br/literatura/pos-modernismo-e-literatura-no-brasil.html>>. Acesso em: 31 mar. 2016.
- ALI, Tariq. O espírito da época. In: HARVEY, David [et al.]. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012. pp. 65-71.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições Ibama, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: **Travessia**. maio/agosto, 1996.

ALMEIDA, Desni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense: conflitos e contrastes, o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR. São Luís: UEMA, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do império português.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas/SP, 2000.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naif, 2009. p. 277-300.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA.** Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2014.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Sócio-Ambientais e a Reserva Extrativista do Taim. **Ciências Humanas em Revista.** Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5 Número Especial. Semestral. pp. 29-40.

ANDRADE, M. de P.; SOUZA FILHO, B (Orgs.). **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara.** São Luís: EDUFMA, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Ensaio sobre a realidade maranhense.** São Luís: IPEI, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil.** São Pulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Maristela de Paula; SANTOS, Murilo. **Fronteiras: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense.** São Luís: EDUFMA, 2009.

ARAÚJO, E. P.; TELES, M. G. L.; LAGO, W. J. S. Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO**, 14. (SBSR), 2009, Natal. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2009. p. 4631-4638. DVD, On-line. ISBN 978-85-17-00044-7. Disponível em: <<http://urlib.net/rep/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.17.23.07.25?languagebutton=pt-BR>>. Acesso em: 16 set. 2016.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Entre a cerca e asfalto: a luta pela posse da terra em Buriticupu.** São Luís – MA, monografia do Curso de Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 1996. Mimeo.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás.** Imperatriz/MA: Ética, 2009.

AZAR, Zaira Sabry. A concentração fundiária como centralidade da questão agrária no Maranhão. In: **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA: São Luís, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/ugjbH>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

- AZEVEDO, Emílio. O livro e a reconquista da terra. In: ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz/MA: Ética, 2009. pp. 192-196.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, mai/ago. 2013. pp. 89-117.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 3ª Ed. Obras Escolhidas vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Tradução de Adré Telle, Rio de Janeiro: Zahar, 2001. PDF. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/bloch-m-apologia-da-histc3b3ria.pdf>>. Acesso em: 02 out. /2016.
- BOLTANSKI, Luc. **El Amor y la Justicia como competências: tres ensayos de sociología de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.
- BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. **Mimesis**, Bauru, v. 19, nº 1, 1998. pp. 07-23.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: BOURDIEU, Pierre (Dir.). **A miséria do mundo**. Tradutores M. S. S. Azevedo, J. A. Clasen, S. H. de F. Guimarães, M. A. Penchel, G. J. de F. Teixeira, J. V. Vargas. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2102a. pp. 587-593.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Dir.). **A miséria do mundo**. Tradutores M. S. S. Azevedo, J. A. Clasen, S. H. de F. Guimarães, M. A. Penchel, G. J. de F. Teixeira, J. V. Vargas. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b. pp. 693-713.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; Jean-Claude PASSERON. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. 3ª ed. Tradução de Guilherme João de Freitas, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOUTELDJA, Houria. **Raça, classe e gênero: a interseccionalidade, entre a realidade social e os limites políticos**. Tradução de Vivian Souza. Disponível em: <<http://decolonialtranslation.com/portugues/raca-classe-e-genero-a-interseccionalidade-entre-a-realidade-social-e-os-limites-politicos.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Decreto Lei nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 29 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Regulamenta a lei que instituiu as Comissões de Salário Mínimo.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2ª ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936. Institui as Comissões de Salário Mínimo.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras do Império.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

BUNKER, Stephen G. **Underdeveloping the Amazon**; Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Os caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2ª ed. São Luis: EDUFMA, 2008.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 121-151.

CANCELA, Cristina Donza. Estação Piquiá: Um novo quilômetro na fronteira Amazônica. **Desenvolvimento & Cidadania**, São Luís, ano 2, nº 6, dez/jan., 1992.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CANTANHEDE, Alberto. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. São Luís: 2007. SANT'ANA JÚNIOR et al. **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. Entrevista concedida a A.C. Pires Miranda, M. R. da Silva Maia, R. Bezerra Gaspar. pp. 177-204.

CARNEIRO, Marcelo D. S. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: CARNEIRO, Marcelo D. S.; COSTA, Wagner Cabral da (Orgs.). **A terceira margem do rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. pp. 223-250.

CARNEIRO, Marcelo D. S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO E.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989. p. 151-192.

CARNEIRO, Marcelo D. S. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARVALHO MARTINS, Cynthia. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. Prólogo: Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. pp. 9-24.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. In: **Revista Histórica**. nº 2, junho de 2005. Versão PDF, disponível em: <<http://migre.me/ugNwe>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

CHALOULT, Yves. **Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições nordeste/sudeste**. Petrópolis: Vozes, 1978.

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho indígena y cultura constitucional en América**. México: Siglo XXI, 1994.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: 30 anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: IBASE, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **A política agrária no Brasil**. Artigo, Escola de Governo, 2008. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/111-politica-agraria-brasil>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 21 nº 60, 2006.

COSTA, Sílvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. Dissertação de Mestrado. São Luís: UFMA/PPGPP, 2003.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. 2a versão, junho/1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

COSTA, Wagner Cabral da. **Novo tempo / maranhão novo**: quais os tempos da oligarquia?. São Luís, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/cabral1.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/SP, 2001.

D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DIAGONAL URBANA; FUNDAÇÃO VALE. Pesquisas Censitária Socioeconômica e Qualitativa da Vocaçao Produtiva da Comunidade de Piquiá de Baixo, Açailândia, 2011. (Arquivo PDF).

Dicionário Online de Português, disponível em <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. In: **Revista Histórica**. nº 2, junho de 2005. Versão PDF, disponível em: <<http://migre.me/ugNuq>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DOS ANJOS, José Carlos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; BRUSTOLIN, Cíndia. Apresentação. Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiência em Cabo Verde e no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, vol. 13, nº 26, São Luís: EDUFMA, 2016. pp. 13-29.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-70.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jonh L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**: Texto integral. Traduzido por Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, [S.d]. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2).

ENGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha**: um documento acerca das implicações sociais, econômicas e ambientais da implantação de uma indústria de alumínio em São Luís, Maranhão. São Luis: Cáritas Brasileira - Escritório Regional São Luís, 1984.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, [nº 1, pp. 51-86] Bogotá/Colombia, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Barcelona: Norma, 1996.

- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 133-168.
- ESPÍRITO SANTO, José Marcelo; LOPES, José Antônio Viana. Introdução. In: ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006. pp. 8-9.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.
- EVANGELISTA, Leonardo Nunes. **A cidade da fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia-MA**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCSoc. São Luís: UFMA, 2008.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean-Paul Sartre, Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FEITOSA, Antônio Cordeiro. Controvérsias na denominação da Ilha do Maranhão. In: **Humanae Res**, São Luís, vol. 1, n. 1, jul/dez, 1990. pp. 72-82.
- FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **Análise da sazonalidade da ração essencial mínima nas grandes regiões metropolitanas brasileiras**. Tese de Doutorado, Lavras: UFLA, 2007.
- FERREIRA, A. Carajás: o grande desafio. In: **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 3 - nov/dez, 1982. pp. 30-36.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro**. São Luís: EDUFMA, 2014.
- FERREIRA, Noraney. **A implantação da alumar e o deslocamento de famílias camponesas: expropriação e relocação em vila coquilho**. Curso de Ciências Sociais, São Luís: UFMA, 1997. Monografia de graduação.
- FERREIRA, Noraney. **A implantação da alumar e o deslocamento de famílias camponesas: expropriação e relocação em Vila Coquilho**. Monografia de graduado, Curso de Ciências Sociais, São Luís: UFMA, 1997.
- FIDH - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Brasil quanto vale os direitos humanos?: Os impactos os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia**. 2012.
- FIEMA - Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. **“Não podemos podar o Maranhão”, diz ministro Sarney Filho em reunião na Fiema**. São Luís: FIEMA, 2016. Disponível em: <<http://www.fiema.org.br/noticia/21871656/nao-podemos-podar-o-maranhao-diz-ministro-sarney-filho-em-reuniao-na-fiema/>>. Acesso em: 23 out. 2016.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e comopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGOSO, João. A economia do bem comum e formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no Império Português (séculos XVI e XVII). In: **Dimensões** (UFES), vol.13, 2001. pp. 14-27.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: **Topoi (Rio J.)** [online], vol.1, n.1, 2000. pp. 45-122.

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro.** In: Educação Pública/UERJ: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0039_10.html>. Acesso em: 26 jul. 2016.

FSADU/UFMA. **Refinaria Premium I:** Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). São Luís: Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA / Universidade Federal do Maranhão, 2009.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. The end of history? in: The national interest, nº 16, Summer, 1989, pp. 3-18.

FUSER, Igor. EUA: os donos no mundo. **Aventuras na história.** Edição 35, jul/2006. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/eua-donos-mundo-434729.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

GALVES, Marcelo Cheche. Independência é traição. In: Revista de História. Nº 39, dez/2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/independencia-e-traicao>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GARZON, Luis Fernando Nova. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais:** fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. pp. 71-100.

GASPAR, Lúcia. Usina Matary. **Pesquisa Escolar Online,** Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 28 ago. 2009.

GEDMMA. **Relatório de pesquisa de campo:** Vila Madureira e Camboa dos Frades. GEDMMA/UFMA, São Luís, 2009. Mimeo.

GEDMMA. **Relatório socioantropológico**: RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA - Brasil. GEDMMA/UFMA, São Luís, 2014. Mimeo.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GISTELINCK, Frans. **Carajás**: usinas e favelas. São Luís: Minerva, 1988.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, vol. 46, nº 2. São Paulo: USP, 2003. pp. 445-476.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. CLACSO, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 18-39.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de frantz fanon y la sociología descolonial de boaventura de sousa santos. In: **IV Training Seminar del Foro de Jóvenes Investigadores en Dinámicas Interculturales (FJIDI)**. Barcelona, 26 a 28 de enero de 2011. Disponível em: <http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Documentos&id=23364&opcion=descripcion#ficha_gloobal>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], nº 80 | 2008. pp. 115-147. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

GRZYBOWSKI, Cândido. Apresentação. In: COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: 30 anos de desenvolvimento frustrado. Rio de Janeiro: IBASE, 2014. pp. 4-5.

HARVEY, David [et al.]. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street contra sua nêmesis. In: HARVEY, David [et al.]. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012a. pp. 57-64.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (Orgs.). **Racismo Ambiental**: I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

HOBBSAWM, Eric. Introdução - A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-23.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/acailandia.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/01/ma-e-2-em-resgate-de-trabalhadores-em-situacao-analoga-escravidao.html>. Acesso em: 05 mai. 2015.

<http://jornalpequeno.com.br/2016/05/03/mpt-processa-ufma-construtora-e-empresario-por-trabalho-analogo-escravidao>. Acesso em: 05 mai. 2016.

<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>. Acesso em: 05 ago. 2016.

<http://www.mpx.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2011.

<http://www.seminariocarajas30anos.org/>. Acesso em: 13 jun. 2016.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pós-modernidade>. Acesso em: 31 mar. 2016.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_colonial_franc%C3%AAs. Acesso em: 31 mar. 2016.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Modernidade>. Acesso em: 31 mar. 2016.

<https://www.google.com.br/maps/@-2.7088368,-44.2251574,10z>. Acesso em: 27 set. 2016.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IANNI, Octávio. A Sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 7-27, 1.sem. 1989.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IBAMA. **Lauda sócio-econômico e biológico para criação da reserva extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2007. Mímeo.

IBGE. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa, 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sócias**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa, 2014.

- IBGE-Cidades. Maranhão/Municípios/Histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=21&search=maranhao>>. Acesso em: 13 out. 2016.
- INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Do caos à lama: a verdadeira e cruel face do modelo mineral brasileiro**. INESC, 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/junho/do-caos-a-lama-a-verdadeira-e-cruel-face-do-modelo-mineral-brasileiro>>. Acesso em: 17 jun. 2016.
- JESUS, Tayanná Santos Conceição de. **Violência, Memória e Resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)**. Monografia curso de História. São Luís: UFMA, 2014. Mimeo.
- Jornal Vias de Fato, Ano 5, nº 60, ago. 2015.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 anos - versão PDF). Disponível em: <<file:///C:/Users/Eu/Downloads/573889.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos**. São Luís: Editora UEMA, 2008.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial**. São Luís: UEMA: 2006.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís, 2012.
- LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciênciassociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.
- LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciênciassociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005b.
- LAZZARIN, Flávio. Apresentação. In: **CPT-Maranhão (Comissão Pastoral da Terra)**. Conflitos no Campo, Maranhão 2015-2016: povos e comunidades camponesas em conflitos. São Luís: CPT-Maranhão, 2016. pp. 5-7.
- LEANDRO, José Augusto. A hanseníase no Maranhão na década de 1930: rumo à Colônia do Bonfim. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, nº 2, abr.-jun. 2009. pp. 433-447.
- LEITE LOPES, José Sérgio (Coord.). **A “ambientalização” dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2004.
- LEROY, Jean Pierre; Malerba, Juliana (Orgs). **Petrobras: ¿Integración o explotación?**. Rio de Janeiro: FASE/Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2005.
- LEROY, Jean-Pierre. Prefácio. In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (Orgs.). **Racismo Ambiental: I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. 2002. Disponível em: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm. Acesso em: 29 ago. 2007.

LOBATO, Monteiro. **A onda verde**. São Paulo: Cia Editores, 1922. O “Grillo”, p. 15-26.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Maranhão. Rio de Janeiro: Objetiva, 1984.

MADEIRA, Welbson do Vale. **Modelos de desenvolvimento econômico e ordenamento territorial na amazônia**: rupturas e continuidades no corredor Açailândia - São Luís (MA). Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2015.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belém: UFPA, 2007.

MAMONA, Karla. Buffett perde US\$1,4 bilhão com escândalo da Wells Fargo. In: **Exame.com**, 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mercados/buffett-perde-us-1-4-bilhao-com-escandalo-da-wells-fargo/>. Acesso em: 18 out. 2016.

MARANHÃO. Lei 2.979 de 17 de junho de 1969.

MARANHÃO. Porto do Itaqui/Histórico. **Empresa Maranhense de Administração Portuária** (EMAP), 2016. Disponível em: <http://www.portodoitaqui.ma.gov.br/porto-do-itaqui/historico>>. Acesso em: 22 out. 2016.

MARQUES, Gustavo Martins. **Uma estratégia de desenvolvimento para São Luís-MA/Brasil**. Dissertação de Mestrado. School of Planning, Oxford Brookes University, 1996. Disponível em: <http://gmarques.com.br/pdf/Dissertacao%20DES-SLMA%20-%20revisao%20definitiva%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. Trad. Ridendo Castigat Mores. Edição Eletrônica: EbooksBrasil, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1, Livro. 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Posfácio da Segunda Edição. pp. 133-141.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1, tomo 2. 2ª ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MEIRELES, Mário Martins. **França Equinocial**. 3ª ed. São Luís: Edições AML, 2012.
- MEIRELES, Mário Martins. **História de São Luís**. 2ª ed. São Luís: Edições AML, 2015a.
- MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 5ª ed. São Luís: AML, 2015b.
- MENDES, Ana. Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho se declara contra a criação da Resex Tauá-Mirim. **Amazônia real**. 29/07/2016. Disponível em: <<http://amazoniareal.com.br/ministro-do-meio-ambiente-sarney-filho-se-declara-contra-a-criacao-da-resex-taua-mirim/>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- MENDONÇA, Bartolomeu. **A natureza “é mina, não acaba nunca”**: uma avaliação da sustentabilidade na Baía do Tubarão na percepção dos seus moradores. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas. São Luís: UFMA, 2008.
- MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Monografia do Curso de Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2006.
- MENDONÇA, Bartolomeu; MARINHO, Samarone Carvalho. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Revista Pós Ciências Sociais**, vol. 13, nº 26, São Luís: EDUFMA, 2016. pp. 63-92.
- MENDONÇA, Bartolomeu; RABELO, Bruno. Refinaria Premium: para quem? **Vias de Fato**: jornalismo a serviço da causa popular. São Luís, Mar. 2010, Ano 02, Nº 06. p. 4. (<http://www.viasdefato.jor.br>).
- MESQUITA, Ruy Ribeiro de. **Plano de expansão da cidade de São Luís**. São Luís: DER-MA, 1958. Mimeo.
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, 2008. pp. 287-324.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Colección Razón Política. Argentina: Ed. Del signo, 2010.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MLERBA, Juliana (Org.). **Diferentes formas de dizer não**: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE/NESA/PoEMAS, 2014.
- MONTEIRO, Maurílio. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (Orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 183-222.

MORAES, Jomar. Mário Martins Meireles. In: **Blog da Academia Maranhense de Letras**, 2013. Disponível em: <<http://www.academiamaranhense.org.br/blog/mario-martins-meireles/>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2015.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). São Luís: Edufma, 2009.

MOURA, Flávia de Almeida. **Representações do trabalho escravo a partir da mídia**: olhares de trabalhadores rurais maranhenses. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

MOVIMENTO INDÍGENAS DA REPÚBLICA. **“Somos os indígenas da república”**. França, mimeo, 2005. Disponível em: <<http://www.decolonialtranslation.com/portugues/somos-os-idigenas-da-republica.html>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MRS – Estudos Ambientais Ltda. **Terminal portuário de São Luís**: Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. São Luís: MRS – Estudos Ambientais Ltda, [Volume 1] 2014a.

MRS – Estudos Ambientais Ltda. **Terminal portuário de São Luís**: Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. São Luís: MRS – Estudos Ambientais Ltda, [Volume 2], 2014b.

MUNIZ, Mirella Karen de Carvalho Bifano. **O direito fundamental ao salário mínimo digno**: uma análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Direito. Belo Horizonte/MG: PUC/MG, 2009.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NASSER, Reginaldo. Um velho conhecido em nova roupagem. **Caros Amigos**. Ano XIX, Edição especial nº 82, São Paulo: Caros Amigos, set. 2016. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Lu Sudré e Nina Fideles. pp. 22-27.

NOVAES, Beto; ALVES, Francisco; VIDAL, Cleisson [Dir.]. **Migrantes**. Documentário, 46:15 min, UFSCar/UFRJ/UFPI/UFMA: MP-2, 2007.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Faces da dominação da terra**: (Jaú 1890-1910). São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.

PARRON, Tâmis. Introdução. In: ALENCAR, José de. **Cartas a favor da escravidão**. [Org. Tâmis Parron]. São Paulo: Hedra, 2008. pp. 9-36.

PAULA, João Antônio de. Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 9 – 38.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. São Luís, mimeo, s/d. Artigo em PDF, disponível em: <<http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

PEREIRA, Paula Marize Nogueira. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica**. Monografia do Curso de Serviço Social. São Luís: UFMA, 2010.

PETRIN, Natália. **Pós-modernismo**. R7-Record, 2014. Disponível em <www.estudopratico.com.br/pos-modernismo/>. Acesso em: 31/03/2106.

PINTO, Paulo Henrique Pereira; OLIVEIRA, Luana Priscila de. A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito no estado do Tocantins, Brasil: Um exemplo de injustiça ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Vol. 30, nº 1, jan./ jun. 2013. pp. 237-251.

PIRES, Maria Máxima. Entrevista com Maria Máxima Pires. São Luís: 2008. SANT'ANA JÚNIOR et al. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. Entrevista concedida a A.C. Pires Miranda e E. Maria Barbosa. pp. 205-224.

PLATÃO, **A República**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005a.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of world-systems research**, vol. XI, nº 2, 2000. pp. 342-386.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena** (Lima) Vol. 13, nº 29, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal** (Paris: UNESCO) nº 134, nov. 1992.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, nº 75, fev. 2011. pp. 149-193.

RBJA. REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. Manifesto de Lançamento. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/legislacao/item/8077>>. Acesso em: 12 nov. 2016. PDF, pp. 1-3.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2007.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Memorial**: Tramas 20 anos. Memorial professor titular, Fortaleza: UFC, 2016. Mimeo.

ROCHA, Galber. **Maranhão 66**: posse do governador José Sarney. Documentário Curta-Metragem, 11 min, Rio de Janeiro: DIFILM, 1966. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPfruhAA>>. Acesso em: 27 out. 2016.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza: UFC, 2016.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMÃO, Bruno Soares; ARAÚJO E SILVA, Ana Luiza; SEABRA, Emerson Luiz Leal; SILVA, Silvio Corrêa da. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial, EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011. pp. 1-16.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues; RIBEIRO, Ana Lourdes da Silva; RABELO, Bruno Henrique Costa. **Refinaria premium: presença da petrobrás no maranhão**. In: FÓRUM DOS AFETADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA DA BAIJA DE GUANABARA (org.). **50 anos da refinaria Duque de Caxias e expansão da indústria petrolífera no Brasil**: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e expansão da indústria petrolífera no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no maranhão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n° 77, Maio/Ago. 2016. pp. p. 281-294.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha utopia**. [Paula Elise Ferreira Soares e Wilkie Buzatti Antunes, organizadores]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In.: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. [Org.]. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. pp. 15-20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Murilo (Dir.). **A peleja do povo contra o dragão de ferro**: Carajás 30 anos. Filme Documentário, duração 1h10min32seg. São Luís: GEMMA/Cáritas/MST/Fórum Carajás/JnT, 2014.

SARNEY, José. **O novo Maranhão**. Disponível em: <<http://www.josesarney.org/blog/o-novo-maranhao/>>. Acesso em: 27 out. 2016.

SBERT, José María. Progreso. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 284-299.

SBRANA, Darlan Rodrigo. **Entre reis, morubixabas, príncipes e principais**: chefes tupinambá da Ilha Grande do Maranhão e terras circunvizinhas no tempo da aliança com os franceses. Monografia curso de História. São Luís: UFMA, 2014. Mimeo.

SBRANA, Darlan Rodrigo. **A Ilha antes de São Luís: localização das aldeias tupinambás da Ilha Grande do Maranhão (século XVII)**. São Luís: FAPEMA/UFMA, 2015. Prêmio FAPEMA, 2015.

SCHWARCZ; Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**; S. Paulo, Maio/Jun/Jul/Ago, nº 20, 2002. pp. 60-70.

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem**: a “história do Maranhão” de Mário Martins Meireles. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGHS/USP, 2008.

SILVA, Antônio Rafael da. **A colonização agrícola de Buriticupu**: a história contada por quem a viveu. São Luís: EDUFMA, 2015.

SILVA, Gabriela Melo. O PLANO DE EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS: as ideias de Ruy Mesquita para o crescimento da capital maranhense. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: PPGPP/UFMA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo13-questaourbanaegestaodascidades/pdf/oplanodeexpansoadacidadedesauluis.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2016.

SILVA, Gabriela Melo. **Traços desejanter da cidade**: o apelo pela modernização em São Luís (1889-1970). Dissertação de Mestrado. São Luís: PPGPP/UFMA, 2012. Disponível em: <http://www.tedebc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1260>. Acesso em: 06 out. 2016.

SILVA, Miguel Henrique Pereira. **A disputa pela terra e coesão social em Igarauá**: as lutas de “brancos” e “pretos” e a resistência vitoriosa contra a desapropriação. Monografia de graduação, Curso de Ciências Sociais, São Luís: UFMA, 1997.

SILVA, Sislene Costa da. **Filhos do Taim**: estratégias para defesa e uso de um território. São Luís: PPGSoc/UFMA, dissertação de Mestrado, 2009. Mimeo.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. [vol. 1]. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SOARES, Julielli (Dir.). **Desenhando um sonho**: a história de luta de Piquiá de Baixo. Filme Documentário, duração 19min15seg. Imperatriz/MA: NICE/UFMA/JnT, 2015.

SOLÁ PÉREZ, Mercedes. **R-existências dos camponeses/as do que hoje é suape**: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife: UFPE, 2016.

SOUZA SILVA, José de. Desobediencia epistémica desde Abya Yala (América Latina): Tiempos de descolonización y reconstrucción en el pensamiento social latino-americano. Ponencia en el Primer Congreso Internacional Pensamiento Social Latinoamericano: Perspectivas para el siglo XXI, Cuenca, Ecuador, del 3 al 6 de junio, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Apresentação: Milton Santos, um revolucionário. En: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 n° 16 [dossiê]. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 251-254.

STEDILE, João Pedro. Ocupação. Entrevista concedida a Bernardo Mançano Fernandes. In: STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 113-121.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**: 1990-1992. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TROVÃO, José Ribamar. **Ilha latifundiária na Amazônia Maranhense; estudo da expansão da fronteira agrícola no médio vale do Pindaré**: o caso de Santa Inês. São Luís: EDUFMA, 1989.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. (Cadernos IMESC, 5).

VARGA, István van Deursen. A insustentável leveza do Estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. **Revista Acta Amazonica**, vol. 38(1), 2008. pp. 85 -100.

VARGA, István van Deursen. **Pelas fronteiras e trincheiras do indigenismo e do sanitário**: a atenção às DST em comunidades indígenas, no contexto das políticas e práticas indigenistas e de saúde, na Pré-Amazônia. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/ Faculdade de Saúde Pública, 2002. Mimeo.

VARGA, István van Deursen. Resistências e mobilizações populares nos vales do Pindaré e do Turiaçu. In: **Seminário Internacional Carajás 30 anos** (1.:2014: São Luís, MA) Anais do Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental./ Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Dario Bossi, José Jonas Borges da Silva, Marluze do Socorro Pastor Santos, Ricarte Almeida Santos. São Luís: EDUFMA, 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

VIEIRA, Josenilde Cidreira. **O condomínio Farol da Ilha como nova expressão de reprodução do espaço urbano de São Luís**. Dissertação de Mestrado. São Luís: UEMA, 2013.

VILLAS-BÔAS, André; GARZÓN, Biviany Rojas; REIS, Carolina; AMORIM, Leonardo; LEITE, Letícia [Orgs.]. **Belo Monte não há condições para licença de operação** [dossiê]. São Paulo: ISA, 2015.

VIOLA RECASENS, Andreu. **Antropologia del desarrollo**; Teorias y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília/DF: Editora UNB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZAGALLO, J. G. et al (Org.). **Considerações preliminares sobre a implantação de um polo siderúrgico na Ilha de São Luís**. São Luís, 2004. Mimeo.

ZAGALLO, J. G. Prefeitura de São Luís está agindo de maneira absurda. São Luís: 2015. **Jornal Vias de Fato**, Ano 5, nº 61, set. 2015. pp. 4-5.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental** – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZIGONI, Carmela. **Eleições 2014**: Congresso Nacional permanecerá desigual nos próximos 4 anos. Brasília: INESC, 2014. Disponível em <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2014/outubro/eleicoes-2014-congresso-nacional-permanecera-desigual-nos-proximos-4-anos>. Acessado em 09/08/2016.

ZILLES, Urbano. **A modernidade e a Igreja**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.